

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 4



 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 4 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-295-1

DOI 10.22533/at.ed.951192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados e distribuídos nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem por objetivo, apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Neste 4º volume, reuni o total de 23 artigos que dialogam com o leitor sobre temas que envolvem educação, escola e sociedade, dança e desenvolvimento sociocultural, urbanização, memória e museu, inovação social, economia, habitação, arquitetura e identidade cultural, movimentos sociais dentre outros, que são temas que se interligam e apontam críticas e soluções dentro das possibilidades das Ciências Sociais Aplicadas.

Assim fechamos este 4º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A (IN)JUSTIÇA COGNITIVA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE	
Lívia Salomão Piccinini Karla Moroso	
DOI 10.22533/at.ed.9511926041	
CAPÍTULO 2	25
A CARÊNCIA DO HABITAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NO DF/BRASÍLIA	
Kenia de Amorim Madoz Marcos Thadeu Queiroz Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.9511926042	
CAPÍTULO 3	40
A INFLUÊNCIA DA DANÇA TRADICIONAL GAÚCHA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIOCULTURAL	
Eduardo Fernandes Antunes Maria Aparecida Santana Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.9511926043	
CAPÍTULO 4	45
A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC	
Josélia da Silva Alves	
DOI 10.22533/at.ed.9511926044	
CAPÍTULO 5	59
ADVERSIDADES DA PRODUTIVIDADE FABRIL BRASILEIRA E FORMAS DE REAVER A SITUAÇÃO	
Hugo Pablo Lourenço Sapia	
DOI 10.22533/at.ed.9511926045	
CAPÍTULO 6	73
ALMA DOS OBJETOS: ABORDAGEM MEMORIAL E BIOGRÁFICA DE UM OBJETO DE MUSEU	
Helen Kaufmann Lambrecht Espinosa Daniel Maurício Viana de Souza Diego Lemos Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9511926046	
CAPÍTULO 7	85
ALUGUEL SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECESSÁRIA ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
Luciano Roberto Gulart Cabral Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.9511926047	
CAPÍTULO 8	90
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O HABITAR DO MORADOR DAS RUAS	
Dhyulia Roberth Ribeiro Isidoro Cristienne Magalhães Pereira Pavez	
DOI 10.22533/at.ed.9511926048	

CAPÍTULO 9	104
CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA PARA RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE QUANTIDADE DE MATÉRIA POR PARTE DE LICENCIANDOS EM QUÍMICA	
Sandra Franco-Patrocínio Ivoni Freitas-Reis	
DOI 10.22533/at.ed.9511926049	
CAPÍTULO 10	131
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA GERAL DE SISTEMAS PARA A MUDANÇA SISTÊMICA DA INOVAÇÃO SOCIAL	
Daniela de Oliveira Massad Paulo César Lapolli Felipe Kupka Feliciano Leandro Maciel Nascimento Édis Mafra Lapolli	
DOI 10.22533/at.ed.95119260410	
CAPÍTULO 11	145
“CRESCIMENTO ECONÔMICO” COM “RESPONSABILIDADE SOCIAL”: A ESTRATÉGIA NEODESENVOLVIMENTISTA E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)	
Caroline Magalhães Lima	
DOI 10.22533/at.ed.95119260411	
CAPÍTULO 12	157
DÉFICIT HABITACIONAL E CONDIÇÕES DE MORADIA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE TUPÃ-SP	
Sandra Cristina de Oliveira Leonardo de Barros Pinto Gessuir Pigatto	
DOI 10.22533/at.ed.95119260412	
CAPÍTULO 13	169
FICÇÕES ARQUITETÔNICAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL	
Bruna Dal Agnol Caliane C. O. de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.95119260413	
CAPÍTULO 14	185
FILOSOFIA: REFLEXÕES ÉTICAS NO CONTEXTO INTERDISCIPLINAR EDUCACIONAL	
Bruna Medeiros Bolzani Fernando Battisti	
DOI 10.22533/at.ed.95119260414	
CAPÍTULO 15	196
HUMANIZAÇÃO DE CENÁRIO DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA: OTIMIZAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO	
Cleuza Bittencourt Ribas Fornasier Mariana Lautenschlager Spoladore Ana Paula Perfetto Demarchi	
DOI 10.22533/at.ed.95119260415	

CAPÍTULO 16	212
LABORATÓRIO FILOSÓFICO “SORGE LEBENS”: MAIORIDADE PENAL E SUAS IMPLICÂNCIAS	
Everton Luis Israel Ribas Vanessa, Steigleder Neubauer Rafael Vieira de Mello Lopes Fagner Cuozzo Pias	
DOI 10.22533/at.ed.95119260416	
CAPÍTULO 17	221
MOVIMENTOS SOCIAIS E INTERNET	
Nildo Viana	
DOI 10.22533/at.ed.95119260417	
CAPÍTULO 18	236
O TRABALHO NAS ECONOMIAS COLABORATIVAS: A PRECARIZAÇÃO E O DISCURSO DA GLAMOURIZAÇÃO	
Carlos Roberto Santos Vieira Elaine Di Diego Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.95119260418	
CAPÍTULO 19	243
PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS EM UMA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DE CERTEAU	
Franciely Chropacz Yára Lúcia Mazziotti Bulgacov	
DOI 10.22533/at.ed.95119260419	
CAPÍTULO 20	249
PROJOVEM URBANO: UM PROGRAMA INOVADOR PARA A JUVENTUDE?	
Vanessa Batista Mascarenhas	
DOI 10.22533/at.ed.95119260420	
CAPÍTULO 21	260
SENTIMENTOS E SENSações: O MARKETING DE EXPERIÊNCIA COMO ALIADO NA FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES	
Guilherme Juliani de Carvalho Briza Gabriela Moreira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.95119260421	
CAPÍTULO 22	271
TRABALHO PENOSO EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL: (DES)CONSTRUINDO CONCEITOS	
Magda Cibele Moraes Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.95119260422	
CAPÍTULO 23	286
TUTELA DO ANIMAL DOMÉSTICO: UMA BREVE RETROSPECÇÃO DO PERÍODO PRÉ-HISTÓRICO DA HUMANIDADE AOS DIAS ATUAIS NO ÂMBITO DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS BRASILEIRAS DE 1824 A 1988	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.95119260423	

A (IN)JUSTIÇA COGNITIVA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE

Lívia Salomão Piccinini

UFRGS, livia.piccinini@ufrgs.br

Karla Moroso

UFRGS, karla.moroso@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tenta contribuir com a produção do conhecimento na universidade e ante a responsabilidade social que a legitima, e, ao promover a extensão universitária, reconhece que a injustiça social tem, em si, uma injustiça cognitiva. O artigo descreve um projeto acadêmico que envolve estudantes de arquitetura, o movimento social por moradia e direitos urbanos, e moradores. A importância da questão emerge quando esses olhares convergem para uma realidade complexa presente nas cidades: a favela. O artigo trata de uma ação na Vila União, no Bairro Cristal, em Porto Alegre, um local de lutas, onde sobressai, dentre elas, a luta pela moradia e a terra urbana. A relevância do trabalho tem base na conexão entre atores e ações: os estudantes levados a se defrontar com uma realidade complexa e desconhecida; os movimentos sociais na intermediação conflituosa entre a realidade e a proposição política que guia as ações; os moradores ao contribuírem na construção da materialidade. Os autores (Salingaros, Morin, Milton Santos e Harvey) orientam a proposta provocando um diálogo

entre campos do conhecimento. A disciplina, cujas escala de intervenção e abordagem vem sendo alteradas a partir da temática e das áreas urbanas onde se propõe atuar, mantém interlocução com os campos ecológico-paisagístico, do projeto urbano, da habitação e incursões no planejamento urbano. Avaliar essa busca por soluções evolutivas, mais próximas da realidade social na abordagem e na temática do projeto desenvolvido foi a perspectiva aqui adotada.

PALAVRAS-CHAVE: elaboração metodológica; projeto paisagístico; extensão

THE COGNITIVE (IN)JUSTICE AND THE UNIVERSITY EXTENSION COURSE: AN EXPERIENCE BETWEEN THE SCHOOL AND THE COMMUNITY

ABSTRACT: This paper discusses the university knowledge production associated to the social responsibility that legitimizes it, and in promoting university extension, recognizes that the social injustice has, in itself, a cognitive injustice (Boaventura de Souza, 2006). The article describes one academic project that involves students of architecture, the social movement for housing and urban rights, and the residents of an informal urban settlement. The importance of this issue emerges when these vision converge

to a complex reality present in the cities: the favela. The article deals with an action in Vila União, in the Cristal Neighborhood, in Porto Alegre, a place of struggles, among which stands out the struggle for housing and urban land. The relevance of the work is based on the connection between actors and actions: the students who are faced with a complex and unknown reality; the social movements in the conflictive intermediation between the reality and the political proposition that guides the actions all together contributing to the construction of a materiality. The authors (Salingaros, Morin, Milton Santos and Harvey) orient the proposal by provoking a dialogue amongst different fields of knowledge. The discipline, whose scale of intervention and approach has been altered from the thematic and the urban areas where it is proposed to act, maintains interlocution with the ecological-landscape, urban design, housing and urban planning fields. Evaluating this search for evolutionary solutions, closer to the social reality in the approach and the theme of the developed project was the perspective adopted here.

KEYWORDS: Methodological design; Landscape design; extension

INTRODUÇÃO

Relata-se aqui a abordagem recentemente adotada no desenvolvimento de uma disciplina de projeto urbano, para estudantes de sexto semestre da Faculdade de Arquitetura-UFRGS, cuja área de intervenção é a Vila União Santa Teresa, no Bairro Cristal, em Porto Alegre. As ações se apóiam em experiências na sala de aula e nas interrogações e interpretações daí drenadas. Trata-se do ensino de uma disciplina de paisagismo e projeto urbano, ministrada em um curso de Arquitetura e Urbanismo, trazendo uma avaliação sobre as impressões recolhidas ao longo de anos de estudos e proposições sobre a formatação e o caráter da mesma, analisando propostas, conteúdos, temáticas e resultados na produção dos espaços do com+viver urbano, e suas lutas. Por outro lado, apresenta uma leitura sobre o papel cumprido pela disciplina na formação do (futuro) profissional arquiteto-paisagista-urbanista. A ação da disciplina parte das questões “qual é o problema” a ser resolvido pelos arquitetos e “porque?”, e questiona “como se ensina, o que conhecer e o que é o conhecimento?”, na intenção de atribuir um papel para o ensino nessa formação e identificar o olhar (pessoal, social, humano) do estudante sobre os conteúdos, temas, interesses e intenções na elaboração projetual e na criação de responsabilidade pelo espaço-paisagem-mundo gerados. A importância atual dessas questões emerge quando a disciplina se debruça sobre uma realidade complexa presente nas nossas cidades: a favela, um local de disputas de várias ordens, onde sobressai, dentre elas, a questão da terra urbana e da moradia. Assim, a disciplina envolve conexões com a realidade externa à universidade, aberta às necessidades das cidades e dos moradores urbanos, procurando sintetizar algumas idéias sobre esse todo que estrutura o ensino e que é, a um só tempo, reflexão e um pretexto (um pré-texto?) para estimular o debate entre colegas, estudantes e moradores, os quais, ao final, são sujeitos-objetos das intervenções no campo do

planejamento urbano e da arquitetura.

Esta perspectiva recebe o incentivo, e vai ao encontro, da atual proposta de alteração curricular que se abre à incorporação de atividades de extensão e que recomenda que as mesmas ocorram no quadro das disciplinas pertencentes ao atual currículo. As diretrizes da FORPROEX apontam como papel da extensão universitária, dentre outros, “contribuir para que a extensão universitária interfira na solução dos grandes problemas sociais do país”; “priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais” e “criar condições para a participação da universidade na elaboração de políticas públicas voltadas para a população”. Por outro lado, contemplando a relação entre ensino-pesquisa-extensão e obediente à Lei nº. 10.172 de 2001, a PNE 2001-2010, institui na sua Meta 23, que deverá haver um mínimo de 10% dos créditos, devidos à graduação em cursos universitários, no Brasil, os quais deverão ser realizados pelos estudantes através de ações de extensão com a manutenção da atual carga horária, mesmas disciplinas, adaptadas para contemplar a realidade social de maneira mais abrangente e afinados com os valores éticos e os interesses sociais. A experiência tentada na disciplina enquadra-se no âmbito dessas duas determinações legais.

Busca-se estabelecer uma discussão sobre o pensar complexo (MORIN, 2002) e como esse tema pode ser introduzido como experiência e vivência cotidiana em uma faculdade de arquitetura, através da leitura crítica de textos de autores de diferentes correntes de pensamento, cuja apropriação possa iluminar ações sobre a cidade, em transformações positivas. Orientado pelos “quatro pilares da educação” de Delors (UNESCO-MEC, 1998) o trabalho reconhece a necessidade de insistir criticamente contra o que tem sido denunciado como a “globalização neoliberal da universidade, a sua mercantilização” (Boaventura de Sousa, 2002) o que, só pode ser barrado pela educação aberta a “aprender a conhecer”, “a aprender a fazer”, “a aprender a viver com o outro”, “a aprender a ser”. (UNESCO-MEC, 1998).

Entende-se que a questão ganha importância ao descrever uma experiência didática que tem apoio e reverberações em diferentes esferas, como processos de sensibilização, identificação e responsabilização os atores uns ante e para com os outros (i) através de “ver a história” (global, local, ecológico-ambiental, paisagístico-cultural) perguntando o que deseja e o que é desejável, resgatar, manter, romper; (ii) a partir da verificação/constatação da materialidade urbana avançando em abstrações, contradições, explorações (conceituais) que guiam a deriva e implicam estabelecer compreensões, proposições, princípios, determinações que, por estarem no nível das idéias, dos conceitos e da ideologia podem ser refeitos, trocados, negados, ou absorvidos e reforçados; (iii) da relação com a comunidade moradora, que tem necessidades, sonhos e idéias sobre a solução dos seus amplos problemas que envolvem a casa e a cidade iv) do contato com as associações e demais atores dos movimentos sociais; v) para os estudantes na produção do projeto, resposta para habitar-viver a arquitetura humano-ecológica-paisagística.

Os autores que possibilitaram essa construção são Nikos Salingaros, Edgar Morin, Milton Santos e David Harvey, interligados na afirmação da autonomia¹. O primeiro autor, ao expor e explorar oportunidades organizacionais, abrindo espaço para que a história dos espaços urbanos e da arquitetura seja interpretada e re-elaborada, na complexidade urbana hoje (SALINGAROS, 2006); Morin, porque insiste em que o conhecimento nunca é reflexo ou espelho da realidade, mas uma tradução seguida de uma reconstrução, o que chama o intelecto a estabelecer conexões de várias ordens, e, assim, desafia a refletir sobre a realidade onde se vai intervir, pensamento que orienta MORIN, 2009) e o Relatório Delors (1996); as elaborações de Milton Santos para quem a união entre a técnica e a ciência oferece uma nova visão à questão ecológica, pois as mudanças ambientais estão subordinadas a essa lógica (SANTOS, 2001(1987) e Harvey que identifica as ações de resposta à globalização e à pós-modernidade capitalista, através das cidades rebeldes e reivindica a síntese entre “justiça social” e “espaços da esperança” (HARVEYa, 1978, HARVEYb 2015). Esse é o núcleo conceitual central e com a concepção elaborada a partir desses autores e seus conceitos-chave desenvolve-se esse relato.

A elaboração se dá ao redor da avaliação e consolidação de discussões sobre os espaços abertos e edificados, públicos e privados, áreas livres e a moradia, interpretados na elaboração das soluções projetuais com o auxílio da comunidade e dos ativistas, no caso a vila União em Porto Alegre e o Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa. A disciplina, cujas abordagem e escala de intervenção, vem sendo alteradas a partir dos autores consultados, tem sua temática também alterada no âmbito do projeto urbanístico-paisagístico-arquitetônico e é esperado que a promoção do debate teórico, a convivência com a comunidade local e a conciliação com o projeto, traga uma compreensão maior, soluções evolutivas e próximas à realidade local.

1. Autonomia no sentido desenvolvido por C. Castoriades (1922-1997): economista e filósofo greco-francês, o fundador do grupo e da revista francesa *Socialism ou Barbarie* (1948). Sua obra *A Instituição Imaginária da Sociedade* (1975) apresenta o ponto culminante de suas idéias: o conceito de autonomia, segundo o qual, todas as sociedades produzem seus próprios imaginários (leis, instituições, crenças e comportamentos) mas a diferença entre uma sociedade heterônoma e uma sociedade autônoma é que, nesta última, os seus membros têm consciência e auto-instituem as mesmas. Sua concepção, que buscou inspiração na herança grega clássica da polis e nas experiências do movimento operário francês, tem importante papel na idéia de “refundação” da democracia. Sua “sociedade autônoma” é aquela onde os dirigentes desapareceriam, seria gerenciada por todos os cidadãos conscientes, mas não estaria nunca livre do conflito e do poder. A citação a seguir, mostra muito de suas idéias: [...]uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. Eis aí uma outra maneira de dizer que ela está constantemente no movimento de sua auto-instituição explícita (CASTORIADISapudSOUZA, 2002). (Texto composto pela autora a partir de Marcelo de Souza e acessado em setembro e outubro de 2016 e disponível em: www.aigis.com/dn/castoriadis.html; www.chronicle.com/free/v50/i29/29a01401.html; www.castoriadis.org/fr/default.asp).

CONHECENDO A HISTÓRIA DA VILA UNIÃO E DO MOVIMENTO EM DEFESA DO MORRO SANTA TERESA

As características da vida no morro ocupado têm reflexos no padrão de organização comunitária, bem como no grau de envolvimento em uma luta maior, que se instituiu a partir de 2010, tendo como projeto comum a defesa do Morro Santa Teresa, localizado na zona sul da cidade de Porto Alegre e no qual está localizada a área da Fundação Socio-educativa do Estado do Rio Grande do Sul – FASE, de aproximadamente 74 hectares.

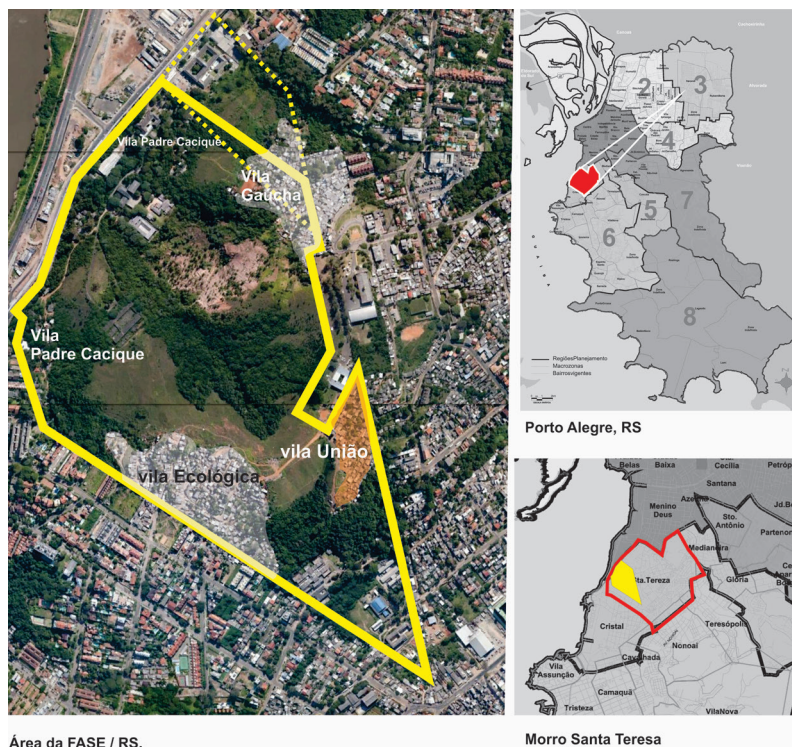


Figura 1: Mapa de Localização do Morro Santa Teresa na cidade de Porto Alegre.

Fonte: AZEVEDO (2016)

Esta luta, em defesa do morro, iniciou em 2009, com a proposta de venda da área da FASE pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul. Neste ano o Projeto de Lei (PL388/2009) propôs a venda da área da FASE sob o argumento da necessidade de descentralizar a instituição e atender as exigências do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Assim que a notícia sobre a venda chegou às comunidades do Morro, houve um processo de mobilização das famílias, conduzido pelas próprias lideranças comunitárias e também por outras entidades apoiadoras como ONGs, sindicatos e movimentos sociais. Para as 1.300 famílias moradoras da área, o PL 388/2009 vinha na contramão do seu direito à moradia, visto que todos os assentamentos informais presentes no morro, faziam parte do Programa Estadual de Regularização Fundiária e, há mais de uma década, aguardavam pelas ações deste programa que teria no seu escopo a urbanização e o reconhecimento das posses das famílias. Além da questão

da moradia, também houve questionamentos por parte dos funcionários da FASE, através do seu sindicato (SEMAPI²). Eles eram a favor da descentralização da FASE, mas questionaram a falta de informações sobre a descentralização. Para eles, o projeto de lei não se traduzia e uma proposta de reestruturação da FASE, sendo apenas uma autorização de venda do patrimônio público. Questões como a destinação da área da FASE ao mercado imobiliário, desconsiderando seus usos ambientais e habitacionais, a um preço que foi fortemente questionado pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (SENGE) eram outros fatores que se somaram na resistência ao projeto de Lei. Esta resistência deflagrou um processo de mobilização social que impediu a aprovação do PL388/2009 no poder legislativo estadual.

Em julho de 2010, após a derrubada do PL 388, as entidades que estiveram mobilizadas contra o projeto de lei, realizaram uma reunião no Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB com o objetivo de avançar mais, construindo uma alternativa para transformar a realidade do território da FASE que até então, estava imersa numa suposta “normalidade”. Este primeiro encontro foi chamado pelos ambientalistas (Movimento em Defesa da Orla do Guaíba) que viam a necessidade de instituir um parque na área da FASE de modo a garantir a preservação do patrimônio ambiental daquele território. Na segunda reunião, 15 dias depois, emergiu, nas discussões, a interface ambiental com as unidades funcionais da FASE e as moradias ali existentes, afinal, haviam demandas históricas que envolviam a urbanização dos assentamentos informais, a preservação do patrimônio ambiental e cultural a adequação das instalações da instituição FASE. Na terceira reunião, que já contou com a participação das lideranças comunitárias das vilas Gaúcha, União Santa Teresa, Ecológica e Padre Cacique, e de funcionários da FASE, construiu-se o consenso de que a defesa de um parque na área remanescente da FASE precisaria ser alicerçada em um tripé constituído pela defesa da regularização fundiária, defesa da reestruturação da FASE e defesa do patrimônio público da área remanescente com a preservação da mata nativa e dos prédios históricos. Destes encontros resultou uma Carta de Intenções para o Morro Santa Teresa, a qual foi divulgada no âmbito de uma campanha que teve por objetivo agregar apoio para as 3 pautas ali defendidas. Nasceu assim, um movimento composto por 44 entidades que, calçada na ordem jurídico-urbana brasileira, defendeu a manutenção do patrimônio público e um projeto comum para a área da FASE que reunia as três pautas defendidas por aqueles que lutaram contra a proposta do PL 388/2009.

A iniciativa de constituir um movimento a partir de três pautas distintas, mas complementares, foram acolhidas por todos aqueles que se agregaram ao movimento. Aparentemente estas pautas são específicas e fragmentadas na medida em que não estão incorporadas, enquanto conjunto, por todos os seus agentes. Contudo, ela integra os diferentes grupos de agentes: o grupo da moradia, o grupo do meio ambiente e o grupo da FASE. Essa fragmentação e essa especificidade da pauta são, segundo

2. Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul (SEMAPI)

Alonso (2009), características dos movimentos sociais da pós-modernidade. No caso do MDMST essas pautas, a partir de uma lógica de cooperação, são trabalhadas conjuntamente, tendo o território e a defesa do patrimônio público como os elementos que dão unidade à luta.

Em agosto de 2011, após 16 encontros, o MDMST realizou um Seminário que teve por objetivos: (a) captar dados existentes sobre a área; (b) reunir os diferentes atores relacionados; (c) envolver e motivar a participação das comunidades que hoje ocupam a área; (d) buscar critérios socioambientais de ocupação do território; (e) construir uma nova forma de intervir no território; (f) iniciar um processo participativo e criar uma metodologia para elaboração coletiva de um projeto para o Morro Santa Teresa. O Seminário além de repactuar consensos, avançou na elaboração de diretrizes para a intervenção na área da FASE que foram definidas a partir do tripé defendido pelo movimento e da premissa de que não se poderia defender uma pauta sem que as outras duas não fossem igualmente defendidas de modo a fomentar a integração entre as políticas urbana e ambiental, sendo este último ponto, reafirmado enquanto princípio (como a causa primeira, a razão de ser) compreendendo que meio ambiente e moradia, por exemplo, não são direitos concorrentes e sim complementares, sendo indispensáveis ao desenvolvimento da vida.

As ações do movimento após o Seminário seguiram no sentido de estabelecer o diálogo com o Estado. Neste sentido, se propôs a buscar ações concretas, por dentro das estruturas institucionais, buscando a realização de ações que preservassem e garantissem a integridade e o desenvolvimento sustentável, urbanisticamente qualificado, daquele patrimônio ambiental, histórico e social.

A partir de ações de *caráter político*, como a participação nos espaços decisórios para decidir, propor ou contrapor projetos, o MDMST buscou instituir um grupo de trabalho intersetorial para tratar da área da FASE; instalar a rede de energia elétrica nas vilas Gaúcha e União e promover o avanço da regularização fundiária.³ As ações de *caráter cultural e simbólico* envolveram campanhas, caminhadas educativas, exposições, concursos e audiências que tiveram por objetivo sensibilizar para a causa e dar visibilidade para as demandas do movimento. Desde 2011 o movimento já realizou 13 caminhadas que foram importantes para envolver as comunidades com a pauta ambiental e, para demarcar a importância do Morro Santa Teresa para a paisagem da cidade de Porto Alegre. As ações de *caráter econômico* foram aquelas que buscaram provocar a transformação a partir da intervenção na estrutura econômica, com, por exemplo, no preço da terra. Uma das preocupações do MDMST é a permanência das famílias na área, entendendo que a expulsão delas, pode se dar, também, no longo prazo. Por fim, as ações que buscam promover a *materialidade do direito à moradia*, ou seja, aquelas que estão relacionadas à urbanização, complementação da

3. Desde a sua formação, o MDMST promoveu mais de 40 reuniões com diferentes atores estatais, do poder executivo, legislativo e judiciário, tanto do estado quanto do município. Esses encontros tiveram três objetivos desde 2011:

infraestrutura e qualificação da moradia, as quais entram na lógica da “emergência”, ou seja, de uma “materialidade sem projeto”, uma intervenção pontual que diante da necessidade das famílias em acessar serviços, como o de energia elétrica, por exemplo, acaba por não dialogar com o objeto na sua totalidade (área da FASE) e nem com a cidade.

A partir destas ações, o MDMST conquistou, nos seus 6 anos de luta:(i) o reconhecimento do Estado, em nível normativo, do direito à moradia das comunidades; (ii) o investimento de recursos públicos para a realização dos estudos técnicos necessários para a elaboração de um projeto urbano que considere todas as especificidades da área e as demandas do MDMST; (iii) a criação de um Grupo de Trabalho Institucional, intersetorial e interdisciplinar para elaborar os estudos e projetos necessários para a área da FASE⁴; (iv) a definição de um zoneamento para a área da FASE, que reconhece o tripé do MDMST e preserva o seu patrimônio cultural, através da definição de Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS nos assentamentos informais, de Área Especial de Preservação do Ambiente Natural – AEPAN nas áreas com remanescentes ambientais e Área Especial de Interesse Cultural – AEIC; (v) a instalação da rede de energia elétrica e de iluminação pública na vilas União Santa Teresa e Gaúcha.

As ações do MDMST buscam incidir na totalidade da área da FASE de modo a atender o tripé defendido pelo movimento. No entanto, a lentidão nas ações estatais, em especial daquelas relacionadas ao Grupo de Trabalho, que deveriam dar conta da elaboração de um projeto global para a área, associado a fragmentação da intervenção pública, acabaram por adiar as ações que efetivamente dariam materialidade aos direitos dos usuários do território da FASE. Dentre estas ações, está a elaboração do projeto urbano. Ele é a ferramenta que irá propor as alternativas e soluções para os problemas e conflitos existentes no território, tais como os conflitos de usos, as áreas de risco, a demanda por terra para moradia e espaços públicos, a preservação do meio ambiente, a mobilidade, etc. Neste contexto, o projeto torna-se uma ferramenta de luta importante, e o retrocesso posto com a revogação, em março de 2016, do Decreto 49.256/2012, deixa o MDMST fora desta arena decisória que é a “elaboração do projeto para a área da FASE”. Esta conjuntura fez o MDMST buscar novas estratégias de intervenção, dentre as quais está a sua instrumentalização técnica através do fomento ao “exercício de projeto”, ou seja, o movimento acredita na necessidade de se capacitar, de conhecer possibilidades de organização do território para que possa ter condições de defesa e contraponto, na hipótese do Estado elaborar uma proposta sem a sua participação.

Foi esta estratégia do MDMST que veio ao encontro da proposta da disciplina de Urbanismo I e que foi acolhida após a definição de alguns recortes e ajustes do ponto

4. O Grupo de Trabalho foi definido através do Decreto 49.256/2012, assinado pelo então Governador Tarso Genro, tomou posse em março de 2016 e foi destituído em abril de 2016, pelo então Governador José Ivo Sartori, que emitiu, em junho de 2016, o Decreto 53.084/2016, revogando o anterior e alterando o seu objeto e a constituição do Grupo de Trabalho.

de vista metodológico, didático e temporal. O grau de envolvimento na pauta comum do MDMST, associado às condições de segurança e viabilidade para instrumentalizar o desenvolvimento da disciplina, foram os critérios utilizados, pelo MDMST para definir a comunidade que seria trabalhada pela disciplina de Urbanismo I. A vila Padre Cacique, mesmo sendo orgânica no MDMST, não tinha as especificidades territoriais inerentes dos assentamentos precários, variável importante a ser trabalhada na disciplina de Urbanismo I. A vila Prisma não acompanha as ações do MDMST e a vila Ecológica esteve afastada do movimento no último ano por problemas de organização comunitária. Neste sentido, ambas ficaram prejudicadas por não ter condições de estabelecer uma interlocução com as demandas da disciplina.

REFLETINDO SOBRE AS ANOTAÇÕES DE AULA E O PROCESSO

Estas notas de aula são uma avaliação dos processos de mudança e dos resultados obtidos, na disciplina Urbanismo I, ministrada a estudantes de sexto semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo.

O desconforto com as temáticas propostas e o pouco envolvimento dos estudantes com a realidade da cidade - demonstrado com o resultado burocrático dos projetos, realizados apenas com o objetivo de cumprir calendário e currículo, sem comprometimento em investir esforços, energia e criatividade no primeiro projeto urbano - levou-nos aos artifícios de mudar a área de trabalho; alterar as escalas e áreas da intervenção; aumentar ou diminuir as demandas nas entregas e painéis, enfim, um sem número de modificações e pequenas mutilações no resultado “esperado” do projeto. No entanto, essas medidas não produziam efeitos.

Por outro lado, no nosso trabalho de pesquisa em políticas públicas e habitação social, havia bolsistas jovens de iniciação científica que se envolviam muito com o trabalho, alguns voltavam para fazer o TCC com essa temática e realizavam trabalhos muito bons, com envolvimento com a comunidade, e mesmo mais tarde alguns chegaram a fazer suas dissertações de mestrado, sob minha orientação, com o tema da moradia social. Isso me levava a pensar na possibilidade de trabalhar, com os estudantes, em uma comunidade e tentar desenvolver o trabalho da disciplina junto com essa população. No entanto, me afastava dessa iniciativa a incerteza de alcançar “bons resultados” no projeto. Sentia insegurança em levar os alunos para um trabalho dessa ordem, que exigiria além do trabalho de paisagismo-desenho urbano, uma reflexão teórica maior, requerendo incursões pelo projeto da moradia, o que não é objeto da disciplina. A todas essas dúvidas acrescentou-se um problema real e difícil de transpor, ao longo dos anos: foi ficando cada vez mais difícil o acesso seguro às vilas devido à presença do narcotráfico, o que nos afastou ainda mais, por temer pela segurança dos alunos.

Então, em 2015, fiz parte da banca de qualificação de mestrado de uma estudante que tinha como tema os movimentos sociais de luta pela terra, em uma

área da cidade com um histórico de lutas pela terra e pela moradia. A estudante participava dos movimentos sociais, especificamente, o Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa (MDMST) e identificava a vontade dos moradores em contatar a universidade para requerer algum tipo de suporte para a qualificação da área da Vila. Ela se prontificou a me colocar em contato com a comunidade; debateu a questão com o movimento ao qual ela se integra e começamos a conversar a respeito. Nesse meio tempo, passei a ler sobre formas de ensino (autores desde a Bauhaus, Paulo Freire, Morin, Maturana e Dewey)

No segundo semestre de 2015 conversamos com os estudantes da disciplina, perguntando a eles como entenderiam, e se abraçariam, o desafio de trabalhar com uma área de baixa renda, considerando as dificuldades presentes em um projeto dessa ordem, principalmente porque a Faculdade não oferece suporte de nenhuma ordem para o envolvimento com essa temática e faixa de renda, no currículo. Surpreendentemente, a resposta dos alunos foi quase unânime em dizer “sim”, que gostariam muito de trabalhar com a população, e a temática dos quais se sentiam afastados, o que viam como uma grande lacuna na sua formação, pois não conheciam essa parte da sociedade, nem suas necessidades de moradia. Os que disseram “não”, argumentaram que talvez isso fosse apontar para os moradores possibilidades de melhorar as condições de vida que nós, como universidade, não poderíamos oferecer, e que isso seria muito frustrante para as populações.

Finalmente, no primeiro semestre de 2016, resolvemos encarar o desafio de tratar a área na disciplina. No início do semestre, esse histórico foi discutido com os alunos, colocando que, se eles aceitassem trabalhar com essa temática, estaríamos entrando em um processo que demandaria um grande esforço, por três principais razões: 1) minha inexperiência em orientar esse tipo de trabalho, ou seja, desenvolver um trabalho de caráter urbano amplo, 2) por se tratar de estudantes de sexto semestre; sem prévio conhecimento de projeto urbano de qualquer ordem; sem conhecer a habitação social ou as favelas; sem noção da problemática associadas às redes (transporte, água, esgoto, iluminação, etc.); sem conhecer bibliografia específica; 3) a insegurança dos estudantes na Vila escolhida para a intervenção e o desconhecimento dos moradores e dos ativistas políticos envolvidos com a Vila.

Os estudantes se mostraram interessados na temática, e desafiados com a idéia de trabalhar diretamente com a população e na área informal, e decidimos realizar o trabalho.

A Vila União, junto com outras 4 comunidades, está situada no Morro Santa Teresa e agrega muitos territórios, que foram se estabelecendo e se estruturando ao longo dos anos, ora em diálogo, ora em conflito, a partir das ações dos seus moradores, vividas no plano do cotidiano, e das ações (e não ações) estatais que, direta ou indiretamente, influenciaram seu desenvolvimento. Hoje, em uma parcela da área do morro, os assentamentos informais dividem o espaço com um rico patrimônio natural e cultural e com as funções institucionais da Fundação de Atendimento Socioeducativo

– FASE.

Os assentamentos informais do morro Santa Teresa, iniciaram na década de 1960, junto com a instalação das primeiras antenas de TV na cidade. Eles estão localizados em cinco núcleos dentro da matrícula da FASE: Vila Gaúcha, Ecológica, União Santa Teresa, Padre Cacique e Prisma. Juntas essas comunidades reúnem aproximadamente 1.300 famílias e 3.500 pessoas. São comunidades distintas, tanto socialmente quanto territorialmente. A Vila União, assim como a Vila Gaúcha e a Vila Ecológica, é constituída de populações mais carentes, com ocupação mais densa, com vielas e grandes declividades. Já as Vilas Padre Cacique e Prisma, além de serem menos vulneráveis socialmente, são ocupações mais esparsas, de lotes maiores e acessos mais adequados.

Na sala de aula, realizamos um seminário, com a leitura de um texto de Nikos Salingaros sobre habitação social (SALINGAROS, 2006) onde o autor e seu grupo de pesquisa, debatem questões politico-ideológicas e formais para a moradia e os espaços públicos das favelas latino-americanas dentro de princípios de desenho, redes e complexidade sócio-espacial, tivemos um encontro com a líder comunitária e com a mestrandia militante do MDMST. Houve uma longa discussão sobre a luta dos moradores da vila União, sobre o sentido da luta política e a necessidade de manutenção dos espaços de moradia, que foram pouco a pouco sendo construídos. A moradora relatou a necessidade de ter um lugar para morar, o que resultou na ocupação do morro, passando pela sua luta cotidiana por serviços básicos e os momentos mais tensos de resistência e defesa da terra. Essa discussão interessou muito os estudantes que fizeram muitas perguntas, intrigados com muitas situações sobre as quais nunca haviam se interrogado do ponto de vista econômico, social e ou espacial, da casa e da cidade.



Figura2: Topografia da Vila União Santa Teresa –

Fonte: Azevedo, 2016.



Figura 3: Vila União Santa Teresa: visita dos alunos na área de estudo

A Vila União possui 149 domicílios⁵ em um território de aproximadamente 2,4 hectares caracterizado por declividade alta, vias estreitas e descontínuas. Com relação à infraestrutura, não há rede de esgotamento sanitário e nem sistema de drenagem. Segundo relato da líder comunitária, muitas das melhorias ocorridas na vila são obras realizadas pela própria comunidade, como valas para drenagem, bocas de lobo e algumas escadarias. As redes de abastecimento de água e de energia elétrica, demandas antigas da comunidade, foram instaladas em 2015. A Vila não possui equipamentos públicos no seu território e a comunidade utiliza o “campinho”, uma área vazia no alto do morro, para a realização das atividades comunitárias, como a festa de “Inauguração da Luz” que comemorou a iluminação pública no morro e as festas de “Dia das Crianças” e “Ano Novo”. As situações de risco, decorrentes da existência de corpos hídricos associados à declividade e à ocupação nas margens dos arroios, são algumas das fragilidades cotidianas conhecidas pela comunidade.

Sobre a renda familiar, sabe-se que cerca de 89% dos domicílios tem renda

5. Dados da Secretaria de Habitação e Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul, 2015.

mensal de até três salários mínimos, e, dentre as pessoas em idade economicamente ativa, 55% trabalha com carteira assinada, é funcionário público ou autônomo. As famílias da comunidade estão organizadas em uma Associação de Moradores e se articulam a outras redes institucionais e espaços de gestão participativos como o Conselho do Orçamento Participativo, o Conselho de Saúde, além de possuir uma relação próxima a movimentos sociais organizados, como o Movimento dos Sem Terra (MST) e o Fórum Estadual de Reforma Urbana, por exemplo.

Na próxima aula após a conversa com a líder comunitária fizemos uma visita à Vila (a turma da disciplina, um mestrando em estágio discente, a mestranda e ativista do MDMST e eu), guiados pela líder comunitária e pela mestranda ativista do MDMST. Fomos com o ônibus da Universidade até um ponto intermediário entre a base do morro e a parte alta, percorrendo, a pé, toda a Vila. Era a manhã de um dia de semana (terça-feira, entre 10h até aproximadamente as 12h) e os moradores deveriam estar trabalhando, pois as casas estavam fechadas. Conversamos com muito poucos moradores, principalmente mulheres. Os estudantes, munidos de plantas da área, anotaram e fotografaram as casas e demais pontos e elementos importantes do lugar: maiores declividades, pontos de esgoto a céu aberto, depósito de lixo, espaços abertos, vegetação significativa, vistas interessantes, as vielas, etc. Muitas coisas chamaram a atenção dos estudantes, mostrando o quanto essa é uma realidade desconhecida, mas três coisas foram marcantes: as ruas estreitas que não permitem nem mesmo a passagem de uma moto para a entrega de gás ou água; a ausência de comércio, salão de beleza, padaria, ferragem, etc. (a urbanidade) e a presença de muitos cachorros. Mas o que mais impressionou a todos foram as condições gerais do lugar e das moradias, muito pequenas, sem privacidade e espaços públicos quase inexistentes.

De volta ao trabalho em sala de aula, o entusiasmo dos estudantes não diminuiu mesmo quando, ao analisarmos a área, nos deparamos com a difícil topografia e com nossos poucos recursos para trabalhar com ela. Embora a declividade do terreno fosse observada e sentida na visita à área, a topografia como uma questão significativa, e quase impeditiva do trabalho, só apareceu como problema à medida que fomos aprofundando o estudo e que os primeiros passos do projeto começaram a ser dados. A dificuldade se manifestou desde a falta de conhecimento para resolver manualmente as plantas para traçar o sistema viário e “visualizar” as movimentações de terra necessárias, como para fazer uma maquete eletrônica, pois os programas conhecidos, e disponíveis, não eram muito amigáveis.

Uma das estudantes chamou uma amiga geóloga, formou um grupo com vários colegas da disciplina e foram novamente à área. Esta visita à área foi de grande valia para a disciplina, funcionando como um detalhamento do olhar, mais específico sobre o solo o que, devido à topografia, foi importante para definir tecnicamente as intervenções. Esta mesma estudante apresentou os resultados desta visita à área (explicações sobre o que aprendeu: tipo de solo presente, como ele funcionaria, etc.) em uma apresentação para todos os colegas, na sala de aula. Essa experiência

foi muito interessante, porque passou a reforçar um vínculo entre os estudantes de trocarem entre si informações e ajudarem-se uns aos outros.

O problema com a topografia foi contornada com aulas e assessoramento sobre topografia, basicamente correção de curvas de nível. Estas aulas foram ministradas junto com um bolsista do mestrado, que fazia estágio docente na disciplina e havia trabalhado com urbanização de favela no seu projeto de diplomação (TCC). Utilizamos o método detalhado por Mascaró, de manualmente identificar as curvas e retificá-las, a partir da criação de um escalímetro em papelão (MASCARÓ, 2001), o que foi bastante eficiente, mas muito trabalhoso, tomando muito tempo de todos nós.

Foi criado um Dropbox para a turma e todas as fotos, levantamentos, plantas e mapas, dados e informações sobre a Vila e as aulas foram colocadas. Obtivemos levantamentos, estudos e dados sobre a área, conseguidos com os militantes do movimento de defesa do morro, o que foi um privilégio, pois conseguimos as informações sem termos que levantá-las, tais como: as plantas com a localização das casas; o levantamento do número de habitantes, faixa etária, renda, gênero, o mapa topográfico, etc.

A ementa da disciplina Urbanismo I, contempla conteúdos, na formação do estudante de arquitetura que abrange de maneira ampla os estudos da paisagem, com ênfase nos espaços abertos, como segue: “Arquitetura paisagística: conceituação teórica e elaboração de propostas com vistas aos conhecimentos básicos necessários à intervenção no espaço aberto de uso da comunidade. Ecologia. Espaço urbano; paisagem urbana; diagnose do espaço urbano; espaços abertos e espaços fechados; categorias dos espaços abertos; equipamentos comunitários; espaços especiais. Evolução do espaço aberto e espaço verde. Recreação, lazer e patrimônio cultural. Estudo plástico da vegetação”. Essa ementa deve ser contemplada ao longo de um semestre de quinze semanas, através de seis horas semanais de aulas, tendo como resultado um ante-projeto urbano com algum detalhamento. Os objetivos da disciplina permitem, uma interpretação que abre espaço para a incorporação de abordagens mais amplas, como a adotada no semestre, e afirma que a disciplina “visa, através do desenvolvimento de conteúdos teóricos e do trabalho de prática em ateliê, introduzir o estudante no trato das variáveis de organização do espaço urbano através do desenvolvimento de Projeto Urbanístico.

Normalmente, a disciplina vem sendo desenvolvida em cinco etapas, quatro delas com trabalho em grupos de três estudantes (eventualmente quatro) e a última etapa é individual. O desenvolvimento ocorre da seguinte forma: 1- (atividade em grupo) leitura, proposta conceitual e diretrizes para a intervenção na área de trabalho; reflexão sobre a área e seu significado histórico-cultural-econômico; 2- (atividade em grupo) projeto urbanístico, diretrizes na macro escala, soluções para as conexões da área com o entorno, circulação (pedestres, veículos), volumes e morfologia, soluções urbanísticas e paisagísticas; 3- (atividade com toda a turma) elaboração coletiva do projeto urbanístico, processo de “colagem” das diferentes propostas oriundas dos diferentes

grupos e construção de uma segunda reflexão, a partir do resultado, sobre a área e seu significado histórico-cultural-econômico; 4- (atividade em grupo) desenvolvimento final, quando o projeto retorna aos grupos originais para ser desenvolvido, reinterpretando o conceito, as diretrizes e propondo novas soluções a partir da elaboração coletiva; 5- (atividade individual) detalhamento, é a etapa final, a partir de um recorte da proposta resultante da Etapa 4, a qual é objeto do detalhamento, e cuja solução final alcança as escalas de detalhe do objeto arquitetônico (1:100, 1:50, 1:10).

O trabalho chegou até agora (final de outubro de 2016) a desenvolver a correção das curvas de nível, o lançamento do sistema viário e das diretrizes gerais. Os estudantes continuam muito interessados e atuantes, pesquisando e trazendo contribuição para a sala de aula. Os primeiros painéis dos alunos, com diretrizes gerais, além de trazerem suas propostas apresentaram referências projetuais sobre experiências de urbanização de favelas e regularização fundiária em vários locais, no Brasil e internacionalmente. Embora a referência às soluções projetuais da Elemental-Aravena tenha sido uma constante, muitos outros projetos, que incluem os espaços urbanos foram trazidos. O mestrando em estágio docente fez uma interessante pesquisa sobre projetos, urbanos e habitacionais para assentamentos irregulares, ao redor do mundo, o que foi apresentado em uma aula. Tivemos uma outra aula com debate sobre os princípios de desenho propostos por Salingaros (2006), associando sua análise da complexidade às análises de Morin (2002) sobre conhecimento e complexidade. Foram discussões difíceis, mas importantes para a compreensão das questões ideológicas e políticas, além, obviamente, das questões de projeto. No geral, durante todo o semestre até aqui, tivemos sempre aulas dialogadas. Nos assessoramentos aos projetos, nos grupos, quando uma questão pudesse ser do interesse geral, se parava o assessoramento e abria-se a discussão para toda a turma. Os estudantes tornaram-se muito cooperativos entre si, o que tem sido considerado já um ganho do processo.

No dia 19 de novembro, um sábado, foi realizada uma caminhada no morro, pelos ativistas do MDMST, a de número 13. Foi uma caminhada que envolveu as demais Vilas do morro, não apenas a Vila União. Vários estudantes foram à caminhada, o que os levou a valorizar ainda mais a relação com a comunidade, a identificar e reconhecer o valor da paisagem e da vegetação presentes, reforçando o espírito de trabalhar e lutar pela qualificação sócio-espacial da área. Essa caminhada ocorreu já em um período de ocupação da Faculdade de Arquitetura, momento em que uma outra luta suspendeu as aulas da disciplina.

REFERENCIAL TEÓRICO: OS AUTORES E A SUA APROPRIAÇÃO

As argumentações e reflexões teóricas são aqui trazidas com o objetivo de apresentar o framework que guiou o pensamento e a intervenção. Ele é produto de leituras e questionamentos suscitados pelo contato com uma literatura que vai aparecendo como referência, à medida que as idéias vão sendo colocadas. Surge

também do diálogo com os estudantes e suas inquietações sobre a arquitetura e os espaços urbanos dos mais pobres e, igualmente, do trabalho de muitos anos com as populações e as áreas de favelas e vilas, em Porto Alegre. Paralelamente, e partindo de diferentes conceituações do que seja a paisagem urbana hoje, e o seu estudo enquanto urbanismo-ecologia-paisagem, sobre a cidade dividida, onde as diferenças sociais são gravadas fisicamente no espaço, atingindo moradores e aqueles que se envolvem, de várias maneiras com as coisas da arquitetura, do desenho, do projeto e de sua complexidade, busca-se apontar caminhos de aprofundamento do conhecimento através da construção de análises críticas.

Especificamente, sobre a habitação social, surgiu, no Brasil e na América Latina nos últimos anos, um debate que apresenta resultados surpreendentes sobre as formas adotadas pelas políticas urbanas de habitação que, propondo a urbanização de favelas, vem passando pelo questionamentos: serão estas as melhores propostas para abrigar os pobres? Essas recentes avaliações tendem a identificar, nas ações pontuais e de curto prazo promovidas pelo Estado, a impossibilidade de soluções mais completas e amplas, com efeitos significativos sobre a cidade como um todo. Os problemas daí decorrentes vêm sendo apontados por diversos autores, que reivindicam ações que se façam sentir em toda a cidade, criticam a flexibilização de padrões urbanos e habitacionais, apontam a importância de que políticas sociais de habitação combatam a pobreza e promovam a saúde (FIORI et alli, 2007; SMOLKA, 2003; MASCARO, 2004; CLICHEVSKY, 2003; Bassanesi, 2010; OMS, OPAS(2009). Outros autores, ainda, apontam que as políticas de habitação baseadas em modelos desenvolvidos e implantados de-cima-para-baixo não conseguem atingir o cerne dos problemas da escala urbana, pois ignoram a relação entre as dinâmicas físicas e sociais, desconsiderando o papel representado pelo ambiente físico na relação complexa que emerge do ambiente social (SALINGAROS, 2006; SOUZA, 2002). Estes autores chamam atenção para a idéia do que seria tratado por Chauí como o discurso competente⁶. E há, ainda, autores que apontam os resultados pobres alcançados, com soluções que aumentam os problemas das cidades, sem significar um resgate da função básica e social da propriedade (BAIERLE, 2005; IBAM, 2004). Urge, portanto, entender, interpretar e avançar nas ações da universidade em sua tríade de ensino-pesquisa-extensão com o objetivo de orientar a administração pública e a melhorar a

6. O “discurso competente” é um termo utilizado pela cientista social brasileira Marilena Chauí para descrever a atitude de pesquisadores e especialistas que reivindicam a “competência” para tratar de temas da realidade, mas negam, de maneira autoritária, à população ou às pessoas comuns, o direito de se pronunciarem e de decidirem sobre certos “saberes” identificados como particularidade da academia ou sobre os quais é necessária uma versão elaborada, justificada, “correta”. (CHAUI, 1993). Ultimamente, tem aparecido uma crítica ao discurso ambientalista como uma outra forma do discurso competente que institui maneiras “corretas” de utilização da natureza, onde a “paisagem” e a “proteção ao verde” são reivindicados para a potencialização dos lucros imobiliários, transformando os espaços de viver em espaços de uso apenas. (Ver a respeito o artigo de Itamar R. Vieira Jr., O Discurso “Verde: Produzindo Espaço, Vendendo a Paisagem.” Disponível em: <www.geoambiente.ufba.br/seminar_itamar>, e a elaboração de Acselrad, sobre os discursos justificadores, segundo o qual um consenso urbano espacial que busque se estabelecer legitimado nos propósitos do equilíbrio da biosfera e da garantia de vida para as futuras gerações é a justificativa da crescente necessidade de prevenir “os riscos” de ruptura sócio-políticas em cidades crescentemente fragmentadas pelos processos de globalização e de acumulação flexível.” (ACSELRAD, 2001)

vida de todos os moradores urbanos. .

Assim, as perguntas sobre como criar, através dos projetos, a síntese entre “justiça social” e “espaços da esperança” ou como é possível manipular, positivamente, no nível do projeto e no nível acadêmico-didático, os questionamentos e as reflexões sobre a arquitetura e os espaços urbanos que alimentam e inspiram à emoção? Como entender a acomodar, no desenho, o espaço em sua interação dialética e dialógica com o social, abandonando as formas arbitrárias e de-cima-para-baixo que orientam nossa arquitetura e as cidades, hoje? Quais as maneiras pelas quais o produto do nosso conhecimento-trabalho (o projeto) pode produzir a cidade que é justa, includente, capaz de gerar prazer, bem-estar, saúde? Que olhares podemos acompanhar na busca da síntese projetual que incorpore ética e estética? É possível criar uma metodologia de ação de-cima-para-baixo que consiga o diálogo e a síntese com o que é desenvolvido “de-baixo-para-cima” co-produzindo e co-operando na cidade?

Essas questões, importantes no campo do urbanismo, requerem manifestação tanto através da legislação como do projeto, e deveriam se manifestar como expressão política na busca de justiça sócio-espacial (FAINSTEIN, 2012) articulando-se nas ações e na realidade cotidiana, dos orçamentos limitados, em um país com tantas desigualdades econômicas e sociais como o Brasil. Quais são as múltiplas articulações e o protagonismo requeridos no processo de transformar os espaços urbanos em “espaços humanos”, recebendo o apoio do conhecimento acadêmico para desenvolver o que já é conhecido da população?

Partindo da análise do espaço aberto utilizam-se três princípios desenvolvidos por Salingeros (SALINGAROS, 2009) que podem ser traduzidos em regras práticas de desenho e que são aqui representados como “palavras-chave” da estrutura conceitual do trabalho, e, por consequência, do projeto resultante: (1) nós - a teia urbana é ancorada em nós de atividades humanas cuja interconexão constitui a teia; (2) conexões - onde pares de conexões se formam entre nós complementares, e não entre nós semelhantes e (3) hierarquias - quando lhe é permitido, a teia urbana se auto-organiza criando uma hierarquia ordenada de conexões em vários e diferentes níveis da escala. O resultado (projeto) busca propor projetos para diferentes partes da favela com o objetivo de oferecer áreas específicas para usos e funções: estacionamento, moradia e espaços públicos coletivos estruturadas a partir da compreensão dos conceitos e da aplicação das regras daí emanadas, ao desenho. As conclusões apontam as possibilidades metodológicas e didático-pedagógicas da proposta, e, infere-se que nas situações de materialização da proposta metodológica, como método de elaboração de projetos de intervenção nestas áreas urbanas, deverá ocorrer a participação efetiva da população nas decisões de projeto, na alocação e na implantação dos espaços públicos e dos espaços privados, nesta ordem. Ao reconhecer que as cidades são lugares determinantes na reprodução das relações sociais, a proposta apresentada pergunta ainda sobre as alternativas do futuro urbano e o significado da justiça neste contexto (FAINSTEIN, 2012).

Com base nestes princípios, faz-se uma reflexão ao mesmo tempo em que se descreve uma aplicação prática. Em um estudo sobre a Vila União, em Porto Alegre, busca-se a articulação em dois níveis da análise: o primeiro, de natureza fundamentalmente metodológica sobre a organização do método de leitura crítica do espaço urbano e seu entorno; o segundo, relativo à validade do método em termos didáticos, onde se avançam algumas considerações sobre a relação ensino-pesquisa-extensão. A metodologia privilegia a leitura crítica dos elementos morfológicos, ambientais e perceptivos buscando interpretar as possibilidades de estruturação da paisagem da cidade informal, em integração com a cidade formal e em resposta às necessidades sócio-espaciais específicas das populações envolvidas.

A CIDADE COMO PAISAGEM

O desenho necessário à cidade é aquele capaz de dar significado à paisagem através do desenvolvimento das relações e conexões entre todos os seus elementos. A identificação do que seja o bom espaço é dependente da maneira como seus diferentes “elementos” constitutivos (sejam eles estruturas, atores sociais ou relações) se organizam no espaço e, nesse movimento, são igualmente por ele estruturados. A dificuldade em “desmontar” a cidade em suas partes, para submetê-la à análise e entendê-la ressalta, para quem quer ver, a complexidade constitutiva do urbano e da sua mais óbvia manifestação, a paisagem.

A cidade e sua paisagem são produtos da transformação da natureza que ocorre de maneira coletiva, pelo trabalho humano. Nesse processo cria-se o espaço da urbanidade, através de interações sociais, tecnológicas, de desenho, políticas, econômicas dos usos e das formas que acontecem no sítio ao longo do tempo. No dizer de Milton Santos “o espaço é uma instância da sociedade. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por elas contido” (SANTOS, 1987) É ainda nesse sentido que os processos sociais representativos de uma sociedade num momento histórico determinado são resolvidos através de formas. Essas formas são básicas para a constituição da sociedade, já que não existe sociedade a-espacial e “a paisagem é a configuração espacial e a maneira como os objetos se dão aos nossos olhos, juntamente com os processos representativos da sociedade num momento determinado.” (SANTOS, 1987)

Ao considerar a complexidade urbana, a busca de possíveis respostas para a intervenção toma caminhos de reflexão teórica e de prática de projeto, já que o projeto urbano deve atender a toda a população envolvida com a vida na cidade. A busca da orientação teórica, para tratar a cidade não tem o objetivo de tentar controlá-la, porque seria loucura, mas de entender o que pode e deve ser feito para incentivar o desenvolvimento e qualificá-la, no caminho imprevisível (e irreversível) que a urbanização tem assumido. Continuando nesse esforço de compreensão

teórica sobre as coisas da cidade e na busca daqueles elementos que poderão vir a constituir cidades saudáveis-boas-democráticas-belas-republicanas-participativas seria possível introduzir as questões dos novos paradigmas teóricos colocados Morin (MORIN, 2009). Se a A idéia de um texto “tentativa-de-provocar-a-discussão” coloca a importância do conhecimento para uma intervenção melhor ajustada ao objeto, um objeto complexo como a cidade, vai exigir um conhecimento igualmente complexo, reflexo-reflexão da realidade que se quer conhecer. A idéia de que conhecer é um fenômeno vital para o ser humano pois permite introduzir a relação entre organismo e meio (em todos os sentidos possíveis desde do ponto de vista ecológico-paisagístico, da relação casa-cidade, do indivíduo saúde-ambiente-cidade-economia); os sentidos da casa e da cidade; a relação com o “ser” e a identificação de que organismo e meio vão mudando juntos, de maneira congruente ao longo da vida do organismo e ao longo do tempo, para o “meio”, e que as mudanças ocorrem de modo que cada um (organismo e meio) fluem no encontro-desencontro com o outro, conservando sua organização, adaptação, mutação, alteração, prazer, sofrimento, no processo. Para Maturana, “somos como somos em congruência com o nosso meio e o nosso meio é o que é em congruência conosco” (MATURANA, 2009) seria uma grande lição a ser aprendida aqui em paralelo com a explicação de espaço de Milton Santos, segundo a qual, espaço e sociedade mudam-se e transformam-se mutuamente no processo de constituição/construção sócio-espacial, passando a ser, ambos, coisa física e sociedade, o espaço particular de cada grupo/sociedade/espacialidade (SANTOS, 1987).

Assim, conhecer seria o primeiro passo para uma atuação equilibrada no meio urbano. E nessa leitura, embora a resposta projetual não esteja presente como desenho, nem mesmo como diretriz, o encaminhamento (poderíamos falar em metodologia?) seria o re-conhecimento da ação. No pensamento de Morin a apreensão da realidade se dá a partir dos sucessivos olhares (re-conhecimentos) da ação sobre a realidade. Ou seja, um conhecimento é feito a partir do olhar que investiga as sucessivas transformações que acontecem a partir de sucessivas ações sobre o real. Os estudos atuais sobre a evolução dos espaços urbanos têm sido permeados por questões desse tipo, desafiando os planejadores que tentam identificar os elementos capazes de criar o espaço de qualidade, saudável, bom, agradável, belo e onde as teorias do desenho urbano aparecem como uma das partes no encaminhamento da discussão.

O ESPAÇO PÚBLICO

O que temos aprendido até aqui com as teorias (de desenho e composição) que nos são oferecidas é que devemos seguir as regras ou leis que nos asseguram geometrias harmoniosas dentro de limites técnicos de projeto, que garantam composições significativas do ponto de vista do desenho e conexões com os

outros sistemas dentro da cidade. No entanto, os desafios existentes no tratamento do ambiente urbano provêm de variados fatores, os quais partindo das formas de apreensão e conhecimento da paisagem sobre a qual se deseja intervir chegam ao ato projetual através do entendimento desenvolvido pelos diferentes agentes do desenho e de seus alinhamentos ante as distintas tradições de planejamento. Mais do que tudo, o desenho é dependente do entendimento que se tem do espaço urbano, e esse entendimento, por sua vez, é dependente do modo particular, ou da ideologia, que leva o projetista a “ler” o espaço dessa ou daquela forma, intervindo a partir do entendimento daí proveniente, em um processo que é identificado como top-down, assumindo a perspectiva que se lhe aparenta a mais conveniente sob todos os aspectos considerados. No momento em que a fusão do ler-entender-propor acontece, o caráter do espaço a ser proposto é desvendado como resposta ao sítio e ao grupo social considerado: emerge o projeto.

As necessidades que emergem das reivindicações dos grupos mais pobres, que costumam produzir seus próprios espaços, nos interstícios abandonados dos centros urbanos ou nas periferias, são identificadas como proposições bottom-up. São os espaços sem regras, leis, padrões, ou projetos, mas que de maneira constante constroem parcelas importantes das cidades e abrigam número igualmente significativo de habitantes em vilas, favelas: nesses lugares a qualidade do espaço construído (as casas e os espaços públicos) mostra grande contraste com o resto da cidade, devido às dimensões, aos materiais, à falta de infra-estrutura e de serviços. É nessa interface que um processo complexo de articulação das esferas espaciais e sociais, convivem em contradição-articulação de diferentes lógicas na busca do sentido. O espaço urbano, assim identificado na sua diferença não é mais paisagem externa pertencente ao olhar, mas algo incorporado a partir da diferença e do contraste como uma das partes deste todo, lar urbano de pobres e ricos.

AINDA PENSAMENTOS, QUASE CONCLUSÕES

O contato dos alunos com a desigualdade territorial presentes nas cidades é um passo importante para que se possa intervir nos reais problemas a serem enfrentados pelo arquiteto urbanista. Para essa intervenção é indispensável enxergar a cidade para além do seu desenho (estética), buscando apreender dela, as forças que estão ativas e que definindo a forma de estar e de se apropriar da cidade (ética). O contato com a realidade da vila União Santa Teresa para além dos limites da sua ocupação, ou seja, a partir da sua história de formação, luta e resistência, a partir de uma articulação em rede (MDMST), para transformar a sua realidade territorial (seu espaço urbano), contribui para essa compreensão e para o exercício de compatibilizar estética e ética no exercício projetual.

Essa identificação metodológica (talvez ideológica) da diferença que compõe

a cidade dividida pode ser uma reflexão possível (e necessária) na construção da cidade emancipadora, caótica e heterogênea, complexa e inspiradora da autonomia. Lugar onde, por exemplo, mulheres sintam-se libertas dos velhos papéis, e gênero adquira um significado para a sociedade como um todo. Espaços onde as crianças possam sentir-se protegidas e liberadas a exercer sua criatividade e a especular, a desenvolver sua curiosidade abrigadas e seguras. Espaço onde raça, sexo e religião signifique para cada um e de cada um receba respeito e direito de exercício. Espaços onde cada um possa exercitar-se enquanto individualidade e ver espacialmente refletidas as diferenças, as ambigüidades, as contradições e os diferentes interesses possam se encontrar e conviver. Espaços aptos a desenvolver nossa capacidade de alterar o espaço e alterar nosso tempo, sem a opressão do trabalho. Espaços potentes para desenvolver nossa solidariedade e nossa responsabilidade em relação a cada “outro” com alteridade, como maneira de buscar a justiça social, no sentido que nos fala Harvey: protegendo o planeta para a vida, o prazer e a esperança das gerações presentes e futuras.

A história do MDMST aponta um esforço em promover um projeto elaborado com a sua participação, não por ser protagonista, visto que é uma articulação de diferentes atores, nem todos usuários, mas para garantir que o projeto seja resultado da sua leitura sobre a realidade daquele território, de modo a evitar um processo do tipo *top-down*. Contudo, ainda não há um projeto que incorpore o “tripé” do movimento. Este quadro pode ser interpretado como uma incapacidade de promover a fusão do *ler-entender-propor*, de maneira conjunta, como se pretendia através do Grupo de Trabalho (Decreto 49.256/2012). Foi diante deste contexto que o MDMST redirecionou as suas ações com objetivo de reunir elementos, técnica e reflexões, para “construir argumentos”, em nível de projeto urbano, à uma possível proposta *top down* que venha a ser apresentada pelo Estado. É neste momento que a extensão universitária urge como o espaço onde o movimento social e a academia se encontram, promovendo um processo de educação que contempla alunos, ativistas e professores. Uma educação emancipatória que pode contribuir muito para a promoção de políticas urbanas mais efetivas e menos excludentes.

POSSIBILIDADES FUTURAS DE EXTENSÃO

Com essa intenção, a proposta da disciplina aqui analisada se junta ao pensamento e aos objetivos da política nacional de extensão universitária, cujas diretrizes coadunam-se com os princípios da autonomia universitária, com os ideais da universidade pública brasileira e, portanto, de toda a sociedade brasileira. A proposta da disciplina coloca-se também como uma oportunidade de aprofundar uma reflexão sobre a importância da extensão, ainda mais, na atual conjuntura política e econômica do país, na qual cada vez mais se faz necessária a união de esforços para enfrentar os desafios sociais

postos. É nesta perspectiva que se aposta na integração entre movimentos sociais e academia na extensão universitária, dada através de metodologias de ensino capazes de promover mais que o encontro entre a teoria e a prática, mas o encontro entre a teoria e a real necessidade dos espaços urbanos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **A duração das Cidades – sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Ed. DP&A, Coleção Espaços do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 2001.

AGENDA 21 – **For Sustainable construction in developing countries – a discussion document** – CIB - The International Council for Research and Innovation in Building and Construction e UNEP – ETC - United Nations Environment Programme International Environmental Technology Centre. Chrisna du Plessis (org.), South Africa, 2002.

AZEVEDO, Karla Moroso. **Conflitos Territoriais Urbanos e as Estratégias de Resistência Popular para a Promoção do Direito à Cidade: O caso do Morro Santa Teresa – Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Propur- UFRGS, Porto Alegre, 2016.

BRASIL. **Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257**, de 10 de julho de 2001.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato, difusão da casa própria**. Ed. Estação Liberdade, São Paulo, 1998.

CLICHEVSKY, N. **Pobreza y acceso al suelo urbano. Algunas interrogantes sobre las políticas de regularización en América Latina**. Serie Medio Ambiente y Desarrollo, n. 75, 88 pp, CEPAL, 2003.

FAINSTEIN, S. **The Just City**. Cornell university Press, 2012. Ithaca, USA.

FIORI, Jorge et al. **Melhoria Física e Integração Social no Rio de Janeiro: o Caso Favela-Bairro**. In: FERNANDES, Edésio e VALENÇA, Márcio (Orgs.). **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro. Ed. Mauad, 2004.

MASCARÒ, José L. **O custo das decisões arquitetônicas**. Ed. Masquatro, Porto Alegre, 2006.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2001.

MATURANA, Humberto. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2002.

MATUS, Carlos. **Política, Planificación y Gobierno. Parte I. Organización Pan-Americana de la Salud (OPS) - Instituto Latino-americano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES)**, Washington, D.C., 1987.

MORIN, Edgar e LE-MOGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da Complexidade**. Ed. Fundação Petrópolis, São Paulo, 2000.

MORIN, Edgar e LE-MOGNE, Jean-Louis. **Terra-Pátria**. Ed. Sulina, Porto Alegre, 2002.

PICCININI, L.S. **Estudo sobre a flexibilização dos padrões urbanísticos e as formações sócio-espaciais informais**. Tese de doutorado. Propur- UFRGS, Porto Alegre, 2007

PICCININI, L.S. **Habitação social no Brasil 1930-2015: uma reflexão sobre os programas habitacionais**. IV Enanparq, 2016. Porto Alegre, RS

SMOLKA, Martin. **Regularização da ocupação do solo urbano: a solução que é parte do problema, o problema que é parte da solução.** In: Abramo, Pedro (Org) A cidade da informalidade – o desafio das cidades latino-americanas. Ed. Sette Letras, Rio de Janeiro, RJ, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade – uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001.

MORIN, E. É preciso educar os educadores. Entrevistas “Fronteiras do Pensamento 2014”. Acessado em março de 2016: <http://www.fronteiras.com/entrevistas/entrevista-edgar-morin-e-preciso-educar-os-educadores>

SALINGAROS, N. et al. **Habitação Social na América Latina.** Acessado em novembro de 2016, em: <http://docplayer.com.br/15795866-Habitacao-social-na-america-latina-uma-metodologia-para-utilizar-processos-de-autoorganizacao-introducao-por-livia-salomao-piccinini.html>

Santos, Boaventura de Sousa. **La universidad en el siglo XXI. Para una reforma democrática y emancipadora de la universidad.** Umbrales. Revista del Postgrado en Ciencias del Desarrollo, 15, 13-70. 2006.

SANTOS, Ma. **Espaço e Método.** Ed. Nobel, São Paulo, 1987.

SANTOS, Mb. **A Natureza do Espaço.** Ed. EDUSP, 2010.

UNESCO-MEC. **Educação um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasil, MEC, 1998.

VALERY, P. **Eupalinos ou o Arquiteto.** Ed. 34 Ltda., São Paulo, 2006.

A CARÊNCIA DO HABITAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NO DF/BRASÍLIA

Kenia de Amorim Madoz

Doutoranda, PPG-FAU UnB, Brasil
kemadoz@gmail.com

Marcos Thadeu Queiroz Magalhães

Professor Doutor, PPG-FAU UnB, Brasil
thadeu.unb@gmail.com

RESUMO: O artigo descreve a estrutura ontológica do habitar, desde o pensamento de Heidegger, ao afirmar que construímos à medida que habitamos, além de outros autores que tratam de relacionar a crise do habitar com a dos lugares. A partir desse entendimento e na busca em resgatar o interesse do habitar, avaliamos políticas habitacionais em Brasília, DF. Especificamente, evidenciamos o programa habitacional recente, Programa Minha Casa Minha Vida no Distrito Federal, implantado entre 2009 e 2015, e para isso, utilizamos os dados socioeconômicos e análises de pesquisa qualitativa, com os moradores do empreendimento, Paranoá Parque, destinado à população de baixa renda, faixa 1, implantado na Região Administrativa do Paranoá, e avaliamos o programa destinado à habitação de interesse social, à luz da essência do habitar e concluímos que apesar de alguns elementos presentes que poderiam promover o habitar no Paranoá Parque, são necessários instrumentos de indução de desenvolvimento urbano além da

participação ativa da população moradora.

PALAVRAS-CHAVE: Habitar. Lugares. Habitação de interesse social.

THE LACK OF DWELL IN PUBLIC POLICIES:
EVALUATION OF HOUSING POLICIES OF
SOCIAL INTEREST IN DF/BRASILIA

ABSTRACT: The article was proposed to describe the ontological structure of dwell, since Heidegger's thought that claim that we build as we inhabit, in addition to other authors that deal with and relate the crisis of the places. Since then understanding and in search for the rescue dwell's interest, We analyze the housing policies in Brasília, DF. Specifically, we evidence the recent inhabit program, Program My Home My Life in Distrito Federal, implanted in between 2009 and 2015, and for this, we use socio-economics data and qualitative research analyze with the residents of real estate development, Paranoá Park, implanted in Paranoá regional administrative, in order to evaluate the program intended for social interest housing of official interest, considering the essence of living and we conclude that although some present elements that could promote the dwell in Paranoá Park, its necessary urban development induction instruments in addition to the active participation of the resident population.

KEYWORDS: Inhabit. Places. Social Interest Housing.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta uma avaliação do programa habitacional recente, Programa Minha Casa Minha Vida no Distrito Federal, a partir do entendimento de que o “habitar”, apresenta uma essência, explicada pela ontologia de Martin Heidegger (1951). Nela o autor afirma que só podemos construir à medida que habitamos. O habitar cumpre para Heidegger, o papel de moradas e moradias, mas não só, a sua essência está no sentido do desenvolvimento do ser e seu cultivo em comunidade.

O objetivo principal desse artigo é apresentar o sentido ontológico do “habitar” e seus elementos, e levar ao entendimento de que, essa base, deva ser inserida em programas habitacionais, a fim de promover lugares com convívios sustentáveis, o qual acreditamos ser a forma eficaz de combater as crises de pertencimento e demais crises que tanto afetam os nossas cidades.

Temos ainda o propósito de apresentar, por meio de avaliação de política urbana recente em Brasília, um estudo específico do lugar, relativo ao programa habitacional de interesse social no DF, pós-ocupação, o qual fazemos por meio de uma discussão crítica do programa, aliado a dados socioeconômicos e de natureza qualitativa. Apesar de ser difícil avaliar qual seria a melhor escolha de lugares para implantação de programas habitacionais para o desenvolvimento sustentável e preservação da qualidade de vida nas cidades, temos uma clara convicção de que a densificação nos diversos lugares do DF em que há necessidade de construções de novas moradias, apresenta o potencial, daquilo que Parenaí (2008) ressalta seu papel de reordenar, reestruturar áreas urbanas, além de redistribuir usos e equipamentos, espaços públicos e privados, aproximar hábitos de transportes e serviços, demandar a tornar a vida cotidiana mais agradável, provocando enfim o desenvolvimento das qualidades urbanas.

Para a avaliação da carência do “habitar” nas políticas habitacionais recentes no DF, apresentamos, um estudo sobre o tema, desde Heidegger (1951), Bachelar (2008), Tuan (1983) e Augé (2010), os quais apresentam amplo conhecimento em torno da importância do habitar e sua essência.

A seguir, partimos do entendimento de que a produção do espaço é resultado de processos políticos, econômicos e ideológicos e que funcionam como mediadores vitais na produção e na reprodução capitalista, de modo que o espaço é produzido e conseqüentemente transformado segundo os interesses dos produtores, sendo assim, apresentamos um estudo histórico e crítico da expansão urbana no DF e enfatizamos o papel do Estado como principal responsável pela segregação socioespacial em Brasília. A segregação socioespacial é um tipo de processo espacial, que segundo Corrêa (1989), é definido pela divisão social do espaço, explicitado pela concentração

de tipos de população em uma comunidade. E nesse estudo, trata de espaços urbanos que se apresentam com pouca variação de classes sociais, constituindo-se na sua maior parte, por uma população de baixa renda e distantes do centro equipado e gerador de empregos.

Dessa forma, apresentamos uma descrição crítica da implantação de políticas habitacionais no DF, que pela carência da essência do habitar, continua a produzir lugares segregados socialmente, ainda que inicialmente algumas importantes perspectivas de pertencimento são constatados, embora para que o habitar ocorra de forma sustentável, são necessárias novas induções de desenvolvimento dos lugares, o que pode ser promovido pelas relações sociais e participações da comunidade atuando ativamente nas gestões das cidades do DF.

DA ONTOLOGIA DO HABITAR À CRISE URBANA

Um dos eixos em que se pode compreender a essência do habitar, nos remete a uma ontologia estruturante do pensamento fenomenológico. Nesse sentido, o filósofo alemão, Martin Heidegger (1951), discute e aponta a direção da abordagem humanística em sua essência, a fim de aliar o ser e o tempo, como fundamentais para a compreensão do espaço em que vivemos.

Essa aproximação é fundamental para o entendimento do mundo das “coisas da vida” e das “coisas mesmas” que são expressões da atitude fenomenológica de Edmund Husserl, que tratava especificamente a questão do sentido do ser.

O resgate dessa discussão traz a problemática do espaço e sua relação com o mundo, e nos conduz à compreensão de que, na dimensão do espaço, especificamente o espaço geográfico, está intrínseco nele mesmo, o ser-no-mundo. O que Heidegger concebe, em sua obra intitulada “Ser e tempo” (*Sein und Zeit*), é a elaboração da questão do sentido do ser, na qual compreende que o ser do homem, chamado de *Dasein*, expressão alemã que significa, justamente, o “ser- aí” , é o “o ser- no-mundo”, que quer dizer que, não se separa do mundo:” o ser-aí “ local “do ser-no-mundo”.

Martin Heidegger em 1951, proferiu uma conferência “Construir, habitar, pensar” (*Bauen, wohnen, denken*), na qual a sua preocupação foi abordar a questão do sentido do ser, partindo da linguagem, “a casa do ser”, e afirmou, primeiramente, que o habitar somente se tornaria possível pela construção, ou seja, o construir, teria a finalidade de habitar.

O filósofo porém, em seus escritos, questiona, se uma construção, ou construções, trazem em si a garantia do acontecer “o habitar”, considerando que para Heidegger a sua essência seria as construções que não são uma habitação ainda continuam a se determinar pelo habitar, uma vez que servem para o habitar do homem. O habitar, em todo caso, é o que se impõe a todo construir. Dito de outra forma, habitar e construir

encontra-se, assim, numa relação de meios e fins. Pensando desse modo, porém, tomamos habitar e construir por duas atividades separadas, o que não deixa de ser uma representação correta, pois as relações essenciais não se deixam representar adequadamente através do esquema meio-fim. Construir não é, em sentido próprio, apenas meio para uma habitação. Construir já é em si mesmo habitar.

Algumas questões se apresentam para melhor esclarecer a relação entre construir e habitar, quais sejam, esse mesmo autor quem nos diz isso? Quem nos oferece de fato uma medida para dimensionarmos o vigor essencial do que seja habitar e construir? A resposta quem nos oferece é Heidegger, o autor desses questionamentos e nos diz que é pelo acesso à essência de uma coisa nos remete a linguagem, pelo vigor da linguagem. E explica que enquanto essa atenção não se dá, desenfream-se palavras, escritos, programas, numa avalanche sem fim, e o homem se comporta como se ele fosse criador e senhor da linguagem, ao passo que ela permanece sendo a senhora do homem. O que podemos depreender na concepção heideggeriana, é que a moradia se trata de um mero alojamento. A essência do habitar para o autor depende do “construir”, que é propriamente habitar, podendo ser entendido como cultivo, crescimento; no modo como as pessoas se comportam em um espaço e no sentido em que construir no significa edificar as construções, ou seja, fundar e instituir algo. Ao contrário daquilo que possamos pensar dos diferentes lugares, seja o lugar de trabalho ou o lugar em que moramos, nos dois casos, estamos habitando, pois o habitar, para o ser humano ocorre na medida em que cultiva, que constrói, que cuida.

Mas o que Heidegger, insiste no que vem a ser a essência do habitar, é a “permanência pacificada na liberdade de um pertencimento, o resguardo de cada coisa em sua essência”. Para o filósofo, o traço fundamental do habitar é esse resguardo, que perpassa o habitar em toda a sua amplitude, e o ser humano, desde que se propõe a pensar, ele habita, no sentido de-morar-se sobre a terra e pertencendo a comunidade.

A principal crítica de Heidegger sobre o sentido do habitar, é que deve usado em seu sentido pleno, pois trata de uma experiência única de cada ser humano e seu conhecimento. A ordem para a compreensão dos significados do habitar e do construir seria então, “não construímos porque habitamos, mas à medida que habitamos, construímos”.

O habitar para Gastón Bachelar (2008), em sua linguagem poética de ver o mundo, é a forma como nos enraizamos no mundo, sendo considerada a casa, o “nosso primeiro cosmo”, nosso primeiro universo dotado de lembranças afetivas e representações que nos constitui como sujeito. O filósofo defende que pelo espaço habitado, o ser humano começa a ter a imagem de si mesmo. Isso representa que “todo espaço habitado pelo sujeito, traz em sua essência, a noção de casa”, sendo que o sujeito que habita a casa, a vive como uma realidade e como um sonho. Para Bachelar a casa carrega em si a memória dos seus moradores e exerce a função de

orientação e ponto de referência, local de intimidade e que muito diz sobre o sujeito. O habitar está intimamente relacionado ao sentido de “lugar” sua origem relaciona-se a espaço ocupado e no sentido de estar povoado. O termo habitado vem de habitar, no qual acrescenta a ideia de espaço com um novo elemento, o homem. É aí que o espaço ganha significado e valor em razão da simples presença do homem, seja para acomodá-lo fisicamente, com o seu lar, seja para servir como palco de suas atividades.

Para Yi-Fu Tuan (1983), o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar, uma vez que as duas categorias não podem ser compreendidas uma sem a outra. E o que começa com um espaço, o dotamos de valor: o espaço transforma-se em valor à medida que, adquire definição e significado”, assinalando que quando o espaço é inteiramente familiar, torna-se lugar. O autor explica que os lugares são como “centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação. Afirmo ainda, que é pela dimensão temporal que podemos então conhecer um espaço, definindo-o e dotando-o de valor.

Além de Tuan, na atualidade é Marc Augé (2010), que contribui para o sentido de lugar, e o define como sendo identitário, relacional e histórico. E o seu contraponto seria aquele que não apresenta esses três elementos, nesse caso, seria o não lugar. Acrescenta que o valor dado a um lugar só é atribuído com o tempo, que é o responsável pelas experiências vividas. Explorando ainda mais a conceituação, o autor afirma que os fenômenos contemporâneos surgem em destaques para pensarmos a experiência do “não lugar”. Dentre eles, os deslocamentos impostos pela demografia e a economia mundiais, a urbanização em massa e ainda, os “espaços-residuais. Estes apresentam em comum, a perda do círculo social, embora o autor afirma que, o lugar recompõe-se nesses não-lugares, como forma de sobrevivência. Assim, as favelas, os cortiços, os assentamentos informais, com sua população de baixa renda, muitas vezes desenvolve o sentido do habitar por necessidade.

Retornando ao “habitar” de Yu -Fu Tuan (1983), o mesmo autor concorda com o que diz Heidegger (1951), no envolvimento do habitar não somente com a casa , mas a rua, o bairro e a cidade. Acrescenta que o conceito carece de maturação, pois para o seu entendimento é necessário uma pausa, um espaço interno, uma organização privada e segura. Assim o habitar se materializa também na estrutura física da casa, da moradia. O espaço em que ocorre o habitar também é produzido segundo Tuan, pelo habitante consumidor e criador do espaço. O habitante consumidor é o que tem como única saída, gerada pela falta de espaço habitável nas grandes cidades, a recomposição de um não-lugar. Podemos assim, pensar no não-lugar como aqueles lugares fechados, os condomínios, os shopping centers, os aeroportos, os muros e guetos, os subúrbios, as fronteiras etc. E sobre isso o autor já creditava que o “eu”, não se constitui mais por identificação a uma coletividade de pertencimento, mas ao contrário, como capacidade de se isolar de todo pertencimento. É sobretudo, o homem contra o cidadão. O “pertencimento” nesse caso desaparece, e nessa perspectiva,

a comunicação não teria mais sentido, a não ser do lugar do não-pertencimento social.

O sentido do habitar envolve as questões do ser e estar das pessoas em relação aos lugares em que vivem. A construção dos espaços urbanos no país, fruto de um crescimento rápido e desestruturado promoveu a disseminação da questão urbana, configurada pela não promoção do verdadeiro habitar urbano.

AS POLÍTICAS URBANAS NO DISTRITO FEDERAL E A CARÊNCIA DO HABITAR

A construção da Capital, Brasília, é sem dúvida um dos grandes marcos da estruturação no desenvolvimento do país. A exclusividade do planejamento, os recursos e todo investimento, propiciaram a concretização do projeto em uma realidade. Apesar disso, e mesmo o sendo o poder público detentor da maior parte das terras, a cidade apresenta os mesmos problemas das grandes metrópoles do país.

Para Gouvea (2010), a melhor maneira de entender esse quadro é pelas formas de ação do governo do DF, na área de habitação e do movimento popular, envolvendo as questões da renda da terra urbana e a questão ideológica, que têm grande destaque na forma de estruturação do espaço urbano de Brasília.

Partindo desse entendimento, procuramos estudar as políticas e suas formas de implantação, na busca pela compreensão dos fatores e carências associados a deflagração da questão urbana.

Convém aqui explicar o que vem a ser a questão urbana. O seu sentido é exposto por Schimidt e Farret (1986), que a identifica pela formação de um quadro de profunda concentração e desigualdades. Concentração populacional e de renda, de poder, de investimentos, de atividades industriais, de propriedade, e conseqüentemente de oportunidade de emprego. Os autores acrescentam que decorrem de tudo isso as desigualdades intersetoriais, inter-regionais e interpessoais, na medida em que as políticas são de fato seletivas, e decorrente disso, podemos verificar para o período atual, a instalação da crise do pertencimento, em que cada um existe em si e por si, individualmente, o que nada contribui para a construção do habitar.

Apesar da intenção desse artigo ser a avaliação de políticas habitacionais recentes, necessário é o resgate do tratamento dado pelo governo à questão habitacional e urbana para a população migrante que já se avolumava no período da nova cidade. Mesmo sendo planejada, os recursos e os investimentos se concentraram somente no seu centro, o Plano Piloto. E para a grande massa de migrantes na sua grande maioria composta por pessoas desqualificadas e sem recursos para empreender, restaram somente os acampamentos provisórios e as invasões, além de qualquer ocupação que aparecesse. As áreas marginais, populosas e povoadas cresciam a taxas superiores a 100%, passando de um total de 12.700 em 1956, para 127 mil pessoas em 1960 (Gouvea 2010, apud, Ferreira, 1985).

O espetacular crescimento trouxe o superovoamento para esses migrantes desprovidos de recursos e qualificação profissional. Nesse sentido, tais áreas poderiam ser denominadas aquilo que Marc Augé (2010), denomina de “não lugares”, onde o sentido de sobrevivência é o que sobressai nesses lugares e muitas vezes por necessidade é que surge a solidariedade. Por outro lado, a centralidade já foi devidamente configurada no Plano Piloto, o que segundo Monte-Mór (1980), era o “urbanismo de luxo”, utilizando recursos de dimensão político econômico para sua implementação.

No entanto, mesmo os não lugares do início da Capital, tais como os acampamentos dos operários e as invasões que acolhiam a intensa massa de migrantes, poderiam originar o sentido de lugares ao estabelecer por questão de sobrevivência os elementos de identidade, as relações entre as pessoas que precisavam de ajuda mútua e assim também, na composição histórica desses primeiros anos da construção da Capital. Porém, a marca registrada para esse período, e tantos outros, foi mesmo a remoção e a destruição desses primeiros espaços que poderiam se constituir lugares. Assim, de 1960 a 1979, segundo Gouvea (op.cit.), as remoções continuaram, como por exemplo, a Vila do IAPI com cerca de 80mil pessoas, foi removida, contra a vontade da maioria da população que teve que sair de um lugar próximo ao centro de trabalho dos membros da família, para outro, a Ceilândia, distante a mais de 30 quilômetros do centro, e sem a estrutura de infraestrutura e equipamentos urbanos para viverem. Dessa mesma maneira, outras vilas foram removidas e alocadas em diversos espaços do DF.

No entanto, poucos casos de mobilização dos moradores tiveram sucesso na sua permanência. Um deles foi o Núcleo Bandeirante, localizado a menos de 15 quilômetros do centro, constitui um exemplo isolado, segundo Gouvea outra consequência causada pelas intensas remoções de moradores, foi a perda da renda das mulheres e filhos menores, que ficaram sem ter como ir ao centro pela distância e custo do transporte.

O principal efeito dessa política de remoção foi se repetindo nos governos do DF, ao segregar físico e socialmente as classes populares nas áreas mais distantes e mal equipadas cidades satélites, desenvolvendo uma forma eficiente de controle social da população de baixa renda.

No governo militar a marca registrada foi a aplicação da setorização, a exemplo do Plano Piloto, nas diversas cidades-satélites, o que pode ser interpretado como alienação de moradias com a mesma intenção de controle social.

Sempre presente, a ideologia da casa própria foi um elemento largamente utilizado para fazer com que os moradores de favelas e inquilinos aceitassem a mudança para os locais mais distantes que o governo concedia. Era a forma de se transformarem em mutuários. Desse processo, restou a valorização dos imóveis das áreas centrais e das cidades satélites mais próximas e grande mobilidade da população para áreas mais distantes, no mesmo processo de remoção das favelas. A esse respeito, Marília Peluso (1999), afirma que a moradia, dentro das políticas habitacionais, particularmente, de Brasília, representou um conjunto de significados, não apenas relativo à habitação,

mas também a casa própria e seu significado na vida de cada um.

A autora explica que o conjunto simbólico, formado pela “casa própria” e seu significado na vida do indivíduo, fez com que “a materialidade do habitar transcendesse somente no objeto “casa própria” e se projetasse sobre relações sociais mais amplas, corporificando-as e naturalizando-as” (Peluso, 1999).

No período 1979 a 1983, a atitude do governo do DF, foi se aliar ao mercado imobiliário, aumentando os gabaritos das cidades e implantando os equipamentos urbanos e comunitários em setores de baixa renda, ocupados por população de maior renda, em detrimento dos setores mais populares, o que provocou impacto sobre a qualidade de vida nas próprias cidades satélites. Nesse período, incrementou a política de não oferta de moradias, acreditando que desta forma diminuiria o fluxo migratório, o que na realidade não aconteceu.

Ao contrário do esperado, houve o padecimento de centenas de favelas e sublocação de lotes unifamiliares em todos os núcleos urbanos do DF. A população de favelados no DF ficou em 85 mil pessoas, nesse período, segundo Gouvea (op.cit., 1999), o que era mais de 3,5 vezes mais que no período anterior, e outros contingentes que sublocavam moradias e moravam em loteamentos periféricos.

Nos anos de 1982 a 1985 segundo Gouvea (1999), os planos de governo com fins eleitoreiros, assentou cerca de 40 mil pessoas num período de três anos. Todavia a prioridade foi dada para a faixa de renda mais baixa o que propiciou o aumento do preço especulativo dos imóveis causando um processo de intensa mobilização. A política adotada pelo governo desse período foi priorizar uma determinada demanda vinculada ao conceito de déficit habitacional, e por não atender as reais necessidades da população, que são diferenciadas, intensificou ainda mais a segregação socioespacial no DF. Além disso, a ação governamental, não criou um estímulo para uma participação comunitária, o que para o governo seria descabido pois poderia, servir como instrumento de resistência à expulsão dos moradores. Pelo contrário, o governo sempre atuou para antecipar as reivindicações, contando as lideranças e exercendo controle social sobre a população.

A partir de 1986, período da Nova República, pode-se concluir pelos estudos do mesmo autor, que teve continuação da política do período anterior, qual seja, a de controle migratório e de oferta diminuta de lotes. Os preços dos imóveis aumentaram pela ação do governo em proporcionar especulação imobiliária, além da política inócua de mandar os migrantes de volta a seus estados de origem, pois em seus lugares de origem é que não havia condições para isso.

O programa “entorno com dignidade”, foi a alternativa adotada nesse período: baseava-se na construção de grandes conjuntos habitacionais em locais distantes, fora do DF, localizados ha mais de 70 quilômetros de distância do centro de Brasília. Uma marca também desse período foi o trato violento na remoção de favelas dentro do Piloto Piloto, (Gouvea,1988).

Desse período ainda houve a política de expansão urbana, entre os anos de 1985

a1988, com a denominada “Brasília revisitada”. Tal documento pode ser resumido a que somente as classes trabalhadoras não poderiam habitar nas áreas centrais. E dessa vez, a expansão ocorreu para as classes médias e altas morarem nas proximidades do Plano Piloto. E para os mais pobres, restava o “presente” do governo com fins eleitoreiros, que foi ofertar moradias em locais distantes dos centros de empregos, invertendo a lógica urbana e obrigando a população a despendar parte significativa de seu salário com o transporte diário.

Os planos de década de 1990 consolidaram segundo Paviani (2010), os anteriores e reforçou o modelo polinuclear e a bipolaridade entre o Plano Piloto e Taguatinga como centros complementares. E ainda, anunciou uma conurbação urbana em formação na direção do Plano Piloto, Guará, Taguatinga Ceilândia, Samambaia, reforçando o eixo de crescimento, que foi alinhavado com o eixo do metrô, com a criação de Águas Claras.

Para os anos de 1990 a 1994, vários parcelamentos urbanos de iniciativa do governo do DF foram implantados e, destes, três se constituíram em novas cidades satélites, quais sejam, Samambaia, Recanto das Emas e Santa Maria. Nessas localidades, a oferta maciça de lotes semi-urbanizados, desencadearam para um atendimento legítimo de uma demanda habitacional retraída excluída, além de veio acompanhada de uma baixa qualidade de vida, devido a escassez de recursos para a implantação de infraestrutura e equipamentos comunitários (Paviani, 1998). Segundo a autora, a disposição rarefeita desses assentamentos acarretou grandes custos sociais e de extensão de redes de infraestrutura e equipamentos.

Soma-se a esse, restou somente para a poluição de baixa renda o processo de autoconstrução caracterizada com de baixa qualidade de moradia, uma vez que para o período não houve políticas públicas distritais e federais para a edificação das habitações. Para os anos de 1995 a 1998, a política habitacional se assemelhou aos governos anteriores, na qual consistia a transferência da população de invasões para acampamentos precários na periferia. Apesar disso, o programa habitacional desse período teve o mérito de regularizar 70 mil lotes em condomínios e quase cinco mil endereços que estavam irregulares. Além disso, priorizou-se para os condomínios de classe média a infraestrutura urbana.

De 1999 a 2006, o governo do DF aplicou a mesma sistemática de distribuição de lotes semi urbanizados. Para França (2015), o programa concedia a entrega de lotes sem nenhuma capacidade técnica e subsídios financeiros para as famílias construírem sua moradia, o que acentuava a gravidade da qualidade urbanística e ao atendimento das necessidades sociais das famílias que apresentavam graves situações de vulnerabilidade social. Destaca-se que as concentrações da política de entrega de lotes ficaram nas administrações de Santa Maria, Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo II, consideradas como regiões onde a maioria da população é de baixa renda.

A seguir apresentamos um estudo crítico e avaliação do programa Minha Casa

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS RECENTES NO DISTRITO FEDERAL

Primeiramente devemos nos ater que para anos 2007 a 2010, o destaque na área habitacional foi a destinação de mais de seis mil lotes para a construção de casas ou apartamentos por meio de cooperativas de moradia nas regiões administrativas de Ceilândia, Samambaia, Riacho Fundo II e Santa Maria, sendo que as construções das unidades habitacionais eram realizadas pelas mesmas cooperativas.

Para os anos de 2009 a 2011, mesmo com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida -PMCMV- do governo federal em sua primeira fase, não houve nenhuma contratação no DF, de projeto habitacional com financiamento federal direcionado a faixa 1, faixa de menor poder aquisitivo. Em sua maioria, os empreendimentos contratados foram somente aqueles enquadrados nas faixas de renda de 2 a 3, e em especial a faixa 3, de 5 a 10 salários mínimos. Quanto à localização dos empreendimentos, estes estão localizados nos eixos Oeste e Sul do DF, nas Regiões Administrativas do Gama, Samambaia e Santa Maria.

A explicação que tem sido dada sobre a preferência a contratação da faixa de renda mais alta é a de que com o alto preço da terra urbana no DF ocorre dificuldade em encontrar construtoras interessadas a operacionalizar o programa da faixa 1. No entanto, não parece ser realmente esse o motivo, considerando que a grande parte das terras pertence ao GDF, o que ao contrário iria é facilitar essa contratação das faixas mais necessitada. Além disso, vale destacar que para as faixas de renda enquadradas nas faixas a 2 e 3 e até mais alta, outros programas e financiamentos já operavam e operam no mercado privado de imóveis.

De 2011 a 2014, observa-se a maior contratação de investimentos habitacionais no DF, que coincide com o lançamento da segunda etapa do PMCMV. Nessa nova fase, os projetos habitacionais direcionaram nas seguintes RAs: Águas Claras, Samambaia, Ceilândia, Riacho Fundo II, Santa Maria e Paranoá. Enfatizamos mais uma vez que a sua quase totalidade dos projetos implantados, mais de 95% deles, foram direcionados para atender as faixas 2 e 3 do programa, continuando dessa forma, a não atender a maior parcela da população inscrita no programa de habitação de interesse social no DF, que é composta por 82% da demanda, com rendimentos de até R\$ 1.600,00 Reais, que estaria nesse caso na faixa 1 do programa.

Em 2015, houve o lançamento do Programa “Morar Bem” no DF, com financiamento do PMCMV. Nesse caso visa a atender famílias que recebem até doze salários mínimos, ou seja, renda bruta até R\$ 9.456,00, e cabendo à Secretaria de habitação e regularização fundiária do DF, SedHab, o planejamento do programa e à Companhia de desenvolvimento habitacional-CODHAB, o cadastramento das

famílias e sua execução.

Partindo dos dados de 2010 por domicílios permanentes no DF, da Fundação João Pinheiro (FJP), informam a demanda total de 126.568 mil unidades, sendo 123.568 urbanos e 2601 rurais. Já os dados da Codhab de 2013, baseado nas pessoas inscritas em cadastro habitacional DF, apresenta, de forma divergente da FJP, um montante de 375.960 de novas unidades de moradia. Podemos constatar conforme tabela 1, que a maior percentagem de pessoas, ou seja, 80% delas se enquadravam na faixa 1 de renda do PMCMV, de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos Reais), (tabela 1).

No período de 2009 a 2015 os dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA mostram a necessidade de 262 mil moradias a serem construídas, sendo que 191 mil moradias necessitando de regularização fundiária e 126 mil unidades habitacionais de programas de requalificação.

Faixas de renda R\$	Nº de pessoas atendidas	Entidades	Total por faixa	Porcentagem
1 até 1.600	26.039	38.369	301.408	80.2
2: de 1.600 a 3.100	39.804	9.941	49.745	13.2
3: 3101 a 5000	15.444	3.635	19.079	5.1
4: acima de 1.501	4.728	1.000	5.728	1,5
Total	323.015	52.945	37.596	100

Tabela 1: Perfil dos inscritos no cadastro habitacional do DF- ano base 2012

Fonte: SedHab 2015 -adaptado

A partir do cruzamento de informações das faixas de renda (tabela 1), e das unidades habitacionais implantadas no do PMCMV no DF (Tabela 2), a evidente constatação foi o atendimento em maior proporção para as faixas 2 e 3 de renda, cuja demanda é de tão somente 18,3%, resultando em resultando em 40% dessa demanda no DF. No entanto, desproporcionalmente, para a faixa 1, o atendimento foi de cerca de 10% de novas unidades. Para a avaliação da essência do habitar, no PMCMV, utilizamos a pesquisa da CODEPLAN de 2016, a respeito da satisfação dos beneficiários do programa implantado no Paranoá, Região Administrativa localizada a cerca de 40 km a Leste do centro de Brasília e com população atual de 54.902 pessoas, ou 2,88% do total do DF.

Região Administrativa	Faixa	Contratos	Valor médio unidade R\$	Valor total R\$ 1000
Paranoá	1	6.240	65.000	405.600
Santa Maria	2/3	1.925	107.051	182.300
Riacho Fundo II	2/3	2012	79.499	352.320
Samambaia	2/3	3.524	120.868	352.320
Ceilândia	2/3	669	116.316	57.251

São Sebastião	2/3	728	118.819	57.426
Águas Claras	2/3	1212	94.810	58.133
Total		16.312		1.024.480

Tabela 2: PMCMV 2009 a 2015

Fonte: CEF, 2018, adaptado

Ressaltamos que a escolha por essa Região Administrativa, Paranoá, ocorre por ser a única do PMCMV destinada ao atendimento da demanda da faixa 1. Dito isso, as unidades que foram entregues no período, as 6240 unidades, cujo empreendimento é denominado de “Paranoá Parque”. A população do Paranoá, se enquadra segundo dados de rendimento da CODEPLAN (2018), de baixa renda, com rendimentos per capita entre R\$ 2.500,00 e R\$ 5.000,00, e renda per capita domiciliar de 1 salário mínimo.

Quanto aos principais itens considerados, foi perceber que a maior parte das pessoas que foram morar no Paranoá Parque, vieram de outras regiões do DF, tais como de Sobradinho, Planaltina e Ceilândia, localizadas em diversas direções do DF, sendo que todas são consideradas de baixa renda e localizadas também, distantes a pelo menos 40 km do centro de Brasília. Desse total de 24 mil pessoas, considerando cada família com 4 pessoas em média.

Segundo a pesquisa, cerca de 82% dos moradores tiveram que mudar de emprego por causa da mudança ao Paranoá Parque, tendo em vista as grandes distâncias que trazem aumento de deslocamento. Além da deficiência dos transportes, a maioria dos moradores do novo bairro acha elevado o preço das passagens, principalmente, por se tratar de pessoas que recebem baixos rendimentos, e muitas ainda, dependentes da bolsa-família.

Quanto à opinião dos moradores, os principais pontos negativos da piora sobre os equipamentos públicos e privados nas proximidades do bairro foram em relação à falta de comércio para a maioria, ou seja, cerca de 90% das pessoas. Além do comércio, 78% disseram faltar paradas de ônibus, 78% postos de saúde, 76% escolas e ainda, as dificuldades em voltar rápido do trabalho.

Na questão das melhorias, os entrevistados responderam como pontos positivos à existência de proximidade de ponto de encontro e de quadra de esporte e de praças. Quanto à participação em reuniões e associações comunitárias, os moradores, em sua maioria, mais de 60% disseram participar em pelo menos uma das reuniões e associação comunitária, diferentemente do que acontecia na moradia anterior.

Os entrevistados também acrescentaram que melhorou muito em relação a infraestrutura atual, se dizem satisfeitos com a localização da casa, espaço interno, no qual foi considerado suficiente para os membros da família e com cômodos bem distribuídos, além de ser iluminada e com boa temperatura interna.

Os moradores do Paranoá Parque, na sua grande maioria, também assinalaram

satisfação com a moradia, que fez com que a vida melhorasse além de pretenderem permanecer nas mesmas. Além disso, em quase sua totalidade, ou seja, cerca de 90% dos entrevistados, disseram estar muito satisfeitos em sua nova moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira consideração evidente acerca do programa Minha Casa Minha Vida no DF, é que o programa não se mostrou eficiente quanto a diminuir o déficit para a faixa de menor renda, o que está relacionado também pela irrisória participação do governo em ceder projeções nas próprios lugares onde ocorre necessidade de novas moradias.

O artigo não abordou os empreendimentos implantados no entorno do DF, nas áreas mais distantes do centro de Brasília, o que muito provavelmente, poderia indicar o atendimento em maior proporção à faixa 1 de rendimentos. Em relação a isso, constatamos a contínua promoção do programa em não mesclar as classes de rendimento, o que vem a encrudescer processos típicos de segregação socioespacial. E isso demonstra que mais uma vez, o Estado mesmo tendo a possibilidade de implantar programas habitacionais com misturas ou mesclas de classes sociais, conforme sustenta Dear (1981), que uma simples estruturação de classes, em um determinado momento, pode conduzir à criação de ambientes relativamente homogêneos, em termos de *status* sociais.

A exemplo do que aconteceu nos diversos governos do DF, os mesmos erros se repetiram ao não tratarem a moradia no sentido mais amplo do habitar, o que poderia resultar na promoção de moradias aliadas à construção e assim constituindo a essência do habitar. Evidenciamos nesse estudo, que a promoção do habitar deve ser realizada com ampla participação da comunidade, o que vem a conduzir no atendimento das necessidades dos lugares em que as pessoas vivem.

No entanto, a pesquisa qualitativa dos moradores do empreendimento Paranoá Parque, destinado às pessoas de baixa renda, indicaram o construir do habitar em alguns elementos, tais como o da participação voluntária dos moradores em reuniões comunitárias visando a manutenção e melhoria do bairro Paranoá Parque, ou seja, um percentual de mais de 65% dos entrevistados disseram participar ativamente na comunidade do bairro em questão; e na satisfação dos moradores em residir e desejarem permanecer no bairro, indicando nesse caso, uma alta porcentagem dos entrevistados.

Assim, aspectos da formação de lugares, naquilo que Marc Augé (2010), afirma sobre os seus elementos constituintes, tais como identitário, relacional e histórico, já se apresentam em formação nesse novo bairro, promovido pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

No entanto, existe uma clara fragilidade em se constituir o habitar nos empreendimentos do PMCMV, destinados principalmente, às classes de menor

rendimento, considerando que a permanência dos moradores, tem a ver com o habitar no sentido de melhoria de rendimentos pessoais e familiares e para isso, são necessários aplicação de instrumentos indutores de desenvolvimento urbano e pela integração do novo bairro aos antigos setores da região administrativa do Paranoá.

Apesar de muitos autores considerarem a promoção da cidade somente como fator de gestão, com os novos empreendimentos habitacionais e aumento substancial de número de pessoas muito pode contribuir para a ativação de economia local e gerar mais empregos, consumo e desenvolvimento geral, atendendo em muito aos anseios da população da região.

Dessa forma, entendemos que desde a sua implantação, os programas habitacionais já deveriam levar em conta não somente a moradia, mas também a promoção dos lugares, do seu desenvolvimento, o que vem a promover aumento de empregos nas proximidades dos novos bairros, principalmente nos programas habitacionais de interesse social. Assim, consideramos salutar compreender a explicação heideggeriana do habitar, de que é a medida que habitamos que construímos, dotamos de valor os lugares e desenvolvemos o sentido de pertencimento como essências a serem consideradas.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas (SP): ed. Papyrus, 2010.111 p.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 242 p.

CODEPLAN - DF. www.codeplan.df.gov.br - **pesquisa de satisfação de beneficiários do pmcmv-paranoa-parque**, 2016. - pesquisa distrital por amostra de domicílios do DF, PDADDF-2-15

CORRÊA, R.L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1998, 304 p.

FRANÇA, K.C.B. **Habitação de interesse social e governança urbana: desafios, resistências e potencialidades na área metropolitana de Brasília**. Brasília, Unb, tese, PPG Geografia, 2015. 231p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional brasileiro. Acesso :www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos.

GOUVEA, L.A. Uma política habitacional de interesse social para o Distrito Federal. In:Paviani A. (org.). *Brasília-gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: editora UnB, coleção Brasília, 1999. p. 253- 270.

_____ A capital do controle e da segregação social. In: PAVIANI, A.(ORG.) **A conquista da cidade. Movimentos populares em Brasília**. Brasília: editora UnB, coleção Brasília, 2010, p. 83-108.

MONTE-MOR. R.L.M. **Espaço e planejamento urbano: considerações sobre o caso de Rondônia**, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fac. de Engenharia, tese, 1980. Cap1 Planejamento urbano no Brasil: emergência e consolidação. p. 11-58.

PANERAI, P. **Análise urbana**. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2008, 198p.

PAVIANI, A. A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial. In: PAVIANI, A.;BARRETO F.F.P.; CIDADE, L.C. e JATOBÁ, S.U. **Brasília 50 anos da capital a metrópole**. Brasília: editora da UnB coleção Brasília, 2010, p. 227-251.

_____ A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, A.(ORG.) **A conquista da cidade. Movimentos populares em Brasília**. Brasília: editora UnB, coleção Brasília, 2010, p. 131-163.

PELUSO, M.L. O papel das representações sociais do “comprar a casa “ na identificação dos problemas habitacionais. In:Paviani A. (org.). **Brasilia-gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: editora UnB, coleção Brasília, 1999. p. 111-132.

SCHMIDT,B. e FARRET, R. **A questão urbana**. Rio de janeiro: Jorge Zahar editor, 1986, 95p.

VILLAÇA, F. **Perspectivas do planejamento no Brasil de hoje**. Campo Grande junho, 2010 entrevista. Consulta web

TUAN, Y-F. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

A INFLUÊNCIA DA DANÇA TRADICIONAL GAÚCHA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIOCULTURAL

Eduardo Fernandes Antunes

IFRS – Campus Ibirubá, Universidade de Cruz Alta e Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social Cruz Alta – RS

Maria Aparecida Santana Camargo

Universidade de Cruz Alta, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social Cruz Alta – RS

RESUMO: Este relato tem como objetivo fazer um levantamento de algumas das ações empreendidas pelo grupo “Campeiros da Tradição” desde sua fundação. Deste modo o estudo tem caráter qualitativo com cunho teórico e empírico, sendo que as apresentações realizadas pelo Grupo fortalecem as relações do Instituto Federal do RS (IFRS) – Campus Ibirubá, estreitando os laços do tradicionalismo e, ao mesmo tempo, proporcionando uma integração entre a comunidade escolar e as diversas localidades, onde o Grupo poderá vir a se apresentar. Por meio da dança, música, poesia, ações culturais e estudos da cultura sulina o Grupo de Artes Mistas - GAM – Campeiros da Tradição do IFRS – Campus Ibirubá, visa incentivar os alunos a preservar as tradições do Rio Grande do Sul. Criado em agosto de 2012, o Grupo vem se apresentando em diversos eventos, dentre os

quais, na XXXVIII Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – REDITEC. O GAM também se fez presente na comemoração do aniversário de 5 anos do Campus Ibirubá, Encontros Culturais e Tradicionalistas dos Institutos Federais da Região Sul do Brasil, com participação nos Festivais da Canção Cultural Tradicionalista - FECULT, estes últimos realizados nos IFRS de Sertão, Farroupilha, Alegrete e Júlio de Castilhos. Igualmente houve a participação no Salão de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRS, no Festival de Arte e Cultura do IFRS de Bento Gonçalves, V e VI Mostra de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRS de Ibirubá, assim como na abertura da fase regional dos JERGS.

PALAVRAS-CHAVE: Ações Culturais. Arte. Tradicionalismo.

THE INFLUENCE OF TRADITIONAL GAÚCHA DANCE FOR HUMAN AND SOCIOCULTURAL DEVELOPMENT

ABSTRACT: This report aims to make a survey of some of the actions undertaken by the group “Campeiros da Tradição” since its foundation. In this way the study has a qualitative character with a theoretical and empirical approach, being that the presentations made by the Group strengthen the relations of the Instituto Federal

do RS (IFRS) - Campus Ibirubá, narrowing the ties of traditionalism and, at the same time, the school community and the various localities, where the Group may present itself. Through the dance, music, poetry, cultural actions and studies of the Brazilian southern culture the Grupo de Artes Mistas - GAM - Traders of the IFRS - Campus Ibirubá, aims to encourage students to preserve the traditions of Rio Grande do Sul. Created in August of 2012, the Group has been presenting itself in several events, among which, at the XXXVIII Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - REDITEC. GAM was also present at the celebration of the 5-year anniversary of the Campus Ibirubá, Cultural and Traditionalist Meetings of the Federal Institutes of the Southern Region of Brazil, with participation in the Festivais da Canção Cultural Tradicionalista - FECULT, the latter carried out in the IFRS of Sertão, Farroupilha, Alegrete and Júlio de Castilhos. Participation in the Salão de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRS, the Festival de Arte e Cultura do IFRS Bento Gonçalves, V and VI Mostra de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRS Ibirubá, as well as the opening of the regional phase of JERGS.

KEYWORDS: Cultural Actions. Art. Traditionalism.

1 | INTRODUÇÃO

Apresente pesquisa objetiva focar a dança como fator de mudança sociocultural, na forma de apresentações, verificando de que modo a expressão artístico-corporal pode contribuir para a integração dos sujeitos nas comunidades em que estão inseridos. Acredita-se que a dança, existente desde a pré-história, como uma das primeiras formas de comunicação, manifesta emoções mediante ritmos, melodias, timbres e, para que tudo isso ocorra com fluidez, é necessário ser estimulada. Desta forma, é relevante que a cultura sulina seja incentivada por meio da dança tradicionalista, proporcionando momentos de culto à tradição e incumbindo aos dançarinos a preservação da história, da cultura e dos costumes gaúchos.

2 | METODOLOGIA

Este é um estudo de caráter teórico e empírico, sendo que a proposta, em uma primeira etapa, é ampliar o estudo e fazer um levantamento bibliográfico sobre danças e aspectos aliados aos processos que subjazem à expressão corporal-cinestésica. Grande parte da investigação embasa-se nos estudos de Howard Gardner, psicólogo norte-americano, que estudou profundamente o desenvolvimento humano e sistematizou teorias a respeito das capacidades corporais e cinestésicas.

Na sequência, concluído o primeiro contato com a pesquisa bibliográfica, que deve ser ampliada no decorrer do estudo, entende-se como necessária uma abordagem que tenha íntima relação com o conteúdo produzido. A pesquisa-ação ocorrerá por meio da interação com os sujeitos, integrantes do Grupo de Artes Mistas Campeiros da Tradição do Instituto Federal do RS (IFRS), entrevistando dançarinos,

instrutores e representantes da dança tradicional gaúcha de diferentes faixas etárias. Após coletados os dados, estes serão analisados à luz da Teoria das Inteligências Múltiplas (IM), sendo que tal etapa responderá aos questionamentos iniciais.

Em termos científicos, após consulta ao Banco de Dissertações e Teses da CAPES, foram encontrados alguns trabalhos voltados para o tema da dança tradicional, mas poucos relacionados à dança tradicional gaúcha, demonstrando a necessidade de ampliar e aprofundar o tema, pois, mesmo entre diversas vertentes culturais, ainda há pouca referência sobre este tipo de dança. Por fim, destaca-se que a problemática é condizente com a proposta da Linha de Pesquisa Linguagem, Comunicação e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Mestrado – da UNICRUZ.

3 | ALGUNS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tem-se no folclore um fator importante que influencia historicamente a dança e todas as formas de expressão. Este demonstra a maneira de pensar, sentir e agir de um povo, expressas individual ou coletivamente, por meio da tradição popular, preservando o conjunto dos fatores de identificação da manifestação folclórica, conforme consta na Carta do Folclore Brasileiro de 1951.

O folclore gaúcho manifesta a tradição e os costumes da regionalidade desse povo, por intermédio da manutenção do tradicionalismo presente no cotidiano das pessoas e da existência de representantes que dedicam a vida ao estudo da tradição gaúcha. Assim, podem-se citar Paixão Côrtes e Barbosa Lessa, que, em 1955, lançaram o Manual de Danças Tradicionais Gaúchas, em que são apresentadas a história e os passos de tais movimentos.

Ao tratar da dança como a capacidade de expressar uma emoção, têm-se, no entendimento de Schwuchow (2008), que os canais de percepção são os fatores que influenciam a dança, seja qual for o ritmo, estilo ou modalidade, sendo eles o ouvido, o sentimento, o movimento, a coordenação e a projeção do movimento. Estes são responsáveis pelo envolvimento entre os dançarinos e a música que forma uma coreografia.



Figura 1: Apresentação do Grupo de Artes Mistas Campeiros da Tradição na Mostra Cultural

Fonte: Acervo do pesquisador, 2016.



Figura 2: XXVI Encontro, Sertão/RS.

Fonte: Acervo do pesquisador, 2017.

Como a dança tradicional gaúcha atinge diversos grupos sociais de diferentes faixas etárias e movimenta um número significativo de pessoas por evento, torna-se um objeto de estudo relevante. A análise de fatores interdisciplinares presentes na dança permite um melhor entendimento sobre o que influencia os sujeitos a adquirirem a vontade de querer dançar.

A escolha da dança está baseada na motivação pessoal do pesquisador, pois, no ano de 1996, entrou em uma entidade tradicionalista e, aos 8 anos de idade, começou a dançar. Desde então, nunca se afastou de atividades ligadas ao tradicionalismo gaúcho. Atualmente, coordena e participa do Projeto de Ensino do IFRS – Campus Ibirubá, intitulado Grupo de Artes Mistas Campeiros da Tradição, sendo o proponente da investigação.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a dança impõe ir além e examinar criticamente os aspectos da capacidade corporal-cinestésica como representação do movimento corporal desenvolvido desde criança nas pessoas e que é universal entre as culturas. Quando

se trata de inteligência, é essencial considerá-la como múltipla, pluralizada e como uma capacidade de resolver problemas e/ou elaborar produtos que são relevantes para uma determinada cultura ou lugar. Nesse contexto, Gardner (1995, p. 24) é referência no assunto acerca das inteligências múltiplas, afirmando que:

Certamente, executar uma sequência mímica ou bater uma bola de tênis não é resolver uma equação matemática. E, no entanto, a capacidade de usar o próprio corpo para expressar uma emoção (como na dança), jogar um jogo (como num esporte) ou criar um novo produto (como no planejamento de uma invenção) é uma evidência dos aspectos cognitivos do uso do corpo.

Diante de tais fatores, esta investigação se propõe a responder várias questões relacionadas à influência da dança para o desenvolvimento humano e, conseqüentemente, social: Como os eventos relacionados ao tema podem influenciar positivamente uma sociedade? Como a dança pode contribuir na formação integral dos sujeitos? Estes e outros questionamentos surgirão ao longo da pesquisa e poderão ser respondidos por intermédio do referencial teórico citado e demais estudiosos a serem oportunamente incluídos.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. **Carta do Folclore Brasileiro**. Aprovada no I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 31 de agosto de 1951. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2018.

GARDNER, Howard. *Inteligências Múltiplas: a teoria na prática*. Porto Alegre, RS: Artmed, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Orgs.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 (Coleção Temas Sociais).

SCHWUCHOW, Suzana (Org.). *Compêndio Técnico Ilustrado de Danças Gaúchas de Salão*. 2. ed. Porto Alegre, RS: Movimento Tradicionalista Gaúcho, 2008.

A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC

Josélia da Silva Alves

Universidade Federal do Acre -UFAC

Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas -CCET

Rio Branco – Acre

Este trabalho foi apresentado originariamente com o título : Reclamar ou agradecer: a precária urbanização de favelas do Programa de Aceleração do Crescimento -PAC no II Seminário Nacional de Urbanização de Favelas – URBFAVELAS . Rio de Janeiro, 2016

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar os resultados e impactos do Projeto de Urbanização de Favelas, na cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Foi realizada uma revisão documental, buscando conhecer os projetos urbanísticos, de infraestrutura e social na Secretaria de Habitação de Interesse Social do Estado do Acre - SEHAB, coordenadora dos Projetos. Foram realizadas observações *in loco* para averiguação das ações e obras realizadas, e comparação entre o previsto e o realizado, além de entrevistas com gestores, técnicos e pessoas-chave das comunidades. Predomina inúmeras obras inacabadas com baixa qualidade, sem que uma explicação ou mesmo uma nova data para a conclusão das obras fosse anunciada. Entre alguns motivos constatados para este resultado, destaca-se as diversas mudanças e falhas nos projetos,

a incapacidade técnica das empreiteiras e do próprio governo, gestor do projeto. Se faz necessário compreender as particularidades de cada assentamento e através de estudos mais detalhados, propor soluções mais adequadas, articuladas aos demais instrumentos de planejamento urbano e com maior participação dos moradores. Mais do que recuar, programas e projetos com esta visão integradora, devem ser aprimorados, ampliados e replicados para os inúmeros assentamentos precários da cidade.

PALAVRAS -CHAVE: urbanização de favelas; assentamentos precários; Programa de Aceleração do Crescimento

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze the results and impacts of the Favelas Urbanization Project, in the city of Rio Branco, capital of the State of Acre, under the Growth Acceleration Program - PAC. A documentary review was carried out, seeking to know the urban, infrastructure and social projects in the Department of Housing of Social Interest of the State of Acre - SEHAB, coordinator of the Projects. On-site observations were carried out to ascertain the actions and works carried out, and the comparison between the planned and the realized, as well as interviews with managers, technicians and key people of the communities. Many unfinished works with

low quality prevail, without an explanation or even a new date for the conclusion of the works to be announced. Some of the reasons for this result include the various changes and failures in the projects, the technical incapacity of the contractors and the government itself, project manager. It is necessary to understand the particularities of each settlement and through more detailed studies, to propose more adequate solutions, articulated to the other instruments of urban planning and with greater participation of the residents. More than retreating, programs and projects with this integrative vision must be improved, expanded and replicated for the city's numerous precarious settlements.

KEYWORDS: urbanization of favelas; precarious settlements; Growth Acceleration Program

1 | INTRODUÇÃO

Grande parcela da população brasileira vive em favelas e aglomerados subnormais. Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, organiza-se a Secretaria de Habitação, retomando-se os investimentos no setor habitacional, estagnado desde a extinção do BNH. Em 2007, o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, pelo governo federal, marca um novo momento da política de urbanização de favelas no país, que pela primeira vez, aplica recursos significativos nesse tipo de intervenção. Voltado para urbanização de favelas e através de parceria entre governos estaduais ou municipais e o governo federal, o PAC-UAP financia obras de urbanização (infraestrutura, saneamento, drenagem e contenção geotécnica), equipamentos sociais, produção de novas moradias, requalificação habitacional, trabalho social e regularização fundiária.

O PAC tem importante papel no processo de expansão dos serviços de saneamento básico em áreas que concentram populações em condições de alta vulnerabilidade social. Este Programa trouxe a oportunidade de melhorar a qualidade de vida da população urbana através principalmente da expansão da rede de coleta e tratamento de esgoto e de ações que contribuam para a regularização fundiária, segurança e melhoria das condições de habitabilidade da população que ocupa áreas inadequadas para moradia.

O Programa previa investimentos de R\$ 503,9 bilhões aplicados através de um cronograma que se estenderia de 2007 à 2010. A partir da inserção junto ao Plano Plurianual de Investimentos, (PPA 2008/2011) foi prorrogado por mais um ano, compreendendo então, o quinquênio 2007/2011 com a incorporação de R\$ 142 bilhões.

Apesar do investimento significativo, Denaldi et al (2016) aponta para indícios de que esse programa vem perdendo importância na agenda federal. Um dos motivos seria o baixo índice de execução dos projetos em todo território nacional. E ainda que, segundo dados do Ministério das Cidades até outubro de 2014, apenas 12% das obras de urbanização da seleção de 2007/2008 foram concluídas e nenhuma obra de

urbanização de assentamentos precários da seleção de 2011 foi finalizada.

Em 2008, o governo do estado do Acre foi contemplado com recursos do PAC na ordem de R\$ 103 milhões para a urbanização de assentamentos precários na cidade de Rio Branco, constituídos principalmente por áreas de fundos de vale e margens de igarapés e ocupadas, em sua grande maioria, por populações de baixa renda e alta vulnerabilidade social, prevendo sua permanência ou realocação, por intermédio de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social.

Torna-se necessário portanto, estudos e pesquisas sobre o tema e avaliação do programa, principalmente em realidades distintas, como as cidades de porte médio da Amazônia. Assim pretende-se conhecer os objetivos e ações previstas no Projeto e verificar sua implementação, comparando o previsto com o realizado.

2 | ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM RIO BRANCO

Rio Branco, capital do estado do Acre, está localizada na porção leste do Estado e concentra aproximadamente 40% do total da população do Acre. No período de 2000 a 2010 passou de 253.059 para 319.825 habitantes, (IBGE 2010). Conforme dados do IBGE (2010), a população em Rio Branco aumentou de 290.639 em 2007 para 305.954 em 2009 e para 335.796 em 2010. E segundo a Prefeitura de Rio Branco (2011) o déficit habitacional é de 46.048 moradias.

Em 2009, apenas 0,3% dos domicílios contavam com rede coletora de esgotos (IBGE, 2010), o que indica que essa carência deve ser ainda maior. E o quadro de irregularidade fundiária é grave tanto na área rural como na área urbana. Assim, no ano de 2007, aproximadamente 2,7 mil famílias viviam em assentamentos de reforma agrária e apenas 36% desse total possuíam algum tipo de titulação. Na área urbana onde o cenário de irregularidade também é expressivo, foi diagnosticado até 2009, 196 parcelamentos que apresentavam algum tipo de irregularidade. Do total de assentamentos vistoriados, 15% são considerados como ocupação espontânea¹, 40% clandestinos² e 45% irregular³ (Prefeitura Municipal de Rio Branco - Plano de Habitação de Interesse Social, 2011). Isso significa que a questão da regularização fundiária rural e urbana, constitui-se em uma dos problemas mais importantes a ser enfrentado pelo Município, dado a sua relevância para a questão habitacional.

Conforme os dados divulgados pelo IBGE 2010, aproximadamente 18% da população no Acre pertencem à faixa de pessoas extremamente pobres. E conforme a Federação de Indústrias do Acre- FIEAC (2007), 65% dos domicílios em Rio Branco têm entre 3 a 5 moradores, em 85% dos quais residem, no mínimo, 3 pessoas. Deste

1. Esta forma de ocupação, muito utilizada pelas famílias oriundas do interior do estado e da zona rural do Município de Rio Branco, não é a forma de padrão predominante.

2. Constituído na segunda forma de ocupação mais usada, sua principal característica é a inexistência de projetos urbanísticos aprovados pelo Município

3. Ocupação através de parcelamentos irregulares, caracterizada pelo descumprimento das normas urbanísticas por parte do empreendedor

montante, 60% têm um morador com renda mensal. Destes, 92% dos chefes de família têm renda de 1 a 3 salários mínimos e 8% realizam trabalhos informais nas próprias residências.

3 | PAC-UAP NA CIDADE DE RIO BRANCO

Até o lançamento do PAC em 2008, poucos recursos tinham sido aplicados na urbanização de favelas em Rio Branco. Foram selecionadas cinco áreas para as quais foram previstas obras de saneamento básico com rede de água e esgoto, drenagem, remoção de famílias das áreas de fundo de vale com realocação em unidades habitacionais, recuperação ambiental com tratamento do fundo de vale para uso comunitário e projeto social com a comunidade (ALVES, 2012).

A proposta prevê a regularização fundiária, segurança e melhoria das condições de habitabilidade da população (tais como implantação de redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta periódica de lixo, drenagem e pavimentação, regularização fundiária e habitação, entre outros) localizada em áreas consideradas inadequadas para a moradia, visando sua permanência ou realocação, por intermédio de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social.

As áreas escolhidas para os projetos de intervenção foram subáreas identificadas como prioritárias denominadas de Zonas de Atendimento Prioritário – ZAPs. Estas áreas, segundo documentos do governo citado por Ferreira (2008), “junto com as Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZEDs), compõem os eixos do projeto sócio-econômico-ambiental que farão do Acre o melhor lugar para se viver na Amazônia em 2010”, estando suas características gerais descritas a seguir:

As ZAPs urbanas estão localizadas em fundos de vale e as rurais estão em terras indígenas, unidades de conservação, assentamentos tradicionais e assentamentos diferenciados. Nas cidades, as ZAPs apresentam um reduzido grau de disponibilidade de serviços, equipamentos e infraestruturas, com habitações precárias com baixo capital social, vulnerabilidade ambiental, elevado número de pessoas vivendo em condições de pobreza e miséria, e com alto índice de violência (FERREIRA, 2008).

As áreas selecionadas foram : Chico Mendes (ZAP1), Conquista (ZAP 2), Nova Estação (ZAP 3) , Palheiral (ZAP 4) e Santa Inês (ZAP 5). Estas têm em comum (pelo menos em parte) a localização em áreas de baixadas e as margens de igarapés, sem saneamento, infraestrutura e que abrigam grupos sociais de baixa renda. Em relação às bacias hidrográficas, duas destas áreas estão na bacia do Igarapé São Francisco (ZAP 2 e ZAP 3), uma na Bacia do Rio Acre (ZAP 4), uma na Bacia do Igarapé Redenção (ZAP 1), uma na Bacia do Igarapé Judia (ZAP 5) e outra na Bacia do Igarapé Fundo (ZAP 3) (Figura 1).

A intenção do governo é que essas ZAPs sejam urbanizadas e recebam obras de saneamento básico, rede de água e esgoto, drenagem. Concomitantemente prevêem a remoção de famílias das áreas de fundo de vale com realocação em unidades

habitacionais fora das faixas de preservação, recuperação ambiental com tratamento do fundo de vale para uso comunitário e desenvolvimento de projetos sociais com as comunidades.

Nas palavras do ex-Governador Binho Marques ...“O que estamos lançando aqui é algo fabuloso. Dezesseis mil famílias terão melhoria de vida. Nós, do Governo, e a Prefeitura, juntos, estamos colocando em prática a equidade: dar mais para quem tem menos”.⁴

O projeto se propõe a atingir aproximadamente 13.111 famílias, perfazendo um total de 50.310 pessoas (Quadro 1). Algumas das características socioeconômicas destas famílias são a baixa escolaridade tanto do chefe da família como do cônjuge, a pouca qualificação profissional e a conseqüente baixa renda da família. Mais da metade das famílias são chefiadas por mulheres com uma renda familiar entre um a três salários mínimos. A maioria exerce atividades informais tendo sido detectado um alto índice de desemprego. Muitas destas famílias já recebem inclusive os benefícios dos Programas de Renda do Governo Federal - Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. Os bairros têm uso predominante residencial, e a maioria das construções são em madeira (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2008).

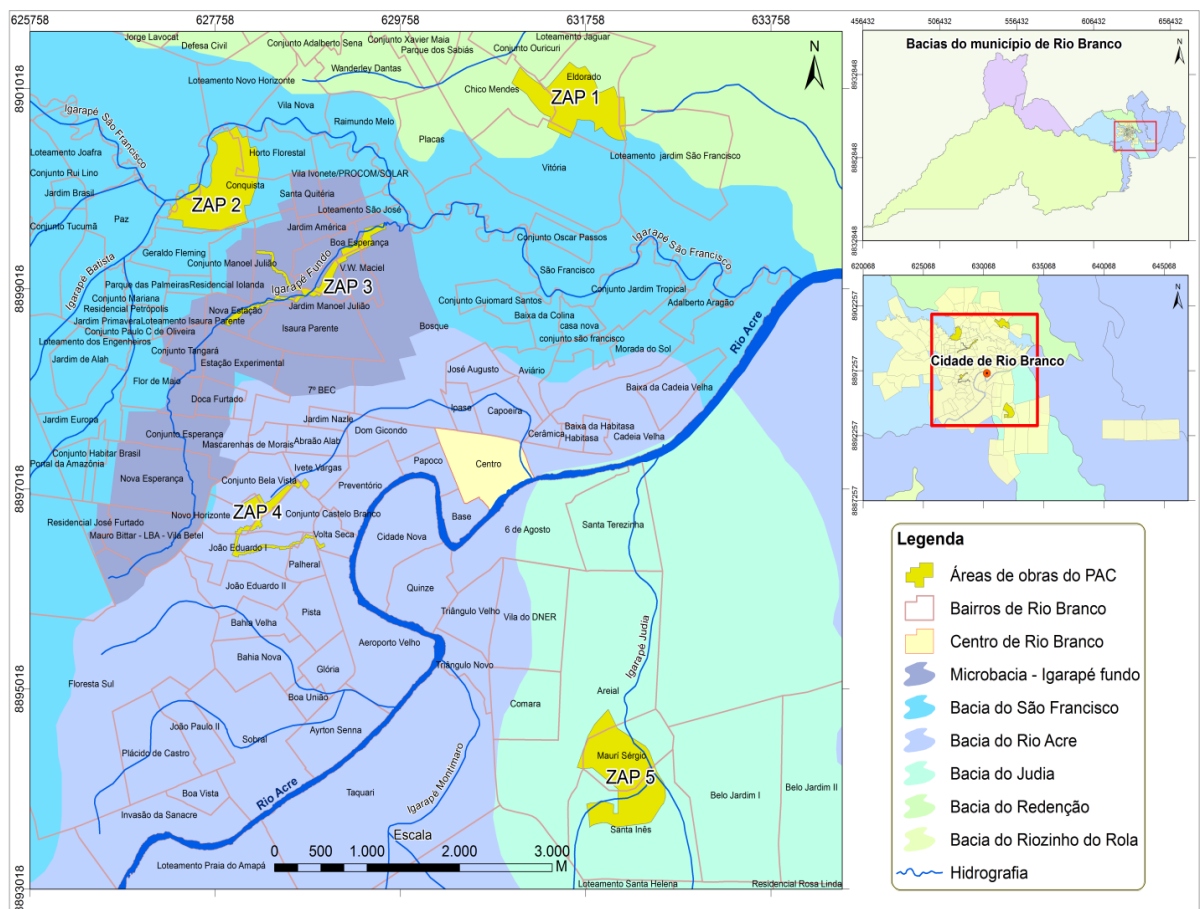


Figura 1 – Localização das Zonas de Atendimento Prioritário–ZAPs com obras do PAC em Rio Branco-AC.

Fonte: Governo do Estado do Acre (2008)

4. Discurso proferido durante solenidade de lançamento do Programa de Intervenção em 5 ZAPs, com recursos do PAC em Rio Branco em 22/06/2008 (FERREIRA, 2008) .

Os levantamentos realizados pelo Governo do Estado apontam que 1.217 das famílias localizadas nas ZAPs estão em situação de risco, sendo que destas, 245 estão na ZAP 3 – Nova Estação, que também concentra o maior número de pessoas.

Percebe-se uma coincidência conceitual e recorte espacial entre as ZAPs, unidades de gestão criadas pelo governo estadual em 2007 e as Áreas de Especial Interesse Social– AEIS delimitadas no Plano Diretor de Rio Branco (Lei Municipal N° 1.611 de 27/10/2006).⁵

	ZAP 1 Chico Mendes	ZAP 2 Conquista	ZAP 3 Nova Estação	ZAP 4 Palheiral	ZAP 5 Santa Inês	Total
Nº de famílias	2.500	3.800	2.708	2.203	1.900	13.111
Nº de pessoas	12.300	11.400	13.668	6.600	6.342	50.310
% de mulheres Chefe de Família	55% 1.375	50% 1.900	50% 1.354	50% 1.101	55% 1.045	6775
Nº de famílias em situação de risco	90	333	245	334	215	1.217
Renda média familiar (em salários mínimos))	1 a 3	1 a 3	1 a 3	1 a 3	1 a 3	1 a 3

Quadro 1 – Características socioeconômicas da população nas Zonas de Atendimento Prioritário - ZAP's antes das obras do PAC

Fonte : Elaborado pela autora à partir de dados de FERREIRA, 2008.

De um modo geral, as AEIS correspondem às áreas ocupadas por assentamentos com população de baixa renda e precárias condições urbanísticas e ambientais e que apresentam algum conflito fundiário, uma vez que são fruto de processos de apropriação dos espaços que não correspondem à urbanização formal, ou seja, as chamadas "invasões"⁶, que por sua vez, não podem ser tratadas pelos mesmos parâmetros vigentes na legislação convencional. Sua própria natureza jurídica permite que haja certo grau de flexibilização nos parâmetros urbanísticos ambientais e construtivos para legalização dos imóveis. Para Costa e Braga (2004, p. 211), as ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social, “vistas sob a ótica da justiça ambiental, reconhecimento de uma situação de injustiça, associada a uma política que busca elementos de minimização e reparação.”

5. As AEIS, correspondem às Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS, instituídas pela LEI Federal – Estatuto da Cidade. Em 2006, o Plano Diretor de Rio Branco instituiu as Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), que segundo o art. 200: constituem recortes territoriais ocupados por população de baixa renda, abrangendo loteamentos clandestinos e invasões, em que há interesse público em promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, a produção e manutenção de Habitações de Interesse Social - HIS, incluindo equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local.

6. Nome que designa localmente o correspondente às favelas.

4 | RESULTADO PRELIMINAR DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DO PAC

Todos os cinco projetos do PAC se enquadram na modalidade de Plano Piloto de Investimento – PPI e tiveram os contratos assinados em novembro de 2007, com início dos serviços em 2008. Portanto a execução das obras e ações se arrastam por 8 anos, onde foram identificados estágios diferentes de execução das obras e serviços em cada área.

O bairro Chico Mendes é o de menor valor de investimento, R\$ 16.377.814,38 e o único projeto concluído em 2014. No entanto, para que a obra fosse dada por concluída, o Estado teve que refazer trechos no fundo do vale, drenagem estouradas e adquirir alguns equipamentos novos.

Todos os demais estão com as obras paralisadas e contratos com vigência até 31/12/2016, com exceção do Palheiral que não teve a data de vigência divulgada pela Caixa. Os maiores investimentos ocorreram na ZAP Nova Estação com R\$ 38.066.293,34, seguida pelo Palheiral com R\$ 29.867.254,09. Por outro lado, o Palheiral foi o que teve menos percentual de serviços/obras realizadas - 77,77 %.(Quadro 2)

Houveram vários aditivos⁷ em todos os projetos. Os recursos não são passados integralmente. O repasse foi feito juntamente ao cronograma previsto de obras organizado pela SEHAB e normalmente ele estava adiante da obra. Com isto, sempre houve recurso depositado em conta, permitindo que o tomador, no caso o Estado do Acre, o usasse para pagar as empresas. O repasse de dinheiro parou pelo fato das obras pararem antes, por erros em projeto ou má administração.

A Caixa Econômica não avalia o projeto qualitativamente, o que é verificado é se os custos são adequados e compatíveis com a quantidade de famílias e se estes são compatíveis com o volume de recursos ofertado, ou seja, R\$ 11.000,00 de repasse por família.

O governo do Estado e a Caixa têm uma equipe de acompanhamento socioambiental para avaliar e acompanhar os projetos. São feitas ações de mobilização, cursos e oficinas para geração de renda e instrução social. As pessoas que são realocadas também são acompanhadas através de uma avaliação pós-ocupação, para saber qual é a percepção delas sobre a ocupação do novo espaço. Essa pesquisa é mandatária, o contrato da ZAP só encerra se a pesquisa acontecer.⁸ A seleção dos beneficiários e a entrega das casas são feitas exclusivamente pelo governo do Estado.

As operações só podem terminar se todas as famílias tiverem saneamento básico, com a situação fundiária resolvida, bem como sem nenhuma sub-habitação. Investimento em mobilidade, como a pavimentação, não é prioridade ao projeto, sua prioridade é o saneamento da bacia. Desta forma se optou por suprimir estes tipos de

7. Segundo o eng. Ramon da Caixa Economica, o aditivo não é necessariamente um valor acrescentado, e sim uma nova condição adicionada ao contrato (entrevista em outubro/2015)

8. Até o momento não tivemos acesso a esta avaliação pós-ocupação das famílias remanejadas das ZAP do Chico Mendes, o único projeto concluído.

ações para focar na execução da meta principal.

A fiscalização das obras é feita pelo Estado do Acre, através da equipe técnica da SEHAB. A CAIXA faz um acompanhamento⁹ mensal apenas com o intuito de verificar se o que foi proposto foi executado, a fim de liberação de recursos.

ZAPs	Valor Investimento	Financiamento/ Repasse	Valor Liberado	Percentual Obra/ Serviços	Situação Obra/ Serviços	Data da última medição
Chico Mendes	R\$ 16.377.814,38	R\$ 13.094.560,00	R\$ 13.093.986,20	100,00 %	CONCLUIDA	18/08/2014
Conquista	R\$ 18.830.700,43	R\$ 15.833.000,00	R\$ 13.926.450,47	84,81 %	PARALISADA	13/12/2013
Nova Estação	R\$ 38.066.293,34	R\$ 30.683.435,96	R\$ 25.758.270,93	80,20%	PARALISADA	29/09/2014
Palheiral	R\$ 29.867.254,09	R\$ 24.584.040,59	R\$ 21.300.782,44	77,77 %	PARALISADA	06/02/2014
Santa Inês	R\$ 17.773.705,15	R\$ 13.858.764,05	R\$ 13.858.764,05	92,39 %	PARALISADA	12/09/2013

Quadro 2 – Valores dos investimentos e situação/estágio de cada obra do PAC.

Fonte : CARLOS, 2016 com dados do site da Caixa Econômica Federal (2016).

- ZAP 1 Chico Mendes – mesmo sendo o único projeto do PAC concluído e com as obras entregues, foi constatado algumas obras inacabadas ainda causando uma certa insatisfação aos moradores, tanto em relação à demora na execução das mesmas, como principalmente quanto a qualidade dos serviços executados. Apesar destas ressalvas, é reconhecível que as obras trouxeram melhorias significativas ao bairro, tais como, pavimentação de ruas, implantação da rede de esgoto e ampliação e reforço da rede de abastecimento de água. Ademais, percebeu-se que o serviço social ocorreu de maneira significativa, cumprindo com as propostas previstas, como reuniões periódicas para discutir a participação comunitária, realização de campanhas de educação ambiental e realização de cursos técnicos no local.

- ZAP 2 Conquista – a frustração dos moradores deste bairro é mais evidente, visto que no mesmo a maioria dos serviços urbanísticos só foram parcialmente executados e outros nem se quer foram executados. Em relação ao projeto social não houve o cumprimento das metas previstas.

- ZAP 3 Nova Estação – observou-se que com a demora e paralização das obras, houve depredação de material de construção e do sistema de iluminação. Para o presidente da associação de moradores, o bairro está em boas condições e quase tudo que estava previsto no projeto foi realizado. Todas as ruas foram asfaltadas, a terraplanagem foi feita de acordo com o projeto, houve restauração e implantação da rede de drenagem de águas pluviais, rede coletora de esgoto

9. O Engo Ramon da Silva e Souza da CAIXA chama de vistoria aparente, ou seja, apenas uma vistoria superficial

domiciliar e rede de abastecimento de água, porém a rede de drenagem de águas pluviais está desativada. As obras melhoraram significativamente os problemas com enchentes que aconteciam em um trecho à jusante do Igarapé Fundo. Ressalta-se que este, foi o único bairro entre os cinco onde foi realizado plantio de árvores para recuperação ambiental. Portanto conclui-se que o projeto de um modo geral, promoveu a melhoria da qualidade de vida da população por meio de obras de infraestrutura.

- ZAP 4 Palheiral - mesmo com a chegada do projeto, a população sente-se decepcionada e insatisfeita com a baixa qualidade das obras. Alguns moradores atribuem às obras do projeto, a elevação do nível do Igarapé Maternidade em 2015. Foi possível verificar que as moradias situadas às margens deste igarapé continuam despejando seus dejetos de forma inapropriada no mesmo e que algumas casas inicialmente demarcadas pela equipe técnica do governo para serem removidas, ainda continuam lá, evidenciando as marcas nas paredes deixadas pela águas da última cheia do igarapé Maternidade, em consequência da grande cheia do rio Acre em 2015.

- ZAP 5 Santa Inês - das ações previstas pelo projeto, muitas não foram concluídas, tais como a implantação de rede de drenagem de águas pluviais, rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto domiciliar e pavimentação do sistema viário; e outras, nem chegaram a ser iniciadas, como plantio de árvores para recuperação ambiental e ampliação do sistema de iluminação pública. Os moradores aguardaram aproximadamente 20 anos para que o poder público fizesse alguma intervenção dessa natureza no bairro. No entanto a população encontra-se decepcionada, pois os benefícios não chegaram como o prometido e as ações e obras pararam sem que uma explicação fosse dada ou ainda a definição de uma nova data para a conclusão das mesmas. Além disso, a população foi surpreendida com o repiquete¹⁰ do Igarapé Judia em abril de 2015, deixando mais evidente a ineficiência do projeto.

Em visita ao bairro Santa Inês, o presidente da associação de moradores, Francisco Araújo, fez um desabafo : “a gente fica naquela dúvida, se reclama ou se agradece”, se referindo à qualidade das obras que foram iniciadas, pois apesar de considerá-las de baixa qualidade, de alguma forma trouxeram melhorias ao bairro (CARLOS et al, 2016).

Foi constatado um desconhecimento geral da população sobre o Projeto de Urbanização, inclusive por parte de alguns presidentes de associações de moradores, que devido a demora das obras já nem são mais os mesmos do início do Projeto em 2008¹¹ . Ou seja, os principais interessados, os moradores só foram tomando conhecimento do projeto à medida que iam sendo contatados pela equipe social do governo para o levantamento das informações cadastrais e socioeconômicas das

10. Elevação súbita do nível de um rio, em virtude de chuvas na região em que nasce.

11. O Projeto só foi apresentado uma única vez para a comunidade em geral, na Solenidade de Lançamento do Programa das ZAPs pelo Governo no início de 2008.

famílias, especialmente daquelas que seriam afetadas pelas obras. Neste sentido, a implantação dos escritórios técnicos da SEHAB em cada uma das áreas, foi de fundamental importância, para o acesso dos moradores às informações de seu interesse e para o contato entre estes e a equipe técnica executora do projeto.

Ainda referente ao projeto social, pelo menos no Santa Inês, Palheiral e Nova Estação, constatou-se que não houve a realização de campanhas de Educação Ambiental e Sanitária, o que era de extrema importância, pois durante as visitas de campo comumente ouvia-se a frase: “Ah, minha casa não está em área de risco não, deve ter uns 10 metros até o igarapé, ainda”, o que indica a grande fragilidade na disseminação de informações dessa natureza (CARLOS et all, 2016).

No Nova Estação constatou-se que alguns moradores ficaram insatisfeitos porque não tiveram oportunidade de participar opinando ou sugerindo mudanças no projeto. Foram oferecidos cursos técnicos profissionalizantes para os moradores no local, porém estes deveriam ser definidos juntamente com a população, o que não aconteceu. Também não houve a criação de um Conselho com representantes da comunidade que acompanhasse as ações do projeto, conforme previsto. Portanto conclui-se que em relação ao componente social, o resultado não foi satisfatório.

Ademais, os moradores dos bairros Santa Inês e Palheiral acrescentaram que as ações de cunho social, previstas no projeto, não foram executadas, tais quais: (i) realização de cursos, oficinas e campanhas de Educação Ambiental e Sanitária; (ii) acompanhamento das famílias removidas das apps, relocadas em outras casas localizadas no bairro; e, (iii) entrega dos títulos definitivos das suas propriedades.

No período de dezembro de 2015 a junho de 2016 foram aplicados questionários em uma amostra das moradias nas áreas de intervenção e influência dos projeto nos cinco bairros. Foram selecionadas unidades localizadas nas ruas próximas e lindeiras aos córregos e fundo de vale, as mais impactadas com as obras de urbanização. Foram entrevistados 107 chefes de famílias, onde obteve-se as informações que passaremos a apresentar a seguir.

Encontramos 57,94 % dos moradores chefe de família na faixa etária acima de 45 anos, 43,93 % com escolaridade até o ensino fundamental, apenas 7,48% com ensino superior e quase 19 % de analfabetos. A grande maioria dos entrevistados (88,79%) mora há mais de 10 anos no local, muitos desde a “invasão/ocupação” do bairro. No bairro Santa Inês o índice de analfabetismo é bastante alto, 62,5% e 37.5% dos chefes de família estão desempregados.

As casas removidas foram predominantemente aquelas rudimentares, em madeira, localizadas nas áreas de preservação permanente - apps sujeitas as inundações frequentes. Ainda hoje existem casas localizadas nas apps e bem próximas ao leito do igarapé, porém 60,75% destas são em alvenaria, e apesar do projeto se dispor a levar saneamento aos bairros (abastecimento de água, rede e tratamento de esgoto), 59,81% das famílias ainda utilizam poço ou nascente para o abastecimento de água. E apesar de 97,20% das casas terem canalização de esgoto, 73,83% encaminham

este esgoto diretamente para os igarapés e corpos d'água mais próximos. No Santa Inês, 100% das residências fazem uso de poço, pois somente 12,5% destas casas tem acesso a rede de abastecimento de água. Por outro lado a água dos poços é de péssima qualidade. No Chico Mendes, observou-se que por mais que a maioria direcionasse seu esgoto para a rede pública, persistem muitas irregularidades devido às obras incompletas, dificuldade de algumas residências no acesso à rede de esgoto entre outras.

Mesmo após as obras, 39,25% afirmam ainda sofrer com as inundações ou “alagações”¹². No Santa Inês, 100% dos entrevistados afirmaram também a ocorrência destas alagações no período da cheia do Rio Acre.

O projeto social previa a realização de cursos e oficinas com a população e quando perguntados se tiveram conhecimento destes cursos, 81,31% disse que não e menos de 1% disse ter participado de um destes. Quando perguntados sobre a satisfação com o projeto, 49,53% disse não estar satisfeito, 25,23% disse estar satisfeito e o mesmo, ou seja, 25,23% disse estar parcialmente satisfeito. Além disto, 44,86% disse que houve uma melhora na qualidade de vida, enquanto que 34,58% disse não ter havido melhora na sua vida e 20,56% disse ter havido uma melhora parcial na qualidade de vida com o projeto.

Um dos objetivos do projeto é promover a regularização fundiária. No entanto, 83,18% ainda está irregular, ou seja, apenas 16,82% recebeu o título definitivo de sua propriedade. Tendo em vista que no bairro Santa Inês a maioria das residências estão marcadas para remoção, nenhuma delas possui o título de posse definitivo, pois a expectativa destas famílias é de que serão remanejadas. Por outro lado, no bairro Chico Mendes, 87,5% já possui o título definitivo.

Ressalta-se que apesar destas áreas terem sido designadas como AEIS pelo Plano Diretor de Rio Branco, conforme citado anteriormente, não estão sendo regularizadas através deste instrumento e muito menos estão tendo uma Legislação Específica. Ou seja, não está sendo feita a conectividade do projeto com os instrumentos urbanísticos delineados no Plano Diretor. Perde-se uma oportunidade de regulamentar alguns dos instrumentos vinculados diretamente a promoção do direito a moradia e à cidade e por outro lado, para a comunidade fica uma sensação de insegurança quanto sua permanência nestas áreas.

Em estudo sobre o Projeto a Bacia Hidrográfica do Igarapé Fundo, quando foi feita uma avaliação do projeto do PAC na ZAP Nova Estação, chamamos atenção para o fato de que o projeto social, que ainda não tinha sido iniciado, deveria ser implementado com o mesmo grau de importância e *paripassu* ao projeto urbanístico, tendo em vista que seus efeitos iriam contribuir para a redução da pobreza e conseqüentemente da vulnerabilidade social (ALVES, 2009).

Quando se observa a implementação deste projeto nas demais áreas, percebe-se um distanciamento do Projeto Técnico Social (exigência do governo federal) para

12. Termo local para designar as grandes enchentes e inundações.

as obras de urbanização, com a ênfase nestas últimas. Isto pode ter ocorrido pelo fato deste projeto social ser exatamente a contrapartida do governo no Projeto e diante das dificuldades e ajustes no valor das obras, os recursos destinados a este trabalho social, vão sendo destinados a outros aspectos. Além disto, ressalta-se também o fato da equipe responsável pelo projeto social ser bastante reduzida, prejudicando muito a realização de todas as ações previstas em projeto, que requer, por concepção e metodologia, o envolvimento da população em todas as suas etapas.

Corrobora-se com Cirera e Gomes (2015), de que se os projetos de urbanização de favelas somente prover infraestrutura urbana, isso por si só é importante, mas insuficiente para alterar de forma significativa a realidade das famílias mais pobres, que residem nas favelas e assentamentos precários. A participação instrumental e os processos informativos, são importantes, mas insuficiente para reduzir as desigualdades e promover espaços efetivamente democráticos de tomada de decisão e partilha de poder.

5 | POR QUE AS OBRAS ATRASARAM E ESTÃO PARALISADAS ?

A falta de recurso não foi o motivo crucial para a paralisação das obras. Estas sofreram com problemas nos projetos, ou seja, falhas de projeto são um dos principais motivos pelo atraso e paralisação das obras. Problemas esses decorrentes entre outros, da falta de sondagem da área de intervenção, principalmente das margens dos igarapés, gerando alterações principalmente nos serviços de terraplanagem, ocasionando assim custos não previstos em projeto.

Outro problema é a capacidade de execução e administração das empresas contratadas. Houveram várias rescisões de contratos, e a cada rescisão aumenta-se o custo e o prazo de execução, além da necessidade de fazer uma nova licitação; e esse processo todo leva aproximadamente seis meses. Durante esse tempo, muito material e equipamento se perde, e o que foi perdido não cabe ao governo federal pagar, pois já foi pago uma vez. Assim a conta vai para o Estado, o que gera dívida, e isso cria uma “bola de neve”. Um exemplo disto foi o que aconteceu no Palheiral, onde houveram várias rescisões de contrato, além do rompimento da travessia da Rua A e isso vai custar ao Estado aproximadamente 1 milhão de reais.¹³

Todo o processo administrativo de alteração do contrato, tem que ser refeito para que a empreiteira receba o valor adicional. Envolve desenvolver um novo projeto, cálculos de volume, nova planilha orçamentária, enviar à CAIXA, enviar de volta para correção, declaração de que atendeu as licitações, publicação de termo aditivo, elaborar um novo plano de trabalho e enviar ao governador para que ele assine. Depois, esse plano de trabalho volta para a CAIXA para que seja feito um termo aditivo ao contrato de repasse, publicar no diário oficial da união e tudo isso sem que o empreiteiro tenha

13. Informação obtida através de entrevista com o Eng. Civil Ramon da Silva dos Santos- Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo de Rio Branco/AC da Caixa Econômica Federal, em 7/outubro/2015.

recebido ainda. Todo este processo vai incorporando custo e dificuldades , que aliado à crise econômica, está fazendo com que poucas empresas queiram ou tenham condições de participar da execução destas obras.

Neste contexto que alia a baixa capacidade de execução com pouco capital de giro por parte das empresas, reformulação e adequação constante dos projetos por parte do governo estadual e a burocracia inerente aos processos de aprovação dos projetos do PAC por parte do governo federal, cria um ciclo vicioso onde o maior passivo social, econômico e ambiental, recai sobre os moradores destes assentamentos.

6 | CONCLUSÕES

É recente o montante de investimento neste tipo de intervenção com a concepção mais integradora do poder público em assentamentos precários em Rio Branco. As obras de saneamento do PAC, mesmo que inacabadas, impactam pra melhor a qualidade de vida da população. Contudo o projeto social deve ser executado com a mesma ênfase e simultaneamente às obras de engenharia tendo em vista seu papel complementar nas ações de saneamento. Neste sentido faz-se necessário a realização de novas oficinas que introduzam conceitos relativos ao uso adequado da água, destinação de resíduos sólidos, ocupação adequado do solo, recuperação ambiental e a importância da preservação da mata ciliar na recuperação ambiental dos muitos igarapés que cortam estes assentamentos precários. Para isto, o envolvimento dos moradores é fundamental desde a concepção até a implementação do projeto. Tem-se que sair do discurso e realmente por em prática a gestão democrática.

O estado deve qualificar cada vez mais seu corpo técnico para desenvolver projetos de urbanização mais adequadas para cada assentamento, destinando um maior tempo para o planejamento e elaboração dos projetos executivos mais abrangentes e detalhados, considerando as características físicas e ambientais do sitio urbano, e tendo como referencia as bacias hidrográficas aonde os assentamentos estão inseridos. Também as empresas devem ser capacitadas para atuarem com maior eficiência nestes tipos de projetos e obras, criando-se assim um circulo virtuoso de expertise local para atuar na gestão urbana.

As ações devem vir articuladas aos demais instrumentos de planejamento urbano, principalmente aqueles que possam promover o uso social da propriedade e da cidade e garantir a permanência dos moradores nestes assentamentos após as obras de urbanização . Acredita-se que mais do que recuar com as dificuldades , programas e projetos com esta visão integradora, devem ser aprimorados, ampliados e replicados para os inúmeros assentamentos precários da cidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Josélia S. Vulnerabilidade Socioambiental em uma Bacia Hidrográfica urbana: o caso do Igarapé Fundo- Rio Branco-AC . Tese de Doutorado, UFF- Niterói. 2012.
- ALVES, Josélia S. Habitação de Interesse Social e Preservação Ambiental: conflitos e perspectivas na urbanização de áreas ribeirinhas em Rio Branco-Acre. In: Anais do V Encontro Nacional e III Encontro Latino-Americano Sobre Construções e Comunidades Sustentáveis - ELECS . Recife, 2009
- CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Disponível em : https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/siurbn/acompanhamento/ac_publico/sistema/asp/ptei_filtro_inicial.asp . Consulta : 28/06/2016
- CARLOS, Suiane ; LIMA, Lucas F. ; VASCONCELOS, Paloma H. (2016). *Estudo de Política Pública de Habitação em Área de Preservação Permanente – APPs na cidade de Rio Branco – AC*. Relatório Parcial dos resultados da Pesquisa no âmbito do Programa de Iniciação Científica-PIBIC-UFAC 2015/2016 – ALVES, Josélia (cord.) . Rio Branco, 2016.
- COSTA, H.S.M; BRAGA,T.M. (2004). *Entre a conciliação e o conflito : dilemas para ao planejamento e a gestão urbana e ambiental*. In: ACSERALD, H. (org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro : Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll.
- DENALDI, Rosana; MORETTI, Ricardo ; PAIVA, Cláudia; NOGUEIRA, Fernando . Urbanização de favelas na Região do ABC no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento-Urbanização de Assentamentos Precários. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 101-118, abr 2016 . Disponível in : <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3505>. acesso : maio 2016.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO (2016). Plano Diretor de Rio Branco. Lei municipal n. 1611 de outubro de 2006. Rio Branco.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO (2011). *Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS*. Disponível em: <http://portalcgm.riobranco.ac.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/Plano-Municipal-de-Habita%C3%A7%C3%A3o-de-Interesse-Social-de-Rio-Branco-PMHIS.pdf>. Acesso: junho de 2016.
- FERREIRA, Edmilson (2008). Governo do Acre lança pacotes de obras do PAC em Rio Branco . Disponível em : www.agencia.ac.gov.br/governo-do-acre-lana-pacote-de-obras-do-pac-em-rio-branco/ .Acesso: junho 2010.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: agosto 2015.
- CIRERA, Marta; GOMES Raquel P. O trabalho social no âmbito dos programas de urbanização de favelas (1993 - 2013): agenda de pesquisa . Londrina, 2015.

ADVERSIDADES DA PRODUTIVIDADE FABRIL BRASILEIRA E FORMAS DE REAVER A SITUAÇÃO

Hugo Pablo Lourenço Sapia
ETEC Professor André Bogasian
Osasco- São Paulo

RESUMO: A primeira parte deste artigo apresenta uma contextualização histórica que visa entender as medidas adotadas pelos presidentes anteriores e seus efeitos, para que o próximo não cometa equívocos já conhecidos. Feito isso é apresentado um estudo das políticas de outros países no que diz respeito a técnicas de gestão, mão de obra qualifica, robotização, inovação e competitividade no mercado. Com o estudo em mãos será apresentado um panorama das principais propostas que os candidatos à presidência poderiam ofertar para melhorar a produtividade no Brasil, tendo em vista que todas estas propostas serão embasadas em dados empíricos e teóricos. Sendo assim é tido como meta no desenvolvimento deste ensaio formular propostas embasadas e aplicáveis a realidade brasileira que revertam o quadro atual da produtividade e assim gerem uma melhoria na situação econômica.

PALAVRAS-CHAVES: contextualização histórica. Produtividade. Brasil. Situação econômica

ABSTRACT: The first part of this article presents a historical contextualization that aims to

understand the measures adopted by previous presidents and their effects, so that the next one does not make known mistakes. Therefore, a study of the policies of other countries with regard to management techniques, skilled labor, robotization, innovation and market competitiveness is presented. Based on this study, it will be presented an overview of the main proposals that presidential candidates could offer to improve productivity in Brazil, considering that all these proposals will be based on empirical and theoretical data. Therefore, the goal of developing this essay is to formulate proposals based on the Brazilian reality that will reverse the current picture of productivity and thus generate an improvement in the economic situation.

KEYWORDS: historical contextualization. Productivity. Brazil. Economic situation

1 | INTRODUÇÃO

A produtividade fabril no Brasil está fora do padrão mundial sendo que constantemente o Brasil é visto sendo ultrapassado perante outras nações nesse quesito. Ao analisar os gráficos da evolução da produtividade do trabalho, que é medida pelo produto em valor monetário dividido pela unidade de trabalho, em 1000USD, países como Coreia do Sul ultrapassaram o Brasil na

década de 70, e na produtividade fabril aonde os sul-coreanos também deixaram o Brasil para trás na década de 90. Em 2005 no quesito produtividade da indústria os sul-coreanos já produziam em milhares de USD/trabalhador 67,908 e o Brasil 29,245. Essa situação reflete a falta de investimento em pontos importantes da economia brasileira.

Para tentar entender essa baixa produtividade que assola o Brasil pode-se citar os seguintes fatores: poucas inovações; mão de obra desqualificada; peso dos tributos; pouca competitividade e a falta de incentivo público na robotização das linhas de produção. A reunião desses fatores principais resultou no atual cenário da produtividade brasileira. Segundo a pesquisa realizada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) feita entre países de economias semelhantes que buscam os mesmos objetivos o Brasil, no quesito peso tributário ocupa a 15ª posição em 18 países, demonstrando que a carga tributária brasileira influencia para emperrar a indústria. As inovações tecnológicas também sofrem no Brasil, segundo o Fórum Econômico Mundial, no quesito de inovação e sofisticação ocupamos a 65ª posição entre 137 países, que se sustenta ao observarmos os dados da Organização Mundial de Propriedade Intelectual aonde o Brasil aparece em 19º colocado em um total de 20 países avaliados.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Contextualização histórica da produtividade fabril e industrial no Brasil

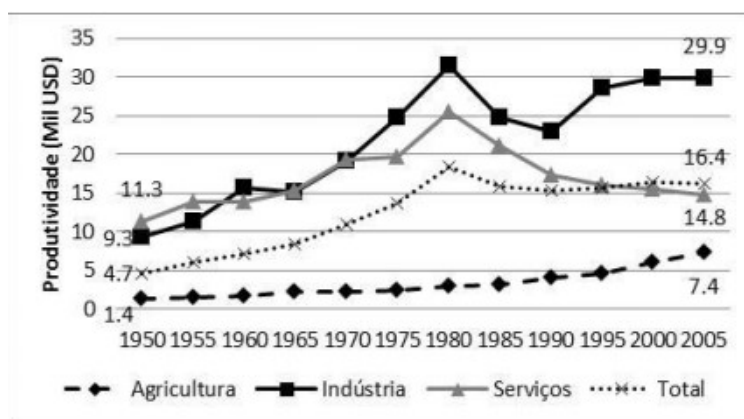
O Brasil é um país de industrialização tardia, isso ocorreu devido à formação econômica do Brasil se compreender no sentido agroexportador, formando suas indústrias apenas no final da primeira guerra mundial e na era Vargas. Brasil: Taxas médias anuais de crescimento da economia por setor (1920-1939).

	1920-29 (%)	1929-33 (%)	1933-39 (%)
Produção agrícola	4,0	2,5	1,6
Produção agrícola de exportação	7,5	3,7	1,1
Produção Industrial	2,8	4,4	11,2
Produto Físico	3,9	2,9	4,9

Fonte: Villela e Suzigan, 2001, p. 180

O quesito para aumentar a produtividade fabril naquele período de 1929 a 1939 era o de criar mais focos de produção, diferente do atual aonde é preciso melhorar os já existentes, que se encontram em declínio, vide a participação industrial no PIB em 2017 de 11,8% a menor desde a década de 50. A partir de 1950 a indústria nacional

passa a ser mais expressiva, e o aumento de sua produtividade passa a ser uma meta econômica.



Fonte: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2014/09/Evolucao-ProdutividadeBrasil.pdf>

Na ditadura militar de 1964 a 1985 manteve-se a industrialização com uma crescente entrada de empresas estrangeiras no país, motivadas por incentivos do Estado. Contudo, para manter o ritmo de industrialização e criação de parques industriais como a zona franca de Manaus, foram feitos vários empréstimos internacionais que deixaram o Brasil em 1984 no final do regime militar com uma dívida de 91 bilhões de dólares junto ao FMI (Fundo Monetário Internacional).

No período de transição entre o período militar e a volta da república civil (1980-1990), o país mergulha em uma crise econômica que o forçou a pedir a moratória da dívida externa perante ao FMI. Isso acarretou na alta da inflação e na falência de empresas do setor fabril o que aumentou o desemprego e fez despencar a produtividade de 30 mil dólares por trabalhador para 25 mil dólares por trabalhador.

Na década seguinte o governo de Fernando Henrique Cardoso promoveu uma sequência de privatizações de empresas estatais, que influenciam na sua produtividade.

ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	total
Privatizações	352	293	39	13	15	25	16	9	762

Número de empresas estatais privatizadas por ano

Fonte: http://www.pucrio.br/pibic/relatorio_resumo2013/relatorios_pdf/ccs/ECO/ECOClinton%20Mallet.pdf.

Entre as estatais privatizadas encontravam-se as empresas do setor de telefonia, e a Companhia Vale do Rio Doce. Quando privatizada em 1997 a Vale tinha em investimentos 0,4 bilhões de dólares, seu valor de mercado era de 8 bilhões de dólares, e contava com aproximadamente 11000 empregados. Em 2006 nove anos após sua privatização, seus investimentos passaram para 4,6 bilhões de dólares, o valor de mercado subiu para 60 bilhões de dólares e seu número de empregados foi

para aproximadamente 40000. Observando os resultados da privatização em apenas 9 anos fica evidente os benefícios como emprego e investimentos trazidos ao Brasil.

2.2 Tributação No Brasil E Inovação Tecnológica

Em um cenário de livre concorrência (sendo a definição de livre concorrência uma pluralidade de produtores que tenta conquistar o consumidor oferecendo melhores condições) é de interesse mútuo uma carga tributária aceitável, que não ocorre no Brasil comparado a outros países, segundo a mesma pesquisa da CNI. No quesito peso dos tributos o Brasil ocupa a 15ª posição em 18 países. Isso se deve a enorme burocracia e complexidade dos impostos no Brasil, aonde tributos como IPI (impostos sobre produtos industrializados) e ICMS (impostos sobre circulação de mercadorias e serviços), travam o crescimento das indústrias e do comércio. Basta entender que além de servir para angariá-la fundos para serem investidos, os impostos têm o efeito colateral de barrar determinadas ações.

A lógica do governo em sobretaxar drogas lícitas é diminuir seu consumo, a mesma lógica se aplica ao IPI, taxando a produção da indústria, seu rendimento cai, atrapalhando seu desenvolvimento geral, e seus investimentos na modernização das linhas de produção. Para se comprovar a alta taxa de impostos, basta observar que entre 2005 e 2009 a carga tributária atingiu 59,8 % do PIB industrial. Ficando evidente que o efeito colateral de impor taxas excessivas a indústria é reduzir seu rendimento e colocá-las em desvantagem comparada as indústrias estrangeiras.

Para solucionar tal questão basta espelhar-se em modelos tributários mais simplificados como o sul-coreano, que mostram êxito quando o assunto é produtividade industrial. Em tal modelo os impostos não passam de 22% sobre a arrecadação anual das empresas.

O enquadramento das taxas sul-coreanas é um sistema de valor agregado, aonde para limitar a burocracia do pagamento de diferentes impostos se paga um único anualmente.

Sendo 10% para empresas que arrecadam até R\$72,9 Mi, 20% para Arrecadação de R\$72,9Mi. a 72,9Bi e 22% para arreação superior a Mais de R\$72,9Bi.

A carência de investimentos difere o Brasil de grandes economias, sendo que as políticas de austeridade se mostram unilaterais, aonde se trata com rigor a arrecadação de impostos e seus investimentos em tecnologia e inovação, porém se trata com falta de tutela os gastos do Estado com a própria máquina pública.

Sendo então, que o financiamento de pesquisas, tecnologia e inovação, estão diretamente ligados a produtividade, visto que é preciso sempre tecnologia de ponta para aumentar a produção industrial independente de seu setor e do produto fabricado.

2.3 Falta de investimento na tecnologia e inovação

Para entender a política pública em investimentos na tecnologia, basta ver a

verba para o Ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicação, em 2010 foi de R\$ 10bi (valores de 2017) já em 2018 o valor total para a ciência e tecnologia é de R\$ 1,4bi.

A falta de investimento em tecnologias que deem suporte a indústria, gera uma grande dependência de compra de tecnologia estrangeira, já que trazer tecnologia do exterior já é por si só um processo burocrático, desvantajoso e com ele não se cria vínculos entre indústrias e universidades, importantíssimos para financiar ciências mais aplicadas às linhas de produção. Com a carência dessa ligação entre universidades e indústrias vem a falta de produção tecnológica que atendam a indústria.

Mesmo que a compra de tecnologia estrangeira de alguma forma atenda as demandas de algum setor industrial, ela seria um equívoco, pois pesaria de forma desfavorável na balança comercial, e já não se precisa ir muito além para observar uma balança desfavorável para equipamentos industriais.

Em 2012 as importações tecnológicas chegaram a US\$ 25,1 bilhões e as exportações em US\$ 10,7 bilhões. E como mostra o OEC (Observatory of Economic Complexity), o Brasil importa em instrumentos, como fibra ótica, ferramentas de desenho e etc., um total de US\$5,07 bilhões, e exporta em instrumentos do mesmo seguimento apenas US\$835 milhões, o mesmo se repete no que diz respeito a máquinas em geral, onde o Brasil importa US\$38 bilhões e exporta US\$14,5 bilhões. A característica de importar tecnologia é efeito colateral de políticas de austeridade para o financiamento de pesquisa, e prejudicial não só para a produtividade industrial e criação de equipamentos, mas também para tudo que depende de ciência e conhecimento.

Tamanho é a falta de incentivo para a o desenvolvimento de tecnologia que no ano de 2016 o Brasil importou da Coreia do Norte em circuitos integrados um total de 5.79 milhões de dólares e exportou para a mesma 1.3 milhões de dólares em produtos como tabaco e café. Mesmo diante da balança de comércio entre o Brasil e a economia mais fechada do mundo que vive uma serie de sanções, o Brasil ainda se porta como um país sem nenhum cunho técnico científico.

Para mudar tal panorama de dependência tecnológica deve-se abandonar a visão de curto prazo que paira no governo e pensar de forma a beneficiar a nação em longo prazo. Para isso é preciso uma política de investimento massivo em tecnologia.

Segundo os pronunciamentos do governo, a união não se encontra em posição de financiar pesquisa tecnológica, para solucionar tal problema não é preciso ir longe, basta seguir o princípio da escassez, se falta recursos para desenvolver pesquisas que alavanquem a produtividade, como a robotização, deve-se redirecionar recursos que estão em mal-uso.

Segundo o secretário executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, inovações e comunicações “O ministério vem sofrendo restrições orçamentárias bastante grandes e a perspectiva é que a situação piore em função do teto de gastos. Em 2015 tínhamos um orçamento em torno de R\$ 9 bilhões para custeio e investimento. Em 2018 temos

um orçamento de R\$ 3,9 bilhões, valor que já sofreu um contingenciamento de 14%. Temos menos de 50% do orçamento de cinco anos atrás e com perspectiva de piorar cada vez mais.” Isso afeta diretamente tecnologias industriais e ainda nos força a comprar do exterior, sendo que um dos principais motivos para a Coreia do Sul ter passado o Brasil em vários quesitos da produtividade é seu investimento tecnológico, aonde os Sul-coreanos investem 3% de seu PIB na ciência e

Tecnologia um valor real de 42.3 bilhões de dólares, isso que faz a Coréia do Sul referência em tecnologia e desenvolvimento.

Observando a carência de investimentos deve-se mudar a situação revendo medidas como a PEC-95 que congelou o orçamento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão responsável pelas pesquisas de pós-graduação e consequentemente pesquisas de robotização, aonde para 2019 conta com um orçamento de apenas R\$3,8bi. Para mudar a situação basta remanejar os recursos mal gastos da União, sem precisar pedir empréstimos nem nada do gênero. Os auxílios moradia dos Juízes custam por volta de R\$1,0bi. 26% de todo orçamento da CAPES. Mas basta observar o custo anual de um deputado federal para a máquina pública, se o legislativo brasileiro fosse mais produtivo e trabalhasse apenas com o seu salário de 33,7 mil reais e abrisse mão de regalias como auxílio moradia, ajuda de custo etc., a economia seria de R\$1.8bi, equivalente a 47% do orçamento da CAPES.

Se esses recursos fossem remanejados seria um investimento substancial a produção técnica-científica no Brasil, que por sua vez ao longo prazo alavancaria as tecnologias industriais e traria mais investimentos neste setor.

3 | COMPETIÇÃO NO MERCADO INTERNO E PROTECIONISMO ESTATAL

Segundo Fabio Giambiagi, importante economista da UFRJ “As agências reguladoras dos serviços de utilidade pública, nos moldes das que existem em diversos países desenvolvidos, foram criadas com o intuito de defender os interesses do consumidor, assegurar o cumprimento dos contratos, estimular níveis adequados de investimento e zelar pela qualidade do serviço, nas áreas de telecomunicações (Anatel) (...)”

Observa-se os efeitos da livre concorrência na Romênia, que apesar de não estar entre as maiores economias do mundo é um destaque no mercado de internet.

Com a queda da URSS, a Romênia sai da esfera de controle socialista, e por determinado tempo de transição na década de 90 entre os ideais de controle de mercado e os ideais de livre mercado, setores como internet, telefonia e entre outros ficaram sem nenhuma regulamentação.

Inicialmente as empresas começaram a surgir como uma alternativa de renda para as pessoas. Surgiram vários provedores de internet em bairros de grandes cidades, que com o tempo se alastraram para o interior da Romênia. Tais provedores começaram uma competição entre si para conquistar cada vez mais o público, e para

se expandir seguiam à risca os preceitos da concorrência, sempre oferecendo as melhores condições de serviços que seus concorrentes.

Como resultado dessa iniciativa de livre concorrência, atualmente 9 cidades romenas estão entre as 15 com mais rápida velocidade de internet, e um dos custos médio mensais mais baixos do mundo.

Deste ocorrido na Romênia se retira informações importantes. Primeiramente como a competição promove a implementação tecnológica, pois observa-se que ao competirem entre si os empreendedores romenos constantemente precisavam de novas tecnologias para fornecer um serviço de qualidade.

Apesar do mercado de serviços até mesmo o de tecnologia em geral ser mais rápido em suas atualizações e demonstrar melhor a essência do livre mercado independentemente do setor que for aplicada, a livre concorrência promove uma melhora nas condições de serviços e produtos oferecidos. Contudo ressalta que apesar da livre concorrência promover a produtividade, as empresas que concorrem não devem ter ajuda estatal em nenhuma das partes, ou seja, se uma empresa brasileira concorre uma multinacional que recebe subsídios vantajosos de seu país de origem deve-se aplicar métodos que retirem essa vantagem da multinacional ao concorrer com a empresa nacional.

Logo, através de dados empíricos fica evidente que a função de uma agência reguladora é facilmente substituída pela livre concorrência que se mostra mais eficaz em fornecer melhores condições aos clientes.

Sendo assim, a interferência do Estado na regulamentação de determinados setores contribui para dificultar novas empresas no mercado, como ocorre no setor de telefonia e internet no Brasil, sendo que a agência reguladora impõe a burocratização do setor e contribui para o surgimento de conluíus entre as poucas empresas que estão no setor.

Além de fornecer serviços de baixa qualidade, não contribuem em nada para a inovação, pois não precisam competir, e muito menos investem na pesquisa tecnológica e em setores de inovação devido à proteção do governo contra a entrada de novas empresas e a livre concorrência.

3.1 Política protecionista brasileira

Protecionismo se compreende por: Uma política econômica que visa limitar o comércio internacional, pela qual um país impõe tarifas ou cotas às importações. Ao longo de sua história o Brasil sempre adotou medidas protecionistas, vide a Tarifa Alves Branco adotada em 1844, e as medidas de Dilma Rousseff que exigiam das montadoras de veículos 65% de peças nacionais para não pagar IPI.

Ao isolar a indústria nacional da estrangeira praticando o protecionismo, ocorre por duas frentes. Quando o governo sobretaxa a entrada de um produto para proteger a fabricante nacional o mesmo ocorre com a nação na qual reside a indústria que foi sobretaxada, tal nação passa a sobretaxar o mesmo produto em retaliação. O resultado

é que ambas empresas são prejudicadas, pois não são expostas à competição e com isso os consumidores e a própria indústria, que devido a proteção do governo se desenvolvem vagarosamente em relação aquelas que estão expostas a competição.

Outro ponto que desfavorece o desenvolvimento de vários setores é ao se tomar medidas como o de Dilma Rousseff e exigir cotas de compra da empresa apenas mercado nacional. O que Dilma não enxergou foi como a economia mundial está interligada, nos mais segmentados ramos, e que muitos componentes não são sequer fabricados no Brasil e se fossem, não teriam a qualidade do exterior, produzindo assim carros com menor qualidade. Em suma a medida de inserir esse tipo de cota prejudica a economia em inúmeros cenários, e seria preciso um estudo de caso rigoroso para explicar detalhadamente o erro crasso que foi tal medida.

Mas para mostrar o erro de Dilma observemos os dados de que em 2014 a balança comercial teve o pior resultado desde 1998, e a participação industrial em 2011 era de 13,9% e em 2014 caiu para 10,9%.

O que ocorre é que os governantes que impõem tarifas a produtos estrangeiros o fazem ou por pressão das indústrias locais, ou por convicção pessoal. Em ambos os casos o resultado é isolamento comercial, baixa na competição, baixa na inovação tecnológica e conseqüentemente baixa na produtividade industrial. Que isolada do comércio exterior não precisa se submeter a inovar para conquistar o público alvo. O resultado é um setor industrial voltado apenas para o comércio interno, que oferece serviços e produtos.

A inovação é acima de tudo um processo, e deve ser fomentado e incentivado em todos os setores, a chave para tal é a livre concorrência.

3.2 Revolução industrial 4.0 E o futuro da indústria nacional

A revolução industrial 4.0 se compreende pela automação dos processos de produção, juntamente a criação de sistemas de monitoramento responsáveis pelas decisões da linha de produção. Tais ações são a melhor forma de prevenir erros de produção e de otimizar a linha de produção em todos os seus pontos.

Segundo estimativas da McKinseySCompany a implementação da revolução 4.0 alavancas em torno de 0,8 a 1,4% a produtividade anual das indústrias. Vale a observação de que a automação dos processos de produção caso a adesão da revolução 4.0, se torna um investimento com bons retornos a produtividade. O investimento para tal é o financiamento de estudos acadêmicos aplicados a robotização e incentivos para a entrada de empresas estrangeiras já possuidoras dessa tecnologia para operarem no Brasil.

A revolução 4.0 além de ser um avanço em vários quesitos para a tecnologia é uma oportunidade para as economias emergentes como o Brasil de se adiantarem em relação a economias semelhantes. Comparando a indústria brasileira a estado-unidense vê-se claramente o destaque dos norte-americanos, aonde eles conseguiram essa posição através de vários contextos ao longo da história. Porém a demanda

para protagonizar a revolução 4.0 é em essência o investimento em tecnologia e o incentivo a competitividade industrial, sem precisar de contextos diferentes do atual. Entre os estudos feitos pela McKinseySCompany, em janeiro de 2017, o Brasil é um dos líderes para a automação das linhas de produção no quesito “potencial mundial para automação”. Ficando em 4º em um total de 78 países. Segundo o estudo da McKinseyScompany, 53.7 milhões postos de emprego no Brasil poderiam ser substituídos se fosse implementada a automação.

O potencial de automação da indústria anda junto com o desenvolvimento de indústrias de médias tecnologias (IMT). Tais indústrias servem para atender as demandas de equipamentos exigidos pelas indústrias 4.0, sendo a IMT a base do desenvolvimento de qualquer cadeia de produção, nas palavras do economista Carlos Drummond “Erra quem vê a indústria 4.0 como um atalho. Ter uma base industrial forte é indispensável” .

O desenvolvimento da IMT se deu na Índia e na China, usando a Índia como exemplo, foi na década de 80 que setores como o Automobilístico, ferro e aço passaram a competir globalmente, isso se deve ao desenvolvimento da IMT no país que durante esse tempo transformou a Índia em uma economia mundialmente competitiva. Como mostram os dados na década de 60 a Índia produzia cerca de 50 mil carros, já em 2009 atingiu a marca de 2 milhões de automóveis. Exemplo dessa política de sucesso foi a parceria entre a Suzuki e a estatal indiana Maruti, aonde antes da Suzuki entrar no mercado se exigiu investimentos na cadeia de produção de componentes, o sucesso da união se deu quando a Suzuki auxiliou no desenvolvimento da produção local e teve acesso privilegiado a venda de veículos no país.

Sendo assim, seria possível realocar as forças de trabalho para outros setores aonde os postos perdidos devido a robotização seriam realocados em nas IMT que estaria em alta devido os investimentos das empresas estrangeiras. E como o ressalta David Ritter, CEO do Greenpeace Austrália/Pacífico, em uma coluna sobre a quarta revolução industrial para o jornal britânico The Guardian: “O futuro do emprego será feito por vagas que não existem, em indústrias que usam tecnologias novas, em condições planetárias que nenhum ser humano já experimentou”.

Aliado a todo esses fatores, também caberá ao governo um planejamento e um estudo dos impactos dessa automação, controlando como se dará a automação industrial para que não se torne um processo que gere desemprego, para isso é preciso dar os incentivos corretos nos locais corretos, não permitindo surtos de automação em regiões aonde as opções de transferência de mão de obra são escassas, aliando tudo isso ao investimento, tanto no ensino de base como no ensino mais aplicado, visando criar uma mão de obra mais qualificada e especializada.

3.3 Relação Entre Indústria E Universidade

A demanda por inovação e conhecimento, surge em locais que oferecem riqueza; economia competitiva; população crescente e importância estratégica para a indústria.

No que diz respeito à produção técnico-científica o Brasil apresenta locais de destaques com alguns desses fatores, o de maior destaque é a região metropolitana de São Paulo e Campinas, que abrigam riquezas, sendo o estado de São Paulo o mais rico do Brasil que segundo o IBGE apresenta um PIB de R\$1,8 trilhões (valores de 2014) e segundo pesquisas realizadas pela The Economist e Intelligence Unit, é o estado mais competitivo do Brasil, analisando critérios como, infraestrutura, educação, inovação e etc. Em uma escala de 0 a 100 São Paulo se posiciona com 89,1 pontos.

Contudo ao comparar São Paulo com a Estônia um país com um PIB 93,8 bi de reais (valores de 2013), uma população de 1,26 milhões de pessoas, Pelo que os dados indicam a produção técnico-científica da Estônia deveria ser inferior à de São Paulo. Contudo, como mostram os dados da The Economist e Intelligence Unit tratando-se do valor das patentes produzidas por cada um, a Estônia produz 0,45 e São Paulo 0,25. (Medido em bilhões de reais).

Ocorre que na Estônia e nos demais países Europeus a proximidade entre indústria e universidade é muito mais forte que no Brasil, na Estônia principalmente, essa medida e entre outras é o que leva a Estônia ser denominada como tigre báltico.

A relação entre indústria e universidade se dá pela seguinte forma; os centros acadêmicos brasileiros são responsáveis por 95% de toda a produção científica, porém, o governo continua cortando as verbas destinadas à pesquisa como no caso da CAPES, logo a universidade se vê a contragosto tendo que diminuir sua produção científica. Porém, as indústrias envolvidas em competições de mercado demandam inovações, e apesar de não ter em posse o capital humano para criar inovações, têm capacidade de financiar pesquisas acadêmicas dentro da universidade. Ocorrendo assim a união entre indústria e universidade, uma com o financiamento e outra com o capital humano. Como disse Elson Longo, diretor do centro para o desenvolvimento de materiais funcionais (CDMF/FAPESP) “Ao reunir indústria e centro de pesquisa, todos saem ganhando. A indústria entra com a parte monetária e nós a universidade com os recursos humanos.”

É de interesse da empresa que se instala no Brasil, um suporte tecnológico de ponta, o desenvolvimento dessa tecnologia só pode ocorrer nas universidades, com o apoio das instituições privadas. Neste modelo a indústria e as universidades brasileiras devem manter uma relação como ocorre nas economias desenvolvidas, o Estado investe nas pesquisas de base que servem de apoio a ciência em geral, e as empresas investem nas tecnologias de ponta ou específicas, que são a demanda que elas exigem, assim sendo a indústria, financia a academia para desenvolver a tecnologia. Nesse sistema todo ganham, e a indústria se desenvolve melhor, contudo ainda existe no Brasil uma barreira cultural aonde a ideia de a academia vender tecnologia para indústria é tida como errada ou imoral.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil lidou com várias crises ao longo de sua história, como a crise do encilhamento no fim do século XIX e a crise do café em 1929, e inevitavelmente sofrerá outras e o governo tem o dever de tomar as devidas providências. No que diz respeito a problemas na produtividade da indústria brasileira que o país possa sofrer é de destaque a situação dos respectivos assuntos, protecionismo; investimento em tecnologia média; e a migração de mão de obra das linhas robotizadas para indústrias de tecnologia média.

O Brasil está na lista dos países mais fechados do mundo e deve mudar isso. Para tal é preciso diminuir gradualmente o imposto sobre as importações, fazer parcerias para entrada de empresas nacionais no mercado estrangeiro e negociar parcerias no estilo joint venture.

Diminuir os impostos sobre importações que atualmente são de 41% gera um impulso na competitividade, aonde as fabricantes nacionais vão ser obrigadas a lidar com a entrada de outros produtos no mercado, tendo que abaixar os custos de produção, inovando tecnologicamente e ofertar para os consumidores produtos com qualidade cada vez mais superiores.

Para a entrada de empresas estrangeiras no mercado nacional é de interesse mutuo a formação de joint venture. Um interessante exemplo é o da CAO A e a Cherry. O benefício é integração de tecnologia estrangeira em solo nacional, criação de mais postos de trabalho maior industrialização do país e exposição a competitividade.

Para suprir a entrada de outras empresas no Brasil, e as demandas que vão surgir quando as empresas se virem obrigadas a se modernizar devido a competição no mercado deve investir na média tecnologia, que é a cadeia de suprimentos que uma grande indústria precisa. A criação dessa base de suprimentos deve ser nacional, sendo que para tal o governo deve facilitar a criação de empresas, simplificando tributos e concedendo créditos a juros baixos, estimulando a abertura dessas empresas. Empresas de média tecnologia seguirão o modelo de startups.

Como foi citado anteriormente, o Brasil passou por várias crises, contudo apesar da situação emergencial que está a produtividade fabril brasileira, não se fala em crise de produtividade e tão pouco se ouve sobre propostas que visem mudar isso. A única conclusão é a falta de ações direcionadas para a melhoria dessa situação.

É perceptível que uma crise silenciosa atua por traz das cortinas, travestida na falta de investimento, competitividade, protecionismo etc. A baixa produtividade trava o Brasil em qualquer setor que ele tente se desenvolver. Existe uma dificuldade evidente, que é a de ligar a produtividade a temas como competição e pesquisas acadêmicas, assuntos que não parecem próximos, contudo influenciam diretamente a produtividade da indústria.

Caberá ao próximo presidente atender todas as demandas abordadas ao longo deste artigo e entender que, melhorar a produtividade brasileira deve ser uma meta que

jamais seja descumprida. Finalizando o ensaio cabe uma citação de Thomas Sowell “A primeira lição da economia é a escassez: nunca há algo em quantidade suficiente para satisfazer a todos. A primeira lição da política é desconsiderar a da economia”.

Assim as medidas adotadas não deverá ser uma conta a mais para a máquina pública e os investimentos na produtividade deverão ser remanejados de outros gastos.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan. BRASIL CAI PARA A 81ª POSIÇÃO EM RANKING DE COMPETITIVIDADE DE PAÍSES. G1 *Disponível em:* <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/brasil-cai-para-81-posicao-em-rankingdecompetitividade-de-paises.html>>

BOETTCHER, Maicon. REVOLUÇÃO INDUSTRIAL - UM POUCO DE HISTÓRIA DA INDÚSTRIA 1.0 ATÉ A INDÚSTRIA 4.0. *Disponível em:* <<https://www.linkedin.com/pulse/revolu%C3%A7%C3%A3o-industrial-um-pouco-dehist%C3%B3ria-da-10-at%C3%A9-boettcher>>

BRASIL OCUPA PENÚLTIMA POSIÇÃO EM RANKING DE PATENTES VÁLIDAS. *Disponível em:* <<http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2014/04/brasil-ocupa-penultimaposicao-em-ranking-de-patentes-validas/>>

CADA DEPUTADO CUSTA MAIS DE R\$ 2 MILHÕES POR ANO. *Disponível em:* <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/cada-deputado-custa-r-2-milhoes-porano/>>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Competitividade Brasil 2017-2018: comparação com países selecionados. – Brasília: CNI, 2018. 99 p.: il.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Mapa estratégico da indústria 2018-2022. 209 p.: il., 2018

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, OLIVEIRA. S. Glauco. *Indicadores de concorrência. 2014. 34f.* Brasília, 2014

CONSTANTINO, Rodrigo. PROTECIONISMO BRASILEIRO, DENUNCIADO POR TRUMP, PRECISA SER ATACADO. GAZETA DO POVO. *Disponível em:* <<https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigoconstantino/artigos/protecionismo-brasileirodenunciado-por-trump-precisa-ser-atacado/>>

DAMÁSIO, Bruno. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE GLOBAL (ICG) DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. *Disponível em:* <<https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/dicionario-da-cooperacao/Glossary1/1/%C3%8Dndice-de-Competitividade-Global-%28ICG%29-do-F%C3%B3rum-Econ%C3%B3mico-Mundial-258/>>

DOERING, D.; ERKENS, R. Leituras sobre o liberalismo. São Paulo. 2ed. 116p. editora: Instituto Friedrich Naumann, 2009.

EDUCAÇÃO E PRODUTIVIDADE. *Disponível em:* <<http://pensamentosfinanceiros.blogspot.com/2014/07/educacao-e-produtividadeverdadeira.html>>

ESTUDO ANALISOU A EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO BRASIL. *Disponível em:* <<https://www.insper.edu.br/conhecimento/politicas-publicas/evolucao-produtividade-brasil/>>

PAÍS INVESTE POUCO EM TECNOLOGIA E APELA PARA AS IMPORTAÇÕES. ÉPOCA. *Disponível em:* <<https://www.terra.com.br/economia/operacoes-cambiais/operacoes-empresariais/paisinveste-pouco-em-tecnologia-e-apela-para-as-importacoes,910816be3de7d310VgnCLD200000bbcceb0aRC>>

RD.html>

JÚNIOR, H. Maia. É HORA DO BRASIL ENCARAR A COMPETIÇÃO. Exame. *Disponível em:* <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/e-hora-de-encarar-a-competicao/>>

LEVANTAMENTO MOSTRA QUEM FINANCIAM A PESQUISA NO BRASIL E NA USP. *Disponível em:* <<https://jornal.usp.br/ciencias/levantamento-mostra-quem-financia-a-pesquisa-no-brasil-e-nausp/>>

JÚNIOR, N; VASQUES, C. ROBÓTICA EDUCACIONAL E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA BASE DE DADOS DA CAPES. *São Paulo, 2010 v.4 p.35-53.*

MANYKA J. et al. EMPREGOS PERDIDOS, EMPREGOS GANHOS: O QUE O FUTURO DO TRABALHO SIGNIFICARÁ PARA EMPREGOS, HABILIDADES E SALÁRIOS.

McKinsey Global Institute. ONDE AS MÁQUINAS PODEM SUBSTITUIR OS SERES HUMANOS- E ONDE NÃO PODEM. *Disponível em:* <<https://public.tableau.com/profile/mckinsey.analytics#!/vizhome/InternationalAutomation/WhereMachinesCanReplaceHumans>>

MEDINA, R; CRISPIM, S. Fatores determinantes no processo de decisão de investimentos em robotização na indústria brasileira de autopeças. *Gest. Prod., São Carlos, v. 17, n. 3, p. 567-578, 2010*

MASSAD, Anselmo. IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO: SERÁ O SUBSTITUTO DO ICMS?. *Disponível em:* <<https://blog.contaazul.com/imposto-sobre-valor-agregado-o-substituto-do-icms>>

MENAU, Eric. POR QUE O NÚMERO DE PATENTES NO BRASIL É TÃO BAIXO? *Disponível em:* <<https://sparkenglish.com.br/por-que-o-numero-de-patentes-brasil-e-tao-baixo/>>

MILL, A. Tudo que você precisa saber sobre economia. *São Paulo, 3.ed, editora: Leya, 240p, 2017*

NARLOCH, L. Guia politicamente incorreto da economia. *São Paulo, editora: Leya, 304p, 2015.*

OLIVEIRA, Regiane. “O BRASIL ESTÁ EXPERIMENTANDO UMA DAS MAIORES DESINDUSTRIALIZAÇÕES DA HISTÓRIA DA ECONOMIA”. *El País*. *Disponível em:* <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/economia/1515177346_780498.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM>

OLIVEIRA, Riley. AO CORTAR INVESTIMENTOS EM CIÊNCIA, BRASIL ASSASSINA O FUTURO. *ÉPOCA*. *Disponível em:* <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/04/ao-cortar-investimentos-emciencia-brasil-assassina-o-futuro.html>>

POR QUE O BRASIL NÃO É MAIS COMPETITIVO E INOVADOR, SEGUNDO O FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. *ÉPOCA*. *Disponível em:* <<https://epocanegocios.globo.com/Forum-Economico-Mundial/noticia/2018/03/por-que-obrasil-nao-e-mais-competitivo-e-inovador-segundo-o-forum-economico-mundial.html>>

PIORA CLASSIFICAÇÃO DO BRASIL EM RANKING SOBRE LIBERDADE ECONÔMICA. G1. *Disponível em:* <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globonews/videos/v/v/7063690/?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=gnews&utm_content=post>

PERASSO, Valéria. O QUE É A 4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL - E COMO ELA DEVE AFETAR NOSSAS VIDAS. *BBC*. *Disponível em:* <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-37658309>>

RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS. *Disponível em* <<http://www.rankingdecompetitividade.org.br/comparacao>>

Relatório McKinsey Global Institute. *Disponível em:* <<https://www.mckinsey.com/featured->

insights/future-of-work/jobs-lost-jobs-gained-what-the-future-of-work-will-mean-for-jobs-skills-and-wages>

RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E EMPRESA E O PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. *Universidade Caxias do Sul, 2016, 11f*

SIQUEIRA, Ethevaldo. REVOLUÇÃO INDUSTRIAL 3.0. ESTADÃO. *Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,revolucao-industrial-30-imp-,866805>>*

SANTOS, Rui. O IMPACTO DOS IMPOSTOS NA PRODUÇÃO DE UM PAÍS. *Disponível em: <<http://mises.org.pt/2016/08/impacto-dos-impostos-na-producao-um-pais-ato-final/>>*

TORRES, Izabelle. A INSUSTENTÁVEL MÁQUINA DO GOVERNO. ISTO É. *Disponível em: <https://istoe.com.br/411245_A+INSUSTENTAVEL+MAQUINA+DO+GOVERNO/>*

QUAL O CUSTO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL?. *Disponível em: <<https://super.abril.com.br/blog/oraculo/qual-o-custo-anual-da-administracao-publica-dobrasil/>>*

ALMA DOS OBJETOS: ABORDAGEM MEMORIAL E BIOGRÁFICA DE UM OBJETO DE MUSEU

Helen Kaufmann Lambrecht Espinosa

Universidade Federal de Pelotas

Pelotas – RS

Daniel Maurício Viana de Souza

Universidade Federal de Pelotas

Pelotas – RS

Diego Lemos Ribeiro

Universidade Federal de Pelotas

Pelotas – RS

RESUMO: Os objetos de museus possuem uma trajetória de vida, desde a sua criação, pertencimento a uma pessoa, aquisição e percurso dentro de um museu. Essa biografia pode ser um meio de interpretar a sua alma, considerando que os objetos carregam informações extrínsecas a eles mesmos, sustentam memórias, relações e histórias. Nosso trabalho tem como escopo a relação entre memória e objeto museológico, buscando compreender e definir sua alma, que pode ser ativada mediante revelações de memórias e da compreensão de alguns fatores. Discutimos, neste ensaio, a relação de um objeto que está sob a guarda do Museu Cláudio Oscar Becker com o doador e posteriormente, com os moradores da cidade de Ivoti-RS, buscando compreender sua função como dispositivo de conexão do sujeito com o invisível. Mediante

a entrevista realizada com o doador e a roda de conversa sobre o artefato, analisamos como a construção de uma biografia do objeto - que o potencializa como gatilho de memórias - e os fatores de ativação da alma - que tornam-se indicadores metodológicos para atingirmos nosso objetivo - podem contribuir para uma circunscrição do conceito de alma dos objetos de museus.

PALAVRAS-CHAVE: Alma dos objetos. Memória. Biografia. Museu.

SOUL OF OBJECTS: MEMORIAL AND BIOGRAPHICAL APPROACH OF A MUSEUM OBJECT

ABSTRACT: Museum objects have a life trajectory, from their creation, belonging to a person, acquisition and journey within a museum. This biography can be a means of interpreting your soul, considering that objects carry information extrinsic to themselves, sustain memories, relationships and stories. Our work has as scope the relation between memory and museological object, seeking to understand and define its soul, that can be activated by revelations of memories and the understanding of some factors. In this essay we discuss the relationship of an object that is under the custody of the Cláudio Oscar Becker

Museum with the donor and later with the residents of the city of Ivoti-RS, seeking to understand its function as a device for connecting the subject with the invisible. Through an interview with the donor and the conversation wheel about the artifact, we analyze how the construction of a biography of the object - which potentiates it as a trigger of memories - and the factors of activation of the soul - that become methodological indicators to achieve our purpose - can contribute to a circumscription of the concept of the soul of museum objects.

KEYWORDS: Soul of objects. Memory. Biography. Museum.

1 | INTRODUÇÃO

Valéry (2008) argumenta a respeito da melancolia que sentiu durante uma visita ao Museu do Louvre, descrevendo o Museu como um lugar intimador, constrangedor e exaustivo, influenciando negativamente os visitantes e “guardam pouca relação com as delícias.” (VALÉRY, 2008, p. 31). O autor aponta para o fato de que os museus, em sua visão, são lugares com pouca relação com a vida, enfadonhos, estagnados no tempo, espaços nada deliciosos. Este ponto nos instiga a reflexão para a ideia de morte e vida nos museus. Ao adentrarmos em alguns museus contemporâneos, percebemos que muitos encontram-se parados no tempo. Acreditamos que as delícias mencionadas pelo autor, seriam os aspectos simbólicos e emotivos que os objetos despertam nas pessoas.

Para Debary (2010), o museu é o destino das coisas cujas biografias chegaram ao fim, no museu elas ganhariam uma nova vida. Porém, em via de regra, a realidade das coleções é atualmente associada à morte, no sentido de não serem providas de vida, serem sem almas. Por essa razão, pensamos que o desafio dos museus advém justamente em oferecer um sopro de vida ao que parece morto e dinâmica ao que parece inerte. Ingold (2012) expõe que onde há vida, a relação essencial não se dá entre matéria e forma, mas entre materiais e forças:

Trata-se do modo como materiais de todos os tipos, com propriedades variadas e variáveis, são avivados pelas forças do cosmo, misturadas e fundidas umas às outras na geração de coisas. (INGOLD, 2012, p. 26).

Através desta ideia do avivamento “pelos forças do cosmos”, dar vida aos objetos estaria ligado ao invisível e à alma que os anima. Importa sublinhar que a morte de um objeto não está relacionada somente com o fim da sua materialidade, mas, sobretudo, por meio da amnésia social.

Por este prisma, os objetos de museus possuem uma trajetória de vida, desde a sua criação, pertencimento a uma pessoa, aquisição e percurso dentro de um museu (MENESES, 1998). Essa biografia pode ser um meio de interpretar a sua alma, considerando que os objetos carregam informações extrínsecas a eles mesmos, sustentam memórias, relações e histórias, que não são possíveis deduzir a partir de sua materialidade.

Desta forma, buscamos animar socialmente alguns objetos do Museu Cláudio Oscar Becker – local de memória referente à imigração alemã e história de Ivoti/RS – a partir de suas biografias, que é um instrumento possível que potencializa a alma das coisas, através da forma como as pessoas sentem, interpretam e comunicam determinado objeto. Acreditamos que este Museu possui objetos mudos e desalmados, que necessitam de intervenção da comunidade para reavivamento de seus objetos, ou seja: trazê-los de volta à vida.

Através de entrevistas e rodas de conversa com os moradores da cidade de Ivoti que possuem relação afetiva com os objetos que outrora foram doados por eles ao Museu, almejou-se aperfeiçoar o conceito de alma dos objetos por intermédio das narrativas evocadas pela pesquisa de campo. Neste artigo, traremos uma entrevista realizada com um doador, a biografia do objeto doado por ele e a roda de conversa na qual o objeto foi abordado.

2 | ALMA E BIOGRAFIA DOS OBJETOS

Vivemos cercados de objetos, os mais variados, com as mais distintas funcionalidades. São os objetos que nos permitem realizar nossas atividades cotidianas e torná-las mais práticas. Ponderamos que “objeto”, por este enfoque, são todos os materiais produzidos, utilizados, transformados e considerados como tal pelos indivíduos. De acordo com Dohmann (2013) é vital a presença dos objetos na vida humana. Todos eles estão repletos de sentidos e significados, e até de ressignificados, sendo-lhes atribuídos valores e simbolismos. Os objetos, nesse sentido, não são apenas suportes de memórias, mas potenciais conectores entre o visível e o invisível, entre os humanos e o mundo. De tal modo, os objetos adquiridos pelos museus e simplesmente colocados em reservas técnicas ou somente expostos, sem estudos, sem investigação a respeito de suas trajetórias, são, portanto, sem memórias, mortos e desalmados. A partir do entendimento teórico-conceitual do que seria a alma dos objetos, estimula-se as possibilidades de trazermos os objetos de volta à vida.

Desta forma, todos os sentidos, significados e demais propriedades consideradas “invisíveis”, integram a alma dos objetos. E ela seria atribuída pelos sujeitos, ou seja, os objetos possuem uma alma que se completa na relação entre as pessoas, conforme estabelecem Gonçalves, Guimarães e Bitar (2013):

É preciso também não esquecer que, enquanto portadora de uma alma, de um espírito, as coisas não existem isoladamente, como se fossem entidades autônomas; elas existem efetivamente como parte de uma vasta e complexa rede de relações sociais e cósmicas, nas quais desempenham funções mediadoras fundamentais entre a natureza e cultura, deuses e seres humanos, mortos e vivos, passado e presente, cosmos e sociedade, corpo e alma, etc. (GONÇALVES; GUIMARÃES; BITAR, 2013, p. 8)

Deste prisma, os objetos são portadores de uma “alma” que não é autônoma, ou seja, ela se daria num processo intersubjetivo entre os indivíduos e os objetos.

Além disso, a “alma dos objetos” está relacionada com o “fato museal” de Guarnieri (1981). De acordo com a autora, o fato museal é a relação profunda entre o homem e o objeto em um cenário institucionalizado - o museu - no qual esta relação comporta vários níveis de consciência, dentre eles, a “percepção (emoção, razão), envolvimento (sensação, imagem, ideia), memória (sistematização das ideias e das imagens e suas relações).” (GUARNIERI, 1981, p. 123). Assim sendo, o fato museal se daria pelo olhar e pela percepção sensível das pessoas, atribuindo sentido aos objetos, tendo como pano de fundo a emoção e o afeto. Da mesma forma, as invisibilidades seriam projetadas através das sensações e da imagem das materialidades. A memória, por sua vez, seria o fluxo de ideias e sensações sobre os objetos, partilhadas socialmente. Consideramos que este processo configura-se e é análogo ao que acreditamos consubstanciar a alma dos objetos.

Acreditamos que a alma se consubstancia devido a alguns fatores reunidos, dentre eles, os que consideramos pertinentes neste trabalho são: a relação entre sujeito e objeto (musealidade); os aspectos simbólicos que eles desencadeiam nos sujeitos (ressonância); como os objetos agem sobre as pessoas (agência); e, o contexto dos objetos (suas biografias). Todos estes aspectos convergem para compreender a alma dos objetos e são muito similares aos níveis de consciência do fato museal, conforme veremos neste instante.

A musealidade pode ser considerada um produto da musealização e da preservação. Mas, muito além disso, a musealidade foge dos parâmetros técnicos e científicos compreendidos pelos profissionais de museus. Ela é o olhar emotivo e afetivo das pessoas sobre as materialidades, dos sujeitos que possuíram ou tiveram qualquer contato ou efeito sobre o artefato. Nos identificamos com a posição de Scheiner (2005), que afirma que a musealidade seria um valor atribuído pelas pessoas.

Desta forma, acreditamos que a musealidade seja um processo que caminha junto com a musealização, através da atribuição de valores e significados pelas pessoas que possuíram aqueles objetos. A musealização seria um possível indutor da alma dos objetos. Contudo, o processo de musealização, sozinho, em termos apenas técnico-científicos, não garante a energia da alma. A alma ganha força em seu caráter relacional, portanto, no seio social.

Por intermédio do conceito de ressonância, entendemos que os objetos geram efeitos e identificação social nas pessoas, desencadeiam aspectos simbólicos nos sujeitos: afeto e emoção, por intermédio da narrativa de suas biografias.

Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante. (GREENBLATT, 1991, p. 43)

Desta forma, cremos que um objeto ao encantar e afetar um sujeito, fazendo com que ele se identifique e se emocione, gerando também uma relação de afeto com o item, permite a ativação do potencial de ressonância que o objeto pode possuir. Borges e

Campos (2012), consideram, ainda, que a ressonância caminha junto com outro fator: a aderência. A aderência ocorre quando determinado objeto possui mais proximidade cultural com um sujeito observador. Um objeto pode manifestar a ressonância em indivíduos com contextos culturais diversificados, porém, a evocação provocada pelo objeto nesses sujeitos não é a mesma, para um dos espectadores pode existir uma relação de aderência ao objeto, perante a significação que tal artefato possui. Desta forma:

[...] um objeto, um artefato, um evento poderá ser considerado patrimônio (como expressão cultural simultaneamente instituinte e instituída) quando estiver investido de um alto grau de ressonância a de um grau elevado de aderência. (BORGES; CAMPOS, 2012, p. 119)

Outro fator que consubstancia a alma dos objetos, é a agência. Ingold (2012) afirma que se as pessoas podem agir sobre os objetos, então, os objetos agem de volta. Latour (2005) complementa que os objetos não apenas fazem parte da sociedade, eles ajudam a construí-la e designam ações intencionais nos humanos:

As chaleiras “fervem” a água, as facas “cortam” a carne, as cestas “mantêm” os mantimentos, os martelos “batem” nos pregos, os trilhos “impedem” que as crianças caiam, [...] o sabonete “tira” a sujeira [...] e assim por diante. Esses verbos não estão designando ações? (LATOUR, 2005, p. 71, tradução nossa)

O autor aponta para o fato de que esses objetos não determinam as ações, mas que tudo aquilo que modifica o estado das coisas ao fazer alguma diferença é um ator na relação. Além disso, segundo Latour (2005), os objetos servem como pano de fundo para as ações humanas, pois:

as coisas podem autorizar, permitir, encorajar, sugerir, influenciar, bloquear, tornar possível, proibir e assim por diante. [...] os objetos fazem as coisas “ao invés” dos atores humanos. (LATOUR, 2005, p. 72, tradução nossa).

Miller (2013) acrescenta que os objetos são mais do que meras representações, os objetos que possuímos, ou aqueles em ambientes institucionais, nos formatam no mesmo grau em que são formatados por nós. Deste prisma, consideramos que os objetos “vivos” agem sobre nós; não são apenas passivos nas relações sociais. Os objetos vivos, por essa lógica, têm alma.

Assim sendo, consideramos que a perspectiva biográfica auxilia na percepção destes fatores de ativação da alma dos objetos. Esta abordagem dá suporte para vermos as imaterialidades, por intermédio da relação que as pessoas travam com os objetos em contextos delimitados. Conforme sugerido por Kopytoff (2008), os objetos possuem uma biografia cultural que merece ser (re)construída; biografia essa que busca (re)conectar os objetos ao tecido social. A concepção biográfica introduzida por Kopytoff faz-nos pensar na demanda fundamental dos museus, a qual os objetos devem ser estudados em situação, nos contextos sociais em que estão. É preciso considerar também que esses objetos, antes de serem entregues aos museus, passaram por distintos processos de singularização, por diversas fase de vida, sofrendo

deslocamentos de sentidos.

A abordagem biográfica auxilia no estudo das coleções e a entender os objetos em dinâmica social. De acordo Kopytoff (2008), a biografia de uma coisa, é a história de suas singularizações, classificações e reclassificações. Consideramos então, que é através da biografia social e cultural, da compreensão de como se relaciona sujeito e objeto em um determinado cenário, e do elo entre as pessoas, que se manifesta a alma. Além disso, quanto maior for o impacto social ou a ressonância, mais forte será a alma do objeto. O estudo da relação do objeto com os sujeitos é fundamental, extrapola a questão técnico-científica, priorizando a musealidade, a ressonância e a aderência.

3 | ENTREVISTAS E RODAS DE CONVERSAS

Os objetos mediam sentimentos, simbolismos e memórias, aos quais estão relacionados ao contexto social ao qual foram criados, reproduzidos, usados e eventualmente descartados por seus donos - e em contexto museal, muitos encontram-se hibernantes à espera de ressignificações e novas leituras. Esses objetos, quando ativados socialmente e inseridos em contexto propício, têm incrementado o potencial de remeter a alguém ou a um lugar, que poderão ser percebidos ou restituídos através de evocações de lembranças e emoções pessoais e coletivas. Os objetos carregam consigo, em potência, histórias e memórias que podem vir a se tornar narrativas sobre um passado presente. Por essa ótica, entendemos que a biografia potencializa o processo evocativo, que é elemento fundamental para manter a vitalidade do objeto e da sua alma.

Os objetos guardam as memórias dos sujeitos. Ao vê-los, tocá-los ou simplesmente lembrá-los, as narrativas desabrocham. Desta forma, não só a biografia dos objetos aparece, mas também a biografia da pessoa que está narrando sobre ele, a sua alma e os significados que eles representam, entusiasmando a sua vitalidade. Sendo assim, nossa pesquisa buscou desvendar memórias, identidades, compreender as invisibilidades e avivar alguns objetos do Museu Cláudio Oscar Becker, por meio do dizer, por meio da oralidade. Por intermédio da ativação da memória dos sujeitos que doaram objetos ao Museu, em entrevistas e rodas de conversas, almejou-se biografar os objetos analisados para compreendermos os fatores de ativação da alma dos objetos e circunscrever o conceito.

Diante disso, nossa pesquisa baseou-se em dados coletados em 14 entrevistas individuais, 17 objetos biografados e cinco rodas de conversas coletivas. Traremos nesse artigo, as análises realizadas de uma das entrevistas, um dos encontros coletivos e os respectivos resultados alcançados.

Entrevistamos um senhor que em nosso registro constava a doação de uma geladeira e uma vitrola. Já que para ele, que possui 80 anos, ficaria complicado nos encontrar em outro local para a entrevista, que não fosse sua residência, levamos

fotos dos possíveis objetos doados por ele. Ao ver as fotos, ele afirmou ter doado a geladeira. O senhor informou que trabalhava como motorista de caminhão, hoje é aposentado, mas desde sempre foi agricultor. Mora na cidade de Ivoti a vida inteira.

Além da geladeira, ele afirmou ter doado uma sanfona. No momento em que começou a falar da sanfona, disse que tinha uma foto com ela, foi até a cozinha e trouxe uma caneca de café com a foto estampada. Percebemos naquele instante, que o objeto foi importante para ele, já que tinha um objeto com a foto e ela estava à mão. Logo após trazer a caneca, lembrou que possui a foto original e foi procurá-la. Voltou com uma caixa cheia de fotografias e começou a procurar a foto. Enquanto procurava, ele ia mostrando, entre risadas, outras fotos e apontando alguns familiares. Quando finalmente encontrou a fotografia, mostrou-a entre sorrisos.

Sobre a data de fabricação ou quando comprou a sanfona, ele afirma não se recordar. Disse que utilizava-a em um quarteto, formado também por um baterista, um violonista e um vocalista. Tocavam nas matinês domingos à tarde. Afirma ter aproveitado muito aquele tempo e recorda com carinho algumas passagens referentes àquele tempo. Percebemos que o entrevistado sente saudade do tempo em que utilizava o objeto. Ele não lembra onde comprou o objeto, mas afirma ter comprado ela já usada e doou para o Museu devido ela não poder mais ser consertada. Tentou consertá-la para voltar a tocá-la, mas não encontrou técnicos que consertem o instrumento. A sanfona estava parada a aproximadamente 40 anos, o entrevistado conta que parou de tocar porque não tinha mais tempo, devido ao trabalho. Compreendemos neste instante, que certos objetos deixam de serem usados por tornarem-se obsoletos, mas alguns, são guardados por décadas, em um ato de preservação, adquirindo valor simbólico.

Ele considera importante o Museu possuir esse objeto, pois atualmente são raros os músicos que utilizam sanfonas, pois surgiram equipamentos mais completos. Ele complementa que se a sanfona estivesse em perfeito estado, ele ainda o utilizaria, adicionando que o Museu pode procurar um técnico para consertar e que se arrumarem ela, é para avisá-lo, pois ele irá no Museu para tocá-la novamente. Ele ressalta que sente muitas saudades de tocar o instrumento. Neste momento, percebemos como o objeto é importante para ele e possui uma forte carga de sentimentos e afeto, conforme analisa Dassié (2010):

[...] o carinho, caminho para ser considerado como a alma do objeto, se torna a razão para a sua conservação e assume a memória do que é suposto ser preenchido. Então, esses são “objetos de afeto” na medida em que os sentimentos são o princípio do compromisso mostrado a eles e parece impossível para os seus titulares de se separar deles (DASSIÉ, 2010 *apud* NERY, 2017, p. 153).

Através desta entrevista descobrimos um objeto tão importante e significativo que não tínhamos o conhecimento que havia sido doado ao Museu. Percebemos que este objeto biografado, é, acima de tudo, um objeto afetivo que media através da sua materialidade um cosmos de imaterialidades, de recordações, narrativas e identidades. Através deste objeto percebe-se um valor simbólico atribuído, ele estimula memórias e

a identidade do seu doador.

Em relação à roda de conversa realizada, na qual a sanfona foi um dos objetos abordados, compareceram 4 pessoas, com idades entre 60 e 80 anos, que já haviam sido entrevistadas individualmente, inclusive o doador do objeto. Antes mesmo de iniciarmos a conversa, de forma natural e descontraída, os participantes começaram a recordar diversos episódios que remetem a outros tempos, outras pessoas e outros objetos. Alguns lembraram do tempo da escola, pois estudaram juntos durante um período. Outros lembraram histórias engraçadas, contadas pelos familiares quando eles eram crianças. Algumas dessas histórias levou, inclusive, um dos participantes a cantarolar uma antiga canção e todos riram ao lembrar da música.

Dando início ao encontro, solicitamos ao doador da sanfona que ficasse a vontade para mexer nela ou pegá-la. Ele trouxe uma cópia da fotografia que nos mostrou durante a entrevista anterior para que o grupo pudesse ver, dizendo que devia ter uns 19 anos quando foi tirada (informação não fornecida na primeira entrevista). Percebemos um brilho no olhar, enquanto ele ajeitava a sanfona no colo, mexia nela e explicava como funcionava. Intuímos que o gesto também é uma forma de avivamento do objeto e de ativação da sua alma, pois retoma uma memória fisiológica, ligada ao uso do instrumento. As memórias se materializam nos rituais e nos gestos.

O doador lamenta que a sanfona ficou durante muito tempo parada. Quando ele resolveu pegá-la para tocar, ela não estava mais funcionando. Conta que ele e os amigos, tocavam em matinês entre os anos de 1957 e 1966. Alega que este foi o período em que mais usou a sanfona. Devido ao encontro em grupo e a presença do objeto, algumas memórias não estimuladas na entrevista individual, fluíram neste momento. Ponderamos que as memórias afetivas, quando partilhadas, se tornam mais potentes e o objeto quando manuseado, desperta as memórias com mais facilidade.

O objeto despertou uma rede de relações, ligadas a outros tempos e outras pessoas. Os integrantes começaram a lembrar sobre os antigos salões de bailes que frequentavam quando eram jovens. Iniciou-se uma rememoração divertida sobre as idas e voltas dos bailes em cima de caçambas de caminhões. Segundo eles, acontecia de tudo. Um dos participantes começou a recordar da época em que jogava futebol, que também se deslocavam em caçambas de caminhões. Todos comentaram que era normal carregar pessoas desta forma, diferentemente de hoje, que é proibido. Eles afirmam que eram tempos mais bonitos e divertidos.

Abrangemos que as rodas de conversas dentro do Museu são um ritual de memória e possuem um grande potencial evocador. Quando partilhado, estimula a ressonância social. O grupo ao narrar sobre o objeto selecionado, contribuem para as primeiras percepções que tivemos a respeito de sua biografia. Desta forma, podemos apreender seus múltiplos significados mediados através dessas redes de relações que os envolvem. A roda de conversa promoveu a interação do grupo, instigou a partilha, a sensação de pertencimento e a socialização.

Por intermédio desse encontro, renasceram as metamemórias da comunidade,

que recriam as histórias através do afloramento das lembranças comuns. Um objeto que fez parte da vida de um dos participantes, complementou as ações memoriais e identitárias. Além de percebermos a biografia da sanfona, podemos apreender a biografia do seu doador. O objeto foi guardado por 40 anos e doado ao Museu como testemunho da vida de ambos. Na roda de conversas, o objeto tornou-se evocador de memórias, de reflexão sobre a vida: passado, presente e futuro.

A emoção sentida pelo doador ao manusear sua sanfona – com quem possui uma relação afetiva que remete a vivências do passado – neste encontro no Museu, confirma a potencialidade que os museus possuem de maravilhar e comover. Esse é um dos efeitos da ressonância, reiterando a explicação de Greenblatt (1991) de que a ressonância é o poder que um objeto possui de evocar os sentidos que são representativos para o sujeito. Da mesma forma, concordamos com Dassié (2010 *apud* GARNIER, 2015) que considera que o afeto surge quando a alma do indivíduo é tocada pelo objeto. Consideramos neste caso, que as almas podem se complementar. Através do afeto, um objeto pode tocar a alma de seu antigo proprietário, porém, por intermédio da conexão do indivíduo com o objeto, a alma desta pessoa também pode ser abalada. Isto é, ao mesmo tempo que o afeta, é por ele afetado; ao mesmo tempo que os sujeitos constroem objetos, os objetos constroem os sujeitos (INGOLD, 2012; LATOUR, 2005).

A possibilidade de poder segurar o objeto para encenar o seu uso, expondo histórias familiares, hábitos comuns de tempos passados ou momentos de suas juventudes, facilitou a narração da trajetória do objeto. Essa necessidade de tocar os objetos para ativar a memória, em muitos casos é extremamente importante e consideramos que ao levantarem de seus lugares dentro do grupo para manusearem estes objetos, estes objetos de certa forma, agiram sobre os sujeitos, impulsionando-os a realizarem encenações e narrações de histórias.

Acreditamos que a preferência por narrar sobre o objeto, segurando-o com as mãos, destaca a necessidade do gesto, da conexão, de ter o objeto como indutor de memórias. Quando pega-se o objeto, a fronteira que separa sujeito e objeto se torna mais tênue, ou seja, sujeito torna-se objeto e objeto torna-se sujeito desta ação, segundo estabeleceu Latour (2005) e conforme alega Meneses (1996), ao abordar o conceito de *extended self*, afirmando que determinados objetos se confundem com as pessoas, a ponto de não haver uma linha clara que separe sujeito e objeto.

Percebemos que os significados atribuídos ao objeto foram renovados durante o encontro coletivo, que serviu como um complemento às primeiras (re)interpretações. Essa leitura sobre o objeto do Museu, e demais não abordadas neste momento, extrapolou o campo material das coisas e invadiu as suas almas. Em outros termos, os participantes contribuíram coletivamente para que conseguíssemos perceber a alma por detrás dos objetos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos ponderar que os objetos musealizados são potenciais mensageiros de uma alma, esta que pode ser ativada e desvendada somente a partir das percepções das pessoas. Os museus devem ser lugares em que a alma é convocada, mobilizada e animada. Percebemos que na roda de conversa analisada, a sanfona tornou-se potencial sociotransmissor, articulando as memórias compartilhadas entre os membros do grupo (CANDAU, 2009), colaborando para o aumento da potência de ativação da alma do objeto.

Por meio da relação do sujeito com o objeto museológico, isto é, mediante o fato museal, as memórias evocadas podem nos dizer muito sobre esse objeto, mas principalmente, sobre a pessoa que está narrando-o. E é esse testemunho, essa narrativa, que nos faz perceber as invisibilidades dos objetos: as suas biografias, a biografia das pessoas nos objetos, a sua alma e a sua intensidade.

A alma tem um sentido de atribuir valor e animar um objeto. Para compreendermos o valor é preciso colocar os objetos em contexto, entender os seus usos pretéritos e sua trajetória; e animá-los colocando-os em dinâmica social, colocando-os em contato com as pessoas que, em última instância, integram sua rede semântica. Distantes dessas redes de relações, os objetos estariam mortos. Um corpo destituído de alma, é vazio. Um objeto em um museu, sem documentação ou estudos, não é testemunho nem documento, é apenas cenográfico. Devemos evitar o que os congela e os mumifica, ou seja, a estagnação e o pensamento de que o objeto exposto ou em reserva técnica fala por si só. Esses objetos estagnados nos museus estão com as suas almas adormecidas, necessitando serem despertadas.

Podemos intuir, através dos conceitos estabelecidos neste trabalho, que o que mantém o objeto vivo, contribuindo para o entendimento da sua alma, é colocá-lo constantemente em dinâmica social; compreendendo seu valor e significado através da musealidade; percebendo seu potencial de ressonância social; entendendo o modo como ele age sobre as pessoas e vice-versa. Eventos variados e distintos de nossa pesquisa, nos fizeram perceber que a alma não está impregnada no objeto, ela é mediada através de diversas ocorrências, como no caso apresentado aqui: na intimidade de um sujeito com o artefato que foi de sua posse e na representatividade que um objeto significa para um grupo.

A alma dos objetos é a percepção do sentido social e simbólico dos artefatos. E ela pode ser intuída através da forma como as pessoas sentem, interpretam e comunicam determinado objeto. A sanfona, por exemplo, possui uma alma delineada pela importância que teve na vida de seu antigo dono. Todos os objetos biografados, por intermédio da nossa pesquisa, serviram de estímulo para percebermos como a alma pode ser tracejada.

Desta forma, a alma configura-se pela junção de todos os fatores abordados. Por intermédio da concepção da biografia dos objetos e dos sujeitos que os possuíram,

compreendemos os elementos de ativação da alma: percebemos as invisibilidades presentes nas materialidades; a potencialidade de musealidade acendida através das conexões; a ressonância social gerada durante as narrativas sobre os artefatos; e a capacidade dos objetos de agirem sobre os indivíduos.

REFERÊNCIAS

BORGES, Luiz C.; CAMPOS, Marcio D’Oliveira. **Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência**. IN: SCHEINER, Tereza; GRANATO, Marcus; REIS, Maria Amélia de Souza; AMBROCIO, Gladys Barrios (Orgs.). *Icomfom Lam 2012: termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral*. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 112-123.

CANAU, Joel. **Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial**: memória, tradição e identidade. *Revista Memória em Rede*, jan/jul, 2009.

DEBARY, Octave. **Segunda mão e segunda vida**: objetos, lembranças e fotografias. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 27- 45. Ago.-nov. 2010.

DOHMANN, Marcus. **A experiência material**: a cultura do objeto. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

GARNIER, Julie. **Véronique Dassie, objetos de afeição**. *Uma Etnologia do Íntimo, Campos / Teorias [Online]*, Éditions du CTHS, 2 | 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/teth/261>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2018.

GONÇALVES, José Reginaldo; GUIMARÃES, Roberta; BITAR, Nina. **A Alma das Coisas**: patrimônios, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2013.

GUARNIERI, W.R.C. **A interdisciplinaridade em Museologia (1981)**. In: BRUNO, M. C. O. (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. v. 1, p. 123-126.

INGOLD, Tim. **Trazendo As Coisas De Volta À Vida**: Emaranhados Criativos Num Mundo De Materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 18, N. 37, P. 25-44, Jan./Jun, 2012.

KOPYTOFF, Igor. **A biografia cultural das coisas**: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, ARJUN. *A vida social das coisas*. Niterói: EDUFF, 2008.

GREENBLATT, Stephen. **O novo historicismo**: ressonância e encantamento. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, p. 8, p. 244-261, 1991b.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social**: An Introduction to Actor-Network-Theory. New York: Oxford University Press, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Memória e cultura material**: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 89-103, 1998.

_____. **A Psicologia Social no campo da cultura material**. *Anais do Museu Paulista*, 1996, vol. 4, no. 1, p. 283-290.

MILLER, Daniel. **Trecos, Troços e Coisas**: Estudos antropológicos sobre a Cultura Material. Daniel Miller; Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Zahar, 2013.

NERY, Olívia Silva. **Objeto, memória e afeto**: uma reflexão. In: Revista Memória em Rede: Pelotas, v.10, n.17, Jul./Dez. 2017.

SCHEINER, Tereza. **Museologia e pesquisa**: perspectivas na atualidade. In: Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil). MAST Colloquia – Museu: Instituição de Pesquisa, Rio de Janeiro, p. 85-100, 2005.

VALÉRY, Paul. **O problema dos museus**. Revista Ars. São Paulo: v. 6 n. 12, p. 31-34, 2008.

ALUGUEL SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECESSÁRIA ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Luciano Roberto Gulart Cabral Júnior

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Rio Grande – Rio Grande do Sul

RESUMO: Nunca é impróprio reafirmar a violação de direitos fundamentais sofrida pelas pessoas em situação de rua. A intervenção estatal, via políticas públicas, é extremamente necessária para que se busque a melhora da qualidade de vida dessas pessoas. No Rio Grande do Sul, a Lei nº 14.039/2012 institui o Programa Aluguel Social – benefício destinado à locação residencial temporária a famílias de baixa renda –, porém não se refere expressamente às pessoas em situação de rua. Ademais, o aluguel social apresenta-se de forma ambígua: por um lado, fomenta a lógica capitalista ao se render ao mercado imobiliário para a solução da falta de moradia; por outro lado, pretende, ainda que temporariamente, fornecer moradia às pessoas em situação de rua. Nesse cenário, objetiva-se analisar o aluguel social como um mecanismo para o enfrentamento da situação de rua no Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Aluguel social. Estado do Rio Grande do Sul. Políticas públicas. População em situação de rua.

ABSTRACT: It is never improper to reaffirm the violation of fundamental rights suffered by

homeless people. State intervention, through public policies, is extremely necessary for the improvement of the quality of life of these people. In Rio Grande do Sul, Law 14.039/2012 establishes the Social Rent Program – a benefit intended for temporary residential leasing to low-income families –, but does not refer expressly to homeless people. In addition, social rent presents itself in an ambiguous way: on the one hand, it foments the capitalist logic when surrendering to the real estate market for the solution of the homelessness; on the other hand, intends, even temporarily, to provide housing to homeless people. In this scenario, the objective is to analyze social rent as a mechanism for coping with the homeless in Rio Grande do Sul.

KEYWORDS: Social rent. Rio Grande do Sul State. Public policies. Homeless people.

1 | INTRODUÇÃO

Conforme Silva (2006), a população em situação de rua é, na atualidade, consequência do modo de produção e acumulação capitalista, que, pela privação da propriedade dos meios de produção e da terra, produz pobreza e desigualdade. No Brasil, “o número desse segmento social vem crescendo cada vez mais, especialmente da década de 80 para cá, na medida em que a crise econômica e medidas

neoliberais foram acentuadas” (Pinto, 2007, p. 34-35).

A população em situação de rua é um segmento populacional que sofre violação constante de direitos fundamentais, notadamente os sociais – como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a assistência aos desamparados, segundo o artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Inobstante, a regulamentação jurídica das políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua é recente no Brasil, datada do início do século XXI.

O Decreto da Presidência da República nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 – que “institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências” (BRASIL, 2009) – define população em situação de rua no seu artigo 1º, parágrafo único:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Silva e Costa (2015) criticam a definição sobre a população em situação de rua elaborada pelo Decreto 7.053/2009 haja vista que individualiza as causas da situação de rua, ocultando que se trata de consequência de uma estrutura política, econômica e social que reproduz a desigualdade.

Para o combate à ausência de moradia, um dos instrumentos utilizados pelo Estado do Rio Grande do Sul é o aluguel social, destinado à locação residencial temporária a famílias de baixa renda. No entanto, ele não incide expressamente sobre a população em situação de rua.

Nesse diapasão, a presente pesquisa qualitativa, tendo como método de abordagem dedutivo, através de pesquisa bibliográfica e legislativa sobre o tema, objetiva analisar se o aluguel social seria um instrumento hábil para o enfrentamento da situação de rua no Estado do Rio Grande do Sul.

2 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Rio Grande do Sul, a Lei nº 14.039, de 6 de julho de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012), “institui o Programa Aluguel Social”, que visa “à transferência de recursos para famílias de baixa renda, com o objetivo de custear a locação de imóveis por tempo determinado” (artigo 1º, *caput*), unicamente para a finalidade residencial (artigo 1º, § 2º), e limitado ao valor de R\$500,00 mensais (artigo 3º). São consideradas famílias de baixa renda aquelas que possuem renda mensal de zero a três salários mínimos (artigo 1º, § 1º).

O artigo 8º determina que “o benefício será concedido pelo prazo de até um ano, podendo ser prorrogado a critério da Administração Estadual se permanecerem

as condições que determinaram a concessão”. Os artigos 5º e 6º incumbem ao titular do benefício as responsabilidades locatícias (tais como: a contratação locatícia, a negociação do valor do aluguel e o seu pagamento mensal ao locador, e o cumprimento das cláusulas contratuais). Outrossim, é vedada a sublocação do imóvel ou – evidentemente – o emprego do valor obtido pelo aluguel social para finalidade diversa que não seja o pagamento de aluguel residencial (artigo 11).

O artigo 2º da Lei em comento dispõe:

Art. 2.º Poderão ter direito à concessão do benefício de que trata o “caput” do art. 1.º, até o reassentamento definitivo e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Estado, as famílias nas seguintes situações:

I - residentes em áreas destinadas à execução de obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento estadual;

II - que estejam em situação de risco, decorrente de calamidade pública ou de situação de emergência; e

III - residentes em áreas públicas, em especial em áreas de risco, com processo de regularização fundiária.

Nota-se que a legislação estadual não se refere expressamente às pessoas em situação de rua – como, de modo contrário, é feito, por exemplo, pelo Município de Aracruz/ES (conforme artigo 2º, inciso V, da Lei nº 3.444, de 29 de junho de 2011) (ARACRUZ, 2011) e pelo Estado do Acre (conforme artigo 3º, inciso IV, combinado com o artigo 3º, § 1º, inciso III, alínea "b", da Lei nº 2.116, de 16 de março de 2009) (ACRE, 2009).

Critica-se, também, a quantia oferecida (máximo de R\$500,00), tendo em vista que o processo habitacional estatal brasileiro é subjugado pelo mercado imobiliário, que determina as diretrizes dos investimentos habitacionais. Formam-se, assim, centros nas cidades e em regiões em que os serviços públicos – saneamento básico, educação, espaços coletivos de lazer, transporte coletivo – são efetivamente implantados e, conseqüentemente, os preços dos alugueis são elevados. Em contrapartida, locais marginalizados, onde preponderam as favelas e as habitações precárias de um modo geral, são desprovidos daqueles privilégios ofertados nas áreas centrais (KOWARICK, 1979; MARICATO, 2015).

Nesse contexto, o valor fixado é mais compatível com um aluguel nos bairros periféricos do que nos centrais. Evidentemente que a solução perpassa menos pelo mero aumento do valor do aluguel social – oportunizando o acesso às residências valorizadas e de alto custo – do que por um processo de combate à segregação socioespacial e de distribuição desigual dos serviços públicos entre as cidades e regiões brasileiras.

Inobstante, o aluguel social almeja (ainda que limitada e temporariamente) a garantia do direito fundamental social à moradia (artigo 6º da Constituição Federal), intimamente ligado à dignidade da pessoa humana (SARLET, 2009/2010). Ademais, a

Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) (BRASIL, 1993) prevê benefícios assistenciais eventuais "aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública" (artigo 22, *caput*, cuja redação foi dada pela Lei nº 12.435, de 2011), e o seu artigo 22, § 1º, inciso II, determina a instituição de serviços socioassistenciais às pessoas em situação de rua.

Enfim, o aluguel social deve também ser destinado às pessoas em situação de rua, população vulnerável e sem domicílio, razão pela qual uma alteração legislativa pela Assembleia Legislativa Gaúcha é medida imperiosa. Saliente-se, todavia, que o aluguel social, isoladamente, não possui o condão de propiciar uma vida autônoma e independente às pessoas, de modo que é necessário que políticas públicas sejam efetivadas a fim de que a situação de rua seja superada durante o período de fruição do benefício. Do contrário, transcorrido tal período, é notória a possibilidade do retorno à situação de rua pelos beneficiários do aluguel social.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aluguel social, tratando-se de uma realidade recente no cenário jurídico brasileiro, impescinde de análises científicas. Diante da realidade opressiva vivenciada pelas pessoas em situação de rua, é perfeitamente cabível que, no Rio Grande do Sul, o aluguel social lhes seja destinado.

E, partindo-se do pressuposto de que a situação de rua, na sociedade moderna, é decorrência do modelo socioeconômico capitalista, o aluguel social possuiria duas funções antagônicas. A primeira, de reforço ao mercado imobiliário e à lógica do sistema, por meio de investimento de recursos públicos no setor privado; e a segunda, de melhoria de vida das pessoas em situação de rua, à medida que procura fornecer-lhes um abrigo temporário. Diante disso, sustenta-se a utilidade do aluguel social à população em situação de rua, desde que acompanhado de políticas públicas que visem à emancipação humana. Ele, por si só, é medida paliativa, que exige transformações sociais para que o objetivo último pretendido – a retirada de pessoas da situação de rua – seja permanente e não meramente transitória.

REFERÊNCIAS

ACRE. **Lei nº 2.116, de 16 de março de 2009.** Dispõe sobre a instituição do Programa Bolsa Moradia Transitória. Rio Branco, 2009. Disponível em: <<http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei2116.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

ARACRUZ. **Lei nº 3.444, de 29 de junho de 2011.** Dispõe sobre o Projeto "Aluguel Social" e revoga o art. 4º da lei 1.863, de 27/09/1995. Aracruz, 2011. Disponível em: <<http://www.pma.es.gov.br/arquivos/leis/3444.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/04/const/const.htm>>.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 23 set. 2017.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PINTO, Maira Meira. **Sou capaz:** uma experiência de auto-organização de moradores de rua. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 14.039, de 6 de julho de 2012.** Institui o Programa Aluguel Social. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/14.039.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. O direito fundamental à moradia na Constituição: algumas anotações a respeito de seu contexto, conteúdo e possível eficácia. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RESE)**, Salvador, n. 20, p.1-46, dez./jan./fev. 2009/2010.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil 1995 - 2005.** Brasília, 2006, 220 p. (Dissertação apresentada à Universidade de Brasília para a obtenção do título de mestre em Política Social).

SILVA, Rosimeire Barboza da; COSTA, Alderon Pereira da. Direitos humanos da população em situação de rua? Paradoxos e aproximações a uma vida digna. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, n. 6, p.117-135, jul./dez. 2015.

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O HABITAR DO MORADOR DAS RUAS

Dhyulia Roberth Ribeiro Isidoro

UNISOCIESC, Arquitetura e Urbanismo – Santa Catarina

Cristienne Magalhães Pereira Pavez

UNERJ, Arquitetura e Urbanismo – Rio de Janeiro; UFPR, Mestre – Paraná; UDESC-PPGPLAN, Doutoranda – Santa Catarina.

RESUMO: A existência de pessoas que moram nas ruas é um acontecimento global, que vem crescendo consideravelmente nos últimos anos nas grandes cidades, configurando um fenômeno do espaço urbano que requer maior atenção por parte das pesquisas no meio acadêmico e ações do poder público. O presente estudo tem como objetivo “caracterizar a pessoa em situação de rua, identificando e observando as formas de apropriação dos espaços da cidade de Joinville/SC”. Para atender este objetivo se pesquisou: sobre as políticas públicas para pessoas em situação de rua; Identificou-se o perfil desta população e averiguou-se as formas de se apropriar do espaço público urbano. Através de pesquisa bibliográfica e de campo foi possível apresentar o cenário das pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, e assim a compreensão de como ocorrem as apropriações dos espaços urbanos da cidade de Joinville/SC.

PALAVRAS – CHAVE: Morador de Rua, Espaço

Urbano, Apropriação urbana.

APPROPRIATION OF THE URBANE SPACE: TO LIVE IN IT OF THE RESIDENT OF THE STREETS

ABSTRACT: The existence of persons who live in the streets is a global event, which is growing considerably in the last years in the great cities, shaping a phenomenon of the urbane space that applies for bigger attention for part of the inquiries in the academic way and actions of the public power. The present study takes as an objective “to characterize the person in street situation, identifying and observing the forms of appropriation of the spaces of the city of Joinville/SC”. To attend this objective one investigated: On the public policies for persons in street situation; the profile of this population Was Identified and There Were Checked the forms of seizing the urbane public space. Through bibliographical inquiry and field it was possible to present the scenery of the persons who use the streets like space of dwelling and / or survival, and so the understanding of as there take place the appropriations of the urbane spaces of the city of Joinville/SC.

KEYWORDS: Resident of Street, Urbane Space, urbane Appropriation.

1 | INTRODUÇÃO

A questão que surge quando se aborda tal tema é que, em grande escala - independentemente da situação econômica de um país - é frequente a presença de um contingente de pessoas que utilizam a rua como moradia. Atualmente não existem dados concretos sobre o número mundial de habitantes que vivem nesse tipo de situação, entretanto esta conjuntura pode ser encontrada em diferentes países e culturas, e podem apresentar causas e características diversas.

A partir da problemática apresentada, a intenção deste trabalho é caracterizar a pessoa em situação de rua, analisando aspectos de cunho social, econômico e cultural, observando assim como estes indivíduos se apropriam dos espaços da cidade e verificando as condições às quais este grupo está submetido, para então buscar formas de melhorar a sua vivência no meio urbano. Assim, procura-se fazer uma análise da apropriação dos espaços urbanos da cidade de Joinville/SC.

A partir do levantamento de informações das necessidades da População em Situação de Rua em nível nacional, estadual e principalmente local, será possível determinar quais serviços de acolhimento esse grupo necessita, mostrando as necessidades que o morador de rua enfrenta para a realização de suas atividades cotidianas e quais são suas carências.

2 | CONTEXTUALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A população em situação de rua pode ser caracterizada por um grupo populacional heterogêneo, formada por indivíduos com diferentes realidades e que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos familiares e sociais interrompidos ou perdidos e sem habitação convencional regular, tendo como consequência a rua como espaço de moradia e sobrevivência (Decreto Nº 7.053 - DIÁRIO OFICIAL [DA] UNIÃO, 2009).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para fins instrumentais, apresenta a seguinte descrição:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (MDS, 2008, p.8).

De acordo com os dados da estimativa da população em situação de rua no Brasil, calcula-se que aproximadamente 102 mil pessoas vivam em situação de rua no país, conforme dados do IPEA de 2016 (IPEA, 2017). Em relação à cidade de Joinville o número se intensifica, uma vez que no ano de 2013 havia o registro de apenas 156 pessoas que residiam nas ruas da cidade e, apenas dois anos depois (2015), esse número passou para 719 cidadãos que utilizavam a rua como espaço de moradia (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2017).

Em Joinville particularmente, este número era desconhecido até 2007, quando foi realizada a primeira contagem de moradores de rua da cidade, desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social entre 2007 e 2008. Por este motivo, o que direciona a maioria das discussões sobre o assunto são os dados fornecidos pela pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social, que compõem as informações apresentadas na figura 1 abaixo.

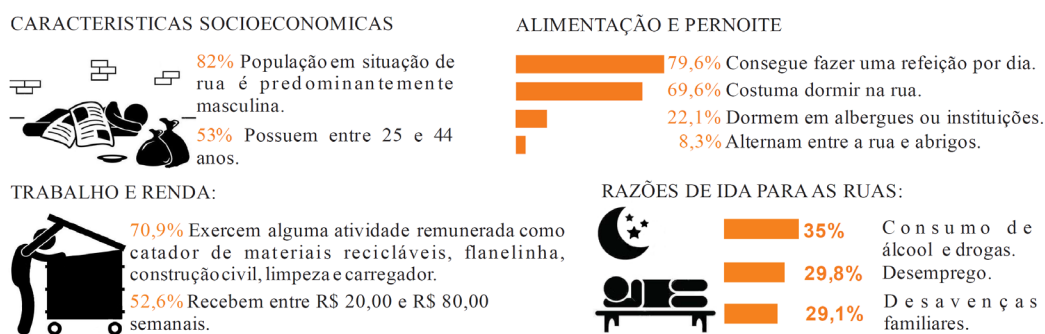


Figura 1: Quadro de dados sobre o perfil do morador das ruas

Fonte: (MDS 2008); (Adaptado pelos autores, 2017).

As informações geradas acima apontam para uma possibilidade de tipificação deste grupo, “[...] esta é uma população que presta serviços, todavia é excluída das garantias de trabalho e do direito ao consumo de itens mínimos de sobrevivência.” (VALENCIO et al. 2008, p.562). Portanto, os dados apresentados expõem genericamente como é o perfil predominante das pessoas que residem nas ruas das cidades brasileiras.

3 | POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS

No Brasil existia uma carência por políticas públicas eficazes no controle da situação que atinge as pessoas que vivem nas ruas, entretanto os movimentos sociais organizados exerceram uma grande pressão para incluir na Constituição Federal a Assistência Social como política pública. Em 1988, este direito é conquistado e diante disto, surgem outras leis que incidem sobre a classe (ARGILES; SILVA, 2011), como mostra a (figura 2):

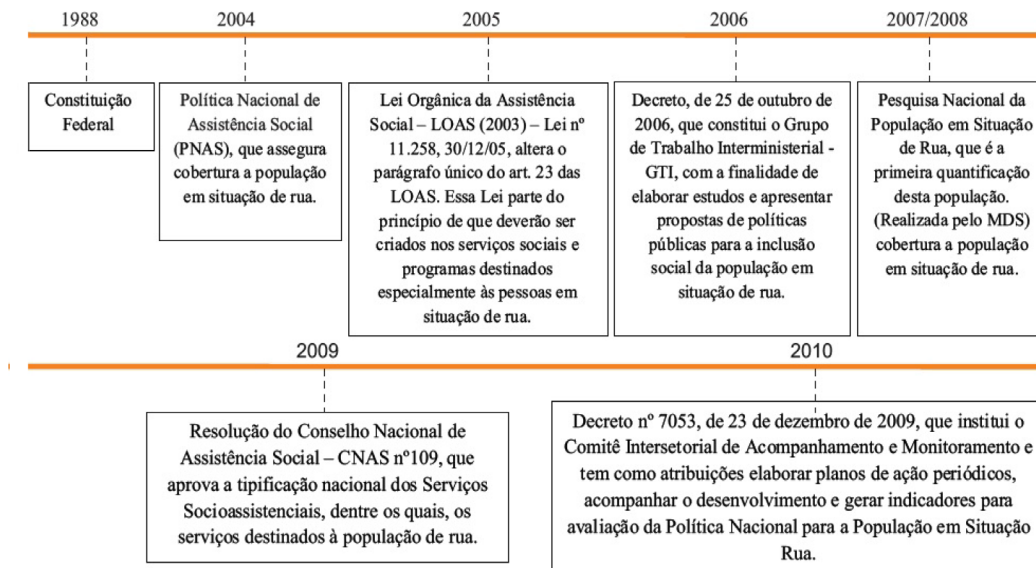


Figura 2 – Linha do tempo legislação

Fonte: (Brasil, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 2009); (Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil 1988 1988); (Brasil, Decreto Nº 7.053. 2009); (Brasil, Decreto nº 1 2006); (Brasil, Lei Nº 11.258: 2005); (Brasil, Norma Operacional Básica 2004); (Adaptado pelos autores, 2017).

Mesmo com este cenário de conquistas políticas o movimento em prol do auxílio para este grupo se encontra em lenta evolução, conforme mostra a reportagem:

“[...] Em 2009, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto que criou a Política Nacional para População de Rua. Uma das metas era implantar centros nacionais de referência em direitos humanos para cuidar dos moradores de rua. Além disso, deveriam ser desenvolvidas ações nas áreas de educação, saúde, moradia e qualificação profissional. No entanto, o decreto não saiu do papel [...]” (ANTONELLI, 2012).

Bauman (2007) chamou a atenção para o fato da importância do exercício político, a prática da cidadania pode alterar o ciclo vicioso de injustiça social:

Sem direitos políticos, as pessoas não podem ter confiança em seus direitos pessoais; mas sem direitos sociais, os direitos políticos continuarão sendo um sonho intangível, uma ficção inútil ou uma piada cruel para grande parte daqueles a quem eles foram concebidos pela letra da lei. Se os direitos sociais não forem assegurados [aos] pobres e indolentes [estes] não poderão exercer os direitos políticos que formalmente possuem. E assim, os pobres terão apenas as garantias que o governo julgue necessário conceder-lhes [...]” (BAUMAN, 2007, p.71).

A referência acima exposta por Bauman aponta para a necessidade de mudanças nas políticas públicas e na forma como planejamos as cidades do futuro, visto que as leis atuais são particulares e nem sempre conseguem defender os poucos direitos oferecidos a esta parcela da população.

4 | O CIDADÃO JOINVILENSE E SUA RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Ao se aplicar um questionário com cidadãos da cidade de Joinville/SC, identificou-se pontos de vista sobre o morador de rua e foi possível verificar como os sem teto são percebidos, visto que 96,2% dos entrevistados alegaram notar a presença deste grupo na cidade.

Em relação ao perfil dos entrevistados, foram feitos questionários com trinta e seis pessoas de diversas idades, entre elas, vinte e três mulheres e treze homens. Dos integrantes deste conjunto, selecionou-se um grupo multidisciplinar. Tendo em vista que a cidade de Joinville apresenta uma população de mais de 500 mil habitantes o número de pessoas da amostra é baixo e não permite considerar o resultado representativo. Entretanto, optou-se por manter os resultados destes questionários neste estudo, por se tratar de um grupo previamente selecionado e por ser um sinalizador de comportamento e não representa o resultado principal da pesquisa.

Ao questionar os entrevistados como viam os moradores de rua, a resposta foi quase unânime, trinta e dois por cento relataram ver o desabrigado como alguém que precisa de auxílio (banho, comida, roupas e um lugar para dormir). Dos entrevistados, 60% alegam não se incomodar com a presença de um morador de rua próximo a sua casa ou comércio; 65% afirmaram que já ajudaram um desabrigado e 61,5% declararam que compartilhariam o uso de um equipamento urbano com residentes de rua. Com a realização das entrevistas, é perceptível que muitos não se incomodam com a presença do morador de rua por acreditar que ele está em uma condição temporária. Mas ao questionar sobre o uso compartilhado de um equipamento urbano (como um banheiro público, por exemplo), 35% dos entrevistados relataram ter medo de doenças ou de malfeitores, que evidencia o preconceito existente ao associar um desabrigado a um ser humano distinto e perigoso.

5 | PERFIL DO MORADOR DE RUA DE JOINVILLE

Para Foucault (1984) é necessário levar em consideração e respeitar o espaço do outro, visto que os padrões expostos pela sociedade atualmente fazem com que o “diferente” seja deslocado e esquecido, permanecendo nos espaços adequados apenas aqueles que se enquadram em certos parâmetros.

A questão que surge é que, estes indivíduos que habitam as cidades não se tratam de grupos homogêneos, ou seja, há diversas tipologias dentro desta classe e cada uma com necessidades e anseios diferentes.

Durante a pesquisa de campo feita na cidade de Joinville, foi possível verificar que aproximadamente 75% dos sujeitos sem teto da cidade são pessoas que moram nas ruas do município durante um período de três a noventa dias; os outros 25% se tratam de residentes fixos da região e que se enquadram em diversos perfis (NARCIZA,

2017).

Para este estudo se definiu sete perfis principais para caracterização do morador de rua e a seleção destes foi motivada pela pesquisa de campo realizada nos meses de março, abril e maio de 2017. No campo observou-se a existência dominante dos seguintes perfis no município de Joinville/SC: os usuários de drogas (perfil 1), os trabalhadores (perfil 2), doentes mentais (perfil 3), optantes da vida livre (perfil 4), pedintes (perfil 5), famílias (perfil 6) e os trecheiros (perfil 7), todos apresentadas no (Quadro 1). Com base nestes perfis será possível perceber as características destes subgrupos e assim averiguar a heterogeneidade que há entre as pessoas em situação de rua.

Perfil	Caracteriz.	Descrição
Perfil 1	Usuário de droga	O vício em drogas como o crack ou bebida, por exemplo, é um dos fatores que incidem diretamente na ida de pessoas para as ruas. A falta de condições financeiras ou sociais para manter o vício faz com que essas pessoas vivam na rua tanto temporariamente quanto permanentemente, fazendo desta uma tipologia contemporânea em razão do aumento no número de usuários de drogas pesadas.
Perfil 2	Trabalhadores	Este é o tipo que se concentra geralmente no centro da cidade. De acordo com dados do MDS(2008), 70,9% dos moradores de rua exercem alguma atividade remunerada. Em Joinville, esse grupo geralmente dorme nos próprios galpões de reciclagem, porém há também aqueles que vivem nas ruas.
Perfil 3	Doentes mentais	Pertencente ao grupo de pessoas com traumas ou distúrbios mentais, que por sua vez acabam morando nas ruas por abandono da família e/ou pela falta de políticas públicas sociais e de saúde eficazes. Muitas vezes não conhecem nem a si próprios, como mostra a reportagem: “O homem de 42 anos que responde “não sei” para quase todas as perguntas e desconhece o próprio nome [...]. Ele quase não se comunica e de acordo com o coordenador do Centro POP, não sabe que seu nome é José Antônio dos Santos” (MARTIN, 2015).
Perfil 4	Vida livre	Caracterizam-se como ‘optantes da vida livre’, são pessoas que preferem viver livremente, fora dos padrões da sociedade, ou seja, sem compromisso. Sendo este seu modo de vida, totalmente desprendido, definindo a sua escolha por residir nas ruas. Uma entrevista do Jornal local, com Daniel Stamm, um dos moradores de rua da cidade de Joinville, deixa claro que para alguns, viver na rua é uma opção: “— Optei por seguir o caminho da Bíblia. Trabalhava sempre formulando, calculando, projetando. Só me estressava — esclareceu ele [...]” (ANOTICIA, 2017).
Perfil 5	Pedintes	Considerado um grupo mais frágil, estas pessoas vivem com a ajuda de centros de apoio, pastorais e a própria comunidade. Este público busca se aproximar dos passantes, tendo em vista que muitas vezes provem deles a sua sobrevivência.

Perfil 6	Famílias	Esta parcela associa-se com a mudança de cidade (migrantes), grupo que busca uma vida melhor. Em Joinville esta tipologia está predominantemente atrelada a determinados grupos indígenas que habitam a cidade, eles são optantes da vida nômade e comercializam artesanato próprio para obter recursos para viver. Quase sempre são atendidos por órgãos diferentes dos destinados para moradores de rua, por se tratar de um grupo com raízes culturais distintas que requer uma atenção diferenciada dada a importância histórica.
Perfil 7	Trecheiros	O último perfil, definido como 'trecheiros', caracterizam-se por indivíduos que vivem no trecho, ou seja, entre uma cidade e outra, este grupo geralmente é formado por homens que não tem casa, nem dinheiro e vivem viajando de cidade em cidade por motivos diversos, sendo auxiliados pela assistência social. Segundo registros do Centro POP, esta é a tipologia mais presente na cidade Joinville.

Quadro 1: Perfil das pessoas em situação de rua de Joinville.

Fonte: Dos Autores, 2017.

Ao caracterizar os diferentes subgrupos e analisar quem é a população de rua é possível compreender que não é viável generalizar estes indivíduos, pois não se trata de um perfil homogêneo e sim de diversas ramificações do que chamamos popularmente de morador de rua. Portanto não há possibilidade de se propor intervenções para esta população sem conhecer a realidade local e as múltiplas questões que os envolvem.

6 | MORAR NA RUA – APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A habitação dos logradouros públicos pelas pessoas em situação de rua, principalmente nas metrópoles, é considerada um problema crônico. “É utopia pretender, portanto, que políticas públicas possam reintegrar toda a população e impedir que novos moradores de rua surjam nos centros urbanos, e até mesmo em zonas rurais” (SCHOR, 2010, s/p.).

Michelle Esquinca em sua defesa de mestrado na FAU- USP em 2013, produziu um estudo em que discute e classifica os diferentes modos de morar nas ruas, identificando tanto as formas de moradia, quanto os indivíduos que as desenvolvem. Para tanto se fará uma breve explanação com base nos estudos da autora Esquinca (2013) e para o modo de morar do habitante das ruas será com base nos autores Taschner e Rabinovich (1998), com a classificação: Assentados; Cavernas; Nômades e Selvagens.

Na tipologia denominada assentados, o sem teto tem a necessidade de limitar concretamente o espaço que lhe serve de abrigo. Estes moradores de rua acumulam objetos a fim de estabelecer uma relação improvisada de lar; possuem parceiros, bichos de estimação e outros elementos que expressam o desejo de uma vida formal (ESQUINCA, 2013). Enquadram-se neste modo de apropriação do espaço, os seguintes perfis em Joinville: optantes da vida livre, doentes mentais, trabalhadores e

famílias.

O perfil caverna constitui-se por pessoas com ausência total de casa, levando-os a habitar os vazios nas estruturas dos viadutos ou os prédios abandonados. Este público tem seus pertences bem reduzidos e nestes espaços, os moradores de rua ficam isolados do resto da sociedade (ESQUINCA, 2013). Na cidade de Joinville, os perfis habitantes destes espaços geralmente são usuários de drogas, trecheiros, pedintes e famílias.

Os moradores em situação de rua que moram em seus carrinhos são denominados Nômades e sempre carregam consigo seus pertences. Seu espaço está em constante transformação, visto que não possuem um local fixo e suas circunstâncias podem exigir mudanças constantes (ESQUINCA, 2013). Em Joinville os perfis que se enquadram neste modo de habitar são: trabalhadores, famílias, optantes da vida livre e os trecheiros.

A situação em que a residência torna-se algo sem nenhum limite privado no espaço físico, denomina-se selvagem, considera-se selvagem por morar na “selva de concreto”. No contexto apresentado não há mais pertences, sendo o corpo o último limite de identidade do indivíduo (ESQUINCA, 2013). Podem se encaixar neste modo de morar em Joinville, os seguintes perfis: usuários de drogas, pedintes e doentes mentais.

Por mais que a cidade ofereça pontos de apoio a estes indivíduos, as soluções apresentadas ainda deixam a desejar, como descreve Quintão (2002, p. 9):

De qualquer forma, mesmo que a questão do morar na rua seja transitória para um dado indivíduo, outros aparecerão, ou seja, há um contingente permanente de pessoas que habitam os espaços públicos e para o qual se espera uma resposta, que o projeto urbano não tem dado conta.

Analisar o morador de rua como elemento integrante da realidade urbana mostra a necessidade de apresentar equipamentos de apoio, como expõe Quintão (2012, p.121), “[...] isto seria prova concreta, construída, implantada, de que esta população está na cidade, faz parte da cidade. Mesmo que isto seja inaceitável para muitos que dividem este mesmo espaço metropolitano.

Como coloca Costa (2009, p.1), “a população de rua passa a ser um objeto de gestão. A vida nas ruas é vista não como fenômeno individual, de que a pessoa está ali porque é preguiçosa ou louca, mas como problema coletivo, estrutural. [...] Não é algo para ser extirpado, mas entendido, regularizado e normatizado”.

7 | A APROPRIAÇÃO URBANA DO MORADOR DE RUA JOINVILLENSE

O grande desafio atual em programas que atendam a população que opta por viver nas ruas, é que estes elegeram usar o espaço público para viver e para o pernoite e este fato ainda não foi reconhecido pela cidade. As necessidades básicas destes usuários do espaço urbano incluem repouso, higiene, necessidades fisiológicas e

alimentação, e estes são necessários em vários momentos ao longo do dia. Há de se pensar uma estrutura que os acomode, assumindo sua existência, visto que eles por si próprios já fazem a adaptação dos espaços da cidade, devido à falta de equipamentos de apoio que supram as suas necessidades rotineiras (QUINTÃO, 2012).

As pessoas em situação de rua se apropriam de elementos urbanos diversos, que são utilizados conforme a necessidade. O corrimão, a exemplo na figura 3, foi utilizado como varal, já que o indivíduo pendura suas roupas.



Figura 3 – Uso de corrimão para estender roupas no centro de Joinville.

Fonte: (Tecchio 2008)

Outro local dos quais os nômades urbanos se apropriam são as marquises, como mostra a figura 4 e 5, que para eles é um elemento de proteção contra as intempéries, os quais costumam utilizar para configurar o local de tal modo que se transforme no mais íntimo possível.



Figura 4 – Marquise do Terminal Central utilizadas como abrigo em Joinville

Fonte: Da autora — Campo em 28/03/2017.



Figura 5 – Marquise de agência bancária em Joinville e ação policial

Fonte: (Magdyel 2017)

As árvores, cantos cegos de edificações e construções abandonadas, são utilizadas pelos sem teto tanto como guarda volumes (figura 6), ou como local para fazer suas necessidades fisiológicas. Muitas vezes esta população utiliza estes lugares como sanitários, por entenderem estes espaços como íntimos. Em alguns casos estes locais se assemelham também a abrigos e se tornam um ambiente privado para habitar (figura 7).



Figura 6 – Espaço utilizado para guardar pertences em Praça de Joinville.

Fonte: Da autora — Campo em 28/03/2017.



Figura 7 – Tubo de concreto para guardar pertences e se abrigar – em bairro de Joinville.

Fonte: (Martin, <http://anoticia.clicrbs.com.br> 2014)



Figura 8 – Ponto de ônibus utilizado como local de descanso em Joinville.

Fonte: Da autora — Campo em 24/03/2017.



Figura 9 – Moradores de rua e a apropriação de arquibancada do Mercado Público de Joinville.

Fonte: (Martin, 2015)

Em entrevista com dois moradores de rua de Joinville, os mesmos deixam explícito como a falta de um lar afeta diretamente a vida de um indivíduo. Waldemiro de 65 anos fala sobre a importância de se ter um domicílio: “Ter um lugar para dormir e para guardar as coisas é um sonho. Arrumar um trabalho sem casa é muito difícil. Muitos até querem trabalhar, mas como não têm endereço fixo e chegam na empresa com uma mala nas costas, eles nem olham para sua cara” diz ele. Já Marco Aurélio - outro morador de rua - fala sobre a escassez de espaços na cidade “não tem mais marquises seguras para todo mundo dormir, lá na marquise do Bradesco, por exemplo, já tem uns vinte que dormem lá e os ‘homens’ sempre vem atropelar o pessoal que dorme nas marquises [ver figura 9]. Se tivesse um cantinho nem que fosse ‘pequenininho’, a gente sabe que ia ter segurança de deixar as nossas coisas lá e que ninguém ia mexer, seria ótimo”. Neste caso, fica claro que a implantação de equipamentos urbanos de qualidade, poderia ser essencial para incorporar as pessoas em situação de rua no contexto urbano e social de Joinville.

Os perfis e os modos de apropriação do espaço expostos neste artigo demonstram que o próprio morador de rua transmite diretrizes para o desenvolvimento de programas e intervenções para o apoio deste grupo vulnerável.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de o “morar na rua” ser uma ocorrência mundial, mostra que esta questão acomete até mesmo os países mais desenvolvidos, portanto, não é possível elaborar uma “fórmula” única, que atenda a necessidade de todas as cidades, é necessário analisar de perto o fenômeno para que assim seja possível se dar conta de todas as variáveis específicas.

Sobre as *políticas públicas* para este grupo, o que se verificou é a preocupação com as pessoas em situação de rua motivadas por grupos de organizações não governamentais, que por insistência acabam por instigar o governo a tomar providências legais, entretanto estas são mais instruções do que ações.

Outra questão levantada se refere ao *perfil desta população*, formada por grupos

heterogêneos que foram motivados a morar no espaço público por problemas de ordem econômica e social, com destaque a saúde (drogas e problemas mentais). Com base em diversos parâmetros apresentados, se identificou na cidade de Joinville/SC os seguintes perfis de moradores de rua: Usuário de drogas, Trabalhadores, Doentes mentais, Vida livre, Pedintes, Famílias e Trecheiros.

Por fim a última questão levantada foi com relação *a apropriação dos espaços públicos* e com respaldo de teóricos se identificou as seguintes formas de morar: Assentados; Cavernas; Nômades e Selvagens. Na avaliação empírica vê-se que um mesmo perfil pode optar por formas diferentes de habitar.

Com o estudo das questões problemas se alcançou o objetivo deste artigo de *“Caracterizar a pessoa em situação de rua, observando e identificando as formas de apropriação dos espaços da cidade de Joinville/SC”*.

Ao analisar o indivíduo “morador de rua”, constatou-se que há uma diversidade de perfis e que esta resulta em diferentes tipos de apropriação do espaço, por tanto, não se trata de promover apenas ações de assistencialismo, é recomendado pensar que “para aqueles que querem efetivamente sair das ruas” é necessário ofertar um meio de transição do espaço público para o privado e deve-se pensar também, que há aqueles que efetivamente preferem a rua e não há como obriga-los a deixá-la, por tanto, a cidade deve reconhecer e acomodar o morador das ruas. São diferentes culturas e vivências que não podem ser confundidas e estas particularidades devem ser levadas em consideração no momento de ofertar soluções.

Sendo assim, é possível concluir que as pessoas em situação de rua são um problema contemporâneo das grandes cidades e por isso se faz necessário o reconhecimento de suas peculiaridades, para apresentar novas propostas de planejamento urbano, bem como projetos de instalações e estruturas de apoio, com o objetivo de incorporar esta parcela da população no espaço público urbano.

É somente com ações preventivas de acolhimento que considerem a diversidade deste público que teremos uma redução na incidência de injustiças sociais para com os moradores das ruas.

REFERÊNCIA

A NOTÍCIA. **Um consultório na rua**. Joinville. 23 de Janeiro de 2015. Disponível em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/joinville/noticia/2015/01/programa-da-saude-ajuda-moradores-de-rua-de-joinville-4686059.html>> Acesso em: 10 de Abr. de 2017.

ALMEIDA, L. **Cidade Baixa abriga maior população de rua de Salvador**. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1505443-cidade-baixa-abriga-maior-populacao-de-rua-de-salvador>> Acesso em: 16 de Jan. de 2018).

ANTONELLI, D. **A difícil decisão de viver nas ruas**. **Jornal Gazeta do povo**. 5 de Maio de 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-dificil-decisao-de-viver-nas-ruas-2ripfb51stwieu3zsipn88lla>> Acesso em: 10 de Mar. de 2017.

ARGUILES, M. dos S; SILVA, V. R. da. Assistência social e população em situação de rua. **V Jornada**

Internacional de Políticas Públicas. Vol. 5. São Luis, Agosto de 2011. p.1-11.

BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Resolução nº 109. Brasília, 25 de Novembro de 2009.

— . **Decreto nº 1** . Brasília, 25 de Outubro de 2006.

— . **Constituição da República Federativa do Brasil 1988.** Ementa Constitucional nº 1. Brasília: Coordenação de publicações, 5 de Outubro de 1988.

— . **Decreto Nº 7.053.** Brasília, 24 de Dezembro de 2009.

— . **Lei Nº 11.258:**. Brasília: Legislação Nacional, 30 de Dezembro de 2005.

— . **Norma Operacional Básica.** PNAS- Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

COHAPAR. **Governo tira mais 7 mil famílias da favela para casas próprias.** s.d. Disponível em: < <http://www.cohapar.pr.gov.br/galeria/161/1323/Ocupacao-irregular-Pedreira-Carmelina-Mendonca-de-Goes-20-anos-dois-filhos-e-gravida-de-seis-meses-Realeza-04-09-2007-Foto-Carlos-Ruggi.html>> Acesso em: 15 de Jan. de 2018.

CORREIO DO ESTADO. Expresso MS. 14 de Outubro de 2017. Disponível em: < <https://expressoms.com.br/inicio/destaque/morador-de-rua-agredido/>> Acesso em: 1 de Mar. de 2018.

COSTA, D. de L. R. **A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua.** Dissertação. São Paulo: USP, 2007. 189 p.

ESQUINCA, M. M. M. **Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos bairros Sé e República.** Dissertação. São Paulo: FAUSP, 2013. p. 68-69.

FOUCAULT, M. **De outros espaços.** Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle D'Études architecturales. Túnisia: Architecture, Mouvement, Continuité., 1967. p.1-2.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa estima que o Brasil tem 101 mil moradores de rua.** Ipea.gov.br. s.d. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303> Acesso em: 10 de Abr. de 2017.

MAGDYEL, A. S. **Moradores de rua são obrigados a deixar marquise de agência bancária em Joinville.** 18 de Setembro de 2017. Disponível em: < <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/joinville/noticia/2017/09/moradores-de-rua-sao-obrigados-a-deixar-marquise-de-agencia-bancaria-em-joinville-9904106.html> > Acesso em: 20 de Fev. de 2018.

MARTIN, L. **Em quase dez anos centro pop já resgatou 75 pessoas.** 16 de Outubro de 2014. Disponível em: < <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/joinville/noticia/2014/10/em-quase-dez-anos-centro-pop-ja-resgatou-75-pessoas-que-viviam-nas-ruas-de-joinville-4622007.html>. > Acesso em: 20 de Fev. de 2018.

MARTIN, Luiza. **Programa da Saúde ajuda moradores de rua de Joinville.** Edição: A NOTICIA. Joinville, 23 de Janeiro de 2015.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua.** Brasília: Governo Federal, Maio de 2008.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Meta Instituto de Pesquisa de**

opinião. Pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua. 2008.

NARCIZA, J., entrevista feita por Dhyulia R. R. Isidoro. Entrevista sobre a situação dos moradores de rua de Joinville (7 de Abril de 2017).

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil.** IPEA, 2016.

PEREIRA, L. J. Belo Horizonte Alternativa. 7 de Julho de 2015. Disponível em: < <http://www.belohorizontealternativa.com/2015/07/na-rua-tamoios-com-bahia-centro-de-belo.html> > Acesso em: 1 de Mar. de 2018.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **População em situação de rua - Joinville, SC - 2013/2016.** 2013-2016.

QUINTÃO, P. R. **Morar na rua: há projeto possível?** Dissertação. São Paulo: FAU USP, 2012.

Schor, Silvia Maria. **É utopia pretender impedir que surjam moradores de rua.** O Estadão. 1 de Junho de 2010. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,e-utopia-pretender-impedir-que-surjam-moradores-de-rua-imp-,559677>> Acesso em: 13 de Mai. de 2017.

TASCHNER, S. P; RABINOVICH, E. P. **Modos de morar na rua.** São Paulo: FAU USP, 1998.

TECCHIO, Petterson. **Você repórter: chuva desabriga 60 em Joinville.** TERRA. 16 de Dezembro de 2008. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/fotos/0,,O180004-EI306,00-vc+reporter+chuva+desabriga+em+Joinville.html>> Acesso em: 7 de Mar. de 2017.

UNIÃO, Diário Oficial da. **Decreto Nº 7.053.** Política Nacional Para A População em Situação de Rua e Seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e Dá Outras Providências. Brasília, 23 de Dezembro de 2009.

VALENCIO, N. F. L. da S; PAVAN, B. J. C; SIENA, M; MARCHEZINI, Victor. **Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização.** Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, 2008: 556-605.

CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA PARA RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE QUANTIDADE DE MATÉRIA POR PARTE DE LICENCIANDOS EM QUÍMICA

Sandra Franco-Patrocínio

Universidade Federal de São João del-Rei

São João del-Rei - MG

Ivoni Freitas-Reis

Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora - MG

RESUMO: O presente artigo discute os resultados de uma intervenção didática, em uma turma de graduação em Licenciatura em Química, na qual utilizamos de uma abordagem alicerçada na História da Ciência, com o objetivo de ressignificar o conceito de Quantidade de Matéria e sua unidade, o mol. Para tanto, apresentamos uma análise das atividades realizadas durante o desenvolvimento da estratégia de ensino, e quais os impactos na aprendizagem dos estudantes participantes. Os resultados nos indicaram que, a princípio, os estudantes em início da formação superior ainda apresentavam defasagem em conceitos químicos importantes, tais como o conceito de Quantidade de Matéria. Depois de realizada a intervenção, identificamos que houve um aumento acentuado no número de acertos das questões propostas. Sendo assim, percebemos que a História da Ciência pode contribuir para ressignificar conceitos científicos por parte dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Quantidade de Matéria;

História da Ciência; Ressignificação de conceitos.

ABSTRACT: The present article discusses the results of a didactic intervention of a graduation group in Chemistry Degree, with the objective of using the History of Science, for to re-signify the concept of Matter and its unit, mol. "For this purpose, we present an analysis of the activities during the development of the teaching strategy and the learning support of the participating students. The results indicated that, in the beginning, the students presented a lag in important chemical concepts, such as the Quantity of Matter concept. After the intervention, we identified that there was a marked increase in the number of correct answers to the proposed questions. Thus, we realize that the History of Science can contribute to re-signify scientific concepts on the part of the students.

KEYWORDS: Amount of Matter; History of Science; Resignification of concepts.

1 | INTRODUÇÃO

Embora essa mudança conceitual não traga quaisquer benefícios práticos imediatos à nossa capacidade de compreender melhor o mol, ela realinha a definição do mol com a maneira como a maioria dos químicos a entende (MARQUARDT et

A citação que abre este artigo faz parte do Relatório Técnico da *International Union of Pure and Applied Chemistry* (IUPAC) sobre a redefinição do mol, de 2018. Nela percebemos que a mudança conceitual sobre o mol pode trazer novos desafios aos professores de Química, especialmente no que diz respeito às metodologias de ensino que se preocupem em contribuir para a aprendizagem do mol.

É relevante compreender que as unidades de medida, assim como o mol, possuem a mesma definição em qualquer lugar do mundo. Isso, pois em 1948 foi instituído o Comitê Internacional de Pesos e Medidas (CIPM), durante a 9ª Conferência Geral de Pesos e Medidas (CGPM), cujo objetivo principal era recomendar um único sistema que pudesse ser adotado por todos os países que aderissem à Convenção do Metro (CGPM, 1949).

Em 1954, na 10ª CGPM, foi adotado um sistema de unidades de medida para uso internacional. O sistema continha seis unidades base: metro, quilograma, segundo, Ampere, grau Kelvin e candela. Esse sistema internacional foi denominado de “*Système International d’Unités*” (SI), o qual a abreviação SI fora adotada na 11ª CGPM. A sétima unidade base, o mol, foi adicionado ao SI em 1971, na 14ª CGPM (MARQUARDT et al., 2018).

Assim, a definição de mol comumente empregada até o final de 2017 era a seguinte:

1. O mol é a quantidade de matéria de um sistema que contém tantas entidades elementares quantos são os átomos em 0,012 kg de carbono-12; seu símbolo é ‘mol’.
2. Quando o mol é utilizado, as entidades elementares devem ser especificadas e podem ser átomos, moléculas, íons, elétrons, outras partículas ou grupos específicos de tais partículas (CGPM, 1972, p.78, tradução nossa).

Percebemos que esta definição para a Quantidade de Matéria e sua unidade - o mol - é dependente da definição de quilograma; ou seja, a definição de Quantidade de Matéria refere-se a um número bem determinado de entidades em certa massa fixa de carbono-12. A unidade base quilograma é fundamentada em um artefato: um cilindro de platina-irídio, fabricado em 1879 - o protótipo internacional de quilograma (IPK) -, e armazenado no *Bureau International des Poids et Mesures* (BIPM), além do artefato armazenado no BIPM, há também, seis cópias oficiais (Marquardt et al., 2017). A massa m_{IPK} é de 1 Kg por definição, e foi observado que o protótipo do quilograma e suas seis cópias oficiais mostraram certa divergência de calibração ao longo do tempo.

Nesse sentido, a 21ª CGPM recomendou que os laboratórios se esforçassem para aperfeiçoar experimentos que ligassem a unidade de massa às constantes fundamentais, visando uma redefinição futura do quilograma (Marquardt et al., 2017; Marquardt et al., 2018).

Durante a 23ª reunião do Comitê Consultivo das Unidades (UCC), em setembro

de 2017, foi proposta uma nova definição para o mol, a qual será submetida à 26ª CGPM, que ocorrerá em novembro de 2018. A nova definição é a seguinte:

O mol, o qual o símbolo também é mol, é a unidade do SI da quantidade de matéria. Um mol contém exatamente $6.022\ 140\ 76 \times 10^{23}$ entidades elementares. Este número é o valor numérico fixo da constante de Avogadro, N_A , quando representado por mol^{-1} , e é chamado de número de Avogadro. A quantidade de matéria, de símbolo n , de um sistema é uma medida do número de entidades elementares específicas. Uma entidade elementar pode ser um átomo, uma molécula, um íon, um elétron, qualquer outra partícula ou grupo de partículas específica (MARQUARDT et al., 2018, p. 177, tradução nossa).

Continuando as discussões do relatório da IUPAC, Marquardt et al. (2018) tecem observações explicativas sobre a definição, as quais destacamos duas:

1. Embora o nome completo da quantidade seja quantidade de matéria, a palavra “matéria” é um nome temporário e deve ser substituída pelo nome da substância real. Assim, por exemplo, fala-se da “quantidade de água”, $n(\text{H}_2\text{O})$, ao invés de “quantidade de matéria da água”.

2. O nome “quantidade de matéria” não é universalmente considerado uma boa escolha e essa quantidade também é chamada algumas vezes de “quantidade química”. Um exame completo de um potencial nome alternativo para a quantidade de matéria, n , deve ser feito (MARQUARDT et al., 2018, p. 177, tradução nossa).

Para a constante de Avogadro, o valor atualmente aceito é dado pelo Comitê de dados para Ciência e Tecnologia (CODATA), sendo de $6.022\ 140\ 857(74) \times 10^{23} \text{ mol}^{-1}$, com uma incerteza padrão relativa de $1,2 \times 10^{-8}$ (MOHR, NEWELL, TAYLOR, 2016).

Concordamos com a discussão e busca de uma definição para o mol que se mostre independente de outras grandezas do SI. Apesar de que a redefinição do mol não trouxe grandes modificações na definição para a grandeza Quantidade de Matéria e sua unidade - o mol -, observamos que ela faz com que os estudantes se sintam confusos sobre qual definição usar. Além disso, se faz necessário atualizar os docentes sobre essa nova informação, enfatizando que essas mudanças devem ser discutidas em sala de aula, visando sempre o desenvolvimento e aprimoramento da ciência.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo mostrar os resultados de uma estratégia didática alicerçada na história da ciência, cuja finalidade era ressignificar o conceito de Quantidade de Matéria por parte do Licenciando em Química em fase inicial de curso.

2 | DIFICULDADES DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO CONCEITO QUANTIDADE DE MATÉRIA E DA SUA UNIDADE - O MOL: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Ao fazermos uma análise detalhada de artigos, de dissertações e de trabalhos apresentados em eventos científicos, percebemos que a temática é abordada em quatro vieses distintos, a saber: revisão de literatura, como docentes abordam o assunto em sala de aula, como o tema é tratado nos Livros Didáticos (LD) e estratégias didáticas criadas para favorecer a aprendizagem. Sendo assim, na presente revisão,

discutiremos o levantamento bibliográfico, seguindo esses quatro grandes eixos.

É importante salientar que a maioria desses estudos tinha como foco de pesquisa a atividade docente ou as estratégias didáticas. Entretanto, todos utilizaram os LD como objeto a ser investigado, mesmo que de forma secundária.

Observamos que as duas principais revisões de literatura realizadas sobre o tema são de âmbito internacional. Na primeira, Dierks (1981) delimitou seu levantamento nas produções de três décadas, compreendidas entre 1953 a 1980. Sua revisão abrangeu aproximadamente 300 artigos que discutiam o conceito de mol. Em seu levantamento foi possível perceber que muitos químicos continuaram a usar velhas definições como, por exemplo, o termo “número de mols”, por questão de hábito.

Por outro lado, em relação às dificuldades de aprendizagem do mol, os artigos identificaram, principalmente, aspectos relacionados ao uso do mol em cálculos estequiométricos. Em suas conclusões, o autor afirmou que, mesmo com esse número relativamente alto de publicações, era possível perceber que ainda persistiam os problemas referentes ao tema no contexto de sala de aula, uma vez que poucos alunos compreendiam o mol como uma unidade de contagem; apresentando dificuldades em relação às palavras parecidas, tais como: mol, molécula, molecular, molar.

Duas décadas depois, Furió, Azcona e Guisasola (2002) publicaram um artigo com o mesmo objetivo, ou seja, fazer um levantamento das publicações que versavam sobre o tema Quantidade de Matéria. Nessa revisão, os autores consideraram mais de uma centena de publicações das principais revistas internacionais.

Como resultado, eles identificaram que a maioria dos trabalhos publicados abordava o tema a partir de diferentes aspectos: as percepções dos alunos; as percepções dos professores; as novas perspectivas didáticas levantadas à luz da psicologia da aprendizagem; o ponto de vista histórico e filosófico sobre a origem do conceito; os pré-requisitos necessários para aprender; e a análise do conceito nos LD.

Os autores identificaram uma discrepância entre o que é aceito pela comunidade científica e o pensamento dos professores. Segundo os pesquisadores, esse desacordo influencia no ensino nos seguintes aspectos:

- a) O conceito de quantidade de matéria não é introduzido na grande maioria dos programas educacionais de química. Nesse sentido, a quantidade de matéria é geralmente identificada como massa ou como número de entidades elementares, ignorando o seu significado atual, como uma quantidade para contar as partículas.
- b) Os termos quantidade de matéria e mol são confundidos com conceitos contidos na teoria atômico-molecular, tais como massa molar, constante Avogadro (...).
- c) Dificuldades de sequenciamento dos conteúdos para introduzir o conceito de mol e a inadequação das metodologias de ensino comumente usados (FURIÓ et al., 2002, p.238, tradução nossa).

Entretanto, em relação aos estudantes, os autores concluíram que:

- a) Os alunos carecem de uma concepção científica do mol.

b) A maioria dos estudantes identificou o mol como uma massa, como um volume ou como um número de entidades elementares.

c) Os estudantes desconhecem o significado da grandeza “Quantidade de matéria”, evitando sua utilização e não identificam o mol como sua unidade.

d) Os alunos confundem frequentemente o nível macroscópico de representação (massa molar) com o microscópico (massa atômica e massa molecular).

e) Os alunos frequentemente identificam a proporção de moléculas com a proporção de massas e a proporção de massas com a proporção de massas molares (p.238, tradução nossa).

Sendo assim, a revisão da literatura realizada por Furió et al. (2002) apontou uma discrepância entre o que é aceito pela comunidade científica e o pensamento dos professores. Esse fato reflete as informações contidas nos LD e, conseqüentemente, influencia na compreensão desse tema pelos estudantes.

O segundo viés tratado nos artigos está relacionado à forma com a qual os docentes abordam a temática Quantidade de Matéria em suas aulas. Como dito anteriormente, é importante observar que esses trabalhos sempre foram acompanhados pela análise realizada nos LD, os quais faziam parte do contexto da pesquisa.

Em um trabalho empírico realizado por Hawthorne (1973) foi ratificado que muitos docentes estão ensinando erroneamente a constante de Avogadro, pois a maioria deles se equivoca ao tratar os termos mol e constante de Avogadro como sinônimos.

Hawthorne (1973) buscou observar como artigos e livros de Química abordavam o mol e a constante de Avogadro, para perceber se essas obras também cometiam o mesmo equívoco que os docentes. Para isto, ele fez uma revisão bibliográfica das principais publicações dos periódicos nos cinquenta anos anteriores, além de 104 livros de Química, amplamente encontrados em diversas bibliotecas americanas. Como resultados, ele constatou que os textos não tratavam pedagogicamente o tema em questão, fazendo uma mera menção ao assunto. Além disso, 70% dos textos traziam o valor numérico para a constante de Avogadro. Por último, o autor acrescentou que a abordagem do tema foi crescendo progressivamente nas últimas três décadas analisadas.

Resultados congruentes aos apresentados por Hawthorne (1973) foram obtidos por Furió et al. (1999). Com o objetivo de discutir as implicações didáticas das dificuldades epistemológicas em relação ao mol no ensino de Química, os autores descreveram a origem e evolução do conceito de Quantidade de Matéria e de mol na perspectiva da História da Ciência.

Além disso, discutiram a dicotomia entre o pensamento dos professores de Química e as recomendações da comunidade científica internacional em relação à definição do conceito de Quantidade de Matéria. Ainda, eles comentaram que como o mol é um termo cunhado pelos cientistas para facilitar os cálculos de Química, as concepções dos alunos a esse respeito não podem ser consideradas como concepções intuitivas.

Isso, porque, muitas vezes, seu ensino ocorre a partir de uma instrução insuficiente do professor ou por estratégias inadequadas. No trabalho, os pesquisadores procuram responder às seguintes questões:

- 1) Que ideias os professores de Química da escola básica têm sobre os conceitos de quantidade de matéria e sua unidade, mol?
- 2) Em que medida o pensamento dos professores sobre esses conceitos está de acordo com o significado atualmente atribuído a eles pela comunidade química internacional, expresso nas recomendações da IUPAC?
- 3) Existe alguma relação entre as dificuldades de compreensão desses conceitos pelo corpo docente e a construção histórica desse conhecimento? (FURIÓ et al., 1999, p.360, tradução nossa).

Para responder a essas questões, os autores empregaram como amostra 89 professores licenciados em Química, pertencentes às diferentes áreas geográficas (País Basco, Valência e Valladolid); professores do ESO e bacharelado (total = 47) e professores universitários de Química Geral do primeiro ano (total = 6), todos atuantes no momento da pesquisa. Por outro lado, na análise dos LD, a amostra consistiu de 87 livros, todos editados no período 1976-96. Desses, 62 eram destinados ao nível de ensino secundário (16-17 anos) e 25 eram de Química secundária geral (18 anos) e primeiro ano da universidade.

Como resultado, os autores identificaram que a introdução da grandeza é evitada, sendo comum a ocorrência de equívocos conceituais, como o emprego do conceito de Quantidade de Matéria como massa, por exemplo.

Em relação aos LD, foi observado que a Quantidade de Matéria é dificilmente considerada nos textos de ensino da Química ao longo do período analisado, embora entre 1986 a 1996 tenha havido uma pequena evolução positiva. Nos textos, não se pergunta explicitamente sobre o conceito de Quantidade de Matéria, e esse nem é considerado como um tópico de avaliação no final do capítulo. Apenas um terço dos 87 textos analisados refere-se ao tipo de problema geral que tenta resolver a introdução do conceito de mol, e em poucas obras há comentários históricos sobre aspectos relacionados à origem e à evolução do conceito.

Ainda em âmbito internacional, Abrantes, Vieira e Silva (2003) trabalharam com docentes com vários anos de experiência, graduandos de licenciatura, além de alunos cursistas do primeiro ano de Química na Universidade de Aveiro.

A partir de respostas coletadas por meio de um questionário, os autores constataram que muitos docentes apresentavam uma definição inadequada sobre o conceito, além de não terem sido observados, entre os professores, conhecimentos relacionados à origem e à evolução do conceito de mol. Em relação aos alunos, as autoras perceberam semelhanças no grau de conhecimento. Finalmente, nos LD elas observaram certa falta de rigor na terminologia empregada em relação aos conceitos em questão.

Seguindo essa perspectiva, em âmbito nacional, Rogado (2005) também analisou as dificuldades de ensino e aprendizagem da grandeza Quantidade de Matéria e de sua unidade de medida. Para isto, ele trabalhou com 50 alunos do 6º e 7º semestres de curso de licenciatura em Química; 29 professores em exercício no ensino médio; 5 professores formadores, atuantes em curso de Licenciatura em Química. Além disso, ele analisou 38 livros didáticos e manuais de professores, sendo 32 destinados ao ensino médio e 6 ao ensino superior.

Como resultados, sua investigação apontou uma tendência de pensamento dos professores de Química sobre os conceitos de Quantidade de Matéria e mol desconexos do significado que lhes é atribuído pela comunidade científica: a maioria dos professores desconhece a grandeza, utilizando ‘número de mols’ em seu lugar, atribuindo-lhe a ideia de uma ‘massa química’ ou um ‘número de Avogadro’ de entidades elementares. A análise de textos e livros didáticos confirma o entendimento de que a grandeza Quantidade de Matéria não é tratada, sendo substituída por ‘número de mols’.

Nesse sentido, são empregadas adaptações impróprias do conceito de mol, incorporando o significado equivalentista original do início do século. Além disso, a ausência da abordagem histórica e o tratamento aporofemático dos conceitos são quase uma unanimidade entre os materiais investigados.

Ratificamos que Soares (2006) desenvolveu sua dissertação de mestrado a partir de uma proposta de abordagem histórica do conceito de Quantidade de Matéria. A pesquisadora aplicou um questionário aos docentes atuantes na educação básica e constatou que a maioria não compreendia corretamente o conceito.

A autora também identificou que os LD utilizados não colaboram para favorecer um maior entendimento, resultando em dificuldades de aprendizagem dos alunos. Assim, ela defende que uma abordagem alicerçada na HC pode contribuir para a compreensão da grandeza Quantidade de Matéria.

Em pesquisa nacional, ao analisarem exclusivamente os livros didáticos de Química do Ensino Médio, os autores Mól, Ferreira, Silva e Laranja (1996) encontraram resultados congruentes às pesquisas discutidas anteriormente.

Os referidos autores observaram que alguns livros apresentam a constante de Avogadro como sendo um número determinado experimentalmente a partir de um padrão adotado; outras obras tratam da constante de forma errônea; e algumas remetem à homenagem feita a Lorenzo Romano Amedeo Carlo Avogadro (1776-1856). Assim, “a maioria dos livros falha em fornecer aos alunos uma ideia real de como é feita tal determinação, ficando muitas vezes a ideia de que é um número mágico que surge não se sabe de onde” (MÓL et al., 1996, p. 32).

Diante do exposto, podemos afirmar que há décadas as dificuldades que os professores apresentam para ensinar a temática, assim como os problemas apresentados nos LD têm sido investigadas.

Leite (2002) comenta que os professores dependem fortemente de livros didáticos

para selecionar o conteúdo histórico que incluem em suas aulas de ciências. Nesse sentido, é importante que a abordagem do tema nos LD seja realizada de forma mais completa possível. A autora complementa afirmando que a educação científica deve focar no aprendizado sobre a ciência, e que a História da Ciência pode contribuir muito para isso.

Em relação às estratégias didáticas, Lourenço e Marcondes (2003) relatam a criação de um plano de ensino na perspectiva do ciclo de aprendizagem de orientação piagetiana, constituído pelas fases de exploração, invenção e aplicação; com os objetivos de levar à aprendizagem do conceito de mol como unidade de Quantidade de Matéria e de propiciar aos estudantes do primeiro ano do ensino médio oportunidades de fazer uso desse conceito no estudo quantitativo das transformações químicas, através do emprego de raciocínio proporcional e não simplesmente de algoritmos.

Para a realização do ciclo de aprendizagem, as autoras empregaram atividades experimentais, leitura e discussão de textos. Como resultados, foi possível inferir que houve uma melhora acentuada na compreensão dos estudantes, que conseguiam fazer relação tanto em nível macroscópico, quanto microscópico.

Nessa mesma perspectiva, Colagrande (2008) desenvolveu, em sua dissertação de mestrado, um *software*, na forma de jogo didático virtual, baseado na teoria da atividade de Leontiev.

O jogo, que tinha como objetivo principal auxiliar estudantes do ensino médio na aprendizagem do mol, era baseado nas dificuldades relatadas em entrevistas com estudantes e professores. Ele é composto por três fases, das quais duas exploraram conceitos matemáticos, como reconhecimento de fórmulas, cálculos e relações proporcionais. Já a última fase, abordava o conceito de mol especificamente.

A autora concluiu que o jogo foi eficaz e motivador pelo seu aspecto lúdico e educativo, tendo colaborado com a aprendizagem da maioria dos educandos.

A partir desta revisão da literatura, podemos perceber que há entraves tanto no ensino quanto na aprendizagem do conceito de Quantidade de Matéria e de sua unidade, o mol. E essa percepção torna ainda mais relevante a nossa proposta de intervenção.

3 | O CAMINHO METODOLÓGICO

A intervenção ocorreu na disciplina de Introdução à Educação Química, oferecida no segundo semestre do ano de 2017, para alunos do curso de Licenciatura em Química de uma universidade federal. Realizamos o trabalho com duas turmas, uma no período diurno matutino e outra no noturno. As turmas tinham o mesmo docente responsável, o qual seguiu um único cronograma para ambas. A disciplina era oferecida uma vez por semana, com carga horária de duas horas.

A turma do período diurno era composta por 25 estudantes, os quais, em sua

maioria, cursavam o segundo ou terceiro período do curso de Licenciatura em Química, com exceção de dois estudantes: um já em fase de conclusão de curso e outra, que é bacharela em química, cursando doutorado na mesma área e, concomitantemente, a licenciatura.

Já a turma do período noturno, composta por 16 alunos, era mais heterogênea, havendo estudantes desde os períodos iniciais e outros já mais avançados na graduação, sendo que estes últimos estavam desperiodizados, impossibilitando-nos precisar em qual momento exato do curso encontravam-se.

Com o intuito de acompanhar a evolução dos estudantes, analisamos somente os resultados dos participantes de todas as etapas da intervenção. Na turma da manhã, 20 alunos participaram integralmente das atividades; e, na turma da noite, 11 estudantes. A intervenção realizada nas duas turmas seguiu o mesmo planejamento, sem prejuízo a nenhuma delas.

Para a coleta de dados da pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos: o pré e pós-teste, as respostas ao estudo dirigido, a proposta de confecção de uma página para um livro didático fictício e as respostas à questão da avaliação. Em relação ao pré-teste, pós-teste e ao estudo dirigido, esses foram elaborados, em acordo com os aportes de Gil (2008), e autoaplicados. A autoplicação significa que o investigado responde às questões, que incluem as do tipo dissertativas, sem a interferência do pesquisador.

Para analisarmos as respostas aos questionários e à atividade avaliativa da disciplina, nos debruçamos na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), em que são destacadas ideias, enunciados e proposições do texto que possam ter significado isolado, ou seja, são determinados os núcleos de sentido que compõem a comunicação, e, cuja presença, ou frequência de aparição, possa significar alguma coisa para o objetivo escolhido.

Com base em Bardin (2011), foi realizada uma análise temática que consistiu em três fases: a) pré-análise; b) exploração das respostas; e c) tratamento dos resultados e interpretação.

Na primeira etapa, realizamos uma leitura flutuante, a fim de termos uma dimensão das respostas dos estudantes. Em um segundo momento, fizemos a exploração do material a partir de uma leitura mais criteriosa e, por fim, interpretamos os resultados, considerando as categorias estabelecidas.

Por se tratar de dimensões epistemológicas, as categorias foram escolhidas a *priori*, sendo elas: respostas corretas, parcialmente corretas, incorretas e não respondeu; já para a questão na qual o estudante indicava sua opinião as categorias foram definidas a *posteriori*.

A intervenção embasou-se no seguinte percurso:

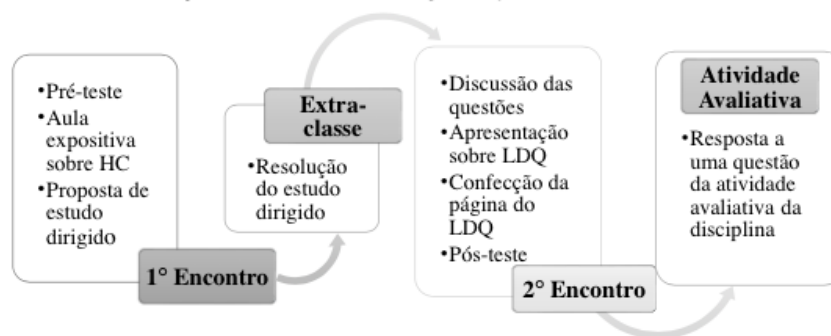


Figura 1: Percurso empregado na proposta de intervenção.

É importante salientar que nossa estratégia didática passou por uma validação, na mesma disciplina de Introdução à Educação Química, que é oferecida anualmente. No ano anterior aos resultados aqui apresentados, realizamos a intervenção com os discentes da disciplina, momento o qual pudemos analisar se nossos instrumentos de avaliação foram bem confeccionados e se estávamos conseguindo abarcar neles as necessidades que julgávamos essenciais para nossa futura análise.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro encontro

No primeiro encontro, depois de explicarmos os objetivos do desenvolvimento da atividade, foi aplicado um pré-teste com o objetivo de percebermos quais eram os pontos que precisavam de uma abordagem mais detalhada em um segundo encontro; e, também, para que pudéssemos analisar o desenvolvimento dos sujeitos participantes depois de findada a intervenção.

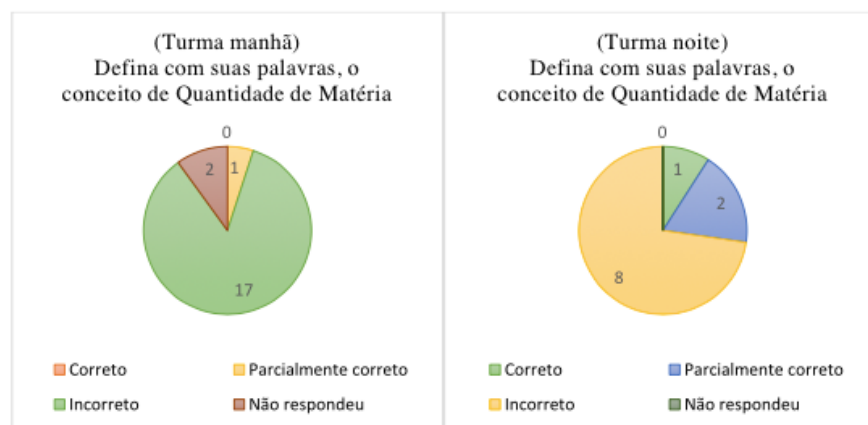
Vale ressaltar que, ao realizarmos a intervenção posteriormente à validação, tivemos na turma do turno da manhã, uma estudante que foi reprovada na disciplina anteriormente. Para que nossos resultados não fossem influenciados pela estudante - que já conhecia boa parte do que trabalhamos - optamos por retirar do *corpus* de análise as atividades por ela elaboradas. Isso, principalmente por termos percebido que, no pré-teste, a discente o respondeu correto integralmente, nos mostrando que ela retinha o conhecimento por nós abordado no ano anterior.

O pré-teste foi respondido pelos estudantes (na análise dos dados, empregaremos a letra “E” para designar estudante, seguida da letra “M” para o turno manhã ou da letra “N” para o turno noite) durante os primeiros 20 minutos da aula. Ao analisá-lo observamos que a maioria não compreendia o conceito de Quantidade de Matéria e mol de forma correta.

Os resultados aqui apresentados foram levantados antes da redefinição de mol. Quando iniciamos a intervenção, em 2017, a definição em vigor era a proposta em 1971, justificando assim, o emprego dela para a análise dos dados.

Na primeira questão, pedimos para que o estudante definisse, com suas palavras, o conceito de Quantidade de Matéria.

Constatou-se que na turma da manhã, um estudante respondeu parcialmente correto, 17 de forma incorreta e outros dois estudantes não responderam. Já na turma da noite, um estudante respondeu de forma correta, dois de maneira parcialmente correta e outros oito estudantes se equivocaram na resposta.



Figuras 2: Resposta à Questão 1, turma manhã e noite, respectivamente.

Um dado que chamou bastante a atenção foi a recorrência de respostas em ambas as turmas em que os estudantes confundiram o conceito de Quantidade de Matéria com o conceito de Matéria, como é possível perceber: “É tudo que possui massa e volume e ocupa um lugar no espaço” (EM19), e “é tudo aquilo que tem massa e ocupa lugar no espaço” (EN9).

Como respostas parcialmente correta, consideramos àquelas em que é perceptível que o aluno tem certa compreensão do assunto, mas pode não saber expressá-la adequadamente, como por exemplo: “Está relacionado ao número de partículas que compõem o sistema” (EM4), e “É uma quantidade x de um composto, elemento ou substância equivalente a 1 mol do mesmo” (EM8).

Resultado parecido foi encontrado por Silva, Sousa e Oliveira (2013) os quais mostraram o panorama de uma pesquisa, em que alunos responderam a um questionário, e nele foi possível depreender que a grandeza Quantidade de Matéria é apenas memorizada pelos educandos, apresentando dificuldade de compreensão de tal conceito.

Na segunda questão, em que perguntamos a diferença ou semelhança entre os termos Quantidade de Matéria, Massa, Volume e Constante de Avogadro, a maioria respondeu equivocadamente, sendo dezesseis dos vinte estudantes da turma da manhã e sete dos onze estudantes da turma da noite. Como pode ser observado na Figura 3, a qual estabelece um comparativo entre as duas turmas:

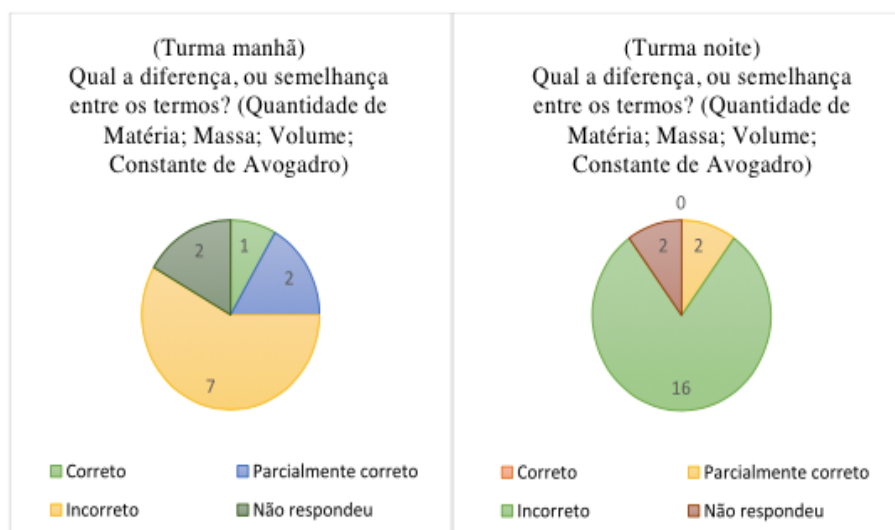


Figura 3: Resposta à Questão 2, turma manhã e noite, respectivamente.

Consideramos respostas parcialmente corretas àquelas em que o discente foi capaz de explicar algum conceito de forma correta, como por exemplo:

Quantidade de matéria: número de partículas que compõe o sistema. Massa: é uma unidade de medida, relacionado à substância sólida. Volume: unidade de medida, relacionado a substâncias líquidas (EM4).

Todos utilizados em cálculos estequiométricos (EM3).

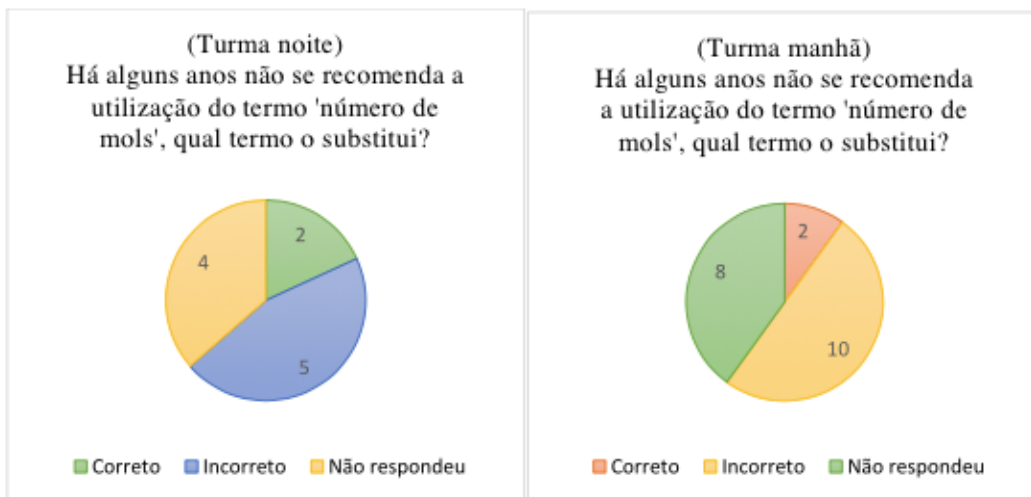
A constante de Avogadro representa a quantidade de matéria (moléculas) em um mol. Massa é uma medida de quantidade e volume é o espaço ocupado (EN2).

Já as respostas incorretas, percebemos que os discentes não possuíam compreensão de nenhum termo, assim: “Nomes diferentes; mas o sentido é o mesmo” (EM11).

As respostas apresentadas pelos estudantes nas questões 1 e 2 corroboram com os resultados encontrados por Rogado (2000). O autor constatou que o conceito de Quantidade de Matéria e a unidade mol apresentavam sérias dificuldades de aprendizagem por parte do aluno, principalmente na distinção entre Quantidade de Matéria e Massa. Lourenço e Marcondes (2003) também verificaram que os alunos das séries iniciais do Ensino Médio, em sua maioria, definem mol como unidade de massa e não de Quantidade de Matéria, além de que alguns estudantes universitários também apresentam essa concepção (GARCIA, PIZARO, PEREIRA, 1990).

Já na terceira questão, comentamos que não é recomendando o emprego do termo número de mols e questionamos qual o termo que o substitui.

Analisando os resultados expressos na Figura 4, observamos que a maioria dos estudantes respondeu erroneamente ou não soube responder.



Figuras 4: Resposta à Questão 3, turma manhã e noite, respectivamente.

Algumas das respostas foram: “Quantidade de mols” (EM1; EM11; EN3); “Molaridade” (EM6; EN6); “Massa molar” (EM8; EM14); “Constante de Avogadro” (EN9); e “Número de moléculas” (EM2; EM3; EN8).

Na sequência do questionário pedimos ao estudante que definissem mol. As respostas expressas na Figura 5 nos mostram que os estudantes apresentam dificuldades para definir Mol.

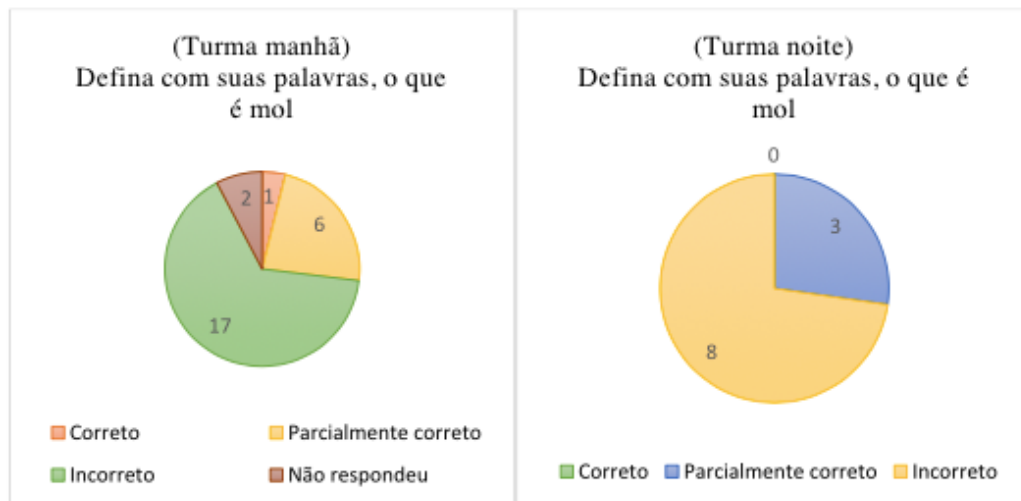


Figura 5: Resposta à Questão 4, turma manhã e noite, respectivamente.

A maioria, que foi alocada na categoria de respostas erradas, atribuiu a definição de outros termos ao mol. O estudante EM2 atribuiu o sentido da constante de Avogadro para explicar o mol: “Mol é uma unidade de matéria microscópica transformada para macroscópica”.

Outro estudante (EN09) trouxe uma discussão próxima ao significado de Quantidade de Matéria, tendo afirmado que “Mol é a quantidade de partículas que existem num determinado átomo ou molécula”. Ou “Um mol é uma constante que

foi definida a partir de um determinado composto como referência para o estudo de outros (EN1)”.

Na questão cinco, questionamos sobre o significado da Constante de Avogadro, e foi possível perceber que a maioria apresenta concepções erradas sobre o conceito, como apresentado na Figura 6, que segue:

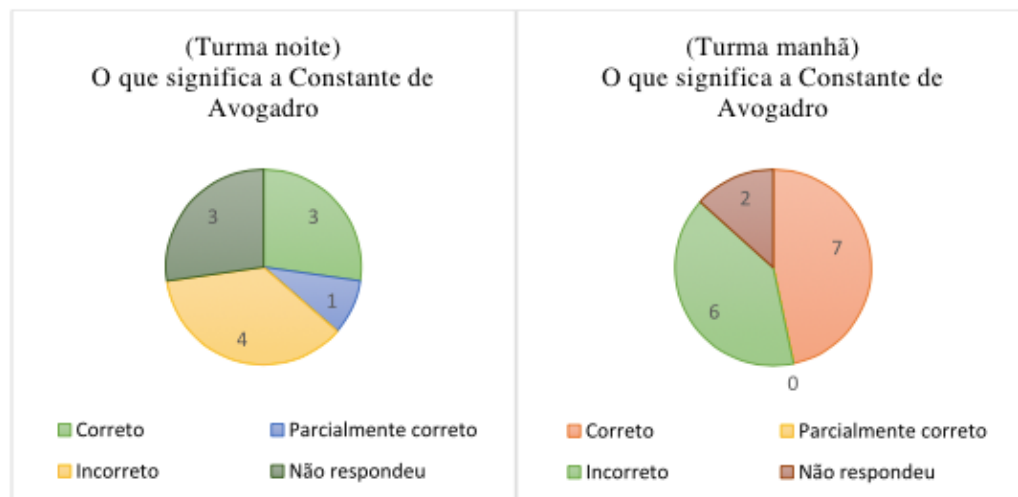


Figura 6: Resposta à Questão 5, turma manhã e noite, respectivamente.

São exemplos de respostas equivocadas:

A constante de Avogadro equivale a $6,02 \cdot 10^{23}$ mols, ela equivale a uma unidade de massa atômica (EM15).

A constante que se usa na definição de um mol, a constante usada na transformação de unidade de massa molecular para gramas (EM13).

Na última questão, indagamos sobre o conhecimento do contexto histórico que permeia o tema tratado (Figura 7). A grande maioria não respondeu à questão; e, outros afirmaram que, em algum momento, em sua trajetória de estudos, teve contato com o assunto do ponto de vista histórico, mas não se lembravam.

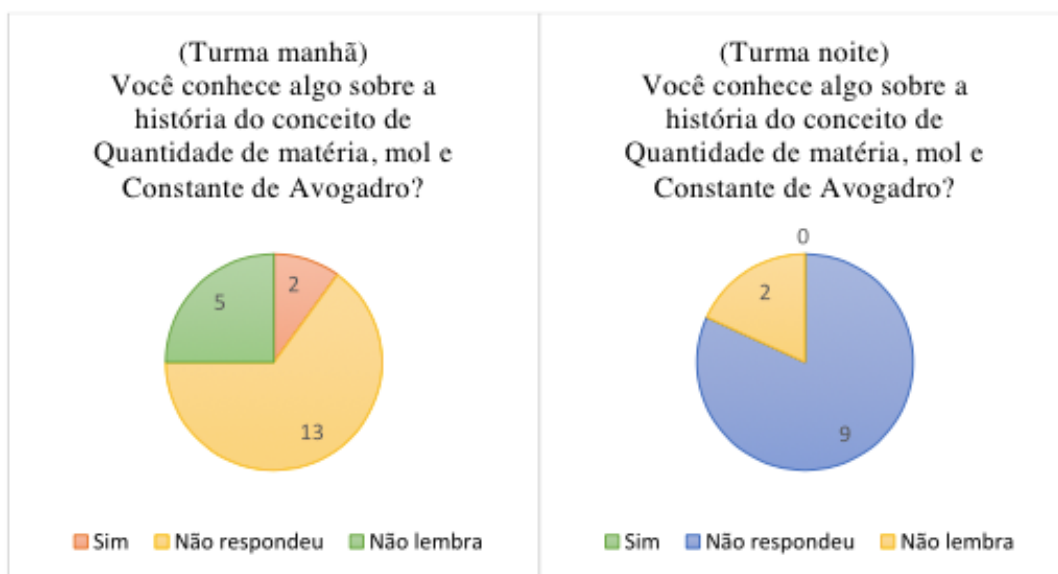


Figura 7: Resposta à Questão 6, turma manhã e noite, respectivamente.

Os estudantes que responderam à questão positivamente afirmaram que “Um pouco. Dalton com sua teoria que o átomo é maciço e indivisível contribuiu bastante (EM5)”; e outro “Sim, o mol foi desenvolvido a partir da massa atômica do carbono 12 (EM15)”. A partir dessas respostas, percebemos que o conhecimento sobre a HC, envolvido na construção do conceito de Quantidade de Matéria, ainda é muito superficial.

Podemos observar que o educando compreende o mol como uma simples grandeza, refletindo, assim, numa memorização mecânica em detrimento da compreensão dos fenômenos.

Essa compreensão da ciência faz com que o aluno tenha uma visão dogmática dela. Segundo Martins (2006), o estudo adequado de episódios históricos permite perceber o processo social - coletivo - e gradativo de construção do conhecimento, possibilitando formar uma visão mais concreta e correta da real natureza da ciência, seus procedimentos e suas limitações.

Depois de realizado o pré-teste, seguimos com uma exposição realizada por uma das pesquisadoras sobre o contexto histórico que permeia o tema, desde o atomismo daltônico até a nomeação da constante de Avogadro por Perrin.

Essa exposição histórica teve duração de aproximadamente 40 minutos, e utilizamos de imagens e de ilustrações que representaram o assunto, de forma que os estudantes puderam remeter a objetos de séculos passados, os quais não são comuns a eles.

Durante a exposição, procuramos incentivar a participação dos alunos, propiciando com que apresentassem seus questionamentos e curiosidades. Isso, pois, concordamos com a afirmação de Abd-El-Khalick e Lederman (2000) que a abordagem de aspectos da natureza da ciência em sala de aula deve ser realizada de forma contextualizada, explícita e reflexiva; sendo necessário enfatizar os conteúdos

epistemológicos ou elementos de história ao tratar determinados conceitos ou episódios históricos, oportunizando ao estudante refletir acerca deles.

Em seguida, foi pedido aos estudantes para que formassem grupos, e a eles foi entregue uma apostila que abordava a temática da Quantidade de Matéria a partir da HC. Iniciamos trazendo o atomismo defendido por John Dalton (1766-1844) e concluímos com a definição da constante de Avogadro por Jean Baptiste Perrin (1870-1942), assim como fizemos na exposição oral.

Essa apostila tinha por objetivo dar suporte para a atividade seguinte, além de guiá-los para pesquisas autônomas realizadas fora da sala de aula.

Propomos um estudo dirigido cujos objetivos eram gerar discussões entre os integrantes do grupo e contribuir para que reelaborassem o conceito tema da pesquisa a partir do desenvolvimento das respostas.

Acreditamos que a escrita das respostas é um instrumento de aprendizagem muito importante, e com grande potencial para aumentar o entendimento sobre o assunto, uma vez que demanda um pensamento reflexivo que estimula a reorganização de ideias (RIVARD, STRAW, 2001).

Concordamos com Carvalho (2004) o qual afirma que as atividades extraclases são consideradas estratégias de ensino: fixação, revisão, reforço e preparação para aulas e provas, na forma de leituras e exercícios.

Considerada uma medida eficaz para melhorar o desempenho do aluno, ao contribuir para a construção da sua autonomia e independência por meio do desenvolvimento de hábitos de estudos.

Na sequência da intervenção, o estudo dirigido foi composto por duas questões abertas, para que os estudantes pudessem se expressar livremente.

Na primeira, elaboramos a seguinte indagação: “Por que foi importante a junção dos trabalhos de Dalton e Gay-Lussac para chegar à hipótese de Avogadro?” A fim de que os alunos tivessem mais tempo para pesquisar, discutir e responder ao estudo dirigido, definimos que a entrega desta atividade seria na aula seguinte.

Na turma do diurno, tivemos retorno do estudo dirigido de quatro grupos, e do noturno de dois. Para a primeira questão “Por que foi importante a junção dos trabalhos de Dalton e Gay-Lussac para chegar à Hipótese de Avogadro?”, percebemos que todos os grupos - de ambas as turmas - apresentaram respostas corretas, sendo que essas estavam muito próximas das discussões contidas na apostila.

Foi possível perceber que não houve uma busca por outros materiais de apoio para colaborar com a atividade. Como exemplo de respostas, temos:

Ambos os cientistas, Dalton e Gay-Lussac, estavam propondo conceitos acerca da combinação dos átomos e moléculas e seus comportamentos. No caso, Dalton teria contribuído pela ideia dos átomos diferentes se combinarem e formarem os tais “átomos compostos”. Gay-Lussac, utilizando-se desse conceito também, percebe que, a pressão constante, uma amostra sendo aquecida variava o volume proporcionalmente à variação de temperatura. Além disso, mostra que partindo de um mesmo volume, o aumento do volume era idêntico para qualquer gás. Com base

nesses estudos, que relacionavam o volume do gás e os números de moléculas nele contidos, Avogadro propõe suas hipóteses (GRUPO 3 – manhã).

Já na segunda questão, iniciamos com a seguinte afirmativa:

Na obra de Avogadro “Essay on a Manner of Determining the Relative Masses of the Elementary Molecules”, de 1811, ele afirmou: “A primeira hipótese que se apresenta a esse respeito, e que parece mesmo ser a única admissível, é supor que o número de moléculas integrantes num gás qualquer, é sempre o mesmo a volumes iguais, ou é sempre proporcional aos volumes” (AVOGADRO, 1811, p.72). Atualmente, definimos a Quantidade de Matéria como uma das sete grandezas de base do SI, sendo o mol a sua unidade. O mol é a Quantidade de Matéria de um sistema que contém tantas entidades elementares quantos são os átomos contidos em 0,012 quilogramas de carbono 12. As entidades podem ser átomos, íons, elétrons, moléculas.

Em seguida, pedimos para que explicassem a relação entre a afirmação de Avogadro e a definição de mol que empregamos atualmente.

As respostas para essa questão, dos seis grupos - manhã e noite - mantiveram o mesmo padrão da questão 1, ou seja, todos os grupos responderam de forma correta, variando somente o grau de aprofundamento. Como exemplo, temos a seguinte resposta:

Quando Avogadro propõe “... o número de moléculas integrantes num gás qualquer, é sempre o mesmo a volumes iguais...” ele propunha que houvesse uma quantidade de matéria fixa, que independia do tipo de substância, e que ocupava um volume fixo também. Segundo a proposta atualmente aceita, 0,012 Kg de carbono 12 teriam o mesmo número de moléculas que outra substância ocupando o volume correspondente à massa do carbono em questão. No caso, Avogadro relacionou quantidade de matéria e volume e a convenção atual relaciona quantidade de matéria e massa. Contudo, a relação das grandezas com quantidade de matéria permite uma correlação entre massa e volume (GRUPO 1 – noite).

Essa atividade se mostrou um pouco desestimulante aos alunos quando comparamos com o comportamento deles ao confeccionarem a página do livro didático fictício. Acreditamos que seja pela carga de leitura necessária para sua realização.

Com isso, a atividade se tornou um pouco cansativa. Esse comportamento é comum entre os estudantes universitários como afirma Queiroz (2001):

Menções sobre a flagrante dificuldade encontrada pelos estudantes de graduação em química na comunicação dos seus conhecimentos são constantemente feitas em revistas especializadas de educação em ciências. No caso particular da comunicação de ideias através da linguagem escrita verifica-se um agravamento considerável no grau destas dificuldades. Como o campo da química é potencialmente quantitativo, os currículos dos cursos de química no ensino superior, de uma forma geral, enfatizam o desenvolvimento de habilidades quantitativas, como a efetuação de cálculos e resolução de problemas, em prejuízo do desenvolvimento de habilidades qualitativas, como a escrita. Além disto, o uso frequente da linguagem matemática por parte dos alunos conspira para que esta situação se fortaleça (p.143).

Por outro lado, percebemos que a atividade reforçou positivamente as discussões e conseqüentemente na aprendizagem, uma vez que todos os grupos responderam a ambas as questões corretamente.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Instituto de Ciências Exatas
Programa de Pós-Graduação em Química

Grupo 7

¿Qué scale de onde vem o mol?

1877 1808 1809 1811 1971

Charles
 ↳ Estudou os gases, formulou a "lei de dilatação dos gases".

Stollon
 ↳ Estudou a expansão térmica e massa que quando a pressão é constante, depende da temperatura.

Gay-Lussac
 ↳ Estudou a expansão térmica e massa que quando a pressão é constante, depende da temperatura.

Ampèdrie
 ↳ A partir dos resultados de Gay-Lussac e Stollon concluiu que "o número de moléculas independentes num gás sempre é o mesmo a real. mes iguais, ou a sempre moléculas para "átomo composto" ou "átomo simples".

Comissão atual de mol

Definição: O mol é a quantidade de matéria de um sistema que contém tantos entidades elementares quantos são os átomos contidos em 0,012 kg de carbono 12.

Utilização: O Sistema Internacional de Medidas (SI), introduziu o mol como uma unidade de medida para a quantidade de matéria.

Exemplos:
 1 mol de água = $6,02 \times 10^{23}$ grãos de água.
 1 mol de elétrons = $6,02 \times 10^{23}$ elétrons.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Instituto de Ciências Exatas
Programa de Pós-Graduação em Química

Grupo 3

MOL

¿Que é mol? Mol é uma unidade de medida utilizada para expressar a quantidade de matéria microscópica, como átomos e moléculas.

História do mol: Em 1896 o químico Wilhem Ostwald, propôs pela primeira vez o termo "mol". Contudo, Amédée Ampèdrie, no ano de 1849 foi a primeira a ideia de mol, no qual dizia que a mesma quantidade de matéria de um gás ocuparia a mesma quantidade de volume, o que posteriormente foi denominado de Lei de Avogadro. Entretanto apenas no século XX o cientista Jean Perrin determinou qual é a quantidade presente em um mol, sendo esta $6,02 \times 10^{23}$ entidades.

Utilização: O Sistema Internacional de Medidas (SI), introduziu o mol como uma unidade de medida para a quantidade de matéria.

Exemplos:
 1 mol de água = $6,02 \times 10^{23}$ grãos de água.
 1 mol de elétrons = $6,02 \times 10^{23}$ elétrons.

Figuras 10 e 11: Páginas criadas pelos grupos 3 e 4, respectivamente - turno manhã.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Instituto de Ciências Exatas
Programa de Pós-Graduação em Química

Grupo 8

Capítulo I

¿Que é mol?

O mol é uma unidade de medida utilizada para expressar a quantidade de matéria microscópica, como átomos e moléculas. É um termo que vem do latim, mole.

1.1 - Comissão de Avogadro: Foi proposta por Avogadro em 1811. Avogadro sugeriu que a mesma quantidade de matéria de diferentes substâncias a mesma quantidade de moléculas.

1.2 - Primeira Lei de Avogadro: Se a pressão e a temperatura são constantes, o volume de um gás é diretamente proporcional ao número de moléculas.

1.3 - Segunda Lei de Avogadro: Se a pressão e a temperatura são constantes, o volume de um gás é diretamente proporcional ao número de moléculas.

1.4 - Terceira Lei de Avogadro: Se a pressão e a temperatura são constantes, o volume de um gás é diretamente proporcional ao número de moléculas.

1.5 - Constante de Avogadro: É o número de moléculas em um mol, que é $6,02 \times 10^{23}$.

1.6 - Massa molar: É a massa de um mol de uma substância, que é $6,02 \times 10^{23}$ vezes a massa de uma molécula.

1.7 - Massa atômica: É a massa de um átomo, que é $1/12$ da massa de ^{12}C .

1.8 - Massa molecular: É a massa de uma molécula, que é a soma das massas atômicas dos átomos que a compõem.

1.9 - Massa molar: É a massa de um mol de uma substância, que é a soma das massas moleculares das moléculas que a compõem.

1.10 - Massa molar: É a massa de um mol de uma substância, que é a soma das massas moleculares das moléculas que a compõem.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Instituto de Ciências Exatas
Programa de Pós-Graduação em Química

Grupo 7

¿Qué scale de onde vem o mol?

1877 1808 1809 1811 1971

Charles
 ↳ Estudou os gases, formulou a "lei de dilatação dos gases".

Stollon
 ↳ Estudou a expansão térmica e massa que quando a pressão é constante, depende da temperatura.

Gay-Lussac
 ↳ Estudou a expansão térmica e massa que quando a pressão é constante, depende da temperatura.

Ampèdrie
 ↳ A partir dos resultados de Gay-Lussac e Stollon concluiu que "o número de moléculas independentes num gás sempre é o mesmo a real. mes iguais, ou a sempre moléculas para "átomo composto" ou "átomo simples".

Comissão atual de mol

Definição: O mol é a quantidade de matéria de um sistema que contém tantos entidades elementares quantos são os átomos contidos em 0,012 kg de carbono 12.

Utilização: O Sistema Internacional de Medidas (SI), introduziu o mol como uma unidade de medida para a quantidade de matéria.

Exemplos:
 1 mol de água = $6,02 \times 10^{23}$ grãos de água.
 1 mol de elétrons = $6,02 \times 10^{23}$ elétrons.

Figuras 12 e 13: Páginas criadas pelos grupos 1 e 2, respectivamente – turno noite.

Percebemos que essa atividade se mostrou a mais interessante para eles, muitos buscavam na internet informações para complementar, discutiam sobre as informações que continuam na apostila e que deviam estar também na página fictícia, além de debaterem sobre a ordem que as informações deveriam ser dispostas. Durante a atividade, percebemos que todos os integrantes dos grupos estavam motivados na

confeção do recurso didático, principalmente a turma da manhã.

Em contrapartida, verificamos que as informações históricas continuaram dispostas da mesma forma que encontramos nos livros didáticos disponíveis nas escolas públicas brasileiras (FRANCO-PATROCÍNIO, FREITAS-REIS, 2017).

Percebemos que os estudantes utilizaram de chamadas do tipo: “Você sabia?” ou “Curiosidades” como forma de chamar a atenção do leitor para uma informação que no caso, para eles, tem caráter complementar e não como parte do corpo principal do texto. Vemos que este tipo de abordagem se encontra arraigado nos estudantes, pois mesmo sendo grupos diferentes, utilizaram da mesma abordagem para o conteúdo. McComas (2013) corrobora esse dado ao afirmar que:

Quando os cientistas são mencionados, suas contribuições estão limitadas a poucas frases, talvez uma figura, e às datas de nascimento e morte - usualmente nas laterais do livro-texto. Essa posição, aliás, quase garante que os estudantes e professores ignorarão o potencial oferecido por tal conteúdo (McCOMAS, 2013, p. 433).

Nos últimos 15 minutos restantes da aula, propusemos um pós-teste o qual seria utilizado como uma ferramenta para analisarmos o potencial de nossa estratégia didática.

Em relação à questão 1, que pedimos para definir o conceito de Quantidade de matéria - assim como no pré-teste - percebemos que houve uma acentuada melhora no quantitativo de acertos. Como pode ser observado nas Figuras 14 e 15.

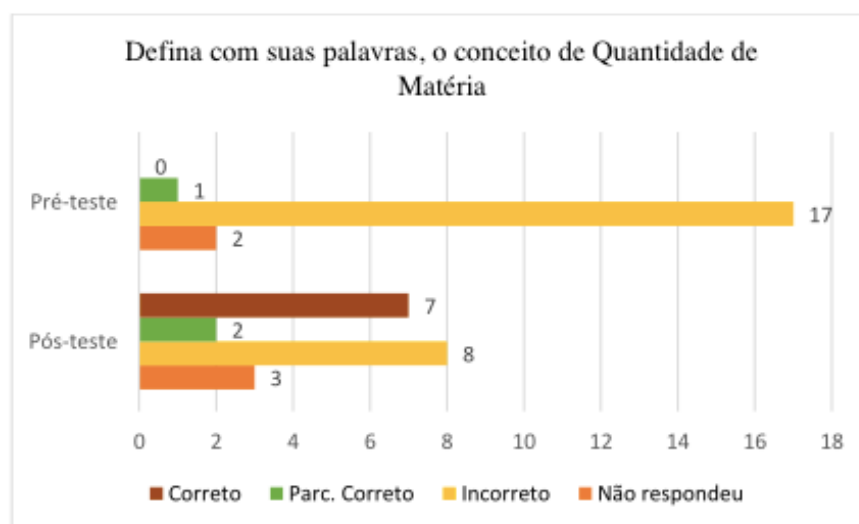


Figura 14: Comparativo das respostas à questão 1 - turno manhã.

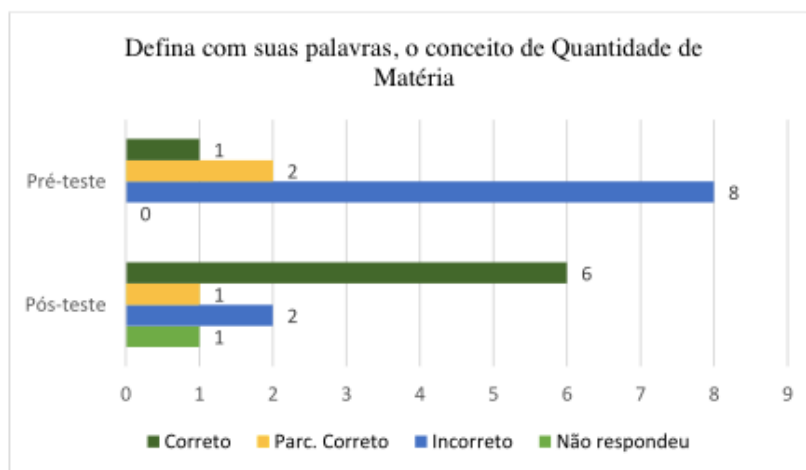


Figura 15: Comparativo das respostas à questão 1 - turno noite.

Na questão 2, pedimos para que definissem o mol, e os resultados mostraram que houve uma melhora no percentual de acertos (Figuras 16 e 17):

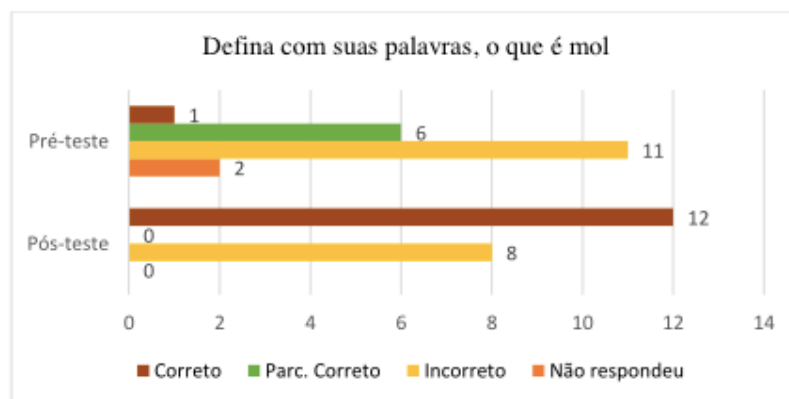


Figura 16: Comparativo das respostas à questão 2 do pós-teste com a questão 4 do pré-teste - turno manhã.

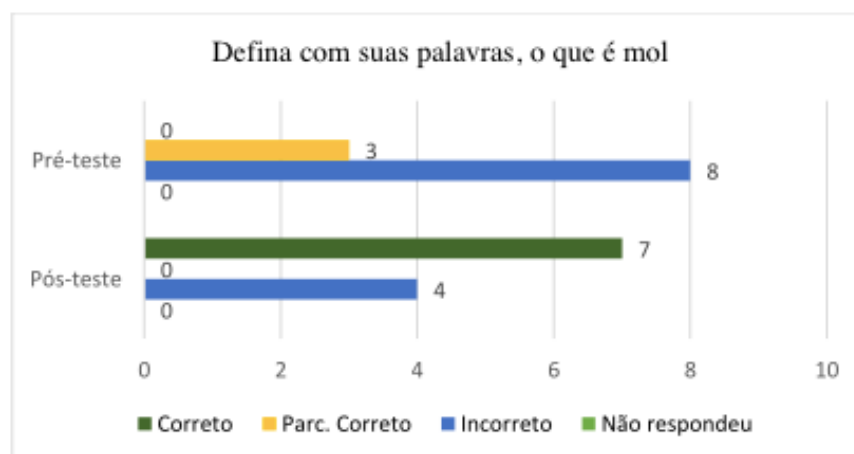


Figura 17: Comparativo das respostas à questão 2 do pós-teste com a questão 4 do pré-teste - turno noite.

Na questão três, eles deviam discorrer sobre o significado da constante de Avogadro, podemos perceber pelas figuras 16 e 17 que houve melhora no quantitativo

de respostas corretas. Compreendemos que o número de estudantes que responderam erroneamente à questão considerou a constante de Avogadro como o número absoluto, negligenciando que se tratava do valor para um mol.

Este fato nos mostrou que é necessário reiterar o conceito da constante por diversos momentos, buscando minimizar o hábito dos estudantes de decorarem, e, por vezes, não refletirem sobre as reais significadas para aquelas informações numéricas.

Exemplos de como ocorreu esse equívoco pode ser observado pelas respostas seguintes: “A constante de Avogadro equivale a $6,02 \cdot 10^{23}$ moléculas/átomos e representa 1 mol (EM12)” e “É uma constante que define a quantidade de matéria, representada em $6,02 \cdot 10^{23}$ unidades (EN8).”

Apresentamos, então, um comparativo de respostas das questões 3 e 5, respectivamente do pós-teste e do pré-teste.

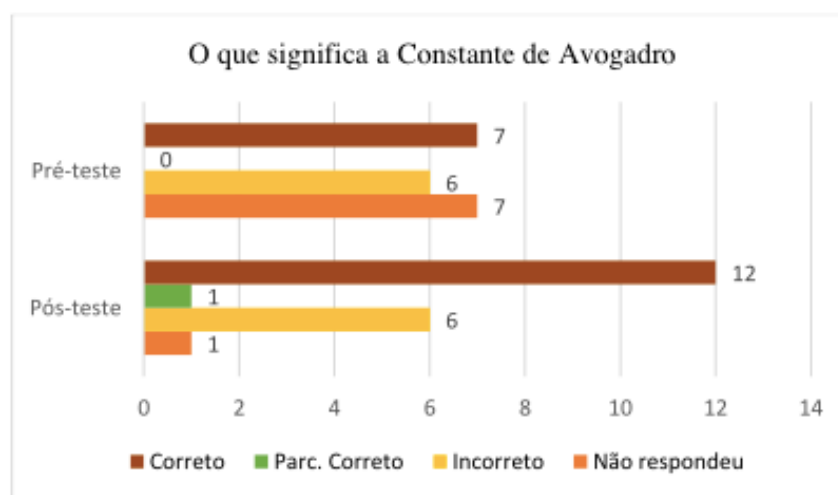


Figura 18: Comparativo das respostas à questão 3 do pós-teste com as respostas à questão 5 do pré-teste - turno manhã.

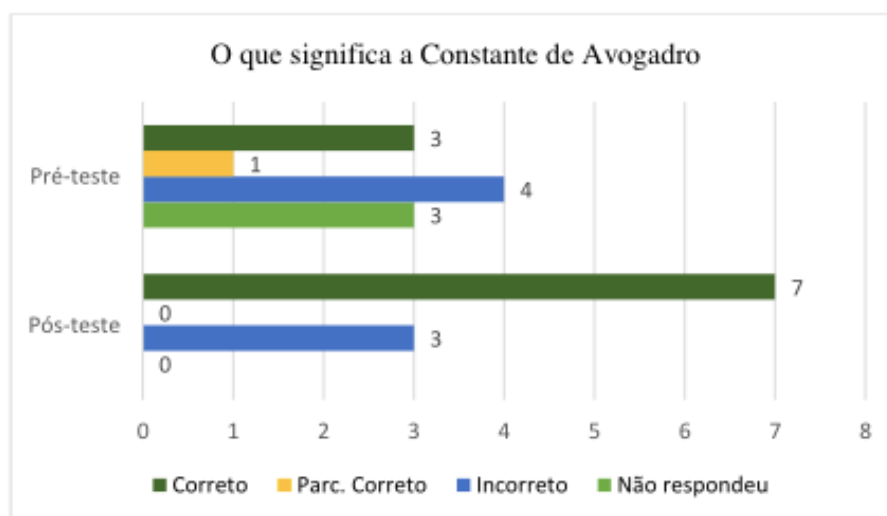


Figura 19: Comparativo das respostas à questão 3 do pós-teste com as respostas à questão 5 do pré-teste - turno noite.

Já na questão quatro, pedimos que os estudantes comentassem se a abordagem

da HC contribuiu para que eles compreendessem os conceitos trabalhados. Todos os estudantes consideraram relevante a contextualização histórica para a aprendizagem, afirmando que foi mais fácil compreender o assunto a partir da abordagem histórica.

Uma estudante respondeu o seguinte:

Sim, pois antes da abordagem feita da história da ciência, não sabia responder as perguntas devidamente, após os conceitos trabalhados foi possível obter uma compreensão sobre os conceitos (EM6).

Ao retornar às respostas da estudante, realmente foi possível comprovar que, depois da abordagem, ela respondeu todo o pós-teste de forma correta, confirmando a compreensão dos conceitos trabalhados.

Outras respostas foram:

Sim, pois sem a abordagem da história da ciência fica um conceito muito vago e decorado (EN5).

Sim. Pela abordagem, pude compreender a diferença entre os conceitos e o que cada um representa, pois como são palavras sempre presentes no cotidiano acadêmico e somos acostumados a usar as leis e os conceitos estabelecidos sem nos importar o que realmente elas representam, e pela história da ciência esse conhecimento ficou mais claro (EN10).

Essas respostas corroboram com Tolvanen, Jansson, Vesterinen e Askela (2014) quando afirmam que uma vez que os estudantes estejam familiarizados com os fatos históricos, eles se tornam mais receptivos ao aprendizado de detalhes mais complexos do fato científico.

Atividade avaliativa da disciplina

A última etapa da intervenção se deu a partir de uma questão que compôs uma das atividades avaliativas da disciplina. O docente regente nos deu a oportunidade de elaborarmos uma questão, sendo que essa seria parte integrante de sua avaliação. A questão que propusemos foi a seguinte:

Em 1913, o físico-químico Jean Baptiste Perrin (1870-1942) publicou a obra *Les Atomes*, em que tratou de diversos temas relacionados à teoria atômica, tendo ilustrado em uma tabela os resultados para a determinação de uma constante por diferentes métodos, afirmando que: “Estou atônito de admiração diante do milagre da concordância tão precisa a partir de fenômenos tão diferentes” (PERRIN, 1913, p. 289). Considerando as informações acima, comente a partir do contexto histórico sobre qual constante Perrin se debruçou nesse estudo e os motivos que o levou a estudá-la.

Ao analisar as respostas dos estudantes, em relação à turma da manhã, 12 alunos responderam de forma correta, quatro de forma incompleta, e três de forma incorreta. Já os estudantes do noturno, seis responderam de forma correta, três equivocadamente e dois não responderam. Como exemplo de resposta que consideramos completa, temos a discussão feita pelo estudante EN2:

Nessa época, alguns pesquisadores como Boyle e Gay Lussac estavam estudando o comportamento dos gases a partir de algumas definições pré-estabelecidas por Dalton. Havia uma grande especulação na ciência sobre a atomística. Pouco tempo depois, Avogadro ao estudar as relações entre pressão, volume e temperatura, descritas por Boyle e Gay Lussac, observa que o número de moléculas/partículas em um volume determinado era sempre constante, independente do gás. Ou seja, qualquer gás ocupando o mesmo volume tem o mesmo número de moléculas.

Esse trabalho ficou esquecido por um tempo, até que Perrin, observando sua relevância, o estuda e determina o valor da constante que representava o número de moléculas definido por Avogadro.

Um estudante respondeu à questão de forma correta, somente se confundiu ao afirmar que vários cientistas fizeram experiências, quando na verdade, foi Perrin que realizou vários experimentos. Apesar desse engano, podemos perceber que o estudante compreendeu o assunto. Em suas palavras: “A constante na qual Jean Perrin se debruçou foi a constante de Avogadro que depois de várias experiências feitas por diferentes cientistas, conseguiram apurar os resultados verificando que aquilo era algo que realmente dava certo” (EM11).

Outro estudante fez uma longa discussão, levando em conta a importância do mol para a química e a visão do estudante sobre a ciência; vejamos:

O mol, algo que para o aluno do curso de química é algo tão simples e cotidiano, mas que muitos não sabem de onde surgiu ou como.

É um conceito complicado, trata-se da quantidade de matéria, mais numa quantidade gigante, e que não podemos ver. Historicamente a sua descoberta foi um grande avanço para a ciência, pois com a constante de Avogadro podemos então quantificar as moléculas, é então possível calcular a concentração da solução. Como seria possível calcular a dose de um remédio sem esse conhecimento?

É interessante descobrir como foi descoberto o valor da constante de Avogadro, temos na cabeça que as grandes descobertas científicas foram feitas de mentes brilhantes de um dia para o outro, mas que na realidade foram apenas os resultados de longos anos de trabalho (...) (EM3).

Consideramos como resposta correta parcial, discussões que não se remetiam ao contexto histórico que permeou os trabalhos de Avogadro e aqueles que não se remeteram explicitamente à constante como, por exemplo, a resposta de EM17:

Dizia-se que a ciência deveria tratar assuntos somente de objetos e fenômenos que poderíamos ver, daí quando surgiu a ideia do átomo por muitos anos não foi aceito, pois é algo que não podemos ver.

A partir de então, criou-se conceitos e teorias para explicar átomos, partículas, e uma ideia que surgiu foi o movimento browniano, que é o movimento de partículas coloidais. Muitos cientistas, teóricos e experimentalistas, tentaram resolver o problema do movimento browniano. Foi aí que Perrin inicialmente, com a determinação da constante de Avogadro, se debruçou no estudo do movimento browniano através da observação ao microscópio da sedimentação das partículas, para provar sua teoria.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concordamos com Kolb (1978) quando afirma que não há nenhum conceito em todo o curso de Química do primeiro ano do ensino médio mais importante para os alunos entenderem do que a Quantidade de Matéria. Sua importância se torna primordial, uma vez que é a única unidade química que compõe o SI e se faz presente em todo o estudo da Química.

Ao analisarmos os resultados da intervenção didática de forma geral, percebemos que os estudantes em início da formação em química ainda apresentam defasagem em conceitos químicos importantes, como o conceito de Quantidade de Matéria e sua unidade, o mol. Entendemos que a abordagem a partir do contexto da HC muito contribuiu para a compreensão do assunto, uma vez que houve uma melhora acentuada no quantitativo de acertos às questões propostas.

Além disso, muitos estudantes comentaram sobre a importância de conhecerem a realidade dos cientistas de épocas distantes, para compreenderem como se deu o processo de construção de uma teoria científica, suas controvérsias e seus interesses. Sendo assim, concordamos com Hodson (1998) quando afirma que a aprendizagem das ciências necessita ser acompanhada de uma aprendizagem sobre as ciências, oportunizando aos estudantes a compreensão de que o conhecimento científico é construído a partir de uma rede de ideias elaboradas por diversas pessoas e em tempos diferentes.

Conquanto seguimos acreditando que a compreensão dos caminhos percorridos pelos estudiosos na elaboração de um conhecimento seja um poderoso auxiliar para o estudante apropriar-se de um saber de uma maneira mais expressiva. Consideramos, portanto, a necessidade de produções mais direcionadas e acessíveis em várias áreas das Ciências da Natureza.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, A. F. P.; VIEIRA, C. S. G.; SILVA, M. F. P. **Estudo sobre “Quantidade de Substância” e Mole**. Química e Ensino, 2003, p. 65-68.

ABD-EL-KHALICK, F.; LEDERMAN, N. G. **The influence of history of science courses on students' views of nature of science**. Journal of Research in Science Teaching. v. 10, 2000, p. 1057-1095.

AVOGADRO, A. **Essai d'une manière de déterminer les masses relatives des molécules élémentaires des corps, et les proportions selon lesquelles elles entrent dans ces combinaisons**, In.: Journal de Physique, n. 73, p. 58-76, 1811.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARVALHO, M. E. P. **Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família-escola**. Revista Brasileira de Educação. 2004, p. 94-104.

CGPM. **Comptes Rendus de la neuvième Conférence Générale des Poids et Mesures (1948)**. Résolution 6, BIPM, 1949. Disponível em: <http://www.bipm.org/en/CGPM/db/9/6/> (1949). Acessado

em: 10 jun. 2018.

CGPM. **Comptes Rendus des séances de la quatorzième Conférence Générale des Poids et Mesures (1971)**. *Résolution 3*, BIPM, 1972. Disponível em: [http://www.bipm.org/en/CGPM/db/14/3/\(1972\)](http://www.bipm.org/en/CGPM/db/14/3/(1972)). Acessado em: 10 jun. 2018.

COLAGRANDE, E. A. **Desenvolvimento de um jogo didático virtual para o aprendizado do conceito de mol**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Química - Dep. De Bioquímica, Universidade de São Paulo, 2008.

DIERKS, W. **Teaching the mole**. *European Journal of Science Education*. v. 3. n. 2, 1981, p. 145-148.

FRANCO-PATROCINIO, S. O.; FREITAS-REIS, I. **Os livros didáticos de química indicados pelo PNLD 2015: A História da Ciência empregada na temática 'Quantidade de Matéria' e sua unidade, mol**. *Holos*, v. 2, 2017, p. 375-395.

FURIÓ, C.; AZCONA, R.; GUIASOLA, J. **Dificultades conceptuales y epistemológicas del profesorado em la enseñanza de los conceptos de cantidad de sustância y de mol**. *Enseñanza de las ciencias*, 1999, v.17, n.3, p. 359-376.

FURIÓ, C.; AZCONA, R.; GUIASOLA, J. **Revisión de investigaciones sobre la enseñanza-aprendizaje de los conceptos cantidad de sustância y mol**, *Enseñanza de las Ciencias*, v. 20, n. 2, 2002, p. 229-242.

GARCIA, J.P.; PIZARRO, A.M.; PERERA, F. **Ideas de los alumnos acerca del mol**. *Enseñanza de las Ciencias*, v. 8, p. 111-118, 1990.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAWTHORNE, R.M. **The mole and Avogadro's number**. *Journal of Chemical Education*, v. 50, 1973, p. 282-284.

HODSON, D. **Philosophy of science and science education**. In: MATTEWS, M. R (Org.). *History, Philosophy and Science Teaching: Selected Readings*. Toronto: OISE Press, 1991.

KOLB, D. **The mole**. *Journal of Chemical Education*. v. 55, 1978, p. 728-732.

LEITE, L. **History of science in science education: development and validation of a checklist for analysing the historical content of science textbooks**. *Science & Education*, v. 11, n. 4, p. 333-359, 2002.

LOURENÇO, I. M. B.; MARCONDES, M. E. R. **Um plano de ensino para mol**. *QNEsc*, n. 18, 2003, p. 22-25.

MARQUARDT, R.; MEIJA, J.; MESTER, Z.; TOWNS, M.; WEIR, R.; DAVIS, R.; STOHNER, J. **A critical review of the proposed definitions of fundamental chemical quantities and their impact on chemical communities (IUPAC Technical Report)**. *Pure Appl. Chem*. v. 89, 2017, p. 951-981.

MARQUARDT, R.; MEIJA, J.; MESTER, Z.; TOWNS, M.; WEIR, R.; DAVIS, R.; STOHNER, J. **Definition of the mole (IUPAC Recommendation 2017)**. *Pure Appl. Chem*. v. 90, 2018, p. 175-180.

MARTINS, R. A. **A História das Ciências e seus usos na educação**. In: *Estudos de História e Filosofia das Ciências*. SILVA, C. C. (Org.). São Paulo: Livraria da Física, 2006.

McCOMAS, W. **Uma proposta de classificação para os tipos de aplicação da história da ciência na formação científica: implicações para a pesquisa e desenvolvimento**. In C.C. Silva; M. E. Prestes, (Orgs.). *Aprendendo ciência e sobre sua natureza: abordagens históricas e filosóficas*. São

Carlos, SP: Tipografia Editora, 2013.

MOHR, P. J.; NEWELL, D. B.; TAYLOR, B. N. **CODATA recommended values of the fundamental physical constants: 2014**. Rev. Mod. Phys. v.88, 2016. Disponível em: https://ws680.nist.gov/publication/get_pdf.cfm?pub_id=920687. Acessado em 10 jun. 2018.

MÓL, G. de S.; FERREIRA, G. A. L.; SILVA, R. R. da; LARANJA, H. F. **Constante de Avogadro**. QNEsc, n. 3, 1996, p. 32-33.

PERRIN, J. **Les Atomes**. 1. ed. Paris: Alcan, 1913.

QUEIROZ, S. L. **A linguagem escrita nos cursos de graduação em química**. Quim. Nova, v. 24, 2001, p. 143-146.

RIVARD, L. P.; STRAW, S. B. **The Effect of Talk and Writing on Learning Science, An Exploratory Study**. Science Education, v. 84, 2000, p. 566-593.

ROGADO, J. **Ensino e Aprendizagem da grandeza quantidade de matéria e sua unidade, o mol: a importância da História da Ciência para sua compreensão**. Enseñanza de las ciencias, 2005, p. 1-4.

SILVA, C. F.; SOUSA, P. A. A.; OLIVEIRA, L. B. **A quantidade de matéria (MOL): Uma questão além do conceito**. In: 11º Simpósio Brasileiro de Educação Química. Anais... Teresina/PI, 2013.

SOARES, M. A. C. P. **A grandeza “quantidade de matéria” e sua unidade “mol”: Uma Proposta de Abordagem Histórica no Processo de Ensino-Aprendizagem**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa Pós-Graduação em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

TOLVANEN, S.; JANSSON, J.; VESTERINEN, V.; AKSELA, M. **How to use historical approach to teach nature of Science in chemistry education?** Science and Education, v. 23, 2014, p. 1.605-1.636.

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA GERAL DE SISTEMAS PARA A MUDANÇA SISTÊMICA DA INOVAÇÃO SOCIAL

Daniela de Oliveira Massad

Universidade Federal de Santa Catarina,
Pós-graduação em Engenharia e Gestão do
Conhecimento
Florianópolis - SC

Paulo César Lapolli

Universidade Federal de Santa Catarina,
Pós-graduação em Engenharia e Gestão do
Conhecimento
Florianópolis - SC

Felipe Kupka Feliciano

Universidade Federal de Santa Catarina,
Pós-graduação em Engenharia e Gestão do
Conhecimento
Florianópolis - SC

Leandro Maciel Nascimento

Universidade Federal de Santa Catarina,
Pós-graduação em Engenharia e Gestão do
Conhecimento
Florianópolis - SC

Édis Mafra Lapolli

Universidade Federal de Santa Catarina,
Pós-graduação em Engenharia e Gestão do
Conhecimento
Florianópolis - SC

RESUMO: Diante dos inúmeros problemas relacionados às desigualdades sociais, crescimento sustentável, mudanças climáticas, entre outros, a inovação social vem ganhando espaço relevante na sociedade atual. O presente

artigo tem por objetivo verificar as contribuições da teoria geral de sistemas para a inovação social a partir de levantamento teórico sobre os construtos. Caracteriza-se como uma revisão narrativa, pois constitui-se de uma análise da literatura, interpretação e análise crítica dos pesquisadores. Por apresentar características colaborativas e interdisciplinares, a inovação social se desenvolve pela participação de diversos atores observadores que atuam durante todo o seu processo. Além disso, por ser complexa, a inovação social, impacta diretamente o ambiente onde se insere, e para que possa alcançar seus objetivos sociais necessita de uma visão sistêmica. Existem poucos estudos que abordam o tema em questão, necessitando-se, inclusive, de estudos práticos na área.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria geral dos sistemas. Visão sistêmica. Pensamento sistêmico. Inovação social. Mudança sistêmica.

ABSTRACT: Faced with the numerous problems related to social inequalities, sustainable growth, climate change, among others, social innovation has been gaining significant space in today's society. The present article aims to verify the contributions of the general theory of systems for social innovation from a theoretical survey on the constructs. It is characterized as a narrative review, since it constitutes an analysis

of the literature, interpretation and critical analysis of the researchers. By presenting collaborative and interdisciplinary characteristics, social innovation is developed by the participation of several observers who work throughout their process. Moreover, because it is complex, social innovation directly impacts the environment in which it is inserted, and for it to achieve its social objectives it needs a systemic vision. There are few studies that approach the subject in question, even needing practical studies in the area.

KEYWORDS: General theory of systems. Systemic vision. Systemic thinking. Social innovation. Systemic change.

1 | INTRODUÇÃO

Com o surgimento do enfoque sistêmico as organizações passaram a ser compreendidas como um sistema aberto, em constante relação com o seu ambiente. Este mutante e complexo ambiente instiga as organizações a buscarem soluções com vistas a garantirem sua competitividade e sustentabilidade. Neste cenário, um grande diferencial para as organizações está na inovação.

No contexto da inovação encontra-se a inovação social que, nos últimos anos, vem ganhando espaço significativo em todos os segmentos da sociedade em face de inúmeros problemas relacionados ao clima, desigualdades sociais, crescimento sustentável, entre outros. Mesmo com o grande interesse sobre o tema inovação social, bem como o incentivo para aplicação de ações, ainda não se tem um conceito definido do que realmente a inovação social significa nem quais métodos podem ser utilizados para o processo da inovação social (BORGES et al., 2015).

A inovação social influencia diretamente a imagem das organizações na sociedade. Desta forma, as organizações buscam a criação de mecanismos para o desenvolvimento de ações que contribuam para a redução dos problemas identificados por Borges et al. (2015). Um olhar holístico sobre a inovação social pode ser potencializado pelas organizações que adotam o pensamento sistêmico. Esta forma de visão pode contribuir para disseminar um entendimento comum de como práticas de inovação social podem ser implementadas, bem como, quais são os benefícios alcançados pela organização.

Muitas inovações sociais ocorrem dentro de organizações como agências públicas, empresas sociais, organizações não governamentais ou privadas, no entanto, o campo busca ir além da fronteira da organização para tornar a inovação aberta e social. Apesar de diferentes, as formas organizacionais na inovação social são igualmente importantes como nas inovações tecnológicas ou comerciais, pois criam novas formas de colaboração entre seus atores e efetuam mudanças no modo de pensar (MURRAY; CAULIER-GRACE; MULGAN, 2010).

O presente artigo tem por objetivo verificar as contribuições da teoria geral de sistemas para a inovação social a partir de levantamento teórico sobre os construtos.

Caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, pois se desenvolve a partir de busca na literatura, seguida de análise crítica dos pesquisadores, permitindo uma visão abrangente sobre o tema estudado (ROTHER, 2007).

2 | TEORIA GERAL DOS SISTEMAS

A Teoria Geral de Sistemas (TGS) apresentada por Ludwig von Bertalanffy durante a década de 1950, se consagrou como umas das principais teorias administrativas desde o surgimento da administração científica de Taylor. Ao contrário da visão mecanicista da revolução industrial, a TGS se estruturou dentro de uma abordagem sistêmica, ou seja, a compreensão da organização como um sistema que influencia e recebe influência do ambiente onde está inserida. Alves (2012, p. 157) afirma que a TGS

atingiu praticamente a todas as áreas de conhecimento. Organismos vivos, considerados máquinas, e estudados como se o funcionamento de suas partes explicasse o funcionamento do todo. E cada um de seus órgãos também deveriam ser esmiuçados para estudar seu funcionamento, etc. Acontece que qualquer ser vivo só pode ser considerado como tal, se for visto em toda a sua inteireza, na qual o todo é mais que a soma das partes.

Dentro da visão da TGS, organizações são constituídas de partes menores que interagem entre si e que, apenas com o seu completo entendimento se torna possível compreender o todo, ou seja, a organização. O crescimento de um sistema é acompanhado da expansão de suas partes que tendem a funcionar separadamente, gerando um esforço de integração destas para manter a viabilidade do sistema como um todo (Lawrence & Lorsch, 1973).

Em um mundo globalizado, complexo e mutante, é imprescindível que se adote uma visão sistêmica para a compreensão do seu comportamento e funcionamento. A visão sistêmica tem por objetivo conhecer o sistema e seu ambiente, bem como suas estruturas e fronteiras delimitadoras para entender a relação sistema-ambiente, sem considerar a área de conhecimento envolvida (ALVES, 2012).

Desta forma, sistemas são constituídos de partes menores denominadas de unidades que se relacionam de forma contínua uma com as outras (Bertalanffy, 1977). Nas organizações, os departamentos, seções e demais divisões existentes constituem estas unidades interdependentes e inter-relacionadas visando atingir os objetivos estabelecidos para a sustentabilidade do sistema organização. Quanto mais orquestradas forem as relações entre as unidades do sistema maior a facilidade de se atingir os objetivos definidos.

Alves (2012, p. 96) apresenta uma definição de sistemas com sendo “uma construção mental de uma organização contendo uma coleção de objetos inter-relacionados em uma dada estrutura perfazendo um todo (uma unidade) com alguma funcionalidade que o identifica como tal”.

Segundo o autor a associação do termo sistema com construção mental se deve

ao fato de que cada indivíduo possui uma visão do mundo única e que, somada a visão de outras pessoas, forma uma visão coletiva do mundo (ALVES, 2012).

2.1 sistemismo

O sistemismo defendido por Bunge surgiu como uma alternativa de duas correntes filosóficas: o individualismo e o holismo. Segundo Bunge (2003, p. 38) o individualismo, “enfoca a composição de sistemas e se recusa a admitir quaisquer entidades supra individuais ou suas propriedades” e o holismo, “aborda sistemas como totalidades e se recusa a analisá-las e a explicar a emergência e o colapso das totalidades em termos de seus componentes e as interações entre eles”.

Hmeljevski, Alves & Todesco (2017, p. 2) relatam que:

A Teoria Geral dos Sistemas (TGS) considera que um sistema é um todo maior do que a soma de suas partes e, portanto, apresenta características ou funções que não são apreensíveis unicamente a partir da operação de análise típica do reducionismo. Embora tenha sido um marco na compreensão dos sistemas, a proposta de Bertalanffy não foi a única a abordá-los. Neste sentido, o filósofo Mário Bunge propôs lidar com sistemas a partir de uma abordagem que ficou conhecida como emergentismo ou ainda, sistemismo de Bunge.

Bunge (2000, p. 149) define que o sistemismo está ancorado nos seguintes postulados:

1. Tudo que existe, seja concreto ou abstrato, pode ser considerado como um sistema, ou um componente de um sistema existente ou potencial;
2. Sistemas possuem propriedades emergentes que seus componentes, individualmente, não apresentam;
3. A abordagem sistêmica deveria ser utilizada em todo e qualquer problema;
4. Ideias deveriam ser agrupadas em sistemas (teorias);
5. A validação de qualquer coisa, seja uma ideia ou artefato, utiliza uma comparação e assume que a referência utilizada é válida.

Segundo Kerne (2011, p. 2697), os postulados de Bunge exprimem a onipresença dos sistemas e que, nada funciona de forma isolada de outros sistemas, e que é fundamental que se adote uma visão sistêmica do mundo.

Bunge (2003) definiu o modelo de representação de sistemas CSEM, conforme apresentado abaixo:

- *Composition* (Composição): representa o conjunto de partes de um sistema;
- *Structure* (Estrutura): diz respeito as relações dos componentes do sistema com outros componentes internos, como também as relações com os elementos do ambiente;
- *Environment* (Ambiente): representa o conjunto de elementos externos ao sistema, incontrolável ao sistema. Estes elementos tanto influenciam como são influenciados pelo sistema;

- *Mechanism* (Mecanismo): é o conjunto de processos que compõe o sistema tornando possível aos componentes apresentarem um comportamento ou um estado.

Desta forma podemos entender que para o sistemismo, coisas são um sistema ou componentes de um sistema e, qualquer sistema pode ser representado pelo modelo CSEM.

2.2 Abordagem Sistêmica das Organizações

As organizações se deparam com um cenário de evolução tecnológica contínua, concorrência acirrada, clientes cada vez mais cientes de suas necessidades e escolhas. Estes elementos vêm exigindo das organizações maior eficiência de seus processos internos como meio de garantir a sobrevivência no mercado. Para Maximiano (1995), a organização precisa ser vista dentro de uma abordagem sistêmica, ou seja, uma compreensão do todo através do estudo de suas partes. Este formato de visão oferece um melhor entendimento das relações Inter organizacionais de seus componentes, bem como das relações destes com o ambiente externos. Através do pensamento sistêmico, a organização pode definir suas estratégias de negócios a fim de atingir seus objetivos. Mas para que isto aconteça, a organização deve estar orquestrada fomentando a integração e participação de todos.

Obter uma compreensão do todo (a organização) pelo entendimento de suas partes, permite identificar pontos fortes e pontos fracos e criar os ajustes necessários; permite entender como as partes internas se integram e reagem a estímulos provenientes tanto de forças internas como externas e, principalmente dar a exata compreensão do papel de cada uma das partes do sistema organizacional.

Mas para que a organização funcione dentro da harmonia esperada, não basta olhar apenas para o ambiente interno, analisar o ambiente externo contribui para esclarecer quais são as forças externas que influenciam positiva ou negativamente a organização.

Dentro da perspectiva de Cavalcanti e Paula (2006) o sistema é formado por um conjunto de elementos ou componentes para constituição de um todo (a organização). É necessário que estes componentes funcionem em sintonia para obter o resultado esperado. Segundo os autores, sistemas estão em todos os lugares, desde os mais simples organismos até o os mais complexos, influenciando-se mutuamente. No entanto, estas relações de influência podem ser muito complexas por envolver vários sistemas presentes em um ambiente. Compreender toda esta cadeia complexa de relacionamentos poder determinar o grau de competitividade e sustentabilidade da organização.

Entende-se que a teoria de sistemas vem promovendo discussões e transformações significativas nas organizações que buscam uma compreensão do todo através de suas partes. Mudanças culturais e comportamentais são uma consequência direta da visão sistêmica. As interações constantes com o ambiente onde a organização

se insere exige diferenciais inovadores de atuação no mercado. Forças externas levam a busca por inovações que superem as expectativas do mercado consumidor. Vivenciamos um ambiente que muda a cada dia impondo desafios cada vez maiores para as organizações. Desta forma, a inovação pode ser considerada a estratégia diferenciadora de uma empresa. A consequência direta para as organizações que não inovarem será a perda de competitividade.

Entretanto, nos últimos anos a inovação tem sido gerada não apenas com a intenção de gerar valor econômico, mas também para a criação de valor social. Essa inovação está voltada para resolver problemas sociais e tem sido reconhecida como uma inovação social.

3 | INOVAÇÃO SOCIAL

A complexidade dos problemas sociais existentes na atualidade tem provocado a preocupação por parte de governos, de organizações privadas e sem fins lucrativos, bem como de pesquisadores mundiais. Para solucionar esses problemas, necessita-se que processos não menos complexos para introdução de novos produtos, processos, serviços ou programas sejam implementados (DAWSON; DANIEL, 2010; MURRAY; CAULIER-GRACE; MULGAN, 2010; WESLEY; ANTADZE, 2010), produzindo assim o impacto social esperado.

Organizações governamentais e estruturas de mercado têm se demonstrado ineficientes para suprir as necessidades da sociedade como um todo (BECKMANN, 2012). Nesse contexto, surgem as inovações sociais, que são definidas como novas soluções para resolver problemas sociais e, de acordo com Phills, Deiglmeier e Miller (2008, p. 36), “precisam ser mais eficazes, eficientes, sustentáveis ou justas que as soluções existentes e ainda criem valor para a sociedade como um todo e não para indivíduos em particular”.

Apesar de muitas inovações sociais ocorrerem em organizações como agências públicas, empresas sociais, organizações não governamentais ou privadas, percebe-se que o campo da inovação social tem tentado fugir das restrições da organização, com a finalidade de tornar a inovação aberta e social. Portanto, as formas organizacionais na inovação social são diferentes em relação às inovações tecnológicas ou comerciais, porém especialmente importantes, já que criam mudanças no modo de pensar e nas relações, resultando em novas formas de cooperação e ultrapassando os limites organizacionais (MURRAY; CAULIER-GRACE; MULGAN, 2010).

A inovação social não apenas atende a uma necessidade social, mas também provoca o engajamento de diversas partes da sociedade para implementação de ideias coletivas através da participação colaborativa (DAWSON; DANIEL, 2010), criando novas relações de colaboração sociais e aumentando a capacidade para a sociedade agir (MURRAY; CAULIER-GRACE; MULGAN, 2010).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é

um fórum formado por 35 países que tem como objetivo promover políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico mundial (OECD, 2018). O quinto capítulo de uma de suas publicações, de 2010, tem como tema Empreendedorismo Social e Inovação Social, e declara que:

A inovação social busca novas respostas aos problemas sociais: identificando e fornecendo novos serviços que melhoram a qualidade de vida de indivíduos e comunidades; identificando e implementando novos processos de integração do mercado de trabalho, novas competências, novos empregos e novas formas de participação, como elementos diversos que contribuem para melhorar a posição dos indivíduos no mercado de trabalho” (OCDE, 2010, p. 196)

A inovação social não se opõe à inovação tecnológica, contudo, espera-se que no desenvolvimento de inovações tecnológicas o viés social seja sempre levado em consideração. Considera-se, porém, que a inovação social tenha uma perspectiva mais abrangente, com princípios como o desenvolvimento sustentável, a visão holística e sistêmica do mundo e a inclusão social (SILVA, 2017).

Entretanto, ainda não existe uma definição precisa sobre o campo de estudo da inovação social (JENSON; HARRISON, 2013). Para alguns pode representar uma atividade de organizações sem fins lucrativos e, para outros, abranger todo tipo de inovação em produto, processo, serviço ou programa, cuja finalidade seja criar valor social, sendo este o objetivo principal, porém discutível da inovação social (MULGAN, 2006). Discutível porque a noção de bem social ou valor social pode ser diferente para cada sociedade.

A inovação social prioriza o impacto social acima do lucro, sendo este último o objetivo principal de toda organização privada. Mas conforme Mair e Sharma (2012), as empresas sociais devem enfatizar um planejamento de negócios eficaz, estabelecer resultados mensuráveis e metas alcançáveis, ter transparência na prestação de contas e responsabilidade financeira.

Da mesma forma, deve ser medido o valor social alcançado pela inovação social. Na maioria das definições de inovação social, a criação de valor social é a principal missão de suas atividades, porém, para alguns autores os resultados econômicos podem fazer parte da missão social. Nada impede que as inovações sociais tenham performance financeira (lucro), podendo realizar medidas de desempenho tanto para impacto social quanto para valor financeiro. A performance financeira é, inclusive, importante para que os empreendimentos sociais sejam sustentáveis financeiramente e para criarem valor social (DANCIN; DANCIN, 2011). Portanto, a criação de valor social não precisa estar necessariamente desvinculada do resultado econômico, podendo, entretanto, estar hierarquicamente acima deste (DANCIN; DANCIN; MATEAR, 2010).

Assim, avaliar os resultados dos projetos de inovação social pode incentivar os pesquisadores a analisarem os processos que permitem alcançar tais resultados, transformando a inovação social em um campo de pesquisa atual (DANCIN; DANCIN, 2011). Mulgan et al (2007) comentam que áreas como empreendedorismo social, design, tecnologia, políticas públicas, desenvolvimento urbano, movimentos sociais

e desenvolvimento comunitário, têm se interessado pelo campo da inovação social.

Em relação ao processo da inovação social, Murray, Caulier-Grace e Mulgan (2010), identificaram fases, não sequenciais, que podem se sobrepor, para fornecer uma estrutura que seja útil para ajudar a pensar nos tipos de necessidades e apoio que a inovação social precisa.

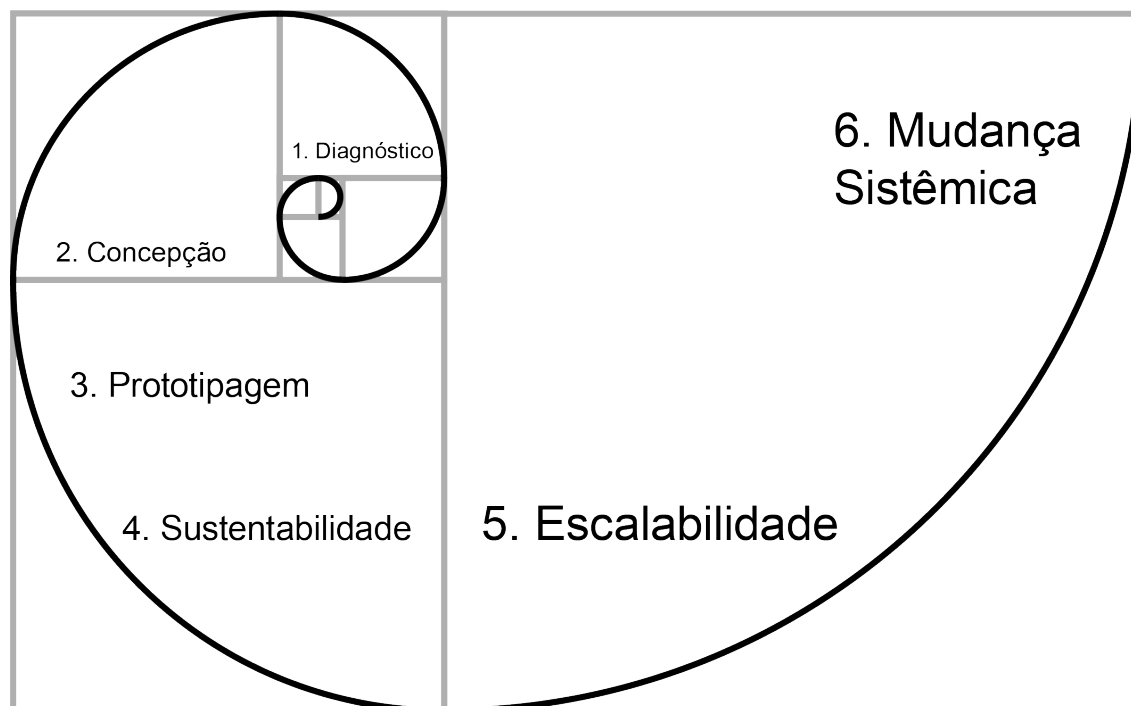


Figura 1 – Estágios do processo da inovação social

Fonte: Adaptada de Murray, Caulier-Grace e Mulgan (2010, p. 11)

A Figura 1 apresenta os estágios identificados por Murray, Caulier-Grace e Mulgan (2010) e compreendem (1) o diagnóstico das necessidades da inovação e/ou identificação do problema; (2) a concepção (design) das ideias de inovação para o problema diagnosticado; (3) o desenvolvimento de protótipos e testes para a solução do problema social; (4) a sustentabilidade das inovações, que envolve a aplicação da ideia, a realização de orçamentos e a identificação dos diversos tipos de recursos para alcançar sua sustentabilidade econômica, e, é claro, a social e a ambiental também; (5) a escalabilidade e difusão, utilizando estratégias para expandir e disseminar a inovação; e, por fim, (6) a mudança sistêmica pretendida, que envolve a interação de diversos elementos e setores da sociedade. Este trabalho considera que para o alcance deste último estágio sejam necessários o pensamento sistêmico e os conceitos da teoria geral de sistemas.

3.1 Soluções sistêmicas para problemas sociais

Problemas sociais complexos necessitam invariavelmente que inovações sociais sistêmicas sejam propostas, abrangendo tanto a questão social, quanto a econômica

e a ambiental. Além de serem analisados de forma sistêmica, os problemas sociais requerem soluções eficazes e sustentáveis (MULGAN, 2006).

Abordagens do design têm sido consideradas importantes para o processo de geração e implementação de inovações sociais (MURRAY; MULGAN; CAULIER-GRACE, 2008; MURRAY; CAULIER-GRACE; MULGAN, 2010), principalmente devido ao pensamento sistêmico empregado na utilização de métodos, técnicas e ferramentas do design.

No entanto, existem preocupações com relação às limitações das habilidades dos profissionais do design nas etapas de desenvolvimento e implementação dos processos de inovação social, gerando propostas superficiais para problemas sociais que necessitam de soluções concretas e, assim, estratégias para o alcance de mudanças sistêmicas são necessárias (HILLGREN; SERAVALLI; EMILSON, 2011).

O importante é que tem aumentado o reconhecimento de que abordagens sistêmicas aceleram a disseminação de soluções eficazes para problemas sociais, reduzem custos sociais e conseqüentemente produzem valor social, conforme Mulgan (2006). Além disso, o crescimento de empresas voltadas para promoção de saúde, educação, assistência à infância e idosos, estão relacionadas a ações de políticas públicas e necessitam da colaboração daquele para o qual o serviço será entregue (paciente, aluno, usuário) (MULGAN, 2006).

Murray, Caulier-Grace e Mulgan (2010) consideram a mudança sistêmica como o objetivo final da inovação social, envolvendo a interação de diversos elementos como: movimentos sociais, modelos de negócios, leis e regulamentações, dados e infraestruturas e mudanças de pensamentos, comportamentos e culturas. Para os autores, a mudança sistêmica envolve novas estruturas que confrontam com uma ordem pré-existente e as inovações sociais precisarão transpor essa barreira, criando novas condições para se tornarem economicamente viáveis. “Essas condições incluem novas tecnologias, cadeias de suprimento, formas institucionais, habilidades e marcos regulatórios e fiscais” (MURRAY; CAULIER-GRACE; MULGAN, 2010, p. 13).

Murray, Caulier-Grace e Mulgan (2010, p. 108-109) relacionam alguns elementos em comum nas estratégias para inovação sistêmica, já que consideram difícil definir ferramentas específicas para promover a mesma, em decorrência de sua própria complexidade. São eles:

- Formação de coalizões progressivas que reúnem diferentes parceiros.
- Processos intensivos para construir diagnósticos e visões compartilhados.
- Esforços para crescer uma massa crítica de exemplos práticos.
- Novos direitos.
- Treinamento de um grupo de profissionais e praticantes com ambas novas habilidades e atitudes.
- Prevenir tecnologias convencionais inflexíveis que congelem formas disruptivas de inovação.

- Acessar experiências profissionais e outras para a disputa de evidências.
- Implementação de dispositivos legais e regulamentares para incorporar mudanças.
- Capacitar os beneficiários do novo sistema.

Esta complexidade, segundo Chalmers (2013), pode funcionar como uma barreira para o próprio sistema restringindo ou desestimulando suas atividades. Assim, a visão sistêmica e a utilização de estratégias que envolvam elementos, tais como os relacionados acima, para atingir a mudança sistêmica pretendida, podem contribuir para lidar com a complexidade inerente à inovação social.

Neste momento, pode-se tentar estabelecer uma definição para inovação social que aborde a visão sistêmica necessária a seu processo. Assim, entende-se inovação social como uma nova solução para um problema social existente, que, sendo realizada através de abordagem sistêmica, gera valor social para a sociedade em que está inserida, promove a interação de diversos elementos e setores da sociedade, e busca alcançar a sustentabilidade, a expansão e a disseminação da solução e, finalmente, a mudança sistêmica pretendida.

4 | REFLEXÕES DA TEORIA GERAL DE SISTEMAS PARA A INOVAÇÃO SOCIAL

A inovação social necessita da colaboração de profissionais de diversas áreas, com diversas disciplinas se inter-relacionando para atingir o objetivo de gerar valor social. Assim da teoria geral de sistemas temos o sistema da inovação social imerso em um ambiente sob o ponto de vista de diversos observadores. Cada um terá uma visão diferente do sistema inovação social. Para o caso das inovações sociais é quase mandatório que as fronteiras sejam abertas constituindo sistemas abertos.

A partir da literatura estudada para a inovação social observou-se os atores como observadores do sistema mostrados na Figura 2.



Figura 2 – Atores observadores da inovação social

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao analisarmos a Figura 2 através de uma visão sistêmica podemos identificar diversos sistemas em constante interação. Cada ator envolvido pode ser entendido como um sistema que gera influências diretamente no sistema de inovação social. Ao receber estas influências o sistema inovação social reage e responde aos estímulos tanto positivamente como negativamente. Dentro do modelo CSEM de Bunge, o sistema de inovação social pode ser compreendido desta forma:

Composition: diagnósticos das necessidades de inovação, concepção das ideias, desenvolvimento de protótipos, testes de protótipos, etc.;

Environment: os demais sistemas representados pelo conjunto de atores, bem como o ambiente em que estão inseridos;

Structure: compreende as relações de atividades entre os elementos internos (equipes de projeto) que compõe o sistema de inovação e relações dos componentes bem como as relações de parcerias com os sistemas externos (atores) para realização dos objetivos centrais do sistema de inovação social;

Mechanism: é representado pelo conjunto de normas, regras e processos que regem os componentes do sistema de inovação social e atuam no comportamento do sistema no ambiente, regulando-o e desencadeando ações para os ajustes necessários.

Segundo Alves (2012) um sistema pode ser construído de forma emergencial ou teleológica. Um sistema é emergente quando surge ao acaso e teleológico quando for fruto de um projeto. Inovações sociais podem ser emergentes, porém com o aumento de estudos no campo e a sua devida importância espera-se que cada vez mais inovações sociais sejam planejadas. No entanto, ao ser projetada e no decorrer do seu processo uma inovação pode efetuar mudanças no próprio sistema.

Estas mudanças são identificadas por Maturana e Varela (2003) dentro de quatro possíveis domínios: o domínio das mudanças de estado, que são as possíveis mudanças estruturais de uma unidade sem mudar a organização; o das mudanças destrutivas, que são as modificações estruturais que mudam a organização de uma unidade; o das perturbações, que são as interações que produzem mudanças de estado; e o de interações destrutivas, ou seja de todas as perturbações que gerem mudanças destrutivas. Os atores da inovação social devem estar atentos a possíveis mudanças no sistema e/ou no ambiente.

A mudança sistêmica que os processos de inovação social ocasionam, está relacionada com a interdependência do sistema com o meio, ressaltada por Maturana e Varela, que Alves (2012) aborda. Assim uma mudança estrutural em uma organização pode ser originada a partir de uma perturbação no ambiente, sem que se defina que mudança irá ocorrer. Uma inovação social pode ocasionar uma mudança no ambiente de tal maneira que toda uma cultura seja modificada.

Finalmente, todo sistema possui um estado, que é definido como “um conjunto mínimo de variáveis mensuráveis, cujos valores em um instante de tempo são necessários para determinar a evolução do sistema em um instante futuro de tempo

em face uma entrada” (ALVES, 2012, p. 133). O estado do sistema é, então, um retrato do sistema num instante de tempo. Dessa forma, torna-se importante o objetivo de medir o impacto da inovação social e as diferentes variáveis do sistema, para que se possa monitorar e controlar os diferentes estágios do processo e ainda auxiliar na tomada de decisões.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo verificar as contribuições da teoria geral de sistemas para a inovação social a partir de reflexões realizadas sobre os conceitos relacionados aos sistemas no âmbito da inovação social.

O estudo indica que a inovação social, devido à sua complexidade, necessita da visão sistêmica para analisar seus possíveis impactos no ambiente em que está inserida e atingir seu objetivo de resolver problemas sociais de forma abrangente e sustentável. Ainda devido ao seu caráter colaborativo e interdisciplinar, a inovação social envolve diferentes atores observadores e atuantes durante todo o processo de inovação social.

As inovações sociais podem surgir de forma emergente, ou seja, ao acaso, porém espera-se que ocorra cada vez mais de forma teleológica, ou seja, planejada, devido ao aumento de estudos no campo e sua relevância. A inovação social tem ainda a característica de realizar mudanças no sistema, podendo impactar os diversos subsistemas relacionados.

A mudança sistêmica esperada e ressaltada em muitos estudos relaciona-se com a interdependência do sistema com o meio. Assim a inovação social efetua uma mudança estrutural no sistema e uma perturbação no ambiente também pode afetar o sistema, sem que se saiba que mudança irá ocorrer. Além disso, pode ser ocasionada uma mudança no ambiente de tal maneira que toda uma cultura seja modificada.

Ao representarmos a inovação social como um sistema através do modelo CSEM podemos entender a complexidade envolvida dentro da inovação social pelo conjunto de sistemas envolvidos e inter-relacionados buscando atingir um objetivo comum. A visão sistêmica permite que se adote uma orquestração de todos os elementos envolvidos a fim de garantir a sustentabilidade do sistema de inovação social.

O conceito de estado do sistema traz uma visão importante para a inovação social, cujo impacto social precisa ser medido, para efetuar o monitoramento e controle do processo de inovação social, auxiliando assim na tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

ALVES, João Bosco da Mota. **Teoria Geral de Sistemas: em busca da interdisciplinaridade**. Instituto Stela. Florianópolis, 2012.

BECKMANN, M. The Impact of Social Entrepreneurship on Societies In: VOLKMANN, C. K.; TOKARSKI, K. O.; ERNST, K. (Eds.). **Social Entrepreneurship and Social Business: An Introduction and Discussion with Case Studies**. Springer Gabler, p. 235-254, 2012.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1977.

BORGES, Michele Andréia et al. **Inovação Social: uma gênese a partir da visão sistêmica e teoria da ação comunicativa de Habermas**. Fourth International Conference on Integration of Design, Engineering and Management for innovation. Florianópolis, SC, Brazil, October 07-10, 2015.

BUNGE, M. Systemism: the alternative to individualism and holism. **The Journal of Socio-Economics**, n. 29, p. 147-157, 2000.

BUNGE, M. **Emergence and convergence: Qualitative novelty and the unity of knowledge**. Toronto: University of Toronto Press, 2003.

CAVALCANTI, M. F.; PAULA, V. A. F. de. Teoria Geral de Sistemas I. In MARTINELLI, D. P.; VENTURA, C. A. A.. **Visão sistêmica e administração: conceitos, metodologias e administração**. São Paulo: Saraiva, 2006. Cap. 1.

CHALMERS, Dominic. Social innovation: An exploration of the barriers faced by innovating organizations in the social economy. **Local Economy**, v. 28, n. 1, p. 17-34, 2013.

Dacin, T. M.; Dacin, P. A.; TRACEY, P. Social entrepreneurship: A critique and future directions. **Organization science**, v. 22, n. 5, p. 1203 - 1213, 2011.

Dacin, T. M.; Dacin, P. A.; Matear, M. Social entrepreneurship: Why we don't need a new theory and how we move forward from here. **The academy of management perspectives**, v. 24, n. 3, 37 - 57, 2010.

DAWSON, P. ; DANIEL, L. Understanding social innovation: a provisional framework. **International Journal of Technology Management**, v. 51, n. 1, p. 9-21, 2010.

ROTHER, E. T. **Revisão sistemática x revisão narrativa**. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.

SILVA, D. E. N. Novas e antigas visões para uma inovação social. In A. J. V. Arruda (Org) **Design e inovação social 2**. São Paulo : Blucher, 2017.

HILLGREN, P.; SERAVALLI, A.; EMILSON, A. Prototyping and infrastructuring in design for social innovation. **CoDesign**, v. 7, n. 3-4, p. 169-183, 2011.

HMELJEVSKI, J. I.; ALVES, J. B. da M.; TODESCO, J. L. **O Sistemismo de Mário Bunge**. VII Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação – CIKI 2017. Foz do Iguaçu, Paraná, 2017.

JENSON, J.; HARRISON, D. Social Innovation Research in the European Union: Approaches, Findings and Future Directions. **Policy Review**. Luxembourg: European Union, 2013.

KERN, V. M. O sistemismo de Bunge: fundamentos, abordagem metodológica e aplicação a sistemas de informação. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 12, p. 2693–2709, Brasília, 2011.

LAWRENCE, P. R.; LORSCH, J. W. **As Empresas e o ambiente: Diferenciação e Integração Administrativas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MAIR, J.; SHARMA, S. Performance Measurement and Social Entrepreneurship. In: VOLKMANN,

C. K.; TOKARSKI, K. O.; ERNST, K. (Eds.). **Social Entrepreneurship and Social Business: An Introduction and Discussion with Case Studies**. Springer Gabler, p. 175-189, 2012.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2003.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MULGAN, Geoff. The process of social innovation. **innovations**, v. 1, n. 2, p. 145-162, 2006.

MULGAN, G.; TUCKER, S.; ALI, R.; SANDERS, B. **Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated**. London: Young Foundation, 2007.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The Open Book of Social Innovation**. London: NESTA/The Young Foundation, 2010. Disponível em: <www.nesta.org.uk/publications/assets/features/the_open_book_of_social_innovation>. Acesso em: 11 set. 2016.

MURRAY, R.; MULGAN, G.; CAULIER-GRICE, J. **How to Innovate: The tools for social innovation**. Draft for comment. London: The Young Foundation/NESTA, 2008. Disponível em: <<https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/10/How-to-innovate-the-tools-for-social-innovation.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2017.

OECD. Social Entrepreneurship and Social Innovation. In: **SMEs, Entrepreneurship and Innovation**, 2010, p. 185-215. Disponível em: <http://ec.europa.eu/internal_market/social_business/docs/conference/oecd_en.pdf>. Acesso em: 16 ago 2017.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 30 mar 2018.

PHILLS, J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. **Stanford Social Innovation Review**, v. 6, p. 34-43, 2008.

WESTLEY, F.; ANTADZE, N. Making a difference: Strategies for scaling social innovation for greater impact. **Innovation Journal**, v. 15, n. 2, 2010.

“CRESCIMENTO ECONÔMICO” COM “RESPONSABILIDADE SOCIAL”: A ESTRATÉGIA NEODESENVOLVIMENTISTA E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

Caroline Magalhães Lima

Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
Fortaleza – Ceará

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apontar elementos que contribuam com a reflexão sobre a utilização do neodesenvolvimentismo na implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Para isso, realizou-se pesquisa de caráter bibliográfico para análise dos governos petistas, tendo como referência a contribuição de Iasi (2014), Castelo (2013), Secco (2012), Deo (2011), dentre outros. Observou-se que os governos petistas se apoiaram em três modelos ideo-políticos: o neoliberal, sua revisão configurada no social-liberalismo, assim como o neodesenvolvimentista, basilar para a implementação do PMCMV, direcionando o processo de reestruturação do espaço urbano brasileiro no período analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Neodesenvolvimentismo. Reestruturação do espaço. Política social de habitação.

“ECONOMIC GROWTH” WITH “SOCIAL RESPONSIBILITY”: THE NEODESENVOLVIMENTIST STRATEGY AND THE PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

ABSTRACT: This article aims to understand the political and economical context of the implementation of Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A bibliographic research was carried out for the analysis of the PT's governments, taking as reference the contribution of Iasi (2014), Castelo (2013), Secco (2012), Deo (2011), among others. It was observed that these governments were based on three ideological-political models: the neoliberal, its revision configured in social-liberalism, as well as the neodevelopmentalist, under the discourse of “economic growth” with “social responsibility”, base for the implementation of the PMCMV, directing the process of the Brazilian restructuring of urban space in the analyzed period.

KEYWORDS: Neodesenvolvimentism. Restructuring of space. Social Policy of Housing.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, o início do governo de Lula é delineado num processo de continuidades

e rupturas com o projeto neoliberal até então implementado. Não podemos afirmar que o governo Lula (PT) simplesmente deu continuidade ao programa de governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), mas é inegável que elementos próprios ao neoliberalismo estiveram enraizados em seu primeiro mandato (IASI, 2012; DEO, 2011; SECCO, 2012) e que, pela própria processualidade da transição de governo, incorporou elementos da gestão anterior. Mais que isso, sua “continuidade” deve ser entendida a partir de uma totalidade, ou seja, seus determinantes estão para além de seu programa de governo em si, correspondem à processualidade histórica do padrão de acumulação de capital e da dinâmica da luta de classes. Por exemplo, segundo Deo (2011), o sucesso do primeiro mandato de Lula na presidência no cumprimento das metas apresentadas em seu programa de governo e na *Carta ao povo brasileiro* (de ampliar as exportações), tem como base medidas político-econômicas tomadas ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, além das determinações que compunham o cenário internacional (DEO, 2011).

Partindo de uma análise que considere essa contextualização, entende-se que o capital atuante no país necessitava viabilizar saídas à sua crise. A reação burguesa, que buscava reestabelecer a taxa de lucros e uma elevação no padrão de acumulação de capitais em todo o mundo, se configurou como uma grande orquestra, cujo maestro capitalista se utilizava da política econômica nacional como apenas mais um instrumento em sua composição. Era imprescindível que a burguesia sobrepujasse a luta de classes, que as conquistas alcançadas pelos trabalhadores brasileiros fossem comprimidas e tudo isso deveria ser realizado de uma forma tal que estes não se apercebessem.

Era o momento da velha estratégia burguesa, apontada por Gramsci (2002), da *revolução passiva*, em que um dos movimentos é o de “renovação”, como apontada Coutinho (1999), em que frações da burguesia buscam atender certas demandas postas pelas “classes subalternas”, ao mesmo tempo em que procuram readquirir o consentimento para sua permanência no poder, garantindo sua legitimidade. É nesse contexto que, em primeiro de janeiro de 2003, toma posse na Presidência da República uma figura que representava, ainda que simbolicamente, um inimigo da burguesia: um proletário, sindicalista, de um partido que se dizia socialista, um partido dos trabalhadores.

2 | OS GOVERNOS PETISTAS E AS ESTRATÉGIAS DO CAPITAL

O PT abriu uma série de concessões para chegar ao poder: rebaixou seu programa, ampliou seu arco de alianças, realizou o que Mauro Iasi (2012) chama de “inflexão moderada”. Para garantir a governabilidade, aliou-se ao projeto de conciliação de classes, servindo diretamente à estratégia burguesa da revolução passiva, garantindo a não ruptura com as formas de relação de propriedade e com as relações sociais de

produção, dois dos determinantes fundamentais para a conformação do Estado.

Seguindo as orientações dadas por intelectuais orgânicos de frações da burguesia, dando continuidade aos compromissos firmados com o FMI pelo governo anterior, o primeiro mandato de Lula se caracterizou por manter o câmbio flutuante, seguindo as metas de controle inflacionário e continuando o ajuste fiscal (DEO, 2011) iniciado com a aplicação do Plano de Reestruturação do Aparelho de Estado (PRAE) do governo de Fernando Henrique Cardoso. Além disso, seu primeiro mandato ampliou o investimento no setor de exportações, privilegiando as frações burguesas da indústria de base (nacional e estrangeira) e do agronegócio, que se somaram ao *bloco no poder*. Cabe ressaltar que, mesmo sendo privilegiadas, tais frações ainda não possuíam o mesmo grau de hegemonia na direção das políticas econômicas implementadas pelo governo Lula, que a fração burguesa do capital rentista-financeiro:

[...] durante o Governo Lula, as frações industriais e agrárias da burguesia ampliaram sua participação e influência na aliança política de sustentação de seu governo. Contudo, essa maior influência não nega a determinação hegemônica por parte do capital financeiro no bloco de poder dominante, mesmo porque, as frações da burguesia industrial e da burguesia agrária que conseguem ampliar sua participação passam a exercer também funções financeiras, pois suas atividades econômicas estão diretamente ligadas ao setor exportador. Tal fato foi possível devido à iniciativa da equipe econômica de Luís Inácio de dilatar o “prazo para cobertura cambial das exportações”, o que implicou ainda em uma ampliação da abertura financeira do país. Essa medida permite aos exportadores escolher o momento de internalizar suas receitas, aumentando assim “a volatilidade de capital e financeira do balanço de pagamentos”. As divisas geradas com as exportações passam a ingressar no país de acordo com os interesses dos exportadores, que podem agora explorar as taxas de juros externas. Ou seja, os setores exportadores passam a comparar as melhores taxas de juros – interna ou externa – e as expectativas cambiais, para introduzirem no mercado interno os recursos gerados pelas exportações, o que “aponta para o aprofundamento do processo de financeirização da economia”. Esse mecanismo proporciona uma forte aproximação entre os interesses dos setores exportadores e financeiros. Na verdade, passam “a ser um só” [...]. (DEO, 2011, p. 247-248).

Esse *bloco no poder* se caracterizou pela fusão de interesses de frações da burguesia em torno de uma estratégia de governo que confluiu no sentido da concretização da *revolução passiva*. “Era hora do neoliberalismo sofrer um suave ajuste na sua direção estratégica” (CASTELO, 2013a, p. 244).

[...] o Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar as expressões da “questão social” através do controle da força de trabalho e do atendimento de necessidades mínimas dos “clientes” dos serviços sociais. (CASTELO, 2013a, p. 244).

Tais elementos constituem o ajuste social-liberal, proposto por intelectuais orgânicos da burguesia, sob inspiração de ideais propalados pelo próprio Banco Mundial, e de intelectuais como Anthony Giddens, Alain Touraine, Amartya Sen, Dani Rodrik, Jeffrey Sachs, John Williamson, Joseph Stiglitz, Pierre Rosavallon, além dos brasileiros: André Urani, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Marcelo Neri, Ricardo Henriques,

Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça, no qual o Estado teria um papel de interventor sobre as expressões da “questão social”, no que tange aos aspectos políticos, humanitários e ecológicos (CASTELO, 2013a).

Haveria então, um discurso de instauração da justiça social através do “sincretismo” entre Estado e mercado, “Ou seja, as desigualdades socioeconômicas deixaram de ser uma solução para questões específicas do capitalismo e passaram a ser um dilema social a ser tratado pela burguesia e seus intelectuais” (CASTELO, 2013a, p. 248), demarcando o social-liberalismo.

Em linhas gerais, o social-liberalismo reconhece que o mercado, apesar de suas falhas pontuais e episódicas, ainda é a melhor forma já inventada na história de organização social para a produção de riqueza. Suas falhas, principalmente no tocante à má distribuição e à destruição ambiental, tendem a se agravar em momentos de crise, o que requer uma regulação estatal seletiva. O Estado social-liberal é, portanto, convocado a ter uma atuação ativa nas expressões mais explosivas da “questão social”, tais como a pobreza, a degradação ambiental, doenças contagiosas, violência etc., programa mínimo que ficou consagrado internacionalmente nas Metas do Milênio. (CASTELO, 2013b, p. 121-122).

Ora, esse era o mote da proposta de governo de Lula em seu primeiro mandato: desenvolvimento econômico com redistribuição de renda. O revisionismo neoliberal, que gerou tais propostas, se apresentava nos programas de governo daquele primeiro mandato, demonstrando seu alinhamento direto com documentos elaborados por agências internacionais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas. Ressaltavam-se temáticas centrais para a ideologia social-liberal tais como a “equidade social”, “desenvolvimento sustentável” e a “participação ativa da sociedade civil nas tomadas de decisão dos governos” (CASTELO, 2013a, p. 253). Porém, não se trata de afirmar que o *transformismo* petista se deu baseado em aspectos meramente políticos, em voluntarismos. É preciso entender sua essência a partir de uma base concreta, do real, em que as transformações no mundo do trabalho gestariam um processo de flexibilização e precarização, as crises financeiras assumiriam alcance mundial e as lutas de resistência ao projeto neoliberal, que vinham sendo travadas desde o final dos anos 1980, produzindo uma crise de legitimidade da política e do Estado, geraram um período de crises conjunturais (CASTELO, 2013a; 2013b), que impetravam uma reação burguesa, orquestrada pela fração rentista-financeira, um transformismo também da própria “classe dirigente”. Coube ao partido no poder acompanhar este processo, remoldar-se a essa conjuntura.

Reconhecia-se ser imperativo o atendimento às necessidades sociais da população, transformadas em demandas a serem respondidas pelo Estado de forma a conter as expressões da “questão social” que mais podiam acirrar o cenário da luta de classes, buscando garantir a hegemonia burguesa. Era preciso, ao projeto de restauração burguesa, a criação de um consenso, que se casasse à construção de uma estratégia que permitisse o atendimento às suas necessidades, conciliadas às necessidades sociais postas. Tal consenso foi alcançado ainda no primeiro governo.

Consenso que não é “genérico e vago”, resumido ao momento eleitoral, mas que garante a governabilidade: “o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (GRAMSCI, 2011, p. 267).

O PT era o agente político cabível ao projeto restaurador burguês. A partir dele seria possível a construção da conciliação para a manutenção do padrão de acumulação de capital, que se utilizava, inclusive, das políticas sociais sob orientação social-liberal, através da apropriação, direta ou indireta, dos recursos do fundo público alocados para sua expansão.

A problemática central do social-liberalismo – preservar a primazia da lógica do mercado como mecanismo de alocação dos recursos e conjugá-la com um nível de regulação estatal, evitando a agudização de certas expressões da “questão social” e as revoltas populares – é uma expressão teórica adequada aos interesses materiais da burguesia rentista, pois, ao mesmo tempo em que defende a acumulação capitalista na sua face financeirizada, propõe soluções para seus efeitos deletérios, tendo em vista a coesão social e a manutenção da ordem burguesa. (CASTELO, 2013a, p. 258).

A “estratégia da pinça”, ligada ao Projeto Democrático-Popular adotada pelo PT ainda nos anos 1980, se casava ao projeto conciliatório da *revolução passiva*, a fim de garantir a legitimidade necessária à efetivação das demais estratégias burguesas para manutenção e ampliação da extração da mais valia no país. O social-liberalismo era a aliança cabível no plano ideopolítico. Ele sedimentou a cooptação de um partido de caráter social-democrata ao projeto do “novo reformismo-restaurador liberal” (CASTELO, 2013a, p. 274).

[...] O bloco histórico neoliberal sofreu abalos nos anos 1990, mas foi remodelado sobre velhas bases e uma nova roupagem: o que se vislumbra com as teorias do social-liberalismo é um projeto ideológico classista de retomada da supremacia neoliberal que ganhou impulso com o acoplamento de amplos setores da social-democracia e de ex-comunistas cooptados ao novo reformismo-restaurador liberal. O transformismo social-democrata na supremacia neoliberal resultou no aprofundamento de pontos da agenda neoliberal, e não na sua amenização. O que importa destacar é que a operacionalização política e ideológica do neoliberalismo sofreu uma inflexão – contraditoriamente marginal e relevante – após o ingresso da social-democracia na concepção do mundo que fornece a argamassa da solidificação do presente bloco histórico. (CASTELO, 2013a, p.273-274).

Importante enfatizar que esse bloco histórico no poder não era monolítico. Continha sim frações diversificadas da classe burguesa, com projetos e estratégias que por vezes se complementavam, por vezes se confrontavam, evidenciando seu caráter contraditório. No próprio governo, surge um grupo que passa a defender uma proposta neodesenvolvimentista, inspirada naquilo que foi o desenvolvimentismo, porém, no movimento histórico contemporâneo, ou seja, buscava conciliar a política macroeconômica neoliberal com antigas políticas desenvolvimentistas (CASTELO, 2013a).

Segundo Amaral (2013), a proposta neodesenvolvimentista age diretamente sobre a organização do trabalho, com o discurso de um possível equilíbrio entre “o

dinamismo econômico e a igualdade social” (p. 01). Essa proposta se assentaria em conceitos como “oportunidades, capacidades individuais, equidade, sustentabilidade” (AMARAL, 2013, p. 01). Isso reforça a ideia consubstanciada no *empreendedorismo* e na perspectiva individualizante e desloca as contradições próprias à luta de classes “para o campo das possibilidades de melhor distribuição de riqueza gerada pela superexploração do trabalho e pelos recursos da natureza” (AMARAL, 2013, p. 01).

Trata-se, portanto, de um modelo econômico que supõe uma intervenção no campo das políticas sociais compensatórias, de que são exemplos os programas de transferência de renda instituídos em quase todos os países latino-americanos, os quais assumem a centralidade das políticas, em substituição ao direito ao trabalho. É exatamente esse movimento que tem conseguido formar uma cultura e uma ideologia que estimulam e referenciam as práticas de empreendedorismo, da economia solidária, do autoemprego, da empregabilidade como alternativas que se situam nos marcos de uma proposta inovadora para fazer face aos efeitos da destrutividade neoliberal e de um novo contexto, onde capital e trabalho não são incompatíveis. (AMARAL, 2013, p. 01).

A proposta neodesenvolvimentista predominava no discurso de alguns setores do governo Lula, que começavam a idealizar a execução de medidas que articulassem o “crescimento econômico” com a “responsabilidade social”, reforçando o processo de construção de um consenso entre capital e trabalho, não apenas através de propagandas midiáticas, mas também através dos Conselhos, de Ministérios (com destaque para o exemplo do Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário), de uma propaganda ideológica cujo fundamento era a base material, produtiva, adequada aos interesses de frações da burguesia nacional.

3 | A IDEOLOGIA NEODESENVOLVIMENTISTA E A ESTRATÉGIA DE REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO

Dentre as frações da burguesia nacional que disputavam a direção dada às políticas implementadas pelo Estado, há um destaque para a da Indústria da Construção, altamente beneficiada por diversos programas e políticas implementadas durante os governos petistas. No que concerne ao governo Lula, a burguesia da Indústria da Construção participou ativamente de sua “agenda” política, sendo favorecida em três momentos diferentes: ainda no primeiro mandato, com o incentivo à produção habitacional, facilidades de crédito e segurança jurídica para o mercado imobiliário; no segundo mandato, com as obras de infraestruturas implementadas pelo Plano de Aceleração do Crescimento, que envolvia também, ainda que com menos aportes de recursos, projetos de moradia; e, no cenário de crise econômica mundial, com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), como medida anticrise (MARICATO, 2015), conforme anunciado por Lula em seu discurso de apresentação do programa, ou seja, cuja raiz se encontra no provimento de uma necessidade do capital - ainda que a partir de uma necessidade social real: a habitação.

Porém, é preciso entender o favorecimento do setor a partir de certa conjuntura, do complexo de complexos que se esconde sob a aparência do fenômeno. Sabe-se que com a crise política que emerge após as denúncias do “mensalão” (2005), diversos ministérios do governo Lula passaram por reestruturações, abrindo espaço para partidos aliados. A fim de garantir institucionalmente sua governabilidade, o PT buscou o “fortalecimento” do chamado *presidencialismo de coalizão*, forma de governo utilizada desde o período de FHC, e exponenciada nos governos petistas, que se deu

[...] pela formação de bases de apoio buscando alianças com as bancadas e seus líderes, tendo como moeda de troca a oferta de cargos no governo, aprovação de emendas orçamentárias visando atender aos *lobbies* que atuam por meio dos parlamentares, ou na liberação de recursos de formas lícitas e, como vimos, ilícitas (IASI, 2014, p. 55).

Exemplo disso está nas mudanças ocorridas no Ministério das Cidades. Este ministério sofre uma reestruturação, saindo Olívio Dutra (PT), e sua equipe técnica, entrando em cena Márcio Fontes, ministro oriundo do Partido Popular (PP) - partido conservador, herdeiro da ditadura civil-militar - que favoreceria setores da Indústria da Construção. Também é importante recordar que na Casa Civil saía José Dirceu e entrava Dilma Rousseff, ambos petistas, transformando o ministério num grande gestor do governo, “passando a comandar politicamente a área de habitação e infraestrutura urbana” (ROLNIK, 2015, p. 299).

Já se sabe que naquela conjuntura houve um incentivo ao consumo por parte de políticas desenvolvidas nos governos petistas, com a implementação de programas como o Bolsa Família, além do aumento no salário mínimo, liberação de crédito, isenção de impostos em bens de consumo duráveis, e de uma forte campanha de aquisição de imóveis, como foi o PMCMV. Tal contexto, que possui elementos para além dos citados, levou à reeleição do Partido dos Trabalhadores (PT), na figura de Dilma Rousseff.

Segundo Rolnik (2015), o PMCMV “[...] representou a medida mais importante, nesse sentido, do primeiro mandato de Dilma Rousseff.” (p. 299). Tal programa se destaca no horizonte de mais uma conciliação de necessidades sociais e necessidades do capital, também na direção do projeto neodesenvolvimentista. Foram implementadas políticas públicas que visavam o “desenvolvimento”, a elevação dos empregos (formais ou informais), e o estímulo à produção e ao consumo, atendendo interesses da burguesia que repercutiriam “positivamente” para os próprios trabalhadores, vistos como cidadãos-consumidores, aprofundando o processo de apassivamento da classe trabalhadora (IASI, 2014).

Segundo Lincoln Secco (2012, p. 242-243):

Nos seus primeiros pronunciamentos, a presidente eleita Dilma Rousseff declarou-se preocupada com a guerra cambial no mundo e o risco de desindustrialização e falou explicitamente em tornar a taxa de juros interna mais ou menos compatível com a externa. Dessa forma, a indústria brasileira gozaria de um câmbio ‘civilizado’. Mas em janeiro de 2011 ela anunciou um ‘pacote’ de medidas para cortar os gastos públicos e teve que enfrentar sua primeira batalha no Congresso Nacional defendendo um salário mínimo menor do que queriam as centrais sindicais.

A recuperação do PT foi decorrência de três fatores:

1. A economia internacional teve uma crise [...], mas a forma de inserção do Brasil no mercado mundial contava com dois fatores (interno e externo): a demanda chinesa de commodities e o mercado interno de massas. Ambos articulados.
2. A história do PT lhe granjeou apoio que o credenciou a receber os novos contingentes de eleitores mais pobres, sem que o partido perdesse respaldo de parte expressiva dos eleitores do sul e sudeste.
3. A bolsa família foi um programa de transferência de dinheiro a mães de família de baixa renda com filhos na escola. Mas ela associou-se à recuperação do salário mínimo, à extensão de luz elétrica para áreas desassistidas, habitação popular e outras medidas sociais que ajudavam a estimular a demanda interna.

Ainda assim, a vitória eleitoral vinha acompanhada de uma “desconfiança” e fortes críticas realizadas pelos aparelhos midiáticos, de denúncias de corrupção que se avolumavam e com episódios de greves, que se alastraram por 2012, culminando em grandes manifestações de massa em 2013 e 2014. Vivia-se um ascenso de lutas? Seria o fim do apassivamento? Mauro Iasi (2014) afirma que “[...] as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção [...] se expressam em conjunturas que ora revelam nitidamente essa contradição, ora a ocultam e a disfarçam sob o manto da harmonia” (p. 51). Segundo o autor (2014), os dois mandatos de Lula e o primeiro mandato de Dilma eram ilusoriamente apontados pelo núcleo dirigente do PT como bem-sucedidos devido ao modelo de governabilidade baseado na democracia de cooptação e no apassivamento, que garantiam a segurança e estabilidade, necessários à continuidade do partido no poder. Mesmo com os grandes movimentos de massa que ocorreram na história recente do país, o apassivamento da classe trabalhadora continuava vigorando, operado pelo transformismo (IASI, 2014). Houve sim um ascenso de lutas sociais. Porém, este não foi acompanhado de uma elevação do nível de consciência da classe trabalhadora, de sua compreensão enquanto *classe para si*, devido ao próprio apassivamento.

Esse apassivamento, é bom que se diga, não significa ausência de lutas, como prova o crescimento do número de greves e a resistência de várias categorias de trabalhadores, como a construção civil, funcionários públicos, professores de ensino público federal, garis, rodoviários e outros. No entanto, essas lutas expressavam uma resistência diante de uma hegemonia soldada por um pacto de classes entre a pequena burguesia política, representada pelo PT, e setores das camadas dominantes da burguesia monopolista (industrial, agrária, comercial e financeira), que impunha os termos de uma democracia de cooptação, isto é, a busca de adesão das camadas proletárias e das massas urbanas e rurais à ordem burguesa, ainda que oferecendo pouco em termos de direitos e acesso a bens e serviços. (IASI, 2014, p. 51).

As Jornadas de Junho de 2013, que apresentaram ampla adesão de camadas da classe trabalhadora e da pequena burguesia, não se explicam apenas na luta contra o aumento no preço das passagens de ônibus, sequer podem ser justificados como uma revolta contra o PT, que ainda possuía forte aprovação (IASI, 2014). E o

que justifica a ascensão das lutas sociais, notadamente em 2013? A resposta pode ser encontrada na análise das contradições existentes na própria conjuntura de então: “[...] as manifestações em si mesmas são uma reação às contradições que germinavam, não sendo expressão da intencionalidade política de um ou outro grupo, organização ou quem busca se apresentar como ‘não organizado’” (IASI, 2014, p. 59). Diversos grupos políticos e a própria mídia, buscaram capturar e/ou direcionar pautas reivindicatórias da grande massa presente nas ruas, apontando denúncias contra as obras da Copa, a corrupção envolvendo políticos, empresas estatais e da Indústria da Construção – caso da Delta, OAS, Odebrecht, etc. – além, das desigualdades entre os investimentos em Megaeventos e em educação, saúde, moradia, dentre outros direitos sociais.

Ainda assim, o petismo governista pouco deu ouvidos às manifestações e as reprimiu com truculência. Implementou projetos de emendas constitucionais (PEC) e (contra)reformas demandadas pelo capital. Seguiu o receituário requisitado, mas elevou também as verbas para as políticas sociais. Exemplo disso ocorreu com o PMCMV, que foi ampliado nos mandatos de Dilma Rousseff. Tal programa confluiu no processo de reestruturação do espaço nas cidades brasileiras. Tal reestruturação parte de uma articulação entre governos (nos níveis federal, estadual e municipal), agências internacionais de capital financeiro (com destaque para o Banco Mundial), uma parcela da indústria de bens de produção (indústrias de cimento, porcelanatos, enfim, materiais de construção em geral), a indústria da construção nacional (civil e pesada) e diversos outros agentes da burguesia.

A reestruturação planejada do espaço nas cidades brasileiras cresceu em meados dos anos 2000, e observa-se uma forte ação do capital financeiro sobre a terra urbana, além da criação de grande número de postos de trabalho no setor da Indústria da Construção, e de contratações de empresas privadas para a execução de obras públicas. Ou seja, sustenta-se que o Estado adotou uma proposta neodesenvolvimentista, que implementou programas e políticas direcionadas à manutenção da acumulação de capital através, também, de modificações no espaço.

O espaço tem como um de seus determinantes o modelo produtivo. Sofre reestruturações, de acordo com as necessidades de cada fase histórica do modo de produção capitalista. Na medida em que se reproduz certo padrão de acumulação, ganha novas intervenções, configurações, necessidades, funcionalidades (LEFEBVRE, 2006). Daí as mudanças ocorridas no que tange à reestruturação do espaço, com a implementação de programas e projetos sob a orientação de caráter neodesenvolvimentista e/ou social-liberal no Brasil, visando alçar o país a um patamar superior na divisão internacional do trabalho.

As obras realizadas reestruturaram o espaço brasileiro, capitalizando-o. Ao elevar a extração da mais valia na terra urbana (consequentemente, um aumento da renda da terra), ampliou-se exponencialmente a segregação socioespacial. O que acabou por atingir diretamente aqueles que são os únicos capazes de valorizar a terra: os

trabalhadores (MARX, 1985).

Assim, a reestruturação do espaço urbano também deve ser entendida como uma estratégia partícipe do movimento de reprodução do capital (LEFEBVRE, 2006). Tal estratégia confluiu com a realização de dois propósitos que fundamentam o neodesenvolvimentismo: “o crescimento econômico” – exemplificado pela maior produção na Indústria da Construção e pelo incremento da produtividade – “com compromisso social” – geração de postos de trabalho e produção de habitação de interesse social, por exemplo.

O Estado investiu na Indústria da Construção por se tratar de um setor cuja produção contribui para a elevação da composição orgânica de capital, com máxima extração de mais valia em alguns casos. Logo, o “desenvolvimento” intensificou a produção nesse setor, principalmente nos governos petistas, pois além de ganhar alcance social via geração de empregos, revelou-se como uma medida anticrise que alcançou a legitimidade social necessária ao Estado e às frações burguesas que constituíam o bloco no poder.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário de crise política, econômica e social pelo qual o Brasil passava, decorrente das repercussões da crise internacional que se inicia com a crise do *real state* norte-americano de 2008, houve um forte ataque ao segundo mandato de Dilma Rousseff, que se iniciava em 2015. A mídia corporativista burguesa, buscando a derrota do PT nas eleições de 2014, continuava a exercer pressão para que o segundo mandato de Dilma aplicasse os ajustes neoliberais “necessários à recuperação da economia”, recomendando-se a implementação de uma política de austeridade, marcada pela retirada de direitos, cortes nos gastos sociais e a reforma da previdência, dentre outras medidas, que não foram aplicadas naquele momento.

Cotidianamente se propagava na mídia episódios de corrupção envolvendo o PT e a fração da Indústria da Construção nacional, que se enfraquecia política e economicamente, apresentando quedas no PIB em 2014, 2015 e 2016 (CBIC, 2017). Tais denúncias, culminaram nas manifestações dos “verde e amarelo”, puxadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, pelo Movimento Brasil Livre (MBL), dentre outras organizações da direita brasileira, que ecoavam um grito: “Fora PT!”.

A base social que prestava apoio ao governo iniciou um processo de organização para o combate às medidas de austeridade, com pressões diretas ao partido e ao governo, além do chamamento feito por movimentos sociais para jornadas de luta, a exemplo da Jornada Nacional da Resistência Urbana, realizada em 2015, que exigia do governo Dilma a retomada de contratações e o lançamento do PMCMV 3 com o protagonismo dos movimentos sociais. Mais uma vez, e agora, no desespero, o governo petista procurou a conciliação como uma das alternativas para a crise: se reuniu com movimentos sociais de luta por moradia, prometendo fortalecer a

modalidade Entidades, e prometeu investir na Indústria da Construção, que passava por uma forte crise, repercutindo no índice de desemprego, na queda do PIB e do valor de suas ações na Bovespa.

A solução vislumbrada seria “investir” R\$ 230 bilhões no PMCMV 3, girando a economia, diminuindo o índice de desemprego, ganhando apoio social e legitimidade, amenizando, de alguma forma a crise. Ainda assim, o governo não se sustentou. Sua queda, sob a alegação de crime de responsabilidade fiscal, nada mais é do que a reação de frações da burguesia do bloco no poder, que disputavam a direção do Estado, no sentido de retomada do neoliberalismo, como resposta a mais uma etapa da crise.

Se com o PMCMV a classe trabalhadora empobrecida foi beneficiada pela venda subsidiada ou por financiamento público de uma unidade habitacional que atendia ao “sonho da casa própria”, mais beneficiada foi a fração burguesa da Indústria da Construção e o setor financeiro, que obtiveram seus lucros a partir da captura de parte do fundo público e do processo de produção do espaço pautado em uma lógica neodesenvolvimentista, isto é, a partir das relações de propriedade capitalistas sob uma estratégia burguesa que visa a ampliação da exploração da classe trabalhadora, única produtora da riqueza social.

O que diferencia a ideologia neoliberal da ideologia neodesenvolvimentista, implementada na produção do espaço pelos governos petistas pode ser sintetizada em seu caráter conciliador, onde o Estado tentava conquistar a fração burguesa da Indústria da Construção, investindo grandes parcelas do fundo público nesta e ganhando seu apoio para manter-se na direção; além de buscar ganhar “mentes e corações” de frações da classe trabalhadora, apoiando-se na “ideologia da casa própria”, no discurso de *enfrentamento ao déficit habitacional*, na “glorificação” da ascensão social, do consumo pelo crédito e do empreendedorismo, ao mesmo tempo em que reforçava a cultura do individualismo, da ostentação, da concorrência, próprio ao movimento de restauração burguesa, cujas consequências podem ser reconhecidas no cenário atual, seja pelo movimento da consciência da classe trabalhadora, reificada em alto grau, vivenciando um alto índice de desemprego (um dos maiores da história do país), além da implementação de políticas de grande austeridade econômica, regidas pela estratégia neoliberal, com (contra)reformas que retiram direitos historicamente conquistados (como as contrarreformas trabalhista, sindical e da previdência), com o corte orçamentário voltado a direitos sociais (assistência social, educação básica pública, saúde pública, habitação social etc.), dentre outros elementos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Angela Santana do. Configurações contemporâneas dos conflitos classistas: experiências brasileiras no contexto neodesenvolvimentista. In: **Acta Científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Santiago: ALAS, 2013. Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_SantanaDoAmaral.pdf. Acesso em: 05 de dezembro de 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. 11º Balanço Completo do PAC 2 - 4 anos (2011-2014). 2014. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/f9d3db229b483b35923b338906b022ce.pdf>. Acesso em: 16 de abril de 2016.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013a. 400p.

_____. O canto da sereia. In: **Revista em Pauta**. 1º semestre de 2013, n. 31, v. 11. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013b. p. 119-138.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DEO, Anderson. **A consolidação da social-democracia no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

GRAMSCI, Antonio. Estado e Sociedade Civil. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 267-290.

_____. Cadernos do cárcere. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IASI, Mauro Luís. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETO, Maria Lúcia. (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. p. 50-67.

_____. **Metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. 2º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte, 2006. (mimeo).

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro III, vol. 2. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1985.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SECCO, Lincoln. **História do PT 1978-2010**. 3º ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2012.

DÉFICIT HABITACIONAL E CONDIÇÕES DE MORADIA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE TUPÃ-SP

Sandra Cristina de Oliveira

Universidade Estadual Paulista – UNESP,
Faculdade de Ciências e Engenharia
Tupã – SP

Leonardo de Barros Pinto

Universidade Estadual Paulista – UNESP,
Faculdade de Ciências Agrônomicas
Botucatu – SP

Gessuir Pigatto

Universidade Estadual Paulista – UNESP,
Faculdade de Ciências e Engenharia
Tupã – SP

RESUMO: A disponibilidade de habitação, bem como o direito a uma moradia adequada são fundamentais ao cidadão. Assim, o objetivo deste trabalho é contribuir para um diagnóstico socioeconômico do município de Tupã-SP, como forma de municiar a administração pública à elaboração de políticas públicas, principalmente no que diz respeito aos planejamentos habitacional e de saneamento básico de interesse social. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, em que a pesquisa de campo abrangeu 433 domicílios das regiões Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro e Distritos do referido município. O instrumento de coleta de dados foi um formulário com variáveis concernentes ao perfil dos moradores dos domicílios tupãenses

(número de moradores, gênero, faixa etária, condições empregatícias e faixa de renda), às condições dos domicílios e às opiniões dos moradores quanto aos investimentos necessários para o município. Os dados foram analisados usando estatística descritiva, ou seja, por meio de tabelas e gráficos individuais e/ou comparativos e de medidas descritivas. Os resultados mostraram a existência de demanda tanto habitacional como de acesso aos serviços básicos, e apontaram um perfil dos munícipes tupãenses com potencial para tais demandas.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento habitacional. Saneamento básico. Políticas públicas.

ABSTRACT: The availability of housing and the right to adequate housing are fundamental to the citizen. Thus, the aim of this work is to contribute to a socioeconomic diagnosis of the municipality of Tupã, SP, in order to equip the public government to the development of public policies, especially with regard to housing planning and basic sanitation of social interest. This is a descriptive research with quantitative approach, where a field research covered 433 households of the regions North, South, East, West, Central and Districts in this municipality. The data collection instrument was a form with variables concerning the profile of the residents of households at Tupã (number of inhabitants,

gender, age, employment conditions and income level), the conditions of households and the opinions of residents on the investments required for the municipality. Data were analyzed using descriptive statistics, i.e., by means of individual and/or comparative graphics and tables, and descriptive measures. The results confirmed the existence of housing and access to basic services demands, and pointed out a profile of citizens of Tupã with the potential for these demands.

KEYWORDS: Housing planning. Basic sanitation. Public policies.

1 | INTRODUÇÃO

A Nova Alta Paulista está situada na região oeste do estado de São Paulo, sendo composta por 30 municípios distribuídos em torno da rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294). Faz parte das Bacias Hidrográficas dos rios Aguapeí e Peixe, e ocupa área de aproximadamente 10.000 km². O município de Tupã é um dos municípios pertencentes à região da Nova Alta Paulista, e encontra-se a aproximadamente 600 km da capital do referido estado.

De acordo com o IBGE (2017), a população tupãense é estimada em 65.705 habitantes. Ainda segundo o IBGE, cerca de 19.500 munícipes encontram-se empregados, sendo que 1,8% trabalham em indústrias, 29,9% em estabelecimentos comerciais, 40,9% como prestadores de serviços e o restante em outros tipos de emprego. Além disso, há aproximadamente 23 mil domicílios no município e, no que diz respeito à demanda habitacional, a Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura de Tupã estima um déficit de aproximadamente 1.300 domicílios (cerca de 30%), sem haver, no entanto, estudos comprobatórios a respeito. Para reparar o déficit habitacional, vários programas e financiamentos vêm sendo disponibilizados, principalmente pelo governo federal. Nos últimos anos, os programas habitacionais que mais têm influenciado na mudança do déficit são: o Minha Casa Minha Vida (MCMV), da Caixa Econômica Federal, e as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Desde então, o programa MCMV também vem sendo acessado no município de Tupã, com o intuito de reduzir o déficit habitacional, por meio da construção de novas casas. Em contrapartida, a prefeitura do município se responsabiliza pelo cadastramento das famílias e encaminhamento de seus processos para a Caixa.

Mas, tão importante quanto à própria disponibilidade de habitação é o direito a uma moradia adequada. Neste sentido, o acompanhamento e a avaliação do déficit habitacional, bem como das condições de moradia (acesso a serviços básicos tais como abastecimento de água, rede geral de esgoto, coleta de lixo e iluminação elétrica) são fundamentais para apoiar a tomada de decisões em uma administração pública, bem como para proporcionar informação à população e promover acesso adequado à moradia.

Cabe ressaltar que, parte deste trabalho foi publicada como trabalho completo

nos anais do IV Simpósio Nacional de Gerenciamento de Cidades e como artigo científico na Revista ANAP Brasil (OLIVEIRA; PINTO; PIGATTO, 2016). Ainda que os resultados apresentados sejam praticamente os mesmos, são exibidas a seguir algumas informações atualizadas sobre o assunto tratado.

2 | OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é contribuir para um diagnóstico socioeconômico do município de Tupã-SP, como forma de municiar a administração pública à elaboração de políticas públicas, principalmente no que diz respeito aos planejamentos habitacional e de saneamento básico de interesse social.

3 | CONTEXTUALIZAÇÃO

A Secretaria Nacional de Habitação é responsável por acompanhar e avaliar, além de formular e propor instrumentos para implantar a Política Nacional de Habitação, visando promover a universalização do acesso à moradia.

Dentre os programas habitacionais existentes, aquele que mais tem sido acessado é o MCMV, que movimentou bilhões de reais no setor da construção nos últimos sete anos. Um candidato ao programa MCMV não pode ter sido beneficiado anteriormente em programa habitacional social do governo nem possuir casa própria ou financiamento ativo em todo o território nacional. Este programa é destinado às famílias com renda de até dez salários-mínimos, porém prioriza as que recebem até três. Para 2017, a meta prevista de investimento no programa MCMV foi de R\$ 64,7 bilhões, para a construção de mais de 600 mil moradias, com investimento distribuído percentualmente nas regiões brasileiras da seguinte forma: Sudeste (37%), Nordeste (34%), Sul (12%), Norte (10%) e Centro-Oeste (7%).

Não menos relevante do que a disponibilidade de habitação é o direito a uma moradia adequada e, de acordo com o Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, um dos critérios para que uma moradia seja considerada adequada é que haja a disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura. Ou seja, a moradia não é adequada se os ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia (para cozinhar, aquecer, iluminar e armazenar alimentos) e coleta de lixo.

Segundo a Lei No 11.445/2007, saneamento básico é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais relativos aos processos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Deste modo, todos os municípios brasileiros têm obrigação de elaborar e apresentar um Plano Municipal de Saneamento Básico, sem o qual não recebem recursos do Governo Federal para o cumprimento de metas de cobertura e atendimento de serviços de água, coleta e tratamento do esgoto doméstico,

coleta e destino do lixo urbano, drenagem e destino das águas pluviais, e limpeza urbana.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), 83,3% dos brasileiros são atendidos com abastecimento de água tratada, ou seja, há mais de 35 milhões de brasileiros sem acesso a esse serviço (SNIS, 2017). A região Sudeste do Brasil apresenta aproximadamente 91,2% de atendimento total de água, enquanto que a região Norte conta apenas com 56,9%. Segundo a mesma fonte, cerca de 50,3% da população brasileira tem acesso à coleta de esgoto, portanto, mais de 100 milhões de brasileiros não estão conectados às redes. Outro dado preocupante é que mais da metade das escolas brasileiras não tem acesso à coleta de esgoto. No estado de São Paulo, cerca de 450 mil habitantes têm disponíveis apenas os serviços de coleta de esgoto que não estão ligados às redes e o despejam de forma inadequada no meio ambiente.

No que diz respeito ao tratamento, somente 42,7% do esgoto gerado no país é tratado. Em 2015, a região Norte do Brasil teve apenas 16,4% de esgoto tratado, seguida pela região Nordeste com 32,1% e pelas regiões Sul (41,4%) e Sudeste (47,4%). A região com melhor desempenho em tratamento de esgoto foi a Centro-Oeste, no entanto, a média de esgoto tratado atinge apenas a metade da população. Em termos de volume, neste mesmo ano as capitais brasileiras lançaram cerca de 1,2 bilhão de m³ de esgoto na natureza (SNIS, 2017).

Segundo um estudo feito pelo Instituto Trata Brasil/CEBDS (2014), se 100% da população brasileira tivesse acesso à coleta de esgoto haveria uma redução, em termos absolutos, de 74,6 mil internações por infecções gastrointestinais ao ano e, se todos tivessem saneamento básico, haveria redução de 15,5% de mortes causadas por tais infecções.

Com relação à geração de lixo no Brasil, de acordo com levantamento por amostragem feito pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), esta teve um acréscimo de 29% de 2003 para 2014. No entanto, a quantidade de resíduos com destinação adequada não acompanhou o aumento da geração de lixo, sendo que, em 2014, apenas 58,4% do total foi direcionado a aterros sanitários (ABRELPE, 2015). Além disso, mais de 20 milhões de brasileiros não dispõem de coleta regular de lixo, pois cerca de 10% dos materiais gerados não são recolhidos.

Quanto à coleta seletiva de lixo, segundo a pesquisa Índices de Desenvolvimento Sustentável (IBGE, 2012), o número de municípios brasileiros com este tipo de coleta mais que dobrou de 2000 a 2008. Em 2000, apenas 8,2% destes apresentavam alguma iniciativa de coleta seletiva e, em 2008, passou para 19,5%. Ainda assim, apenas 1087 municípios brasileiros possuíam alguma forma de separação para reciclagem, estando concentrados basicamente nas regiões Sudeste e Sul, onde aproximadamente 26,0% e 41,4% dos municípios, respectivamente, faziam coleta seletiva. Nesta pesquisa, as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte apresentaram os piores índices, com apenas

7,1%, 6,0% e 5,1%, respectivamente.

Já a pesquisa mais recente da ABRELPE apontou que, em 2010, cerca de 58,0% dos municípios brasileiros apresentavam alguma iniciativa de coleta seletiva. Em 2014, esse percentual passou para aproximadamente 65,0% (ABRELPE, 2015), o que mostra uma melhoria significativa nos índices.

4 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno e, ou estabelecer relações entre variáveis, levando à compreensão do comportamento de fatores que influenciam essa população ou fenômeno (GIL, 2002). A abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto na coleta das informações, quanto no tratamento destas por meio de técnicas estatísticas (LAKATOS; MARCONI, 2001).

A pesquisa de campo foi feita no município de Tupã, abrangendo domicílios das regiões Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro e Distritos do referido município.

O instrumento de coleta de dados foi um formulário com variáveis concernentes ao perfil dos moradores dos domicílios tupãenses (número de moradores, gênero, faixa etária, condições empregatícias e faixa de renda), às condições dos domicílios e às opiniões dos moradores quanto aos investimentos necessários para o município. Considerou-se uma população infinita e foi estipulado um tamanho amostral de 433 domicílios, para uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95,5% (MARTINS, 2002). Ainda de acordo com a representatividade de cada região do município, a amostra de domicílios foi definida como: Região Norte (45 domicílios); Região Sul (49 domicílios); Região Leste (172 domicílios); Região Oeste (71 domicílios); Centro (78 domicílios) e Distritos (18 domicílios). Os domicílios foram selecionados de forma aleatória, resguardando-se o nome ou quaisquer informações dos munícipes que os identificassem.

Os dados foram coletados pela Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura de Tupã durante os anos de 2012 e de 2013 e, posteriormente, foram tabelados, analisados (usando técnicas de análise estatística descritiva, ou seja, por meio de tabelas e gráficos individuais e/ou comparativos, e de medidas descritivas) e discutidos por docentes e discentes do Curso de Administração da Faculdade de Ciências e Engenharia do Campus de Tupã da UNESP.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo dados da pesquisa, o número médio de moradores por domicílio tupãense é maior nas regiões Leste (3,89), Sul (3,60) e Distritos (3,20), respectivamente, e em

todas as regiões pesquisadas, exceto na região Oeste, houve uma predominância de pessoas do sexo feminino por domicílio. A Figura 1 a seguir evidencia esta predominância, principalmente no Centro e nas regiões Norte e Sul, com percentuais de aproximadamente 56%.

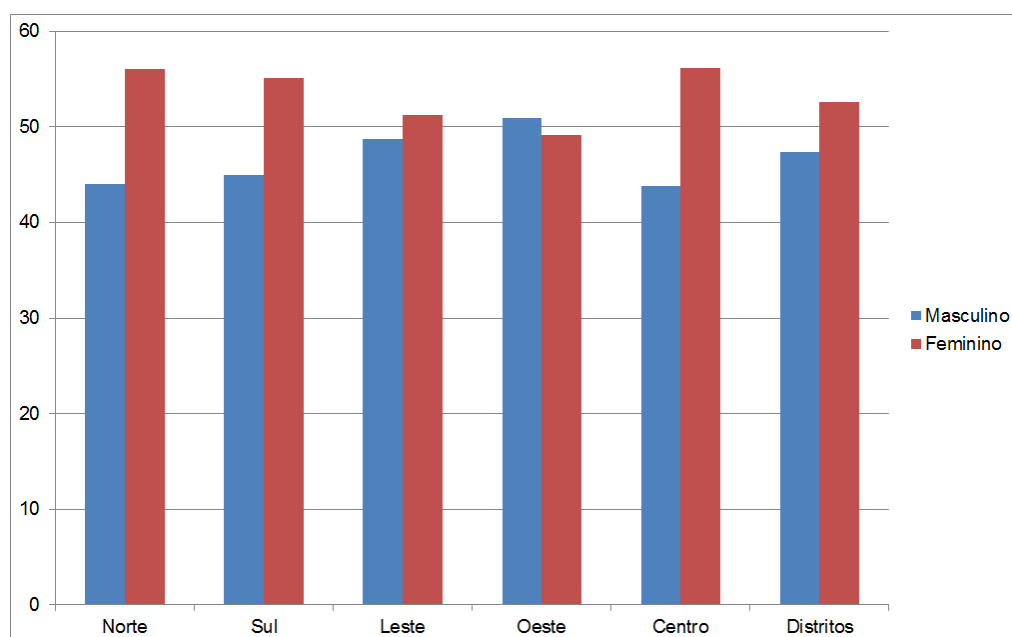


Figura 1: Comparação quanto ao gênero (%), por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

No que diz respeito à faixa etária por região, observou-se que a faixa etária que mais se destaca em todas as regiões, exceto na região Leste, é de 50 anos ou mais. A região Leste é a única que possui distribuição praticamente uniforme das faixas etárias, conforme Figura 2.

Quanto à renda, as regiões Sul, Leste e Distritos são as que mais apresentaram municípios sem renda, mas cabe ressaltar que são nelas também onde se concentram as faixas etárias de 0 a 18 anos e, por consequência, de não economicamente ativos (Figura 4). Em seguida, a faixa de renda de 01 a 02 salários-mínimos foi a que obteve maior destaque, principalmente nas regiões Oeste, Centro e Distritos, conforme Figura 3.

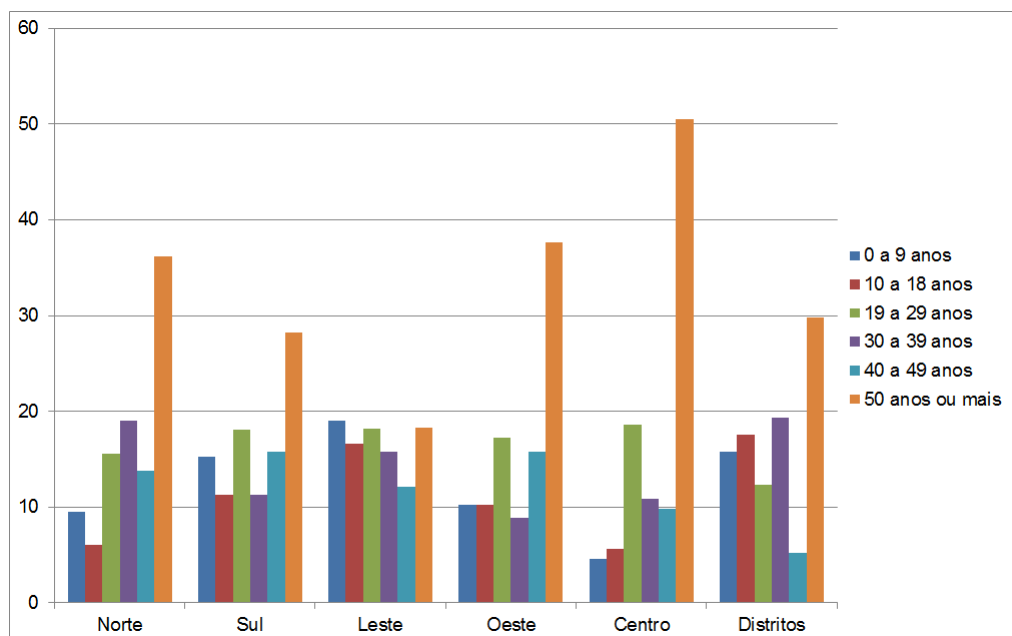


Figura 2: Comparação quanto à faixa etária (%), por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

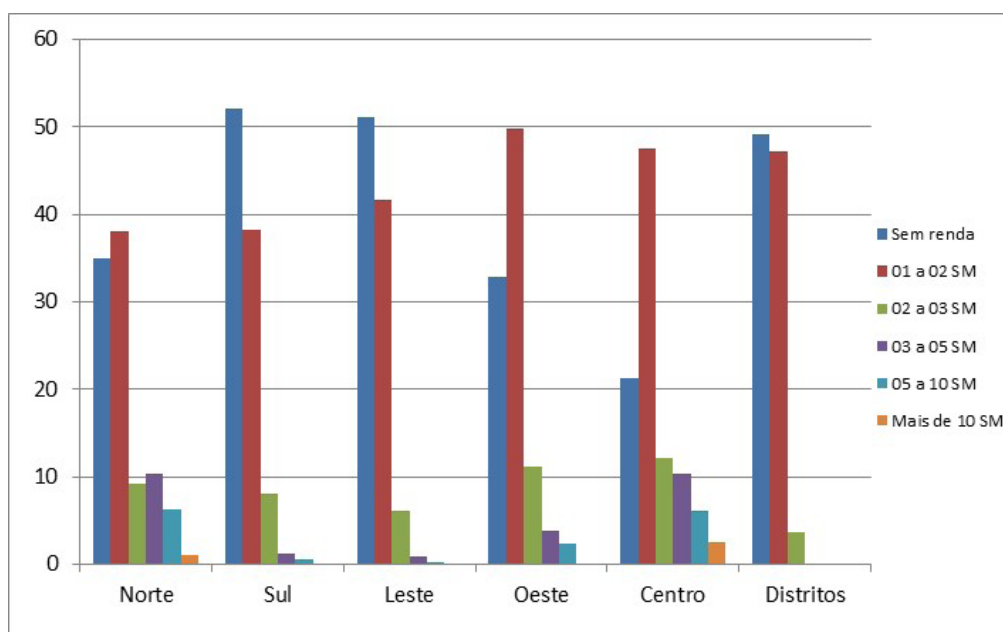


Figura 3: Comparação quanto à faixa de renda (%), por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Entretanto, no que diz respeito à renda média (em salários-mínimos) estimada por domicílio, observou-se que o Centro (5,07), bem como as regiões Oeste (4,13) e Norte (4,02) apresentaram as maiores rendas médias do município, respectivamente. Uma vez que os programas habitacionais são destinados prioritariamente às famílias com renda de até três salários-mínimos, munícipes dos Distritos (2,83) e das regiões Sul (3,18) e Leste (3,19) de Tupã se enquadrariam mais nesse cenário.

Quanto à situação empregatícia dos munícipes tupãenses, de uma forma geral, observou-se que 23,2% dos moradores eram não economicamente ativos e 44,0% estavam empregados, mas apenas 62,0% possuíam carteira assinada. Um comparativo

por região mostrou que a região Oeste e o Centro foram os que apresentaram maiores percentuais de empregados, os Distritos tiveram o maior percentual de não empregados, e a região Leste apresentou o maior percentual de não economicamente ativos, conforme Figura 4.

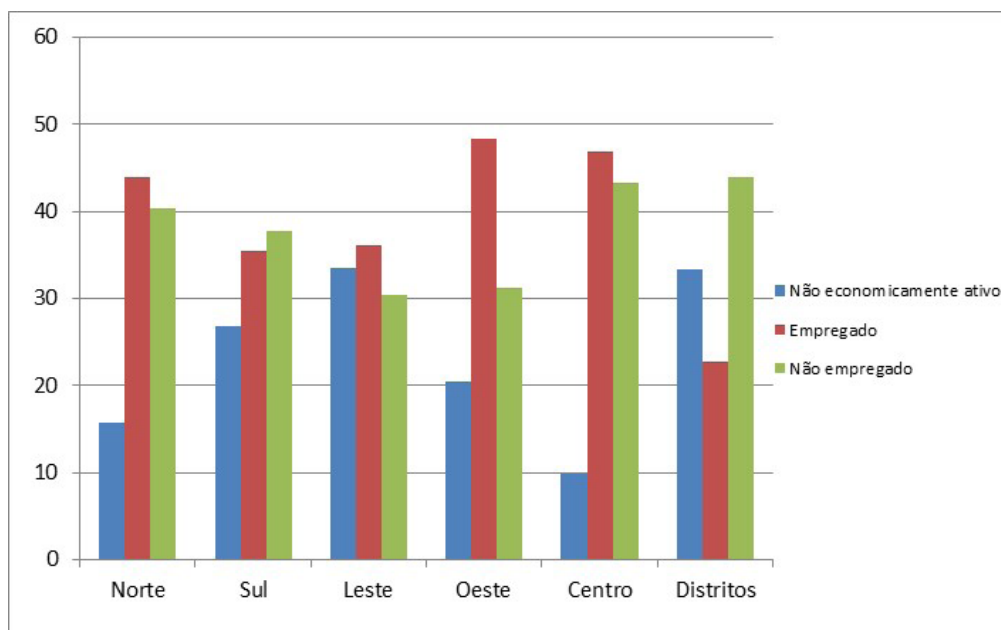


Figura 4: Comparação quanto à condição empregatícia (%), por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Para os munícipes empregados, a região Norte foi a que teve o maior percentual de registro em carteira (acima de 80%), seguida pelo Centro e pela região Oeste, que são justamente as regiões cujos munícipes apresentaram rendas superiores. Por outro lado, os Distritos e a região Sul se destacaram pela não efetivação de registro em carteira, de acordo com Figura 5.

Em relação à situação dos domicílios, observou-se que 64,6% das famílias tupãenses possuíam residências próprias quitadas e 8,3% próprias financiadas, enquanto 18,8% tinham moradias alugadas e 8,3% cedidas, independentemente da região. Uma comparação da condição dos domicílios por região mostrou que famílias principalmente dos Distritos (44,5%), do Centro (33,8%), da região Sul (28,6%) e da região Leste (26,7%) teriam maior propensão a buscar programas de acesso à moradia, uma vez que se encontravam em casas alugadas ou cedidas, conforme Figura 6, e não possuíam casa ou terreno (Figura 7).

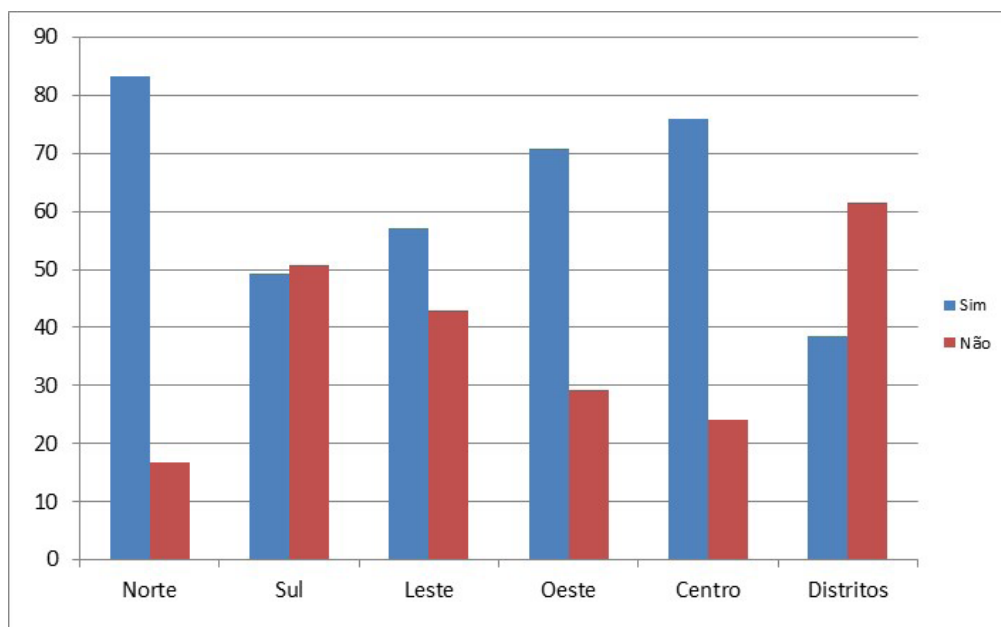


Figura 5: Comparação quanto à efetivação do registro em carteira (%), se empregado, por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

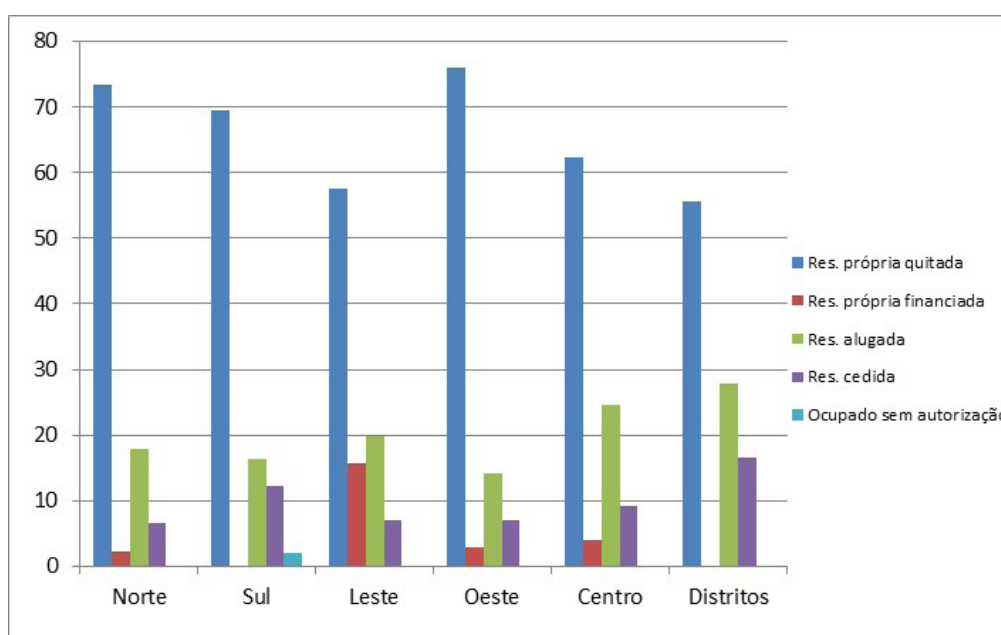


Figura 6: Comparação quanto à situação do domicílio (%), por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Levando em conta as normas para participação nos referidos programas habitacionais, constatou-se que, em média, 29,8% dos munícipes teriam potencial para participar de tais programas, ou seja, são moradores com residências alugadas ou cedidas e com o perfil descrito anteriormente, corroborando com a estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura de Tupã. E, de acordo com os resultados, pode-se inferir que, principalmente os munícipes dos Distritos e das regiões Sul e Leste teriam esse potencial, dado o perfil destas regiões principalmente quanto à situação dos domicílios, faixa etária, renda média por domicílio e condições

empregatícias. A região Central também apresentou várias características que favorecem a participação em programas habitacionais, no entanto, a renda familiar média se mostrou bem superior à das demais regiões.

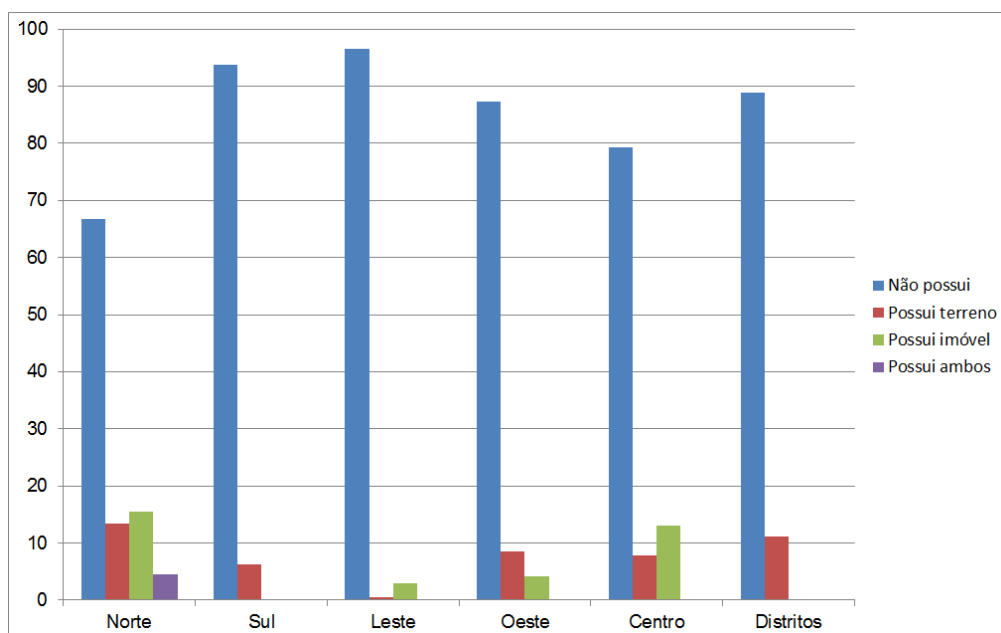


Figura 7: Comparação quanto à aquisição de outro imóvel e/ou terreno (%), por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Ainda segundo dados da pesquisa, todos os domicílios de Tupã estavam ligados à rede pública de abastecimento de água. Por outro lado, somente 94,7% dos domicílios estavam conectados à rede pública de esgoto, sendo que os Distritos (16,7%), o Centro (6,5%) e a região Sul (6,1%) relataram o uso de fossas ou outro tipo de descarte.

E, de acordo com os pesquisados, todos os domicílios das regiões Norte, Sul, Leste e Oeste do município possuíam relógio próprio, e apenas os domicílios dos Distritos (6,7%) e do Centro (5,2%) compartilhavam relógios (comunitários).

No que diz respeito ao destino do lixo domiciliar, os munícipes pesquisados informaram que o mesmo era totalmente coletado em todas as regiões. No entanto, apenas os munícipes das regiões Norte, Leste e Distritos disseram que todo lixo reciclável era coletado. Nas demais regiões, 93,8% dos moradores da região Sul, 97,7% da região Leste e 98,7% do Centro disseram que o lixo reciclável era coletado; o restante informou que não reciclava o lixo ou que o armazenava.

Deste modo, ainda que os resultados da pesquisa mostrem percentuais superiores e, portanto, mais favoráveis ou positivos quando comparados àqueles registrados pelo SNIS e pela ABRELPE em 2014, a demanda por saneamento básico que proporcione acesso adequado à moradia em Tupã, bem como por políticas voltadas à conscientização quanto à reciclagem do lixo, é existente.

Finalmente, quando questionados sobre os investimentos necessários ao desenvolvimento do município de Tupã, a maioria dos pesquisados, independentemente

da região, relatou a necessidade de geração de empregos por meio de indústrias, comércios e serviços, conforme Figura 8.

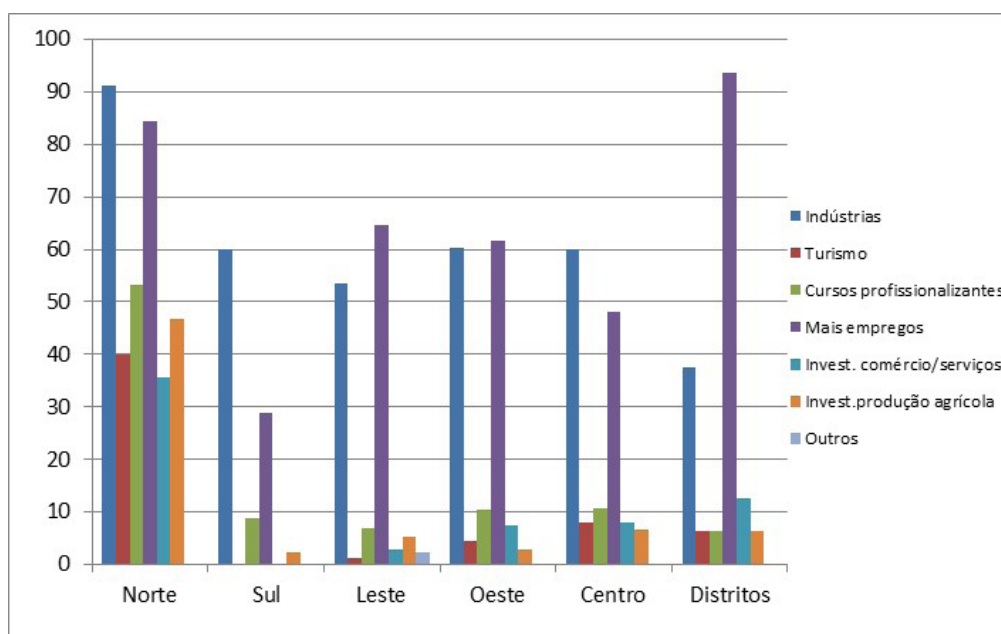


Figura 8: Comparação quanto à opinião sobre o tipo de investimento necessário para o desenvolvimento de Tupã (%), por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

6 | CONCLUSÃO

A perspectiva deste estudo, a partir dos resultados obtidos, é suscitar discussões e ações por parte da administração pública à proposição de políticas habitacionais e de saneamento básico que possam promover o acesso adequado à moradia no município de Tupã-SP, uma vez que se comprovou a existência de demanda tanto habitacional como de acesso aos serviços básicos, e se obteve um perfil dos munícipes com potencial para tais demandas.

Espera-se, finalmente, ainda evidenciar o método proposto, que poderá auxiliar no desenvolvimento de pesquisas similares em outros municípios, a fim de proporcionar informação à população no que diz respeito ao acesso adequado à moradia.

REFERÊNCIAS

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais; **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil (2015)**. Disponível em: < <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf> > Acesso em: 24 abr. 2016.

BRASIL. Presidência da República; **LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017); **Característica da população**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/demograficas.html>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012); Índices de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm>. Acesso em: 30 nov. 2015.

Instituto Trata Brasil/CEBDS (2014); **Benefícios Econômicos da Expansão do Saneamento Brasileiro**: qualidade de vida produtividade e educação valorização ambiental. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/expansao/Beneficios-Economicos-do-Saneamento.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2016.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral e aplicada**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2002. 12.

OLIVEIRA, Sandra Cristina de; PINTO, Leonardo de Barros; PIGATTO, Gessuir. Um estudo sobre o déficit habitacional e o acesso ao saneamento básico no município de Tupã, SP. **ANAP Brasil**, v. 9, p. 27-38, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991. 270 p.

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2014); **Diagnóstico dos serviços de Água e Esgoto - 2015**. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2017. 212 p. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2015>>. Acesso em: 11 abril. 2018

FICÇÕES ARQUITETÔNICAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL

Bruna Dal Agnol

Arquiteta e Urbanista, mestranda em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da IMED (PPGARQ - IMED). Taxista PROSUP-CAPES.

Passo Fundo – Rio Grande do Sul.

Caliane C. O. de Almeida

Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Coordenadora e Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da IMED e Bolsista de Produtividade da Fundação Meridional. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Teoria e História da Habitação e da Cidade (THAC-IMED).

Passo Fundo – Rio Grande do Sul.

RESUMO: O presente artigo busca entender o papel da arquitetura na formação da identidade social de uma comunidade e como as intervenções na paisagem podem afetar a imagem e a memória da cidade. Para tanto, será analisado o caso da cidade de Serafina Corrêa, localizada no interior do Rio Grande do Sul, numa região cujo processo de formação e transformação sofreu influência significativa, sobretudo, do fluxo migratório italiano. Na década de 1990, Serafina Corrêa passou por uma série de intervenções urbanas. Dentre essas intervenções está a realizada no eixo central da cidade, denominado Via Gênova, por meio da construção de réplicas de

monumentos históricos da Itália, a exemplo do Coliseu Romano e da Villa Rotonda, do importante arquiteto italiano do século XVI Andrea Palladio, numa alusão à terra mãe dos colonizadores. Nesse sentido, pretende-se compreender o papel da arquitetura na construção da identidade da população de Serafina Corrêa, bem como analisar como as intervenções realizadas estimulam as percepções e interferem na paisagem cultural da cidade. Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica e pesquisa documental em leis, decretos e notícias publicadas em jornais e em meio eletrônico, além de visitas in loco. Pretende-se, com este estudo, mostrar não somente que a paisagem cultural e o patrimônio arquitetônico de influência italiana representam a cultura da imigração na região, mas também que podem desempenhar importante papel nas requalificações urbanas, empregando elementos que já estão presentes no ambiente urbano e que fazem parte da imagem coletiva e da história da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem cultural. Arquitetura cenográfica. Patrimônio.

ABSTRACT: The present article intends to understand what is the participation of the architecture in the formation of the social identity of a community and how the interventions in the landscape can affect the image and the memory

of the city. Therefore, it will be examined the case of the Serafina Corrêa city, located within the Rio Grande do Sul, a region influenced by Italian immigrants. This small city has experienced a series of urban interventions in the 1990s, where replicas of historical monuments of Italy were implanted in a central axis called Via Genova, alluding to the homeland of their ancestors. This analysis will be done through bibliographical, besides documentary researches and visits in loco. The aim of this study is to show not only that the cultural landscape and the architectural patrimony of Italian influence represent the culture of immigration in the region, but also that they can play an important role in urban requalification, using elements that are already present in the urban environment and which are part of the collective image and the history of the city.

KEYWORDS: Cultural landscape. Scenic architecture. Heritage.

1 | INTRODUÇÃO

A paisagem cultural manifesta as sucessivas mudanças ocasionadas – no tempo e no espaço – pela relação entre homem e natureza por meio da arquitetura, do urbanismo e das diversas formas de apropriação do espaço. Expressa ainda, o modo de vida de uma comunidade e os seus traços culturais, reafirmando assim, a identidade social da população. O processo de globalização e o atual modelo econômico neoliberal colaboram significativamente no processo de homogeneização da sociedade que tem como uma de suas consequências, a redução da diversidade cultural, que acaba, muitas vezes, por gerar uma supervalorização do novo. Tal fato contribui consideravelmente para a eliminação dos chamados “vestígios do passado” nas concepções contemporâneas de planejamento urbano (NÓR, 2010, p.27).

Em contrapartida, a velocidade das mudanças vivenciadas pela sociedade e a consequente perda de valores, de referências e de símbolos faz com que, desde as últimas décadas do século XX, ocorresse uma revalorização do local, do singular, das tradições e da história (CASTELLO, 2000; NÓR, 2010). Concomitante a esta demanda social pelo retorno às raízes, há uma tendência de práticas pós-modernas de intervenções urbanas caracterizadas por empregar elementos da memória cultural na revitalização e renovação de áreas tidas como estagnadas, geralmente localizadas nas zonas centrais e/ou mais antigas das cidades. Para Castello (2001), tal processo ocorre basicamente de duas maneiras: pelo emprego de elementos que já estão presentes no ambiente urbano e que fazem parte da imagem coletiva e da história de determinada cidade; e pela inserção de ícones na paisagem urbana que possuam alguma relação com a memória local, criando cenários que afastam o usuário da realidade e acabam por criar percepções ilusórias. É por este viés que residem as questões que impulsionaram e justificam a realização deste estudo.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objeto de análise a zona central de Serafina Corrêa, uma cidade de pequeno porte localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul, numa região colonizada, sobretudo, por imigrantes italianos e que

guarda traços marcantes desta ocupação na paisagem. A cidade passou por uma série de intervenções urbanas na década de 1990, onde foram implantadas réplicas de monumentos históricos da Itália em um eixo central, denominado Via Gênova, numa alusão à terra natal de seus ancestrais. Pretende-se aqui, compreender o papel da arquitetura na formação da identidade social de uma comunidade e como as intervenções na paisagem podem afetar a imagem e a memória de uma cidade. Num segundo plano, procura-se também abordar questões relacionadas à noção e delimitação conceitual de paisagem cultural, bem como à construção de cenários e à mercantilização da paisagem como políticas urbanas.

Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema da paisagem cultural fundamentada em autores como Bielschowsky (2016), Figueiredo (2014), Nórr (2010), Castriota (2007; 2013) e Hall (2005), bem como sobre o processo de formação e transformação de Serafina Correa, com base nos estudos desenvolvidos por Castello (2000; 2001) e De Biase (2001), além de pesquisa documental em documentos oficiais, como leis, decretos e Cartas Patrimoniais, encontrados em arquivos públicos da cidade e nacionais. Paralelamente foram realizadas visitas *in loco* para registro fotográfico e observação sistemática (GERHARDT e SILVEIRA, 2009), onde a pesquisadora pode ter um contato mais próximo com o objeto de estudo, utilizando dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos do cotidiano da comunidade.

Assim, este artigo abarca o aporte teórico que trata da paisagem cultural e da evolução do conceito de patrimônio no decorrer do século XX a nível mundial, como também aborda o uso de elementos da memória da cidade em projetos urbanos, que introduzem as análises sobre a cidade objeto de estudo.

2 | PATRIMÔNIO E PAISAGEM CULTURAL: A MEMÓRIA DO LUGAR COMO ELEMENTO DE PROJETO

Para analisar a arquitetura e a paisagem como bens culturais é necessário que se compreenda a evolução do conceito de patrimônio e a elucidação do termo “cultura”. Cultura, segundo definição elaborada pela Unesco para a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural, é o “conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 2002, p.02). Ou seja, o conceito de cultura abrange as atividades e costumes que representam o modo como o homem interage com o mundo a sua volta. A cultura é dinâmica, passada de geração para geração e adquire diversas formas com o passar do tempo, contribuindo para a construção do sentimento de pertencimento e continuidade. As referências culturais representativas dos diferentes grupos sociais, sejam elas materiais ou imateriais, constituem o patrimônio cultural.

Até a década de 1960, as políticas preservacionistas relacionadas ao patrimônio estavam voltadas, principalmente, para a ideia do monumento, ancorada nos valores excepcionalmente artísticos, históricos e/ou de *ancianidade*¹ (CASTRIOTA, 2007; FIGUEIREDO, 2014). Foi a partir das últimas décadas do século XX que uma outra abordagem de patrimônio cultural passou a afigurar, numa perspectiva de atribuição de valores mais abrangente, abarcando as expressões culturais dos diferentes grupos sociais – não só das classes dominantes –, incluindo o vernáculo e o imaterial.

Mais recentemente passou-se a trabalhar, no âmbito das políticas patrimoniais, o conceito de “paisagem cultural”, que foca na interação entre o patrimônio cultural e o patrimônio natural, até então interpretados e abordados separadamente (CASTRIOTA, 2013). A categoria foi reconhecida, primeiramente, em 1992, na 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizado em Santa Fé, Novo México (EUA). Esta nova perspectiva busca preservar a interação entre o homem e o seu ambiente natural, a paisagem e as relações sociais nela desenvolvidas e, segundo Castriota (2013), representa uma importante contribuição à questão do desenvolvimento sustentável, pois envolve as próprias comunidades. Para Figueiredo (2014, p.01), sustentabilidade no âmbito das políticas patrimoniais implica na preservação do patrimônio de forma interdisciplinar e interinstitucional, considerando-o um recurso ao desenvolvimento e respeitando seu significado e papel na comunidade, para que assim se desenvolva o seu sentido social e de cidadania na construção de um futuro mais igualitário, visando o “direito à memória e à diversidade cultural”.

Nesse sentido, a Recomendação R(95)9 do Conselho de Ministros da Europa, de 1995, preconiza que o conceito de paisagem cultural possui uma natureza multidisciplinar, por isso sua conservação deve ser dada por meio de políticas abrangentes, que contemplem as relações intrínsecas entre as abordagens históricas, culturais, arqueológicas, sociais, econômicas, antropológicas, ecológicas e estéticas de determinado território.

No Brasil, o IPHAN estabeleceu em 2009 o instrumento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Conforme a Portaria Iphan nº 127/2009, que regulamenta essa chancela, a “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. Ao contrário do tombamento, que imprime restrições e visa as permanências, a chancela considera o caráter dinâmico das manifestações na paisagem. A dificuldade em se conservar a paisagem cultural reside justamente no fato dela ser dinâmica e viva, pois, dependendo do caráter da mudança, ela pode ser comprometida/ameaçada. Dessa forma, a sua preservação requer um diálogo entre os múltiplos agentes, em uma gestão integrada que harmonize os interesses econômicos, culturais, ecológicos e sociais (BIELSCHOWSKY, 2016).

1. O valor de *ancianidade*, descrito por Alois Riegl em 1904 no seu livro “O culto moderno dos monumentos”, está relacionado à idade dos monumentos e às marcas que o tempo lhe imprime (CHOAY, 2001).

Em se tratando da paisagem urbana, especialmente na sua área central e/ou histórica, esta guarda fatos e referências que expressam a cultura e conformam a memória da cidade, desde a sua fundação até o tempo presente. Com o passar do tempo, a cidade passa a acumular elementos em seus espaços percebidos pelos indivíduos com algum significado e, quando esse significado se torna coletivo, tornam-se referências, dando origem às estruturas referenciais da cidade (LYNCH, 1997; CASTELLO, 2000). Ademais, ao atribuírem significados a certos espaços urbanos, os moradores acabam por definir seus **lugares** na cidade. **Lugar**, de acordo com Augé (1994), é o espaço onde se expressam e se afirmam os valores sociais e culturais de uma população e onde se materializa a sua identidade simbólica.

Castello (2001) afirma que, para fins de projeto urbano, uma articulação bem planejada dos **lugares** públicos na estrutura da cidade possui papel fundamental na urbanidade. Assim, o **projeto do lugar** torna-se uma diretriz básica a ser buscada pelo desenho da revitalização urbana, com a memória coletiva da cidade servindo, em muitos casos, como *marketing* urbano na gestão da cidade contemporânea. Tal associação com a memória do **lugar** “assume posição tática como elemento instrumental para a projeção urbanística, já que se torna no componente ativo do cenário urbano assim projetado” (CASTELLO, 2000, p.12). Esse novo interesse pelo local, com um certo fascínio pela mercantilização da cultura e da peculiaridade, manifesta-se em contraponto à tendência homogeneizadora do atual processo de globalização (HALL, 2005).

Como já foi dito anteriormente, há dois enfoques pertinentes nos projetos de intervenções urbanas que fazem uso de referências da memória do **lugar**: um utiliza, nas intervenções, elementos de valor cultural e patrimonial já presentes na paisagem urbana, de maneira a estimular mais intensamente a percepção dos usuários; o outro enfoque está relacionado à implantação de ícones no ambiente com a intenção específica de estimular determinada percepção. Sobre esse segundo enfoque, Castello (2001) afirma que:

Lugar, nesse urbanismo, não é mais uma realidade: é uma fantasia materializada, onde a ação projetual tende a obliquamente gerar lugares mais próprios de uma *meta*-realidade, oferecendo imagens que transcendem a realidade enfadonha do cotidiano das cidades. Ou seja, tende a um '*meta*-urbanismo' (CASTELLO, 2001, p. 07).

Observa-se comumente que, em muitos desses casos, a paisagem cultural é utilizada como recurso socioeconômico empregado no desenvolvimento local. Por se tratar de um recurso não-renovável, esse uso deve ser planejado de forma que o seu caráter peculiar e a sua integridade sejam preservados. Contudo, tais práticas muitas vezes acabam por transformar a paisagem em mercadoria, num objeto de consumo, fazendo com que se percam os seus reais significados.

David Harvey (2005) cita Barcelona como um exemplo dessa transformação da cidade em um espetáculo para turistas. Segundo o autor, Barcelona apostou em seu

capital simbólico para entrar na lista das proeminentes cidades europeias, por meio do realce dado aos aspectos relacionados à tradição catalã e do marketing em torno das realizações artísticas e arquitetônicas de seus célebres habitantes, a exemplo de Gaudí.

No Brasil, muitas cidades utilizam elementos da memória dos lugares nas intervenções urbanas. Porém, há casos em que essa prática chega próxima à *disneyficação*², como na cidade gaúcha de Gramado, onde há a tentativa de reproduzir as paisagens urbanas dos Alpes Europeus. Essa prática também se mostra presente em pequenos centros interioranos, a exemplo de Serafina Corrêa, no Nordeste do Rio Grande do Sul, objeto deste estudo e que será tratada a seguir.

3 | A CONSTRUÇÃO DE UM CENÁRIO

Kevin Lynch afirma em seu livro *A Imagem da Cidade* (2011) que as pequenas cidades são, muitas vezes, privilegiadas por possuírem um ambiente belo, uniforme e agradável. Por isso, a maior parte da população americana, que vive nas caóticas grandes cidades, relaciona a qualidade ambiental às cidades vistas em breves visitas de férias e/ou na condição de turistas. Nesses casos, o turista busca suprir seu cotidiano rotineiro na autenticidade das referências culturais vivida pelos moradores desses lugares (PAIVA, 2015).

No Brasil, segundo Paiva (2015), muitas das comunidades quilombolas, caiçaras, indígenas e de imigrantes apresentam suas heranças culturais como distintivos de identidade, almejando reconhecimento social e valorização de sua cultura. Um desses casos é a cidade gaúcha de Serafina Corrêa, situada em uma região colonizada em grande parte por imigrantes italianos, os quais imprimiram sua marca na paisagem e influenciaram diretamente na construção da identidade de seus moradores, como será mostrado adiante.

Para melhor compreender essa influência, faz-se pertinente uma elucidação sobre os fluxos migratórios na região. A partir do século XIX, o estado do Rio Grande do Sul teve parte de seu território ocupado por migrantes advindos de diversas partes da Europa, principalmente da Alemanha e da Itália. A vinda desses europeus para o estado provocou grandes transformações no seu panorama cultural, sendo um importante indicador da formação do território gaúcho; o que, segundo Figueiredo (2015, p.01), “permitiu a formação de lugares distintos, paisagens culturalmente instituídas, repletas de bens materiais e simbólicos que denotam a identidade dos lugares, bem como representam relevante elemento da história gaúcha”. Essas paisagens singulares, tanto rurais quanto urbanas, apresentam especificidades que as diferem de outras regiões do país. Os imigrantes italianos, em especial, contribuíram não só para a

2. A *disneyficação* de um lugar se refere à transformação deste em um ambiente para a espetacularização de turistas, onde o patrimônio cultural passa por um processo de artificialização, diminuindo seu contexto social a favor de uma apresentação mais estética e mais facilmente comercializada (PAIVA, 2015).

formação cultural do povo gaúcho, mas também para a construção da história do desenvolvimento econômico interno brasileiro (TRUZZI, 2017).

O estabelecimento dos italianos em locais isolados e pouco ligados aos núcleos urbanos acabou por desenvolver as chamadas **ilhas culturais**, onde foram relativamente mantidas as especificidades culturais dos imigrantes, diferentemente de outras regiões do país, onde foi diversa a forma de integração à cultura local (FIGUEIREDO, 2015). Tais municípios, a exemplo de Serafina Corrêa, geralmente de pequeno e médio porte, possuem, ainda hoje, uma economia basicamente agrícola, com cidades adaptadas a essa demanda (FIGUEIREDO, 2015). A paisagem de Serafina Corrêa retrata as formas culturais de apropriação do espaço pelos imigrantes vindos para a região no fim do século XIX, além dos processos econômicos e sociais ocorridos em diferentes períodos.

O município, situado mais precisamente na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, possui 14.253 habitantes, dos quais 12.054 vivem na área urbana (Censo IBGE 2010). Com uma unidade territorial de 163,283m² de área (IBGE, 2016), Serafina Corrêa faz limite com os municípios gaúchos de Guaporé, União da Serra, Montauri, Casca, Nova Araçá e Nova Bassano; e está a uma distância de cerca de 220 km da capital Porto Alegre (Figura 1).

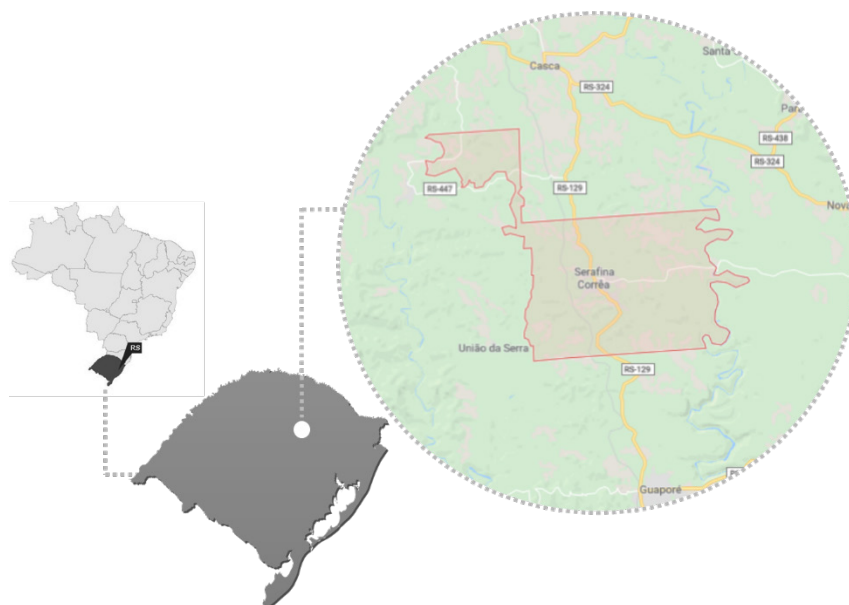


Figura 1 - Localização da cidade de Serafina Corrêa.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de mapas do IBGE (2017).

A localidade, primeiramente denominada Linha 11, fazia parte do território de Guaporé, que a partir de fins do século XIX, passou a receber uma grande quantidade de imigrantes italianos e descendentes destes provindos de outras regiões do estado, principalmente das cidades de Veranópolis e Bento Gonçalves. Em 1911 a Linha 11 tornou-se distrito subordinado ao município de Guaporé por Ato Municipal n.º 40, e passou a ser chamado de Serafina Corrêa, uma homenagem à esposa do primeiro

intendente daquele município. No ano de 1960 Serafina Corrêa foi elevada à categoria de município, pela Lei Estadual nº 3935, juntamente com o distrito de Montauri, que mais tarde desmembrou-se e emancipou-se (IBGE, 2016).

As sucessivas gestões públicas de Serafina Corrêa buscaram (e ainda buscam) ressaltar as referências herdadas da imigração italiana presentes em sua memória cultural. Exemplos disso são as festas tradicionais realizadas na cidade, como a Festitália e a Festipizza, cujas campanhas publicitárias, colocam Serafina Corrêa como “uma das cidades mais italianas do Brasil” (Figura 2). Ademais, desde 2009 o *talian*³ é considerado idioma co-oficial da cidade, pela lei municipal nº 2615 de 13 de novembro de 2013.



Figura 2 – Anúncio do Festipizza de 2017.

Fonte: www.festipizza.com.br

Em se tratando do marketing urbano em torno da cultura da imigração italiana, um dos mais significativos marcos empreendidos pela gestão pública de Serafina Corrêa – foi a concepção da Via Gênova. Trata-se de uma rua projetada situada em frente à prefeitura municipal, com aproximada de 40 metros de largura onde estão implantados cinco edifícios que se conformam como réplicas de monumentos arquitetônicos italianos, além de um monumento comemorativo, a *Nave degli Imigranti*. Este projeto é tido como polêmico e despertou a atenção, no começo do século XXI, de pesquisadores como Alessia de Biase (2001) e Lineu Castello (2001), por fazer uso de práticas pós-modernas que utilizam a memória de uma cidade para introduzir ícones fictícios na paisagem, transformando-a em um cenário temático e reforçando assim, a marca da cidade no mercado do turismo.

A idealização do projeto se deu a partir do início dos anos de 1990, após a construção do monumento *Nave degli Imigranti* em homenagem aos imigrantes italianos (Figura 3). Este monumento, em forma de barco, foi construído em 1986 pelo artista plástico Paulo Batista de Siqueira (1949-1996) e está implantado sobre a canalização a céu aberto do arroio Feijão Cru, na Avenida 25 de julho (Figura 4). A implantação do mencionado monumento foi o pontapé inicial para a concepção do que viria ser a Via Gênova.

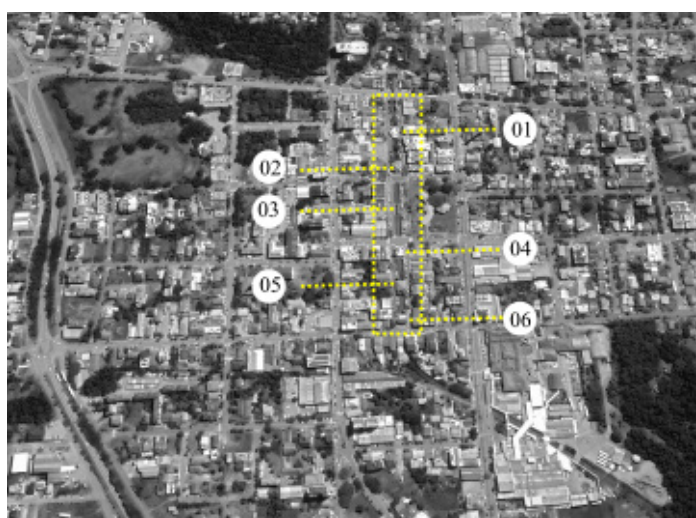
3. Segundo definição dada pelo IPHAN, o *Talian* é uma língua de imigração falada no Brasil na região de ocupação italiana. Sua origem linguística é o italiano e os dialetos falados, principalmente, na regiões do Vêneto, Trentino-Alto e Friuli-Venezia Giulia e Piemontes, Emilia-Romagna e Ligúria.



Figura 3 – A Nave degli immigranti, monumento em homenagem aos imigrantes italianos.

Fonte: Dal Agnol, 2017.

Conforme dados levantados junto ao Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Serafina Corrêa, os engenheiros gaúchos Rudimar A. Peccin e Duarte F. Rottava foram os profissionais responsáveis pelo projeto inicial da Via Gênova, implantado efetivamente no ano de 1994, durante a gestão do prefeito Sérgio Antônio Massolini, no mandato de 1993 a 1996. Segundo as informações fornecidas pelo Setor de Engenharia, as primeiras edificações concebidas na Via Gênova foram as réplicas de *Il Castello Inferiore di Marostica*, da *Casa di Romeo* e da *Casa di Julietta*, inauguradas em maio de 1995. Em novembro do mesmo ano foi iniciada a construção da – cuidadosamente detalhada – reprodução da *La Rotonda*, de Andrea Palladio e do *Colosseo* de Roma; este último concluído somente no ano de 2014. No projeto original da via ainda estava prevista a construção de uma réplica da *Torre di Pisa*, que até o momento não foi executada, por motivos não identificados.



- 01 - IL COLOSSEO
- 02 - LA ROTONDA
- 03 - LA NAVE DEGLI IMMIGRANTI
- 04 - CASTELLO INFERIORI DI MAROSTICA
- 05 - CASA DI GIULIETTA
- 06 - CASA DI ROMEO

Figura 4 - Delimitação da área de estudo.

Fonte: Imagem de satélite adaptada por Dal Agnol.

Com exceção do Coliseu, que desde de dezembro de 2016 abriga o Centro Municipal de Cultura Cida Franciosi, as demais edificações foram destinadas para o uso comercial. Atualmente, na *Casa di Romeo* funciona uma loja de roupas e um salão de beleza; na *Casa di Giulietta*, uma danceteria; na *La Rotonda*, uma clínica estética e uma loja de artigos para decoração; e o *Castello di Marostica* abriga um bar café. (Figura 5).



LEGENDA:

01 – IL COLOSSEO

02 – LA ROTONDA

03 – IL CASTELLO DI MAROSTICA

04 – CASA DI ROMEO

05 – CASA DI GIULIETTA

Figura 5 – Versões de monumentos italianos que constituem a Via Gênova.

Fonte: Dal Agnol, 2017.

A falta de relação entre a forma e a função das edificações, bem como a descontextualização histórica na qual os estabelecimentos comerciais foram concebidos, associada à exacerbação de formas e características arquitetônicas, tornam o conjunto de empreendimentos ainda mais curioso; podendo ser considerado como exemplares da arquitetura *Kitsch*. Em linhas gerais, a palavra *kitsch* refere-se a todo material e/ou repertório que busque imitar uma produção original, “destinado ao consumo de experiências estéticas facilmente assimiláveis (...)” (GUIMARAENS e CAVALCANTI, 1979, p.09).

Kitsch, para Guimaraens e Cavalcanti (1979), é uma manifestação típica das classes econômicas em ascensão, intrinsecamente ligada à busca de um status sociocultural tido como superior, por meio da absorção de elementos culturais e estéticos pertencentes às classes mais altas. Segundo Sêga (2010), mesmo que para muitos o kitsch seja relacionado ao mau gosto, para o consumidor nem sempre esse mau gosto fica evidente; isso porque usufruir – e até mesmo consumir – um objeto kitsch, traz ao indivíduo a satisfação em estabelecer uma relação de aproximação à uma cultura considerada superior. Por isso tal prática possui forte apelo popular, pois exerce um reforço na autoestima e no ego do cidadão comum (SÊGA, 2010).

Essa abordagem pode ajudar a entender porque a Via Gênova teve boa receptividade por parte da população, como coloca Castello (2001) em estudo com mapas mentais realizado na localidade.

Com exceção do Coliseu, todos os outros edifícios representados estão localizados na região de Vêneto, ponto de partida de grande parte dos emigrados da Itália para o Brasil, que se instalaram na região norte gaúcha. A autora Alessia de Biase (2001) apresenta uma hipótese sobre a escolha desses monumentos. Para de Biase, o fato dos edifícios escolhidos estarem implantados no interior de Vêneto – e não na pomposa capital Veneza – revela como a arquitetura foi utilizada para comunicar a mensagem de uma “venecianidade autêntica” (DE BIASE, 2001, p.183), relacionada às cidades-estados do interior de Vêneto e não da arquitetura bizantina característica de Veneza. Arquitetura essa, marcada por castelos e palácios – construções ricas em detalhes tanto em seu exterior como no interior –, diferente do Vêneto conhecido e vivenciado na época em que os imigrantes embarcaram para o Brasil em busca de melhores condições de vida⁴.

Em relação à escolha do Coliseu, entrevistas realizadas por De Biase (2001) com moradores da cidade mostraram que o monumento foi escolhido por ser um símbolo de Roma, terra do Vaticano e centro do catolicismo, tão presente na cultura dos imigrantes vênéticos; tal constatação intrigou a autora, que faz uma reflexão sobre a contradição que há no emprego de um símbolo da Roma Imperial e pagã para representar a fé cristã.

Interessa observar as várias referências desconexas observadas nos estudos já realizados sobre a Via Gênova e neste presente artigo. O Coliseu de Roma, os palácios do Vêneto, a torre de Pisa (não executada) e o próprio nome do empreendimento, **Via Gênova** (uma referência ao porto de onde partiram os imigrantes), remetem a diferentes regiões políticas, econômicas e culturais de um país que estava em processo de unificação política na época em que os emigrantes o deixaram.

A Rua 25 de Julho conforma-se então, num cenário temático que busca reproduzir (ou introduzir) imagens da memória na cidade contemporânea, do qual a percepção do ambiente torna-se refém. Tal lógica também foi seguida na *main street* da Disneylândia, nos EUA, que reproduz uma rua principal típica das pequenas cidades antigas americanas. A Disney, com o emprego dessa linguagem arquitetônica que reforça a criação de uma fantasia, permitiu o acesso da população a elementos que povoavam o seu imaginário, proporcionando uma fuga à realidade e ao cotidiano (CASTELLO, 2000; VIEIRA, 2013).

No caso de Serafina Corrêa, a busca por referências externas, e em certo porto alienígenas, calcadas na cultura clássica do império romano e da Itália Medieval e Renascentista, parece ser um esforço para abafar as lembranças do passado de

4. A série de transformações econômicas e sociais causadas pela expansão do capitalismo na Europa e o impacto causado principalmente nas zonas rurais resultou no empobrecimento dessa população rural. Na Itália, somaram-se a este fato as consequências do processo de unificação do país – que se consolidou na década de 1860 – resultando numa situação socioeconômica de extrema miséria (MIAZZO, 2011).

privações e pobreza que seus antepassados vivenciaram, destacando aspectos relacionados à riqueza e glória do país de origem. Pode-se relacionar este fato com o que Denise Jodelet (2002) denomina de **Jogo de Memória Urbano**, um artifício para afastar o que pode ser descartado daquilo que se percebe como identidade negativa, e que valoriza o que se percebe no sentido de uma identidade positiva.

Com o passar do tempo, esses ícones implantados na Av. 25 de Julho constituíram uma nova imagem da cidade, baseada em elementos que representam um período de tempo e uma cultura diversa da realidade vivenciada pelos imigrantes italianos que foram homenageados pelo projeto. Assim, esses novos estímulos recebidos na atualidade acabam por interferir ou induzir o que será memória no futuro (BIELSCHOWSKY, 2016).

Enquanto isso, a *main street* de Serafina Corrêa, historicamente construída e representada pela Avenida Miguel Soccol, que abriga edifícios autenticamente presentes no ambiente urbano – os quais materializam a real história da construção da cidade e da identidade cultural da população – sequer é mencionada no encarte que contém os **pontos turísticos** da cidade distribuído por entre os visitantes. Muitas dessas construções vernaculares revelam a adaptação das técnicas construtivas trazidas pelos imigrantes à nova realidade, construídas com material disponível na região, em especial a madeira das araucárias. Dentre os antigos casarões em madeira de araucária, é marcante a presença do Casarão e o Moinho da família Pulga (Figura 6), cuja construção, de acordo com dados da Prefeitura Municipal de Serafina Corrêa, data de 1892. O edifício e o terreno desta edificação foram adquiridos de particulares pela Prefeitura Municipal em 2015 e, segundo descrição no site da Prefeitura, há a intenção de restaurá-lo e adaptá-lo para abrigar um museu.



Figura 6– Casarão e Moinho da família Pulga, construções em madeira de araucária edificadas no fim do século XIX, representantes da influência da imigração italiana na arquitetura da região.

Fonte: Dal Agnol, 2017.

Outro edifício da cidade, objeto de análise deste artigo, que possui grande valor

patrimonial é a Cantina Cervieri, antiga cantina de vinho e sede da Sociedade Estrela Guaporense, fundada em 1929 (Figura 7). O prédio, também situado na Avenida Miguel Soccol, foi tombado pelo IPHAE no ano de 2010, através da portaria nº 20/2010. O motivo principal do tombamento foi o seu valor como patrimônio industrial, pois a edificação se configura como testemunho do início da industrialização do vinho na região da Serra Gaúcha (IPHAE, 2017). Apesar deste reconhecimento, o edifício encontra-se em situação de abandono, negligenciado pela administração pública, em contraponto à atenção dedicada à Via Gênova; cenário turístico. Além disso, a fachada principal da cantina foi ofuscada pela inserção de um edifício comercial, que teve suas obras iniciadas no mesmo ano do tombamento (Figura 8).

Tais fatos demonstram que o tombamento isolado da obra, sem um plano de preservação do seu entorno, não dá a garantia de salvaguarda do edifício e da paisagem cultural. Fica evidente, então, que há uma necessidade de gestão compartilhada do patrimônio, com uma abordagem multidisciplinar, como preconiza o instrumento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, que protege institucionalmente o conjunto de fatores que compõem as paisagens, considerando o seu caráter dinâmico.



Figura 7 – Foto antiga da Cantina Cervieri.

Fonte: IPHAE



Figura 8: Fachada da Cantina Cervieri encoberta por edifício comercial.

Fonte: Dal Agnol, 2017

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem não é e nem deve ser tratada como algo estático, inalterável. As transformações ocorridas na paisagem também fazem parte da história da cidade, sendo esta formada por uma sucessão de acontecimentos. A criação de um cenário fictício e a implantação de elementos descontextualizados cultural, histórico e/ou arquitetonicamente no espaço urbano, pode desencadear um processo de desconstrução da memória ou induzir a conformação de memórias fictícias, que contribuem significativamente para a descaracterização da paisagem cultural e a

consequente alteração da percepção que a população tem da cidade.

Mais detalhadamente, a busca por referências que não condizem com a realidade da cidade acaba por prejudicar, ainda, o patrimônio real da população local, que é, muitas vezes, desvalorizado perante estes ícones implantados na paisagem urbana. Tal substituição do patrimônio construído por elementos alienígenas e, por vezes, temáticos, pode acarretar numa perda irreparável relacionada à cultura e à memória coletiva, já que a construção desse cenário tende a criar uma falsa imagem de Serafina Corrêa, prejudicando a sua história e o direito à memória das futuras gerações.

Para a construção de um futuro comum na cidade é fundamental que haja o fortalecimento da identidade comum da sociedade, baseada nas referências sociais e urbanas. Para tanto, é necessária a introdução de políticas que valorizem a paisagem não só esteticamente, mas sim em suas variadas dimensões, sobretudo social. Logo, a valorização da paisagem deve se dar de forma a evitar a alienação do indivíduo, conservando suas raízes e fortalecendo suas identidades, impedindo perdas irreparáveis à memória cidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa PROSUP-CAPES pela bolsa de mestrado concedida.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

BIASE, Alessia de. Ficções arquitetônicas para a construção da identidade. **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 16, p. 173-188, 2001.

BIELSCHOWSKY, Bernardo Brasil. Valorização da paisagem como elemento cultural. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo- ENANPARQ, 4, 2016, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: PROPARG / UFRGS, 2016, 17p.

BRASIL, Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. **Diário Oficial da União**, IPHAE, Brasília, DF, 5 mai. 2009. Seção 1, p. 17.

CASTELLO, Lineu. **Revitalização de Áreas Centrais e a Percepção dos elementos da memória**. XXII International Congress of the Latin American Studies Association, Miami, Florida, USA. Anais do Encontro, 2000.

CASTELLO, Lineu. **A iconografia do urbanismo pós-moderno na requalificação urbana**. XXIII International Congress of the Latin American Studies Association, Washington D. C., USA. Anais do Encontro, 2001.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Intervenções sobre o patrimônio urbano**: modelos e perspectivas. Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável, v. 1, n. 1, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo B. Paisagem cultural: novas perspectivas para o patrimônio. *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 162.02, **Vitruvius**, nov. 2013.

- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2001. 282 p.
- FIGUEIREDO, Lauro César. Paisagens e construção de cidades a partir da imigração no Rio Grande do Sul. Patrimônio, preservação e memória. **Arquitextos**, São Paulo, ano 16, n. 182.04, Vitruvius, jul. 2015.
- FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. Patrimônio, cidade e política urbana. Hiatos e equívocos na legislação urbanística de São Paulo. **Arquitextos**, São Paulo, ano 14, n. 168.02, Vitruvius, maio 2014.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.
- GUIMARAENS, Dinah; CAVALCANTI, Lauro. **Arquitetura Kitsch suburbana e rural**. Rio De Janeiro, FUNARTE, 1979. 78 p.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HARVEY, David. **A Produção Capitalista Do Espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rs/serafina-correa/panorama>>. Acesso em: 13 jun. 2017.
- IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Disponível em: < <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=35701> > Acesso em: 23 jun. 2017.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Cartas patrimoniais. 3. Ed. rev. E aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- JODELET, Denise. A cidade e a memória. In: RIO, Vicente del; DUARTE, Cristiane Rose; Paulo Afonso Rheingantz. (Org.). **Projeto do Lugar**: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. 1. ed. Rio de Janeiro, 2002, v.1 , p. 31-43.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- NÓR, Soraya. **Paisagem e lugar como referências culturais**: Ribeirão da Ilha-Florianópolis. 2010. 231 f. Diss. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- PAIVA, Odair da Cruz. Imigração, patrimônio cultural e turismo no Brasil. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 23, n. 2, p. 211-237, 2015.
- SÊGA, Christina Maria Pedrazza. O kitsch está cult. **Revista signos do consumo** – V.2, N.1, 2010. P. 53-66.
- SERAFINA CORRÊA. Lei nº 2615, de 13 de novembro de 2009. Dispõe sobre a co-oficialização da língua do talian - vêneto brasileiro, à língua portuguesa, no município de Serafina Corrêa – RS. SERAFINA CORRÊA, Prefeitura Municipal. Disponível em: < <http://www.serafinacorrea.rs.gov.br/> >. Acesso em: 20 jun. 2017.
- TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista**: Percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950). São Paulo: Editora UNESP, 2017.
- VIEIRA, Natalia. Uma história forjada: a construção do cenário da praça da convivência no “Corredor Cultural de Mossoró”– RN. In: ARQUIMEMÓRIA, 4, Salvador. **Anais...** Salvador, 2013.

UNESCO, DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL, 2002. Disponível em <
<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> > Acesso dia 15 de junho de 2017.

FILOSOFIA: REFLEXÕES ÉTICAS NO CONTEXTO INTERDISCIPLINAR EDUCACIONAL

Bruna Medeiros Bolzani

Universidade Regional Do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito – Curso de Mestrado em Direitos Humanos Ijuí – RS

Fernando Battisti

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Campus de Frederico Westphalen – RS.

RESUMO: A sociedade está em contínua transformação, por isso a educação também demanda atualizações no transcurso temporal, algumas, inclusive, são desafiadoras. Dentre quais se destacam a necessidade de direcionar o ensino para o desenvolvimento da autonomia e liberdade de espírito do educando, tanto quanto, a inserção do pensamento complexo na educação. Nesse contexto, sugere-se a inserção do pensamento complexo, ou seja, a transformação da perspectiva fragmentária para outra que religa os diversos saberes da vida. É vital resgatar a essência da educação, ou seja, seu genuíno ideal de ensinar para a vida, e, conseqüentemente, humanizar o aluno e a educação. Segundo a perspectiva freiriana, cabe à educação retirar o aluno do contexto de opressão e redirecionar o objetivo de educar para o desenvolvimento integral do aluno, que se torna o protagonista da educação. Desse modo,

objetiva-se explicar a problemática educacional a partir de referências teóricas já reconhecidas, por meio da metodologia bibliográfica, para que possam auxiliar na compreensão da realidade e orientar perspectivas futuras de reforma educacional. Através do presente trabalho, constatou-se a importância de reestruturação na educação, de forma a atualizar a educação tradicional para uma educação humanizadora, já que a própria educação é um dos alicerces para a superação dos desafios globais, que despertam a sociedade humana à evolução.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Pensamento Complexo, Ética, Humanização.

PHILOSOPHY: ETHICAL REFLECTIONS IN THE INTERDISCIPLINARY EDUCATIONAL CONTEXT

ABSTRACT: Society is in constant transformation, so education also demands updates in the course of time, some of which are challenging. Among them are the need to direct education to the development of autonomy and freedom of mind of the student, as well as the insertion of complex thinking in education. The fragmentation and hyperspecialization of knowledge, according to Edgar Morin, is a misguided way of educating, since it is incomplete insofar as it teaches superficial portions of

contents, with prioritization of quantitative matters to the detriment of qualitative and reflexive ones. In this context, the author suggests the insertion of complex thinking, that is, the transformation from the fragmentary perspective to another that reconnects the different knowledge of life. It is vital to rescue the essence of education, that is, its genuine ideal of teaching for life, and consequently humanizing the student and education. According to the Freirean perspective, it is up to education to withdraw the student from the context of oppression and redirect the objective of educating for the integral development of the student, who becomes the protagonist of education. In this way, the objective is to explain the educational problem from theoretical references already recognized, through the bibliographical methodology, so that it can help in understanding the reality and guide future perspectives of educational reform. Through the present work, the importance of restructuring in education was verified, in order to update traditional education for a humanizing education, since education itself is one of the foundations for overcoming the global challenges that awaken human society to evolution.

KEYWORDS: Education, Complex Thought, Ethics, Humanization.

1 | INTRODUÇÃO

A importância de reforma na educação é manifesto. De várias vertentes surgiram diversas demandas, algumas, inclusive, desafiadoras. Ao que parece, dentre as principais, pode-se destacar a necessidade de direcionar o ensino para o desenvolvimento da autonomia e liberdade de espírito do educando, tanto quanto, a inserção do pensamento complexo na educação.

É vital resgatar a essência da educação, ou seja, seu genuíno ideal de ensinar para a vida e a partir de uma visão ética, isto é, humanizar a educação. Nesse contexto, constata-se um entrave realista e prático, pois esta perspectiva humanizadora está em oposição à tendência de ensino tecnicista e à pressão econômica, para que se ensine em prol de aptidões profissionais. A reestruturação da educação, a fim de incluir o ensino para a vida, insere dentro do contexto educacional a complexidade do viver e a do próprio educando.

Ensinar para a vida difere substancialmente do ensino atual, cujas diretrizes aderiram às pressões tecnocráticas a fim de preparar o educando para a competitividade profissional, em detrimento da alfabetização existencial. Pois bem, os reflexos são evidentes, desde a ausência de estímulo da reflexão crítica até a escassez da qualidade de vida, as quais estão relacionadas, na medida em que as possibilidades de decisões na vida são proporcionais à capacidade de se pensar criticamente.

Desse modo, objetiva-se analisar a problemática educacional a partir de referências teóricas já reconhecidas, por meio da metodologia bibliográfica, para que auxilie na compreensão da realidade e de perspectivas futuras de reforma educacional. A problemática sucitada indaga por que é necessário uma reestruturação da educação

que incorpore o pensamento complexo e a pedagogia freiriana, tendo por base a ética no contexto interdisciplinar educacional, a fim de transformá-la em uma educação humanizadora?

2 | CONXTETUALIZAÇÃO DO CENÁRIO EDUCACIONAL

Ao se aprender superficialmente parcelas de conhecimentos durante o ensino, isto é, reproduzir informações, pouco ou nada se considera acerca dos riscos do erro e da ilusão que acometem tanto o professor quanto o aluno, além de que corrói a criatividade inerente ao ser humano. Os conteúdos, teorias, percepções de mundo, na maior parte da educação institucional, são transmitidos de forma hermética como se fossem imutáveis, sem considerar, em uma visão de fundo histórica, a dinamicidade cultural que está na base daqueles, assim, “o determinismo não se sustenta mais” (MORIN, 2015, p.42). Negligenciada, a incerteza que permeia a vida torna-se mascarada por um determinismo falacioso, as reações de decisões fogem à intenção do ator, são indetermináveis elos de conexões cujas consequências são incertas, além de que a possibilidade de erro perpassa a cada atitude (MORIN, 2015).

Educar e informar são diferentes, assim como informação e conhecimento não se equivalem. Educar para desenvolver o altruísmo, a solidariedade, o respeito e a tolerância é caminhar junto à ética da vida, por outro lado, escolarizar para informar e homogeneizar é reproduzir, dissociar, se submeter ao *modus operandi* do sistema a fim de mantê-lo, juntamente com os opressores. (FREIRE, 1985). Talvez, para evadir-se dos opressores, de forma intelectual e civilizada, seja necessário o florescimento de uma ética da libertação no seio do ser humano relacional.

Para contextualizar, cumpre salientar que foi com a disseminação do Iluminismo, no século XVIII, que difundiu-se o modelo de ensino tradicional, com foco no conteúdo e na quantidade de informações, com o respeitável objetivo de universalizar o acesso ao conhecimento, no qual o professor exercia o papel de transmissor e o aluno de aprendiz, em uma realidade linear. (SANTOS, 2013). Desse modo, o ensino tradicional é aquele que surge a partir século XVIII, cujo foco é a transmissão de conhecimentos fragmentados pelo professor e a assimilação destes pelos alunos, de maneira verticalizada e com aspecto conservador, pois o professor transmite a ideologia dominante que é reproduzida pelos alunos. Daí decorre que o protagonista se torna qualquer coisa que não os alunos, ainda mais considerando que, pelo ensino tradicional, não lhes é proporcionado oportunidades de estudar diversas percepções de mundo e modos de se viver em sociedade, com a liberdade de optar pelo caminho, ou mudar o caminho, que melhor lhes prouverem.

Analisado de forma crítica, a educação tradicional como sendo o modelo preponderante às metodologias de ensino, definiu-o com objetivos alheios à pessoa educanda, uma educação de reprodução. A partir do momento em que a alfabetização, aderência ao ensino e avaliações se transformam em números e estatísticas, ocultam-

se as pessoas por detrás dessa sistematização. Isso por que através da pressão tecnoeconômica na seara educacional surgiu “uma ordem tecnocrática opressiva, na qual a pessoa não é um fim, mas sempre um meio para se atingir qualquer outra coisa que se ache fora dela” (ARANHA, 2006, p. 78). Em última instância e conseqüentemente, a educação se torna meio de o educando conseguir profissionalização, aquisição de empregos, preparo para o vestibular, e perde-se de vista o pressuposto da existência da educação, isto é, o aluno em si mesmo.

O contexto de fragmentação e compartimentalização dos saberes é herança da educação tradicional, a qual se fundamenta no paradigma cartesiano, diante da decisiva influência do método de Descartes em dissociar ao máximo possível o objeto de estudo e analisar detida e isoladamente as partes. (DESCARTES, 1973, p. 13). Conforme Morin (2015), referida fragmentação do conteúdo constitui meio errôneo de fonte de conhecimento, uma vez que ao longo de toda a educação institucional os saberes são repartidos, perde-se a competência de perceber os conteúdos de forma inter-relacional, ou seja, de religar os conhecimentos. Isso por que a partir da soma do saber fragmentado não se resulta o todo, ou seja, a soma das partes não é igual ao todo. O atual sistema de conhecimento dissociou de tal forma os conteúdos que não há resposta para as perguntas mais simples da existência humana, pois as respostas são fragmentárias e estão dispersas. Acerca da problemática da fragmentação do conhecimento, discorre o autor:

A rarefação do reconhecimento dos problemas complexos, a superabundância dos saberes separados e dispersos, parciais e fragmentários, cuja dispersão e fragmentação são em si mesmas fontes de erro, tudo isso nos confirma que um problema-chave de nossa vida de indivíduo, de cidadão, de ser humano na era planetária, é o problema do conhecimento. (MORIN, 2015, p. 17).

Essa fragmentação do saber é proveniente da influência decisiva de Descartes, que coloca em um pedestal a razão como única forma de se fazer conhecimento e de aprendê-lo, em detrimento de outras possíveis formas aprendizado, quem sabe mais lúdicas e criativas. Foi uma importante vertente no desenvolver do sistema de ensino, que permitiu uma análise crítica de algumas das causas e condições da crise na educação. De modo que a educação passa a demandar mudanças e atualização diante das transformações pela qual estamos em curso. Notadamente, “sempre que se exige a mudança da escola, a própria sociedade está em transição, requerendo outro tipo de educação” (ARANHA, 2006, p. 118). Ou seja, a mudança de paradigma que a sociedade demanda em amplitude e profundidade tangencia a seara educacional, para transformar a sociedade cartesiana-linear em uma sociedade holística e integrada, pois a educação constitui um dos pilares sociais. (CAPRA, 1982). Logo, sendo a educação meio de transformação social de longo prazo, bem como, ciente das mudanças sociais em curso, é necessária uma atualização à educação humanizadora.

3 | HUMANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E O PENSAMENTO COMPLEXO

Diante desse quadro, denota-se uma crise educacional generalizada, assim, busca-se refletir criticamente acerca da problemática do ensino de reprodução e da probabilidade de solução que apresenta o pensamento complexo ao ser incluído no âmbito educacional, além de, principalmente, retomar a missão de humanizar por intermédio da educação. O pensamento fragmentário não tem aptidão para as demandas complexas, vez que foca nas partes isoladamente, entretanto, o pensamento complexo é aquele que religa os problemas e conhecimentos, com foco no contexto e inter-relações. Ademais, perceber as relações maiores, como o contexto da educação em uma perspectiva histórica, ou seja, qual rastro será deixado pela conjuntura educacional e o que pode ser melhorado; ou como a cultura está inserida na educação e como esta interfere na cultura, entre outros, faz parte do pensamento complexo. (MORIN, 2015).

Observa-se a necessidade de reforma na educação, de modo a transformar a mentalidade e a postura dos educandos em relação ao mundo, em uma concepção educativa interdisciplinar e integradora, a fim de gerar reflexões conscientes acerca da complexidade do mundo e do caminho que estamos trilhando quanto sociedade política-social-cultural; deve-se repensar a reforma e reformar o pensamento (MORIN, 2010). No entanto, não se ignora a demanda de os professores partirem de pressupostos holísticos, bem como, de serem revalorizados e reconhecidos.

A mudança de modelo no ensino que a sociedade demanda em amplitude e profundidade tangencia a seara educacional, para transformar a sociedade cartesiana-linear em uma sociedade holística e integrada, a despeito de que “o destino doravante planetário do gênero humano é outra realidade-chave ignorada pelo ensino” (MORIN, 2015, p. 141). Fato este que deve ser modificado diante da responsabilidade da educação na evolução da sociedade, de forma a expandir a educação como meio de humanizar e sensibilizar as pessoas para uma ética que interligue todos os âmbitos do viver-em e viver-com.

A questão da ética no ambiente escolar, no que se refere a atitude filosófica como meio de desenvolvimento social e cognitivo, vem para contribuir essencialmente na melhor sistematização e organização de um pensamento vinculado a ações mais coerentes diante da realidade conturbada que o ser humano vive e de uma necessidade de aproximação entre as questões éticas e a educação brasileira. “Se a ética está em desuso, é porque a educação não é levada a sério”. (NALINI, p. 25, 2012).

No que se refere a essa perspectiva da ética, esta se depara com uma experiência histórico-social no terreno da moral, procurando as fontes e a natureza do ato moral no sentido de entender o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas morais (VÁZQUEZ, 2008). Nesse viés, a ética está inserida em uma prática escolar transformadora da consciência crítica, e também, com a relevância das ações educativas que objetivam transformar a realidade educacional a partir de um pensar

que suscite a autonomia do estudante, sendo este visto como agente de transformação social e não mero reproduzidor de sistemas pré-estabelecidos.

Em virtude da relevância da ética, a fim de melhor elucidação, mas sem a intenção de adentrar na problemática conceitual desta, destaca-se que:

A ética se origina do grego *ethos* e tem, praticamente, o mesmo sentido da palavra moral. Etimologicamente, ela designa também os costumes, o comportamento, as regras. A partir da filosofia moderna a ética ocupa-se dos fundamentos da moral. Ela tem um caráter mais reflexivo e debruça-se sobre a problematização, a investigação e a interpretação dos valores e das normas morais para ratificá-las ou depurá-las (FÜHR, 2012, p. 9).

A ética exerce o discernimento, o juízo valorativo e qualitativo acerca dos costumes, condutas, decisões, modos de relações inter-pessoais, regime de governança, de modo que é denegado ou condenado o que é observado se desprovido de ética. Todavia, para efetivar a percepção ética é pressuposto o pensamento crítico e complexo – que cabe à educação estimular o desenvolvimento -, para abarcar as atitudes individuais, coletivas e sociais. Sendo *ethos* os costumes, a morada, os hábitos e formas de agir, e a ética a interpretação valorativa sobre estes, notadamente que se comunicam e estão interligados, em um movimento cíclico. Assim, ética e moral comunicam-se entre si, e de forma inexorável estão vinculadas umas às outras.

A ética foi rompida no tecido social através do imperativo econômico-competitivo, em como se produz e se utiliza conhecimento e técnica, refletindo, pois, na educação. A razão linear como princípio norteador ao conhecimento é bem pontuado a partir de René Descartes - filósofo revolucionário à época de suas obras – servindo de base para a construção da ordem cartesiana na instrução do aluno. (OLIVEIRA, 2006). Entretanto, cabe salientar que nem tudo o que é racional e lógico será ético, pois a razão pode não ser solidária e responsável, como se observa na racionalidade econômica.

Não obstante, a formação ética e moral do aluno não se consolidam por imposições ou lições de moral pelo professor, senão que pela própria experiência e vontade do educando em crescer como ser humano, em perceber os contextos sociais e existenciais e fazer parte disso de forma consciente e proposital. Nesse sentido:

A ética, cujas fontes simultaneamente muito diversas e universais são a solidariedade e a responsabilidade, não poderia ser ensinada por meio de lições de moral. Ela deve se formar nas mentes a partir da consciência de que o ser humano é ao mesmo tempo indivíduo, faz parte de uma sociedade, faz parte de uma espécie. Trazemos em cada um de nós essa tríplice realidade. Qualquer desenvolvimento verdadeiramente humano deve comportar também o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das solidariedades comunitárias e da consciência de pertencimento à espécie humana. (MORIN, 2015, p. 156-157).

Ao compasso da expansão do utilitarismo e individualismo, “a tendência tecnoeconômica tende a reduzir a educação à aquisição de competências socioprofissionais, em detrimento das competências existenciais”, assim, ignora-se a missão da educação e, portanto, a qualidade da mesma. (MORIN, 2015, p. 27). Não

obstante, cumpre considerar duas facetas do individualismo, as desejadas autonomia e liberdade e, por outro lado, a degradação do individualismo ao egoísmo. Portanto, inserir na educação conteúdos humanistas, de compreensão ética e prática, é também ensinar a viver, pois faz parte da completude do ser humano a certeza da incerteza e da complexidade da vida, na qual estamos invariavelmente inseridos e interconectados.

Sem compreensão mútua, sucedem-se barbáries nas relações humanas. Aliás, observa-se hoje diversas incompreensões nestas relações, principalmente entre alunos e professores, pais e filhos. O individualismo distanciou-se da ética da compreensão, cuja relevância se dá na sanidade da sociedade, pois sem entendimento e diálogo o ser humano se assemelha à sua condição animal, de sobrevivência, competitividade e agressividade.

É possível que o pensamento complexo reconecte os aspectos humanos negligenciados, como a percepção de que, dentro de um contexto evolucionário histórico, estamos inseridos em uma natureza da qual dependemos de seu equilíbrio de maneira essencial; que a diretriz econômica neoliberal é de extração predatória e irracional da natureza e seus recursos naturais; que o ser humano possui uma condição temporária de permanência neste Planeta; e que intervir na biosfera como um todo pela atividade humana, da maneira como se apresenta, é pôr as futuras gerações em risco. A educação não pode mais ignorar que os desafios sociais são interdependentes, que da potencialidade de cada aluno surgirão respostas à crise social e ambiental.

Na medida em que “toda prática educativa implica uma concepção dos seres humanos e do mundo” (FREIRE, 2011, p. 67), o que acontece dentro do ambiente escolar é reflexo das relações afetivas, sociais e institucionais. Ao tornar o sistema educacional mecânico, subjugasse o potencial inerente e singular de cada pessoa, gerando uma reprodução da cultura dominante a fim de manter o *status quo* e o mercado de trabalho. “Isso significa que, do ponto de vista da classe dirigente, das pessoas que estão no poder, a tarefa principal da educação sistemática é a de reproduzir a ideologia dominante” (SANTOS, 2001, p. 46). Considerando que os parâmetros curriculares nacionais são determinados pelo governo, esse indissociável da política, cabe salientar que “desde Maquiavel, a ética e a política acham-se oficialmente separadas, visto que o príncipe (o governante) deve obedecer à lógica da utilidade e da eficácia, não à moral”. (MORIN, 2011, p. 25).

A escola é espaço de multiculturalidade, portanto, local de respeito e de tolerância, de encontros. Este espaço serve para que aos alunos seja proporcionado o desenvolvimento de seus talentos e expansão de suas inteligências intelectual, emocional e física, numa construção de longo prazo. É evidente que a educação ainda tem longa jornada até efetivar a realização deste espaço humano, porém, é necessário não perder de vista o ideal a ser alcançado, uma vez que, diariamente, observam-se adultos constrangidos, traumatizados, bloqueados. Para que tenhamos líderes sociais, econômicos e políticos pautados pela ética e pela solidariedade, antes, devem passar pela escola, mas não aquela escola indiferente e sim uma escola

humanizadora, parece que este pode ser um dos meios de tornar a sociedade mais saudável. Todavia, para tanto, cabe à educação ensinar a viver, proporcionando o ambiente e os recursos necessários para a formação de pessoas com saúde mental, emocional e física, por meio da atividade criativa e lúdica, com a inserção de conteúdos humanísticos e dinâmicas coletivas.

Diante da passividade imposta aos alunos nas escolas, nota-se de forma crescente a revolta destes, em especial das crianças e adolescentes, de forma que a banalização da classificação de alunos com déficit de atenção oportuniza uma maior submissão ao sistema em decadência. Além disso, a “educação como prática de liberdade” (FREIRE, 1967) é precisamente a ânsia das crianças e jovens da geração atual, pois sua existência quer a emancipação e o entendimento do complexo mundo que os permeia. É perceptível a insuficiência do ensino fragmentário com priorização das ciências exatas, uma vez que o desenvolvimento da personalidade, da ética e da crítica não são, de fato, considerados na educação em vigência, assim, os alunos desde a tenra idade até os jovens se deparam com dificuldades que perpassam a complexidade do viver e que não são abordadas na escola. Destacando que a escola é um ponto de apoio na inserção e mediação do educando à sociedade.

Propiciar as condições favoráveis para que aos alunos seja possibilitado o desenvolvimento do pensamento crítico e uma compreensão inter-relacional do contexto, do meio em que se está inserido, das relações humanas afetivas, com a habilidade da criatividade, é pressuposto para a solução dos problemas educacionais na sociedade. Além de que, “mais do que adaptar-se a realidade é nela intervir” (DEMO, 2001). Dessa forma, alternativas surgiram para transformar a educação mecanizada em educação humanizada (Pedagogia Waldorf, Pedagogia do Encontro, Pedagogia Montessori, Pedagogia Neo-humanista), a fim de libertar os alunos do cativeiro mental, da alienação e ascender à reflexão crítica, à empatia e à emancipação.

A educação humanizadora, tida como desafio histórico, centrada no aluno com suas habilidades individuais, além de primar pela formação moral-ética, vem ganhando prestígio global por seu caráter emancipatório e congruente à alternativa de transformação do ensino. Deste modo, bem elucida Freire:

A educação ou ação cultural para a libertação, em lugar de ser aquela alienante transferência de conhecimento, é o autêntico ato de conhecer, em que os educandos – também educadores – como consciências intencionadas ao mundo ou como corpos conscientes, se inserem com os educadores – educandos também – na busca de novos conhecimentos (FREIRE, 2011, p. 161).

Diante disso, muitas alternativas ao modelo tradicional de ensino reafirmam a importância de avivar a ética, valores e princípios. Inclusive, possibilita o aprendizado para além das grades curriculares, trazendo o caráter emancipatório do saber, capaz de auxiliar o aluno a conhecer a si mesmo e o complexo mundo humano. Humanizar a educação significa educar para a vida, para uma compreensão ética e de conscientização da responsabilidade. A partir do pensamento complexo (MORIN,

2006) é possível religar os conhecimentos, os saberes, e os problemas, e permitir que a educação se torne novamente interligada com a sociedade.

Assim, uma educação que inclua a possibilidade do desenvolvimento da ética com a vida, do resgate da criatividade, que ensine a pensar ao invés de obedecer, de questionar ao invés de reproduzir, também de unir os saberes para encontrar soluções e autoconhecer-se, faz parte de uma educação de emancipação. Desse modo, cumpre reconhecer que há um desafio histórico de reestruturar, adaptar, transcender e evoluir a educação tradicional para uma educação humanizadora, no intuito de resgatar a influência positiva da educação sobre o educando e a realidade mundana.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as reflexões até aqui apresentadas podemos pensar e projetar a necessidade do olhar educacional em complexidade, no qual, a visão da educação é mais complexa e não alimenta interesses essencialmente mercadológicos. Tais prerrogativas nos levam ao horizonte das possibilidades de maior valorização do ser humano, com o olhar da ética e de um conjunto de valores tão essenciais à manutenção da sociedade e do equilíbrio da natureza. A educação humanizadora assim, é apresentada em contraste ao modelo pragmático direcionado a preparar o ser humano para a competitividade e a sobrevivência no mercado de trabalho, modelo que se encontra obsoleto, tendo em vista a crise multifacetada que permeia o complexo mundo humano, em que pese a pressão mercadológica sobre todos os setores.

Precisamos então compreender como tais elementos da complexidade estão envolvidos nas relações educacionais vistas por uma perspectiva de pensamento que contextualiza os conhecimentos e une os saberes, sem desconsiderar o ser humano em sua totalidade. Assim, a inserção do pensamento complexo na educação, no intuito de permitir aos educandos a possibilidade de religar os conhecimentos e proporcionar maior entendimento do mundo, irá auxiliar na crescente evolução da sociedade.

Além disso, procurar resgatar a missão da educação, tendo em mira o desenvolvimento da autonomia e da liberdade de espírito do educando, constitui maneira de atender parte das demandas das crianças e jovens que se encontram insatisfeitos com a educação, com a escola e com a sociedade. Ou seja, a ressignificação das práticas educativas necessita de um olhar de construção humana, sendo a escola um espaço de multiculturalidade, portanto, é local de respeito, de tolerância, de encontros.

Tais problematizações evidenciam e apresentam os desdobramentos aqui demonstrados, assim, quando se procura ampliar o olhar sobre a compreensão de educação humanizada e humanizadora, os critérios de cuidado e de formação ética são essenciais, pois são as bases do sentido da existência educacional. Já o pensamento complexo nos possibilita a conjunção e a religação dos saberes, que contextualiza os conteúdos com a realidade mundana, logo, diminuindo a disparidade

entre a educação e a sociedade.

Considerando as reflexões suscitadas, entende-se que é necessário uma reestruturação da educação que incorpore o pensamento complexo e a pedagogia freiriana, tendo por base a ética no contexto interdisciplinar educacional, a fim de transformá-la em uma educação humanizadora, porque nossos alunos e alunas estão precisando de uma instituição humanizada e humanizadora que os apoiem na complexidade mundana.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2006.

CAPRA, Fritjof Capra. **O Ponto de Mutação**. Cultrix, 1982.

DEMO, Pedro. **Saber Pensar**. 3ª Ed. Cortez Editora: São Paulo, 2001.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**: para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências. Tradução de Jacob Guinsburg e Bento Prado Jr. 2. ed. São Paulo: Difel, 1973. Disponível em: <http://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2018/08/descartes-discurso-do-metodo.pdf> Acessado em 14 março de 2019.

FÜHR, Regina Candida. **Ética em educação: novos paradigmas para nosso tempo**. Curitiba: CRV, 2012.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural**: para a liberdade e outros escritos. Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática docente. Paz e terra: São Paulo, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 15ª ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1985.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NALINI, Jose Renato. **Ética Geral e Profissional**. 9.ed.São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

MORIN, Edgar. **Ensinar a viver**.18ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, Edgar. **O método 6 ética**. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**.18ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

PERISSÉ, Gabriel. **Pedagogia do encontro**. 2 ed. São Paulo: Eureka, 2017.

PETRAGLIA, Izabel. **Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber**. 10 ed. Rio de

Janeiro: Vozes, 2008.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Desigualdade Social e Dualidade Escolar:** Conhecimento e poder em Paulo Freire e Gramsci. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

STEINER, Rudolf. **A arte da educação I:** O estudo geral do homem, uma base para a pedagogia. 2ª ed. São Paulo: Antroposófica, 1995.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética.** Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008.

HUMANIZAÇÃO DE CENÁRIO DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA: OTIMIZAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO

Cleuza Bittencourt Ribas Fornasier

Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Design
Londrina – Paraná

Mariana Lautenschlager Spoladore

Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Design
Londrina – Paraná

Ana Paula Perfetto Demarchi

Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Design
Londrina – Paraná

RESUMO: Este projeto surgiu da necessidade de estabelecer uma conexão entre as peças de vestuário presentes no acervo do Museu Histórico de Londrina e os cenários da exposição permanente do mesmo, como auxílio na transmissão da memória coletiva. Tem-se como objetivo estudar o contexto arquitetônico vivido e o vestuário dos pioneiros da década de 1930, por meio da análise de três fotografias da época, pelo método de Mensagens Visuais – MEV (SOUZA; FORNASIER, 2014). A análise realizada definirá o vestuário de personagens a serem inseridos no primeiro cenário estudado da exposição permanente, a Casa Central de David Dequech e se necessário modificar o entorno desta. Espera-se que a incorporação dos personagens humanize a exposição,

facilite o conhecimento transmitido pelo Museu e incorporado pelos visitantes, e colabore com a possibilidade de facilitar a memória coletiva local.

PALAVRAS-CHAVE: Memória coletiva; Vestuário; Mensagem Visual; Fotografia.

ABSTRACT: This project arose from the need to establish a connection of the clothing's pieces present in the collection of the Historical Museum of Londrina with the scenarios of the permanent exhibition of the museum, as an aid in the transmission of collective memory. The objective is to study the architectural context and the clothings of the 1930s' pioneers, by means of the analysis of three photographs of that time, by the Visual Messages method - MEV (SOUZA; FORNASIER, 2014). The analysis will define characters' clothings of to be inserted in the first scenario studied of the permanent exhibition, the David Dequech's Central House and if it's necessary to modify the surroundings of this scenario. It is hoped that the incorporation of the characters will humanize the exhibition, facilitate the knowledge transmitted by the Museum and incorporated by the visitors, and collaborate with the possibility of facilitating the local collective memory.

KEYWORDS: Collective memory; Clothing; Visual Message; Photography.

1 | INTRODUÇÃO

De maneira geral, os museus como instituições têm a função de disseminar a cultura e de educar, um papel importante na formação do cidadão. Por meio das exposições e acervos, é possível que o cidadão comum entenda o contexto sociocultural que resultou na sociedade na qual ele está inserido, o que auxilia na formação da memória coletiva.

Os museus também são responsáveis pela preservação e exibição do patrimônio histórico, que segundo o Artigo 216 da Constituição Federal, pode ser definido como sendo o conjunto de bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. A partir dessa definição de patrimônio, ou seja, da atribuição de significado a determinado item, este passa a ter importância dentro de uma sociedade.

Nos museus as vestes e as peças de moda são consideradas patrimônios da cultura material. De acordo com Nacif (2013), elas indicam informações sobre os aspectos físicos, como os materiais, as formas de uso e as técnicas de confecção utilizados em determinada época. Também revelam os aspectos simbólicos e subjetivos, como a divisão de classes e os costumes, o que ajuda a entender o contexto sociocultural no qual elas foram produzidas e utilizadas.

Os patrimônios têm como característica comum carregarem em si a memória. Esta, segundo Merlo e Caracio (2012) é formada por dois elementos que representam algo marcante: história e significado. Considera-se que o patrimônio é o símbolo que carrega essa história e significado, a partir dele é possível entender sua relevância dentro da sociedade. Portanto, pode-se traçar um paralelo entre memória e museu, uma vez que constantemente estes se complementam, por apresentarem em si características um do outro:

O museu apresenta (traz) elementos – coleções, mostras, objetos – carregados de memórias vivenciadas por outros, sejam elas atuais ou não, e passa para seu espectador essas novas informações, causando a possibilidade desse sujeito se identificar e relacionar-se com o assunto abordado, fazendo, assim emergir lembranças que o afetam de múltiplas formas. (MERLO; CARACIO, 2012, p. 12-13)

Então, neste sentido, a função do museu é transmitir essa memória de maneira marcante através dos patrimônios em exposição, para que os visitantes, mesmo não tendo vivenciado tais momentos históricos ou culturais, apropriem-se desta memória e formem assim a memória coletiva. No caso do Museu Histórico de Londrina pretende-se otimizar a transmissão da memória por meio da humanização dos cenários, bem como a exposição de peças de vestuário típicas do início da colonização da cidade.

Desta forma, esta pesquisa surgiu da necessidade de locar as peças de vestuário acervadas no Museu Histórico nos cenários existentes na sala de exposição permanente, para facilitar o entendimento dos visitantes do período de tempo nos cenários (espaços físicos delimitados).

Para alcançar este objetivo, foram escolhidas três fotografias do fotógrafo pioneiro José Juliani, que retratou o crescimento da região, entre muitas fotografias pertencentes ao acervo do Museu. Estas foram escolhidas por apresentarem uma construção da época (entre 1930 e 1934) e a maior quantidade de pessoas, tanto homens quanto mulheres.

Elas foram analisadas para compreender melhor o contexto arquitetônico no qual as pessoas viviam na década de 1930, comparando com o cenário estudado e seu entorno, como também para estudar as roupas utilizadas pela maioria, e desta forma compará-las com as roupas acervadas, a fim de verificar se existem peças com características semelhantes, para serem utilizadas na exposição permanente do Museu.

2 | A MODA E A INDUMENTÁRIA COMO PATRIMÔNIOS DOS MUSEUS

Dentro da classificação de patrimônio, a indumentária é uma parte da cultura material. De acordo com Nacif (2013, p.2):

Estão inscritas na materialidade das peças ações de fabrico e uso, registros de memória que revelam corpos e afetos. Ao mesmo tempo, as mudanças gerais da forma, da técnica de corte, dos materiais empregados, os hábitos sociais e suas relações com os espaços de vivência e seu reflexo nos hábitos de vestir evidenciam o caráter histórico do vestuário.

Portanto, além de indicar informações importantes sobre os aspectos físicos – como os materiais, as formas de uso e as técnicas de confecção utilizados em determinada época - o estudo do vestuário e da moda revela aspectos simbólicos e subjetivos de uma cultura, como a divisão de classes e os costumes, para entender o contexto no qual ela foi produzida. Segundo Benarush (2015, p.99) uma vez que a indumentária está no museu “As peças viram intermediários entre o visível e o invisível, entre o público e o que não pode mais ser visto. [...] É uma expressão metafórica de um momento, de uma cultura, de uma nacionalidade. ”

O ato de se vestir vai além de sua função de cobrir o corpo. A moda tem importante papel na formação da identidade e na noção de pertencimento de um indivíduo em uma sociedade. Este fato está diretamente associado aos aspectos sociais e culturais de determinado período. Por meio da moda podemos conhecer o modo de vida de uma pessoa, o grupo cultural e à classe econômica a que ela pertence:

Entende-se então que o vestuário torna-se uma máscara para o homem, ou seja, as vestes escolhidas pela pessoa se torna uma ação, pois esses itens sofrerão uma interpretação tanto da pessoa que os está utilizando quanto daquela que percebe o vestuário do outro. (MERLO; CARACIO, 2012, p. 11)

Desta forma é possível entender o vínculo afetivo entre usuário e vestimenta. É depositada na peça de roupa um conjunto de valores, sentimentos e desejos, com o intuito de transmitir uma mensagem. Neste sentido, o estudo museológico da

indumentária tem o papel de transmitir a cena social de determinado período histórico.

Apesar de ser uma valiosa fonte de informações, o estudo histórico e social da moda foi negligenciado durante muito tempo pelos historiadores em geral. Somente a partir da segunda metade do século XIX é que os estudos dos costumes e da moda começaram a seguir uma linha mais científica, ainda que faltasse uma perspectiva histórica completa. O fato de atualmente existir um espaço para o armazenamento de roupas em museus é um grande passo, uma vez que a roupa em si é a fonte original e direta para seu estudo.

O Museu Histórico de Londrina, apesar de não exibir peças de vestuário na exposição permanente, possui uma grande quantidade de vestimentas em seu acervo. O Museu possui também um acervo fotográfico, com fotografias que contam a história da colonização da cidade por meio da mensagem visual. Desta forma, é possível analisar o vestuário utilizado na década de 1930 em Londrina por meio das fotografias, utilizando os elementos nelas encontrados para comparar com o vestuário acervado, e verificar quais seriam adequados à época e contextos retratados na exposição permanente.

O MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

O Museu Histórico de Londrina foi inaugurado em 1970 e, desde 1974 é um órgão suplementar da Universidade Estadual de Londrina. Em seu *site* o Museu apresenta a seguinte descrição acerca de seu objetivo:

A missão do Museu é desenvolver ações de resgate, preservação e divulgação do patrimônio cultural de Londrina, procurando tornar visível a trajetória histórica de sua sociedade; dar suporte ao ensino, pesquisa e extensão e promover a reflexão crítica da realidade histórica, contribuindo para a renovação e melhoria da qualidade de vida e da dimensão cultural da população.

Tendo isso em vista, o projeto realizado pretende reforçar a missão de tornar visível a trajetória histórica da população, facilitar a transmissão de conhecimento através das peças de vestuário dos pioneiros e a humanização da exposição.

Segundo informações coletadas no Museu a exposição permanente foi inaugurada no ano de 2000 com previsão de durar dez anos, porém ela foi estendida e no momento não tem previsão de grandes alterações. A exposição conta com três módulos, organizados em ordem cronológica, sendo que o foco principal é retratar o trabalho e o cotidiano dos pioneiros, o que deixa pouco espaço para objetos relacionados ao lazer, religião e outras atividades. O primeiro módulo, o qual é o foco deste projeto, é denominado “O Empreendimento da Colonização: Apropriação e Transformação do Território”. Trata do início da colonização da cidade, nas décadas de 1930 e 1940. Grandes *totens* e as paredes contêm imagens e informações sobre a história da cidade que ficam entre os três ambientes principais deste módulo: o escritório da Companhia de Terras Norte do Paraná (companhia inglesa que dividiu a

área em pequenos lotes para à venda), a Casa Central de David Dequech (Figura 1) e a Casa de palmito (residência dos primeiros moradores, feitas do tronco da árvore do palmito, e coberta por suas folhas). Cada um dos ambientes conta com objetos que os caracterizam e indicam seu uso.

Também é importante ressaltar que o acervo do Museu Histórico conta com uma quantidade relevante de peças de vestuário doadas, de diferentes períodos históricos desde a vinda dos primeiros habitantes. A maioria dessas peças estão armazenadas na galeria de objetos, sendo que a única peça de vestuário presente na exposição permanente é uma vestimenta religiosa, localizada no terceiro módulo.

Neste primeiro momento foi escolhido pela direção do museu o cenário da Casa Central de David Dequech para ser realizada uma análise do ambiente. A Casa Central era classificada como uma venda de *secos e molhados* e foi um dos primeiros comércios da cidade. Na exposição do Museu Histórico de Londrina foi construída uma réplica da fachada da venda original, e em seu interior o ambiente possui diversos objetos do período.



Figura 1: Ambiente do primeiro módulo da exposição permanente

Fonte: das autoras

A vão da porta do cenário é grande, no entanto não se pode verificar as paredes laterais aonde estão expostos objetos interessantes que demonstram a precariedade formal dos objetos daqueles tempos. Toma-se como exemplo a engarrafadora de cerveja que está no chão ao lado direito da porta, que inclusive dificulta a passagem

dos transeuntes se isto fosse permitido.

A iluminação do cenário é precária e contribui apenas para realçar alguns objetos, nem sempre os mais interessantes como o chuveiro de balde ao fundo à direita. O entorno, tanto da frente quanto da lateral esquerda do cenário (que não se vê na foto) estão expostos muitos objetos que dificultam os grupos de visitantes de chegarem mais perto para olharem o cenário, além de terem textos que não se podem ler apresenta também fotos de dimensões reduzidas.

Pelas dificuldades de transmitir a real função dos *secos e molhados* é que o grupo de pesquisa, bem como o grupo de profissionais do museu foram unânimes na decisão de realizar a primeira análise por este cenário.

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

O método adotado para a realização do projeto foi o hipotético-dedutivo, sendo a pesquisa qualitativa de caráter exploratória. O procedimento técnico utilizado foi de corte (FORNASIER; MARTINS, 2006), uma vez que o estudo teve como foco a observação e proposta de aperfeiçoamento de um único cenário da exposição permanente do Museu Histórico de Londrina.

Primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico acerca da importância da moda e da indumentária como patrimônios da cultura material, como forma de aprimorar a transmissão de conhecimento e formação da memória coletiva dos visitantes. Em seguida foi realizada uma discussão entre os participantes para definir qual cenário seria o primeiro a ser analisado e quais seriam as estratégias para envolver os visitantes, principalmente os alunos do ensino fundamental que são trazidos pelas escolas, com intuito de conhecer a história da cidade.

A estratégia é reorganizar os espaços, sem que seja necessário realizar mudanças na arquitetura, e inserir personagens caracterizados de forma condizente com o período e o local retratados na exposição do Museu. Para isto, foi realizada uma pesquisa iconográfica sobre a moda da década de 1930 na região a partir de três fotografias pertencentes ao acervo do Museu Histórico, todas de autoria de José Juliani, pioneiro e fotógrafo local. O método de mensagens visuais – MEV, de Souza e Fornasier (2014), foi utilizado para analisar os objetos da mensagem visual (fotografia) pelo protocolo de análise desenvolvido pelas autoras por meio das mensagens linguísticas, plásticas e icônicas. A partir do protocolo preenchido (não é possível apresentá-lo neste formato, pois sua dimensão é de A3 com fonte 10), redigiu-se os resultados de cada análise fotográfica e no final foi encontrada a mensagem implícita global, que emerge os principais atributos da arquitetura e das vestes a serem adequadas e locadas na exposição do Museu.

Estas informações, obtidas com a análise das fotografias, foram aplicadas na construção de três protótipos representando personagens históricos (dois homens e uma mulher), em escala 1:10, caracterizados pelo vestuário da época e utilizando

como material o *biscuit*. Para melhor visualização e, posteriormente, validação da proposta de aprimoramento, os personagens foram locados em uma maquete de mesma escala, que reproduz o primeiro cenário da exposição permanente do Museu, a Casa Central de David Dequech.

Ressalta-se que este projeto não visa a implantação das mudanças no cenário da exposição, mas apenas propor o planejamento para tal ação em apenas um dos diferentes cenários construídos no museu.

4 | RESULTADOS

Análise da primeira fotografia: A fotografia é de 1934 e mostra a família Vicentini – quatro mulheres, três homens e duas crianças – em frente à uma casa construída com madeira de árvore de palmito. No fundo da casa é possível verificar a mata fechada (figura 2).

Ao observar separadamente as pessoas na imagem, localizadas no canto inferior direito, o olhar é atraído primeiramente para a segunda mulher, da esquerda para a direita, por ser a única vestindo trajes em cores escuras. Todas as outras pessoas, inclusive as crianças, vestem peças de cores claras, provavelmente sem tingimento, fato comum neste período e região, como é possível notar também em outras fotografias. As calças masculinas possuem um corte reto, assim como as camisas, já as saias dos vestidos, que marcam bem a cintura, apresentam forma trapezoidal e o comprimento está no meio das panturrilhas ou abaixo. Uma das mulheres utiliza um chapéu arredondado, sem abas e da mesma cor do vestido, outros dois homens também utilizam chapéus, porém em cores mais escuras e com abas.



Figura 2 - Família Vicentini em frente à casa de palmito

Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico de Londrina

Quanto a casa de palmito, é possível observar que esta possui um formato retangular, com uma porta ao centro da fachada e duas janelas, uma para cada lado da porta. O telhado tem formato triangular, com telhas de cor levemente mais escura do que a madeira da casa.

Ao analisar-se a mensagem icônica dos elementos da fotografia, pode-se perceber que mesmo tendo um formato simplista a casa representa proteção, em relação a natureza e as intempéries do tempo, mas também indica poder, propriedade e domínio sobre o meio ambiente. A sombra vinda das janelas e da porta sugere a não existência de energia elétrica no local. No contexto da criação de Londrina, a mata fechada ao fundo pode significar a possibilidade de exploração, expansão e crescimento da cidade e de seus habitantes. Quanto ao céu, existe um elemento de incerteza, não sabendo ao certo se ele está limpo ou inteiramente nublado, pode refletir a difícil relação estabelecida entre o clima e os pioneiros, uma vez que as plantações dependiam dele.

As roupas utilizadas pelas pessoas apontam os materiais disponíveis na época, assim como seus formatos indicam o estilo vigente. As cores claras transmitem uma sensação de limpeza, segurança e honestidade, enquanto o vestido de cor escura, demonstra um contraste, podendo representar sofisticação e seriedade. O retrato em família, na frente da casa, simboliza um momento de união e de conquistas na nova terra. O sentimento transmitido pela fotografia é de progresso, crescimento pelo trabalho árduo.

Análise da segunda fotografia: Nesta fotografia (figura 3 abaixo) o olhar do espectador é distribuído igualmente entre os homens da imagem, uma vez que todos estão vestidos de forma muito semelhante e formam uma massa homogeneia de frente da construção. Eles usam ternos e as calças possuem corte reto, assim como os paletós, que possuem comprimento na altura dos quadris e barras arredondadas no centro. A maioria dos homens vestem gravatas sob o paletó abotoado e alguns seguram um chapéu na mão. Quanto as cores, é possível observar que as camisas utilizadas por baixo do terno são sempre de cores claras. O conjunto, calça e paletó, são quase sempre da mesma cor, e quando não, a calça possui um tom mais escuro. Na fotografia, são vistos os contrastes de três tons diferentes: os bastante claros, aparentemente brancos, os intermediários, e os bastante escuros, provavelmente pretos.

No que diz respeito ao prédio do Banco Noroeste, ele ocupa grande parte da fotografia e está em perspectiva, sendo possível visualizar sua frente e a lateral esquerda. A construção, já de tijolos, possui formas retangulares e linhas retas, contando com relevos ornamentais e um acabamento diferenciado próximo ao telhado típico do estilo *Art Decô*. Sua fachada conta com três grandes portas de entrada, em madeira escura, enquanto o restante da construção, inclusive o telhado, possui tons mais claros. Na lateral está pintada a inscrição “Banco Noroeste” em cores mais

escuras. Em primeiro plano na imagem, está o chão, de terra, com uma parte deste compactado, formando o que parece ser uma estrada.



Figura 3 - Inauguração do Banco Noroeste do Estado de São Paulo

Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico de Londrina

A mensagem transmitida pela fotografia é de um momento de união dos pioneiros, pois a inauguração do Banco demonstra o intenso processo de colonização que ocorria na cidade neste período. É possível concluir que já existia capital suficiente na região para atrair a atenção de investidores, necessitando de um banco para administrá-lo. As roupas formais também indicam que era uma ocasião especial. O chão de terra escura representa muito bem a terra roxa tão famosa na região e a parte mais compactada da terra, que forma uma estrada, mostra o início da construção das vias públicas da cidade.

Análise da terceira fotografia: Esta fotografia também mostra um grupo de pessoas em frente a uma construção, neste caso a primeira escola japonesa de Londrina. Da década de 1930, a fotografia (figura 4) mostra um grupo de aproximadamente 40 pessoas, a maioria homens, mas também estão presentes algumas mulheres. As pessoas se organizaram em três níveis de alinhamento, de maneira que as que estão mais a frente estão sentadas em cadeiras, e as que estão mais atrás permanecem em pé e o terceiro provavelmente usam a escada de entrada do prédio.

A maioria dos homens veste terno, com exceção do homem ao centro, com vestes aparentemente de militar. As calças e paletós possuem corte reto, sempre utilizando camisas de cores claras por baixo e gravatas mais escuras. Os ternos variam de cores bastante claras, passando por alguns tons intermediários, até alguns de tons bastante escuros. O homem de veste militar utiliza uma camisa de manga longa justa, com

abotoamento central, um cinto marcando a cintura e outra atravessando o peito na diagonal. A calça também é justa, completada com botas mais escuras e longas, até a altura dos joelhos.

O olhar também é atraído para as mulheres, que vestem saias com formato trapezoidal, na altura das panturrilhas, camisas de cores claras, sempre com alguma outra peça por cima, seja um blazer ou um colete.



Figura 4 - Escola Japonesa de Londrina
: Acervo fotográfico do Museu Histórico de Londrina

Quanto à construção da escola japonesa, ela é feita de ripas de madeira escura e regulares, possuindo uma uniformidade maior se comparada à casa da primeira imagem. A escola, que ocupa grande parte da imagem, foi fotografada de frente, sendo o olhar atraído para a porta ao centro, que é acompanhada de duas bandeiras, e devido a arquitetura da construção, dá a ela uma posição de destaque. Os formatos observados na construção são, em sua maioria, retângulos de diferentes dimensões, com exceção do telhado principal, que possui um formato trapezoidal, e do telhado acima da porta, que forma um triângulo. No primeiro plano da imagem, observamos ainda o chão de terra escura que, apesar de possuir pedras que formam pequenas irregularidades, é bastante plano.

A mensagem icônica transmitida pela fotografia é, mais uma vez, de um momento de união e conquistas na nova terra. Os trajes formais mostram que a ocasião era especial, fato que pode ser confirmado com a maneira que as pessoas se organizam, mostrando claramente que se tratava de uma foto posada, previamente elaborada. O chão de terra escura não representa somente a terra fértil da região, mas indica

uma provável interferência humana no local, que modificou o terreno, deixando-o mais regular.

As bandeiras ao lado da porta demonstram respeito e orgulho das nações representadas. A escola em si manifesta a preocupação com a educação, mesmo no início da colonização da cidade. Indica também o cuidado em preservar e transmitir às novas gerações a cultura dos pioneiros, neste caso japoneses.

5 | CONSTRUÇÃO DOS PROTÓTIPOS DE PERSONAGENS HISTÓRICOS



Figura 5 - Visão geral da maquete

Fonte: das autoras

Após as análises verificou-se as formas coincidentes, ou que mais se adequavam aos personagens pelo grupo de pesquisa e a partir destas escolhas foram construídos três protótipos que representam os personagens históricos da cidade, sendo dois homens e uma mulher.

Os personagens e suas vestimentas foram construídos na escala 1:10, utilizou-se como material o *biscuit*. Para uma visualização mais próxima à realidade do Museu, eles foram locados em uma maquete, realizada com papel própria na mesma escala dos personagens, que reproduz o primeiro cenário da exposição permanente, a Casa Central de David Dequech (figura 5), uma venda de secos e molhados, que foi um dos primeiros comércios da cidade. O primeiro personagem é um homem posicionado na frente da venda, próximo à porta, representando o dono do estabelecimento (figura 6). Seu braço direito está estendido para frente, como se estivesse chamando os clientes

para entrarem em seu comércio. Ele veste uma camisa branca, por dentro da calça, com botões frontais e mangas dobradas na altura dos cotovelos. A calça possui corte reto e cor marrom, ajustada por um cinto de cor mais escura. Nos pés os sapatos são fechados e de cor escura, enquanto a cabeça é coberta por um chapéu de mesma tonalidade da calça.



Figura 6 - Primeiro personagem

Fonte: das autoras

Dentro do comércio, atrás do balcão, foi locada uma personagem mulher (figura 7). Ela representa a esposa do dono do estabelecimento, e é responsável por atender os clientes. Seu braço direito está estendido, levemente apoiado no balcão. Sua vestimenta consiste em um vestido de cor clara, com mangas curtas e comprimento na panturrilha. Não possui cintura marcada que disfarça a cintura grossa e a saia do vestido é mais ampla próximo à barra. O cabelo é curto e ondulado, de cor escura, e os sapatos em estilo boneca, da mesma cor do vestido.



Figura 7 - Segundo personagem

Fonte: das autoras

O último personagem está posicionado do lado de fora da entrada principal da venda, perto da parede lateral direita (figura 8). Ele está montado em uma sela, de cor marrom, representando a chegada de um cliente à venda, que chega à cavalo. O personagem veste uma roupa social, composta por uma camisa branca, de botões na frente, sobreposta por um blazer, de cor preta, usado sem abotoar. A calça, também preta é de corte reto, acompanha sapatos da mesma tonalidade e um chapéu de cor marrom escura. Este entorno necessita de adequações tanto para a inserção deste personagem quanto do primeiro, no entanto, salienta-se que a entrada da casa deve ser preservada.



Figura 8 - Terceiro personagem

Fonte: das autoras

CONCLUSÕES

O levantamento bibliográfico acerca dos acervos de patrimônios históricos e da preservação da memória coletiva deixou clara a importância para estas ações para a sociedade, assim como a dos museus e sua permanente atualização. Através da preservação e exibição dos patrimônios, tanto materiais quanto imateriais, os museus transmitem conhecimento e criam a memória coletiva. Por este motivo é possível perceber a relevância do Museu Histórico de Londrina para a sociedade local, no entanto, precisam estar constantemente melhorando seu acervo de acordo com o interesse e necessidade dos visitantes.

Entre os objetos contidos no acervo do Museu estão peças de vestuário. O vestuário pode ser uma valiosa fonte para estudos históricos, e devido às suas características simbólicas pode tornar mais fácil para o público a visualização e o entendimento de uma determinada época. Apesar deste acervo, a exposição permanente não utiliza estes objetos e desta forma acumula vestes que não são expostas.

As análises das fotografias revelaram que a década de 1930 em Londrina foi de muito trabalho das famílias na construção da cidade, o que denota o valor do pertencimento ao lugar, pela postura austera da maioria masculina com suas roupas

formais. Observou-se um padrão de ternos de corte reto (muitas vezes sem o colete), acompanhados de camisas de cor clara e gravatas longas. Os chapéus de diferentes formatos estão sempre presentes. A roupa feminina constituída de vestidos ou saias evasês até as panturrilhas, e a parte de cima com mangas curtas, degotes em vê ou quadrados. A presença feminina está ligada à informalidade da vida privada, apenas as inglesas (familiares dos colonizadores) faziam parte de algumas ocasiões formais. Apesar do trabalho diário, da terra vermelha e do calor que mitos não estavam acostumados, vestiam-se com recato para os eventos ou mesmo para tirar uma fotografia.

A arquitetura, bastante simplificada, utilizava formatos retangulares e sem ornamentos. A casa de madeira de palmito, comum na região, convivia com as de madeira beneficiada e de tijolos em estilo arquitetônico *Art-Decô*, utilizada na maior parte das primeiras construções. Os cenários construídos no museu condizem com as análises, mas necessitam apenas adequações para visibilidade dos objetos pelos visitantes mais característicos daquele tempo. É evidente a necessidade da presença masculina nos espaços públicos com roupas formais e chapéu; a presença feminina deve estar nos espaços privados e de trabalho utilizando veste de tecido de algodão, saia evasê até a panturrilha, degote quadrado ou em vê, mangas curtas, cabelos curtos e ondulados.

Desta maneira, os três protótipos de personagens históricos foram construídos seguindo as especificações obtidas com a análise. A mulher, caracterizada por um vestido de cor clara, mangas curtas e comprimento nas panturrilhas, foi posicionada na parte interna da venda, atrás do balcão, sendo responsável pelo atendimento dos consumidores. Um dos homens que veste uma camisa branca, calça escura, cinto e chapéu, representa o dono da venda, localizado perto da porta, como se chamasse os clientes. O último personagem foi idealizado com roupas formais (terno preto e camisa branca) e está sentado em uma sela, representando a chegada das pessoas à venda tanto para comprar, vender ou mesmo para conversar.

Ao comparar as vestimentas escolhidas para os protótipos com as que estão presentes no acervo do Museu, pode-se constatar a existência de roupas masculinas com características semelhantes as das análises, como ternos de corte reto e camisas de cores claras. Nota-se, porém, a ausência de roupas casuais femininas da década de 1930 no acervo. Desta forma, a fim de exibir de forma adequada as vestimentas da época, será necessário a reprodução, em escala real, de um vestido com características equivalente às das fotografias.

A maquete e os protótipos dos personagens serão levados ao Museu, a fim de verificar com os funcionários e os visitantes se a proposta facilitará o entendimento sobre o tempo específico, como também a relação comparativa com o tempo presente. Esta análise será motivo de um novo estudo que será realizado em 2019 pelo Departamento de Design da Universidade Estadual de Londrina e o Museu Histórico de Londrina. Quando for validado será necessária a busca de parceiros para

a realização da proposta.

REFERÊNCIAS

BENARUSH, Michelle Kauffmann. Por uma museologia do vestuário: patrimônio, memória, cultura. In: MERLO, Márcia. **Memórias e museus**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2015. p. 99 – 111.

BRASIL. Artigo nº 216 da Constituição Federal. **Patrimônio Cultural Brasileiro**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FORNASIER, Cleuza; MARTINS, Rosane. Metodologia facilitadora. In: **Anais 7º Congresso Brasileiro de Pesquisa em Design**. Curitiba, 2006.

MERLO, Márcia; CARACIO, Karen. Moda e indumentária aplicada ao estudo da museologia. In: **Moda Palavra**, UDESC, v. 5, n. 10, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/7746>. Acesso em: 11/02/18

MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA – **Missão**. Disponível em: <http://www.uel.br/museu/missao.html/>. Acesso em 06/06/2016

NACIF, Maria Cristina Volpi. As roupas pelo avesso: cultura material e histórica social do vestuário. In: **Anais do 9 Colóquio de Moda**. Fortaleza, 2013.

SOUZA, Larissa; FORNASIER, Cleuza. Método de análise de mensagens visuais para a verificação de condutores de significados culturais. In: **Anais VII World Congresso n Communication and Arts**. Vila Real, Portugal, 2014.

LABORATÓRIO FILOSÓFICO “SORGE LEBENS”: MAIORIDADE PENAL E SUAS IMPLICÂNCIAS

Everton Luis Israel Ribas

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, Curso de
Direito – Cruz Alta-RS

Vanessa, Steigleder Neubauer

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, Curso de
Direito – Cruz Alta-RS

Rafael Vieira de Mello Lopes

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, Curso de
Direito – Cruz Alta-RS

Fagner Cuozzo Pias

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, Curso de
Direito – Cruz Alta-RS

RESUMO: O presente trabalho apresenta reflexões oriundas das vivências acadêmicas das rodas de conversa do eixo temático “Maioridade Penal”, desenvolvido no semestre de 2016/I, decorrente das atividades do projeto de extensão da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) intitulado Laboratório Filosófico de Ensino, Pesquisa e Extensão “Sorge Lebens” – o conhecimento implicado à dimensão do cuidado para com a vida. O projeto realiza conferências específicas sobre a ética e rodas de conversa por eixos temáticos que norteiam as discussões e instigam os integrantes do projeto a pensar na criação de propostas de intervenção na comunidade, em especial no âmbito do Ensino Médio do município de Cruz Alta. O texto descreve a vivência nesse espaço de reflexão,

discorrendo sobre questões relacionadas às diversas implicâncias que a diminuição da idade mínima de prisão no Brasil poderia causar, tanto estruturalmente, no âmbito dos presídios, quanto socialmente, na continuação da crescente violência que os entes públicos parecem ignorar. Percebe-se, nesse contexto, a utilização do poder da propaganda midiática para a criação de uma massa cinzenta com relação à classe de jovens pobres e geralmente negros, vítimas da violência estrutural causada por vícios e calamidade, que partem para o mundo do crime, sendo frequentemente vistos como marginais e rotulados sob os mais diversos tipos de palavreados vindos da grande potência televisiva e das redes sociais conservadoras, que insistem, por assim dizer, no método de barbárie e crueldade, do “olho por olho, dente por dente”, que empurra aqueles que sofrem com o despreparo de um Estado falido socialmente.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Penal. Maioridade Penal. Filosofia. Violência.

ABSTRACT: This paper presents observations from the academic experiences that emerged from the conversation circles of the discussion group on “Minimum Age of Criminal Responsibility”, which was developed in the first half of 2016 and is a part of the activities of the extension project of the Universidade de Cruz

Alta (UNICRUZ) entitled Laboratório Filosófico de Ensino, Pesquisa e Extensão “Sorge Lebens” – o conhecimento implicado à dimensão do cuidado para com a vida. The project performs specific conferences on ethics and conversation circles for themes that guide the discussions and that instigate the project members to think about the creation of proposals for intervention in the community, particularly in the context of the high school education of the city of Cruz Alta. The text describes the experience in this space for reflection through the discussion of issues related to the various implications that the decrease in prison minimum age in Brazil could cause both structurally (within the prisons) and socially (in the continuation of the growing violence that the public agencies seem to ignore). It is understood, in this context, the use of the media advertising power to create a gray mass regarding the class of poor young people, generally of black color, which is victim of structural violence caused by addictions and calamity; this group of young people, which enters the world of crime, is often seen as marginal and labeled under the most diverse gabble from mass television power and conservative social networks, which insist, so to speak, in the method of barbarism and cruelty, “eye for eye, tooth for tooth”, pushing away those who suffer from the lack of preparation of a socially flawed state.

KEYWORDS: Criminal Law. Minimum Age of Criminal Responsibility. Philosophy. Violence.

1 | INTRODUÇÃO

A discussão acerca da violência tem se tornado comum, haja vista que se percebeu um gigantesco aumento da criminalidade na última década, ocasionado por diversos fatores ligados à vida da sociedade brasileira.

Ocorre que não é muito fácil escapar da pressão que esse aumento tem causado, sendo quase impossível ligar a televisão nos dias de hoje sem se deparar com notícias fortes e perturbantes. Com o grande agravo criminal que se instaura no país, também cresce um problema conhecido dos cidadãos, principalmente das grandes metrópoles: adolescentes e crianças que cometem crimes. Atualmente, a seguinte questão está sendo fortemente discutida: por que crianças e adolescentes que cometem crimes não recebem o mesmo tratamento que os adultos?

É importante salientar, antes de tudo, que há um grande cerco midiático envolvendo o tema da maioridade penal. Não obstante, há uma série de dados estatísticos que realmente confirmam que o número de crimes cometidos por jovens tem crescido em escala assustadora no país. Dentre as infrações, estão delitos torpes e fúteis, como os assassinatos.

A grande mídia estabelece-se como formador de opinião tão forte sobre o tema que é quase impossível conversar sobre o tema com pessoas que não tenham algum conhecimento especializado nas áreas da pedagogia e sociologia, pois os indivíduos comuns do quadro societários brasileiro adquirem a informação pelos jornais locais e

nacionais, que, em suas visões, são noticiários legítimos, éticos e construtivos.

Sabendo disso, destaca-se que este trabalho não se fundamenta em tratar especificamente da mídia e suas formas de noticiar (pela visão dos que acreditam em uma sociedade mais ética). O interesse deste escrito é discutir a fim de que entendamos a verdadeira realidade dos jovens em situação de criminalidade, fazendo, para tanto, uso de materiais distribuídos ao longo do semestre no Laboratório Filosófico de Ensino, Pesquisa e Extensão “Sorge Lebens” – o conhecimento implicado à dimensão do cuidado para com a vida e tratar dos temas discutidos no eixo “Maioridade Penal”. O objetivo do texto é, nesse ínterim, esclarecer alguns aspectos das crianças que são vítimas fáceis da grande máquina corrupta e de propaganda do Brasil.

Um dos pontos principais a ser questionado é: por que a sociedade quer reduzir a maioridade penal? Seria isso reflexo da violência? É necessário que se faça, através do estudo, o esclarecimento de diversas questões populares que certamente não são respondidas pelos jornais. A partir dessa premissa, serão esclarecidas neste artigo, por meio de textos filosóficos e científicos de diversos autores, questões pertinentes à maioridade penal. Acredita-se que, com essa discussão, é possível entender melhor a situação pela qual passa a sociedade.

2 | METODOLOGIA E/OU MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo é de cunho bibliográfico, implicado a um relato de experiência de um projeto do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX) da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). O texto tem como base os textos trabalhados durante os encontros do eixo temático “Maioridade Penal”, desenvolvido durante o primeiro semestre do ano de 2016 em meio às atividades do Laboratório Filosófico de Ensino, Pesquisa e Extensão “Sorge Lebens” – o conhecimento implicado à dimensão do cuidado para com a vida. Tais materiais foram distribuídos pelos professores colaboradores durante os encontros e estão citados nas referências, apresentadas no final deste artigo.

O eixo temático que gerou a presente discussão envolve a participação da comunidade do município de Cruz Alta em parceria com a UNICRUZ. Dentre os principais grupos envolvidos, estão as escolas públicas de Ensino Médio da rede estadual de ensino, supervisionadas pela 9ª Coordenadoria Regional de Educação, para as quais o Laboratório planeja diversas intervenções semestrais a partir de eixos específicos, a exemplo do espaço que discute a maioridade penal.

3 | OS MITOS DA VIOLÊNCIA ADOLESCENTE

Mário Volpi, oficial de comunicações e projetos na área de adolescência e privação de liberdade do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (Unicef), diz que a opinião pública sofre influência de três mitos quando analisa o tema da maioridade penal, sendo eles: o agravamento de pena como forma de diminuir delitos,

o hiperdimensionamento do problema e a periculosidade do adolescente (DREYER, 2002, p.2).

Não bastando esses três mitos, há ainda outro muito famoso, que é o da inimputabilidade do jovem infrator, ou seja, a afirmativa de que o jovem não é passível de qualquer tipo de repressão judiciária e, portanto, tem o livre-arbítrio de tornar-se criminoso, o que não é verdade.

Infelizmente, há uma grande censura pelos grandes meios de comunicação quanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas diversas formas de medidas socioeducativas para os jovens. Tal censura é provocada pelo grande interesse propagandístico da televisão e políticos para o ganho de votos conservadores e extremistas, pois é sabido que o ECA prevê, em seus artigos, diversas formas de punições disciplinares para jovens infratores, com o mesmo fundamento do Código Penal utilizado para adultos, porém mais brando e com viés pedagógico, ponto que será tratado mais tarde e com mais clareza neste artigo (DREYER, 2002, p.2).

Segundo Volpi, há uma ideia absurda que faz as pessoas acreditarem que criminosos leem o Código Penal antes de cometer algum crime e o fazem com total discernimento das consequências (DREYER, 2002, p.2). Ainda, há a crença de que, se o delito for grave, o indivíduo não o cometerá, pois a pena será grande, a exemplo da pena de morte dos Estados Unidos. Esse método já foi comprovado por estatísticas recentes daquele país como não funcional para a diminuição dos crimes graves.

4 | HIPERDIMENSIONAMENTO DO PROBLEMA

O segundo tópico fundamental, segundo Volpi, é a ideia da população de que milhões de adolescentes cometem delitos pelas ruas de forma ousada diariamente. Grande parte do fomento é midiático, uma vez que, toda vez que crimes, infelizmente rotineiros, são transmitidos pela televisão, aparecem como calamidades diárias, enquanto um crime cometido por um jovem é tratado como um terrorismo legislativo para o qual não se encontra solução (DREYER, 2002, p.2).

No que tange à periculosidade do adolescente, novamente, os meios de comunicação são apontados como os grandes vilões de discurso oficial. O fenômeno é tratado de forma sensacionalista, rotulando os jovens como ousados, violentos e sem medo da lei, categorizando seus atos como impunes a qualquer tipo de punição, sempre trazendo à tona estatísticas relacionadas ao aumento do envolvimento de jovens no crime organizado.

Porém, segundo estatísticas, 80% dos delitos cometidos por jovens são contra o patrimônio, ou seja, sem violência ou grave ameaça, e que os mesmos o fazem para, geralmente, sustentar o uso de drogas, que é um fator triste e real, presente na vida de quase todos os jovens em situação de risco social em nosso país. Essa estatística ainda serve para desmentir a afirmação de que as crianças são violentas e utilizam-se

de sua torpeza para cometimento de seus atos.

5 | AS CONTRIBUIÇÕES POSITIVAS DA MÍDIA

De qualquer forma, deve ser destacado que a mídia pode ter um papel fundamental para o provimento de melhorias relacionadas à vida da criança e do adolescente. Volpi trata da seguinte forma essa participação:

Analisamos cerca de 7 mil reportagens que foram publicadas nos 50 principais jornais do país. Notamos que houve um crescimento da cobertura do tema da criança e do adolescente em diversas áreas, com grandes melhoras em assuntos como mortalidade infantil, políticas públicas, atendimento à gestante, qualidade alimentar, etc. Mas a cobertura melhorou principalmente quanto à educação, pois houve uma ampliação no número de notícias. Existem jornalistas que se especializaram nesse assunto, criando inúmeras colunas e até editoriais de educação. (DREYER, 2010, p. 3).

Se o sensacionalismo, em alguns jornais, retarda o desenvolvimento de políticas beneficentes para jovens de um lado, de outro há diversos ramos midiáticos que se dedicam a falar das políticas governamentais e particulares para auxílio de crianças e adolescentes em situação de risco no Brasil.

Há, inclusive, diversos projetos sociais desenvolvidos por emissoras televisivas brasileiras que se dedicam, a partir de doações, ao incentivo à cultura e à inclusão, fatores considerados por especialistas como fundamentais para evitar que jovens de baixa renda entrem para o mundo do crime. Existem também diferentes outros ramos não televisivos de inclusão, como a Orquestra Sinfônica do Rio de Janeiro, por exemplo, que promove o ensino da teoria musical erudita a jovens carentes das favelas (VENTURA, 2012).

6 | AS REPORTAGENS QUE AINDA NÃO COLABORAM

Os jornais mais sensacionalistas (famosos pela dramatização e problematização sem fundamento de crimes cotidianos) têm responsabilidade vital para a piora do quadro infanto-juvenil no Brasil. As reportagens se utilizam de um meio apenas, que é o boletim policial, mesmo que qualquer jornalista sério saiba que essa não é uma fonte confiável para uma cobertura mais contextualizada, já que é baseada nos interesses do policial de plantão e das secretarias de segurança pública. Mario Volpi diz que “A imprensa insiste em utilizar uma única fonte para essa cobertura [...] é o terreno em que a mídia se move da pior forma possível [...] apenas transformando crianças em monstros” (DREYER, 2002 p. 3).

“[...] UNICEF, órgão da ONU [...] traz levantamentos recentes. Da informação de 53 países, sem contar o Brasil, temos que 42 deles (79%) adotam a maioria penal aos 18 anos ou mais. Esta fixação majoritária decorre das recomendações internacionais que sugerem a existência de um sistema de justiça especializado para julgar, processar e responsabilizar autores de delitos abaixo dos 18 anos”

Se, por um lado, alguns canais televisivos se utilizam da boa-fé propagandística no ato de promover os feitos, mesmo que ainda com diversas peculiaridades que devem ser corrigidas, outros se utilizam dos problemas e brechas da lei para transformar notícias que seriam “breves” no jornal em uma manchete inteira (DREYER, 2002, p. 3) somente pelo fato de o delito ter sido cometido por um jovem “impune”.

7 | POR QUE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE É PRESSIONADA?

Além das pautas mencionadas anteriormente, Sande Nascimento de Arruda, analista judiciário do TRT da 21ª Região (Rio Grande do Norte), afirma que, dentre as justificativas mais comuns compartilhadas pelos simpatizantes da diminuição da maioridade penal, estão: a diferença de maturidade infanto-juvenil entre os jovens dos séculos XXI e XX, causada pelo acesso à informação; o aproveitamento de criminosos maiores de idade pelo conhecimento da inimputabilidade dos jovens para cometer crimes; a ideia de que se um jovem pode votar com 16 (dezesesseis) anos, também pode responder criminalmente (ARRUDA, 2010, p. 2)

Quanto ao último item, relacionado à votação, é importante ressaltar a sua voluntariedade, pois, o legislador pátrio entendeu que o jovem menor de 18 e maior de 16 não tem capacidade de discernimento totalmente desenvolvida. No entanto, ele poderia, sim, ajudar na manutenção da democracia se assim fosse, mas de forma voluntária, já que não estaria obrigado a tal ato.

Nesse sentido, destaca PERCHE (2008, n.p):

As propostas de diminuição da idade de responsabilidade penal utilizam como argumento justificativas tais como a necessidade de medidas ressocializadoras e do aumento da repressividade diante da percepção de impunidade das infrações cometidas pelo jovem, a capacidade de discernimento do adolescente ou ainda a possibilidade de eleger os representantes políticos através do exercício do voto. Outros tantos grupos sociais, juristas e autores doutrinários, entretanto, se insurgem contra esses posicionamentos, deslegitimando tais argumentos sob diferentes aspectos. (PERCHE, 2008).

Segundo Arruda (2010, p. 3), há uma vasta dificuldade de o leigo compreender que inimputabilidade não significa o mesmo que impune à lei, e isso faz com que as pessoas tenham mais facilidade em aceitar a ideia de diminuição da maioridade penal, pelo fato de ser imoral a ideia de deixar criminosos de qualquer idade soltos.

Dessa forma, o que se pretende com essas justificativas é não enfrentar as verdadeiras causas geradoras da violência. Esses argumentos são ilusões criadas para convencer a sociedade de que o problema se resolve por um único caminho, que é a punição severa e genérica para todos os atos ilícitos que são praticados (ARRUDA, 2010, p. 3).

8 | MATURIDADE INFANTO-JUVENIL E RESPONSABILIDADE PENAL

Com a facilidade de acesso ao mundo das comunicações existente nos dias de hoje, é de grande dificuldade argumentativa afirmar que um jovem entre 14 e 18 anos não tenha discernimento sobre as consequências criminais de seus atos.

Porém, Arruda (2010, p. 3) destaca que “confundir conhecimentos fragmentados como os da televisão, da rede mundial de computadores e do rádio com desenvolvimento pleno da consciência é distorcer a formação de valores morais e éticos a ser ensinados aos jovens”, ou seja, há uma confusão pela sociedade entre o discernimento do certo ao errado, com a capacidade do colhimento de informações que é prática comum do ser humano.

Outro problema muito comum de ser encontrado é o desconhecimento de boa parte da sociedade acerca da realidade dos fatos relacionados à punição dos jovens. Os maiores de 12 e menores de 18, diferente da crença da cultura popular, são remetidos não ao sistema prisional comum dos maiores de idade, e sim para um tratamento reeducativo mais adequado para aquele delito cometido, podendo ser desde uma advertência e trabalhos comunitários para repor o prejuízo (dano, por exemplo) até a detenção para fins educativos, o que nos leva a entender que os jovens sofrem sim de sanções não penais, ou seja, medidas socioeducativas (ARRUDA, 2010, p. 4).

As medidas socioeducativas que estão previstas no ECA são manifestações do Estado em resposta ao ato infracional que têm o mesmo objetivo do Código Penal, com fundamento de impor uma sanção com caráter pedagógico e educacional (ARRUDA, 2010, p. 3).

9 | PARADOXO LEGISLATIVO E SENSACIONALISMO

Quando falamos em maioria penal, é imprescindível tratar do fenômeno legislativo que há por trás dessa ideia. A Carta Política traz ao ordenamento jurídico pátrio traz como cláusula pétrea a idade mínima de imputabilidade no Brasil, sendo o art. 60, § 4º, IV, dificultando ou até mesmo impossibilitando, dessa forma, que uma emenda constitucional possa alterá-la.

Para alteração de qualquer cláusula pétrea, seria necessária a criação de uma nova Constituição Federal, pois as mesmas são aspectos imutáveis, sendo o Poder Constituinte Originário o responsável pela modificação constitucional, com suas limitações implícitas e explícitas. Porém, esses sistemas utilizam-se da autodefesa para evitar a pressão política para a criação de uma nova constituição provocada por momentos como os que vivemos hoje, que tendem a prejudicar as boas decisões (COLHADO, 2016).

Mas, como dito algures, toda a sistemática constitucional (não mencionando ainda as infraconstitucionais e os tratados internacionais de que o Brasil faz parte) não é o suficiente para frear as engrenagens propagandísticas. De fato, os doutrinadores

ainda têm dúvida se os políticos de nosso país são descuidados com a lei ou se aproveitam da inocência e do senso comum dos cidadãos, já que a redução da maioria penal é alvo frequente de debates políticos (promovidos pela mídia, principalmente) e quase sempre é tratada como lombada simples para passar por cima, como se fosse algo trivial e que precisa ser superado, e como algo “ignorado” pelos entes federativos.

Outro ponto forte quando nos referimos ao sensacionalismo é a questão sócio educativa das punições. Não somente para as crianças, mas em geral, o sistema penal adotado no Brasil visa (em teoria) a ressocialização do apenado, promovendo adaptação para o retorno às atividades sociais comuns. Nessa ideia trazida pelo Código Penal, o apenado passaria por toda uma sistemática reeducacional para que, com a pena, pudesse entender a gravidade dos seus erros para com a sociedade e pudesse voltar até ela.

Então, fica a questão: se o sistema carcerário brasileiro é falido com os adultos e, em muitas vezes, acaba promovendo pioras em seu estado social por conta do descaso dos entes públicos, como poderíamos colocar crianças nas mesmas celas dos atuais apenados?

Para essa questão, COLHADO (2016, n.p) afirma que “ao analisarmos a redução da maioria penal devemos levar em conta sua inviabilidade, já que inserir um menor infrator no defasado e falido sistema carcerário do nosso país não propiciaria uma regeneração social do mesmo”.

Ou seja, de nada adiantará colocarmos jovens em situação altamente destrutiva, pois isso viola a própria crença constitucional e infraconstitucional no que tange à ressocialização do indivíduo. Desse modo, estaríamos simplesmente jogando no lixo todo o progresso humanista que vem sendo desenvolvido nas últimas décadas.

10 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas sociais são um fantasma antigo na máquina do Estado brasileiro, sobretudo, pelo fato de se dar atenção às práticas de inclusão dos que cometem delitos, que cada vez se se tornam alvos de fogo de odiosidade por aqueles que buscam votos das pessoas que não têm os meios para entender o funcionamento real das práticas que tentam desafogar o sistema carcerário nacional.

Prender um jovem que não tinha condições de ao menos se defender da sociedade e colocá-lo em uma prisão com criminosos mais experientes apenas fomentará a ideia do abandono estatal e desamparo, que é um prejuízo irreparável para o bom desenvolvimento psicológico da criança, conforme destaca ARRUDA (2010, p. 3)

Contudo, cabe frisar que a solução não é reduzir a maioria penal, mas discutir o aperfeiçoamento do processo de execução das medidas aplicadas aos menores, que possui algumas falhas, como a falta de efetiva aplicação de políticas públicas de atendimento. Corrigi-las seria a melhor solução para buscar a recuperação de

jovens que se envolvem em crimes. A proposta da reducionista buscar encobrir as falhas dos poderes, das instituições, família e da sociedade.

Nesse contexto, basta verificar os boletins policiais para constatar que os jovens em situação de risco são em sua maioria negros, não têm pai ou mãe e vivem em situação de pobreza, no sentido jurídico da palavra. Isso remonta aos períodos antigos do Brasil, que batem à nossa porta até os dias de hoje, pois as classes vítimas de violência são as mesmas há décadas, porém atualmente o alvo se volta especialmente para crianças e jovens.

São muitas as causas que levariam qualquer pessoa em situação de risco a cometer crimes, ainda mais uma criança, que não tem seu desenvolvimento psicológico concluído. Há importantes fatores envolvidos nesse contexto, como os familiares e financeiros, por exemplo, e, independentemente da motivação, a principal culpa do cometimento dos crimes é do Estado. Isso se justifica pelo abandono estrutural do Estado com relação às pessoas em situação de risco, que são seres de direito como qualquer outro ser humano, mas esquecidos pela grande cortina da propaganda, que insiste em inverter o ônus da prova como forma de se esquivar de sua responsabilidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz Otávio. Maioridade penal e manipulação de informação no Brasil. **Juristas**, João Pessoa, 6 maio 2013. Disponível em: <<http://www.juristas.com.br/informacao/artigos/majoridade-penal-e-manipulacao-de-informacao-no-brasil/1684/>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

ARRUDA, Sande Nascimento. **Redução da maioridade penal**: proposta reducionista não resolve o problema da delinquência juvenil; frentes de ação devem ser socioeducativas. **Revista Visão Jurídica**, São Paulo, n. 49, p. 66. , 2010.

COLHADO, Junyor Gomes. Redução da maioridade penal: inconstitucional, irracional e inviável. **Jusbrasil**, abr. 2016. Disponível em: <<http://junyor.jusbrasil.com.br/artigos/316636822/reducao-da-maioridade-penal-inconstitucional-irracional-e-inviavel/>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

DREYER, Diogo. **Por que a sociedade quer diminuir a maioridade penal?** 2002. Disponível em: <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/page/por-que-a-sociedade-quer-reduzir-a-maioridade-penal> Acesso em: 12 de ago. 2016.

PERCHE, Carolina Villela. Aspectos acerca da maioridade penal no Brasil: aspectos acerca da maioridade penal no Brasil. **Webartigos**, 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/aspectos-acerca-da-maioridade-penal-no-brasil/19816/>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

VENTURA, Mauro. Orquestras sociais se multiplicam no Brasil, mudando o destino de jovens carentes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 ago. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/orquestras-sociais-se-multiplicam-no-brasil-mudando-destino-de-jovens-carentes-5787491/>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

MOVIMENTOS SOCIAIS E INTERNET

Nildo Viana

Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. nildoviana@ymail.com

Os movimentos sociais sofrem mutações com o processo de mudanças sociais. A sociedade contemporânea vem sofrendo mudanças desde a década de 1980 e marca uma nova fase do capitalismo mundial. Um dos elementos dessa mudança social é o uso do computador e da internet, a rede mundial de computadores. A internet permite formas mais ágeis de comunicação, além de maior horizontalidade e possibilidades de participação, com um custo menor. Esse processo vem chamando a atenção de pesquisadores que iniciam estudos sobre a relação entre internet e sociedade (SLEVIN, 2002). Nesse campo de pesquisa, ganha destaque a que busca estabelecer a relação entre internet e movimentos sociais (MARTÍNEZ et al., 2006; CASTELLS, 2013; GOHN, 2013). Tendo em vista esse processo e o impacto da internet e das redes sociais sobre os movimentos sociais e a sociedade civil em geral, pretendemos analisar a relação estabelecida entre esses dois fenômenos e descobrir qual é sua ressonância

nas lutas sociais contemporâneas.

A análise da relação entre movimentos sociais e internet pressupõe, além de algumas definições conceituais, a começar pelo conceito de movimentos sociais, uma reflexão mais ampla sobre internet e sociedade. Sendo assim, vamos iniciar com uma análise da internet e sua relação com a sociedade, para, num segundo momento, definir e relacionar movimentos sociais e internet.

INTERNET E SOCIEDADE

A relação entre internet e sociedade é complexa e envolve um conjunto enorme de questões, que, obviamente, não poderemos abordar aqui. A nossa intenção, nesse item, é mais modesta. O nosso objetivo é apenas destacar os elementos fundamentais nessa relação para poder, a partir disso, explicar as relações entre movimentos sociais e internet. Quais são esses elementos fundamentais? O primeiro ponto a se destacar é a constituição social da internet; o segundo remete ao caráter piramidal da internet, que é uma reprodução da sociedade dividida em classes sociais; o terceiro é a questão da reprodução social; o quarto ponto são as contradições e potencialidades da internet; o quinto e último ponto é uma

manifestação específica no interior da internet, que são as redes sociais virtuais.

A internet é um produto social e histórico e, como tal, é determinada e datada, bem como suas mutações expressam mutações sociais. A internet surgiu a partir de um conjunto de mudanças sociais e suas origens remotas remetem ao desenvolvimento tecnológico associado ao aparato militar e capital bélico, bem como ao contexto da guerra fria. Segundo Slevin:

A expressão 'novos media' sugere que a internet é, em certa medida, uma invenção súbita, exclusivamente regida por condições inerentes ao seu próprio desenvolvimento tecnológico. Na verdade, nenhuma das nossas modernas tecnologias da comunicação alguma vez surgiu, simples e misteriosamente, saída de um saco de oportunidades tecnológicas independentemente concedidas, como toda moderna tecnologia da comunicação, a Internet está intimamente entretecida no desenvolvimento mais geral do Estado-nação moderno. Num nível diferente, as transmutações introduzidas pelas organizações modernas entrelaçam-se diretamente na natureza da vida individual cotidiana. Nessa medida, o desenvolvimento da internet é um resultado simultaneamente intencional e involuntário do esforço humano. Pode portanto ser melhor compreendido como um resultado de condições técnicas e sociais contraditórias e ricas em tensões, exatamente como as consequências da sua utilização (SLEVIN, 2002, p. 31-32).

A internet emergiu através de um processo oriundo da iniciativa militar e sua extensão para meios acadêmicos, o que desembocou em sua constituição após a criação da WWW, HTML, etc., que permitiram seu uso generalizado na sociedade moderna. Não cabe aqui, por questão de espaço, recontar detalhadamente todo o processo que gerou a internet, o que foi abordado de forma mais breve por alguns autores que trabalham com os movimentos sociais (MARTÍNEZ et al., 2006) e de forma mais aprofundada por outros (SLEVIN, 2002). Cabe apenas destacar que ela não surgiu do acaso ou como mera invenção tecnológica. Ela surgiu a partir de interesses e projetos militares, que depois se ampliam com liberação do código TCP/IP para os meios acadêmicos e ganha novas contribuições de outros setores da sociedade (SLEVIN, 2002; MARTÍNEZ et al., 2006).

Uma vez existente, ela ganha novas contribuições e desenvolvimentos, bem como novos usos. Com o passar do tempo, o uso comercial, policial e outros se acrescentam aos anteriores. Por outro lado, o seu desenvolvimento gerou diversas formas de comunicação. No início, após a criação dos navegadores, a comunicação direta era realizada através dos e-mails e, posteriormente, os chats, até chegar às redes sociais virtuais, tais como o Orkut, Facebook, entre outros. A comunicação indireta emergiu através dos sites e se democratizou com os gratuitos (com propaganda) e mais ainda com os blogs, que dispensa maior domínio sobre o html, além de serem mais dinâmicos. Sites de fotos, vídeos, relacionamentos, entre outros, emergem e passam a ser cada vez mais participativos e abertos à comunicação dos usuários. Assim, o Youtube, entre diversos outros semelhantes, mas sendo o mais usado, permite a qualquer indivíduo postar seus vídeos. No início permitia apenas vídeos curtos (até 10 minutos) e depois autorizou os usuários mais ativos a postagem de vídeos de mais de uma hora. Uma forma de interação é os comentários nos vídeos, além das famosas

curtidas e inscrições, bem como a comunidade do canal do usuário que posta os vídeos (só acessível a quem tem mais de um mil inscritos). Por detrás de todos estes sites, o interesse de seu proprietários é o lucro. O Youtube, por exemplo, exhibe propagandas antes ou durante a exibição de vídeos, vende filmes não disponibilizados, entre outras formas de obtenção de lucro.

O impulso para o desenvolvimento da internet ocorreu, no entanto, com a nova fase do capitalismo, iniciada nos anos 1980. É nessa época que emerge o regime de acumulação integral (VIANA, 2009; BRAGA, 2018; VIANA, 2015a; ORIO, 2014), elemento definidor dessa fase, que marca uma nova onda de mercantilização, gerando a exploração das mercadorias tecnológicas (iniciando com o videocassete e outros produtos tecnológicos, depois passando para computadores, celulares, etc.). Para alguém poder usar a internet, tem que adquirir computador (o que posteriormente se tornou possível via celular, que também precisa ser comprado), ter acesso (pagando um provedor, na maioria dos casos), ter softwares, etc., e quanto mais o uso se expande e universaliza, mais se torna compulsório, o que ocorre inicialmente nas universidades e que acaba se generalizando em toda a sociedade) e mercantilizado. Além disso, outras questões emergem, tal como a burocratização, mas por questão de espaço, nos limitaremos a estas breves observações.

O que se depreende disso tudo é que a internet foi gerada a partir de determinados interesses e objetivos e sofreu uma mutação, passando a atender outros interesses e objetivos. A internet segue a dinâmica das mudanças sociais e não poderia ser diferente. Isso nos remete para o segundo ponto que destacamos na relação entre internet e sociedade, que é o seu caráter piramidal. Nas sociedades de classes, como é o caso da sociedade capitalista, na qual vivemos, as relações sociais se organizam de forma piramidal. A chamada “pirâmide social” é a forma metafórica que melhor expressa essa ordenação da divisão de classes. Numa pirâmide, temos o topo mais restrito e quantitativamente menor e seu alargamento até chegar à base, que é mais ampla e quantitativamente muito superior.

A pirâmide social expressa metaforicamente a relação entre as classes sociais, tendo no topo a classe dominante e no plano intermediário as suas classes auxiliares e, numa escala abaixo, as classes pequeno-proprietárias e mais abaixo, na base, as classes produtoras. No caso da sociedade capitalista, teríamos a burguesia no topo, vindo a seguir pela burocracia e intelectualidade, seguidas pelos pequenos proprietários – o que Marx denominou “lojistas” (MARX, 1986), ou seja, pequenos comerciantes, e pequenos proprietários de empresas) – e pelas classes trabalhadoras (proletariado, subalternos, lumpemproletariado, etc.). Ela expressa, no capitalismo, uma ordenação no qual no topo se encontra quem detém poder e riqueza e é seguido pelos demais, até chegar aos totalmente destituídos de poder e riqueza.

A internet também é piramidal, pois ela reproduz a sociedade capitalista. Obviamente que a percepção disso, assim como na sociedade em geral, não é imediata, pois não são relações sociais transparentes. Assim como na sociedade

capitalista não observamos os indivíduos capitalistas tomando decisões e desfilando na rua para mostrar suas riquezas, como os reis e senhores feudais fizeram em sociedades anteriores, também não percebemos isso na internet. Na sociedade capitalista, a classe capitalista usa o aparato estatal, as fundações e instituições, bem como as empresas capitalistas, para manifestar seu poder e sua riqueza. Ninguém vê propaganda na televisão do capitalista X, nem compra móveis do capitalista Y (seja um indivíduo capitalista, seja uma corporação de capitalistas). Ele vê a propaganda da empresa: Volkswagen, Fiat, Ford, Philco, Casas Bahia, Lojas Americanas, Intel, Microsoft, SBT, Record, Rede Globo, Facebook, e não dos capitalistas (seja indivíduo ou conjunto de indivíduos, que são os proprietários de tais empresas). E a compra nas empresas capitalistas ocorre via internet, shopping centers, lojas físicas ou virtuais. Se alguém quer comprar um refrigerante, compra Coca-Cola, Pepsi, Guaraná Antártica, não diretamente da empresa capitalista que a produziu e sim da empresa capitalista que a distribui, tal como nos hipermercados, como o Walmart, ou nas distribuidoras de bebidas dos pequenos comerciantes. Da mesma forma, os indivíduos não são dirigidos diretamente pelos indivíduos capitalistas, mas sim pelo aparato estatal, suas fundações, empresas. Um operário recebe ordens diretas dos seus superiores na empresa (burocracia empresarial), segue a legislação trabalhista instituída pelo aparato estatal, obedece às leis geradas por ele, etc. Quando a noite assiste TV, não vê o proprietário capitalista e sim apresentadores, artistas, intelectuais, jornalistas, empresas, etc. na programação. Quando ouve uma música, não vê o capital fonográfico e quando assiste um filme não vê o capital cinematográfico.

Da mesma forma, a classe capitalista não aparece sob a forma de indivíduos na internet. Os indivíduos usam o Facebook, mas não veem Mark Zuckerberg. E nas raras vezes que o veem, não é como o capitalista que ele é e sim como o inventor do Facebook (apesar de todas as controvérsias em relação a isto), um empreendedor, um indivíduo criativo, alguém bem-sucedido. Curtem, no Facebook, empresas, mercadorias, etc., tanto as que são divulgadas por amigos virtuais, quanto as que o são por anúncios pagos (sendo que a maioria nem se atenta para tal detalhe). Os indivíduos não percebem que são manipulados, que em todas as redes sociais, blogs, etc., aparecem milhares de propagandas de milhares de mercadorias.

Qualquer pesquisa mostra quais são os sites mais acessados: são os das grandes empresas capitalistas, das grandes instituições capitalistas, das celebridades, etc. Da mesma forma, o maior número de curtidas nas redes sociais são daqueles que aparecem no capital comunicacional, ou seja, nos meios oligopolistas de comunicação – as grandes redes de televisão, de rádio e grandes jornais.

Desta forma, podemos dizer que a internet é um meio de comunicação que possibilita uma ampla participação da população, sendo muito mais ampla do que a que é permitida pelos meios oligopolistas de comunicação (através de shows de auditório, cartas, participação por telefone, entrevistas, etc.). Na internet, é possível fazer comentários nos sites dos grandes jornais, em suas notícias, e colocar sua

opinião, por exemplo. É claro que muitos só são acessíveis para os assinantes, o que significa poder financeiro e estar melhor posicionado na pirâmide social. Ela também permite comentários em blogs, etc., assim como cada indivíduo pode criar gratuitamente seu blog. Da mesma forma, as redes sociais permitem aos indivíduos expor sua vida cotidiana, suas opiniões políticas, seus produtos para venda, etc.

O que tudo isso mostra é que a internet também se organiza de forma piramidal. Ela é marcada, tal como nos meios oligopolistas de comunicação, por uma comunicação assimétrica, convivendo com uma comunicação simétrica. Assim como na sociedade há a hegemonia burguesa e predomina a comunicação assimétrica entre as classes superiores e as classes inferiores (e suas divisões internas) e a comunicação simétrica ocorre entre os semelhantes (por exemplo, dois operários tendem a se comunicar de forma simétrica, ao contrário de uma conversa entre um gerente e um operário, pois aí a forma, nesse caso, é assimétrica), o mesmo ocorre na internet. As chamadas “bolhas” mostram justamente isso. O grande capital domina a internet, tanto no plano mercantil quanto no plano cultural, impondo a hegemonia burguesa. E esse processo assume a forma de uma pirâmide que tem na sua base as classes inferiores, com menor acesso percentual de indivíduos em comparação com as demais classes, com menor bagagem cultural para desenvolver criticidade e questionamento, bem como domínio técnico, menos recursos financeiros para ter conexão com a mesma capacidade e velocidade, menos tempo para pesquisar, etc.

Isso revela, portanto, não apenas o caráter piramidal da internet, mas também o seu caráter reprodutor. A internet reproduz a sociedade capitalista no seu interior. As relações sociais da sociedade capitalista estão reproduzidas na internet. E como ocorre esse processo de reprodução concretamente? Ele ocorre através da divisão de classes e seu caráter piramidal, já aludido, da hegemonia burguesa, da reprodução da sociabilidade capitalista e da mentalidade dominante, dos processos concretos que oferecem um alcance limitado para os indivíduos das classes inferiores e para aqueles que são contestadores e revolucionários, mesmo que alguns destes pertençam às classes superiores.

Se os sites mais acessados, as notícias mais impactantes, as mercadorias mais vendidas, são as do grande capital, então isto reproduz não só a divisão de classes e seu caráter piramidal, mas também reproduz uma determinada mentalidade que é dominante na sociedade capitalista. Trata-se da mentalidade burguesa, que apresenta determinados valores fundamentais (vinculados à competição, burocratização e mercantilização), sentimentos profundos e concepções arraigadas (VIANA, 2007; 2008). A sociabilidade capitalista, marcada pela competição, burocratização e mercantilização também se revela na internet. Esses dois elementos são fundamentais para a reprodução da sociedade moderna e um remete para relações sociais concretas e outro para sua tradução sob a forma de mentalidade.

A burocratização traz o culto à autoridade, a naturalização da necessidade de dirigentes, o formalismo, etc. A internet é marcada por esse processo concretamente,

nas relações sociais virtuais estabelecidas, e nos valores e concepções veiculados pelos seus usuários. Os sites possuem dirigentes, assim como toda a internet é marcada por esse processo. O blog tem um dono, que é seu dirigente. E o mesmo vale para as redes sociais (aqui tomamos o Facebook como exemplo principal), que possuem grupos que tem “administradores”, “moderadores”, numa hierarquia burocrática, que, ilusoriamente, parece livre, mas estão dentro de uma rede social que, por sua vez, impõe regras, limites, e dirige o que pode ou não ter nos grupos virtuais, o que pode e não pode ser postado (em nível mais geral), etc. A hierarquia burocrática se estabelece, desde aquele que cria e administra o grupo até a rede social como um todo que tem sua administração, suas regras, sua punição. Por exemplo, no Facebook, é necessário usar nomes pessoais, um e-mail só pode ter uma conta, não é permitido pornografia, e mais uma centena de exigências e regras. Algumas são aceitáveis e coerentes com a civilidade, outras são formas de controle e censura.

A mercantilização já foi exemplificada e ela reaparece a todo o momento na internet. Os indivíduos valem pelo que têm e não pelo que são. O vinho, o restaurante, a praia, são formas de mostrar o que possuem (recursos para usufruir de coisas ou bens materiais, etc.), o que revela a mentalidade burguesa, mercantil (com as devidas exceções existentes, o que não poderemos abordar aqui). E isso gera também a predominância valorativa do ter e do aparecer. Isso manifestam também a competição e a mentalidade competitiva. As fotos de viagens, de jantares, de sorrisos, roupas, de corpo escultural, são formas de competição, no qual a pessoa tenta passar para os competidores o seu relativo sucesso, que é estar no restaurante X consumindo boa comida (ou não tão boa assim, dependendo do gosto, entre outras coisas), na festa Y, no país ou cidade turística que muitos queriam poder ir, etc. O corpo escultural exposto via fotos, mais comum no caso das mulheres, mostra que a garota X ganha a competição em ser a mais bela e atrai possíveis candidatos, também competidores, a um futuro relacionamento amoroso. A competição se reproduz de forma específica nos meios intelectualizados, onde os debates, especialmente em redes sociais, geralmente não possuem o objetivo de chegar a uma verdade ou um aprendizado, e sim a ganhar o debate, ou seja, a competição intelectual. Obviamente que isso não ocorre explicitamente, com raras exceções, pois é tudo muito “polido”, aparentemente o que ocorre é o contrário: são pessoas elogiando e parabenizando umas às outras, e uma grande parte escondendo os sentimentos correspondentes à mentalidade burguesa, a inveja, o ódio e ciúme, por exemplo.

As pessoas, na internet, estão competindo concretamente e manifestando uma mentalidade competitiva. Estão mercantilizando concretamente e manifestando uma mentalidade mercantil. Da mesma forma, estão burocratizando concretamente e manifestando uma mentalidade burocrática. Isso mostra o caráter reprodutor da internet. A razão disso não é apenas as relações instituídas no mundo virtual, mas as relações sociais instituídas no mundo real, a sociabilidade capitalista e mentalidade burguesa que os indivíduos não deixam no mundo real quando adentram no mundo

virtual. Os indivíduos que agem no mundo virtual da internet são os mesmos que agem no mundo real da sociedade capitalista e, portanto, a reproduzem espontaneamente, e os mecanismos e características da internet, acima aludidos, apenas reproduzem e reforçam isso.

O mundo real, através do meios oligopolistas de comunicação, do Estado, das instituições educacionais e outras, produzem e reproduzem um determinado paradigma hegemônico. São um conjunto de concepções, ideologias, doutrinas, representações cotidianas, correntes de opinião, que são produzidas e reproduzidas nas relações sociais reais e nas relações sociais virtuais. E nesse contexto há uma convergência entre o atual paradigma hegemônico, o subjetivismo, e o caráter participacionista da internet. Esse novo paradigma, que é correspondente ao regime de acumulação integral, coloca a ênfase no “sujeito” e na “subjetividade”, seja o indivíduo, o grupo social, etc. e gera formas de culturalismo que são reproduzidas no mundo virtual, com seu participacionismo aparentemente livre, e acabam reforçando a ignorância generalizada. A questão da ignorância e superficialidade foi abordada por alguns autores (ECO, 2018; CARR, 2018) e é um dos maiores problemas da internet. Porém, voltaremos a tratar disso adiante. Aqui apenas destacamos as múltiplas faces do caráter reprodutor da internet, que será útil para nossa análise dos movimentos sociais.

Porém, essa análise pode parecer extremamente pessimista. Ela, no mínimo, é bem diferente dos apologistas e outros que colocam a internet como a fonte dos protestos e grandes manifestações sociais. Sem dúvida, a internet é um produto dessa sociedade, que se organiza da mesma forma que ela e que a reproduz e reforça. No entanto, é preciso entender que a internet é perpassada por contradições, por lutas, e que tem possibilidades e potencialidades. Muitas vezes, os indivíduos são polidos em sua competição e manifestação de inveja, mas muitos outros são sinceros ou indiferentes ao relativo sucesso ou alegria alheia. Alguns mostram suas publicações não para mostrar o seu sucesso intelectual, mas para dizer: “leiam, pois estes textos trazem mensagens que criticam a competição intelectual e mostram suas raízes e que é preciso mudar”.

Assim como a sociedade capitalista é competitiva, burocrática e mercantil, bem como piramidal e reprodutora de si mesma, ela também traz em si, geralmente nas classes inferiores, elementos de solidariedade, autarquia, valoração do ser; ela traz luta pela transformação social, teoria e crítica revolucionárias, contestação, etc. Ora, isso também se reproduz na internet. Sem dúvida, assim como é marginal na sociedade capitalista, também é marginal na internet. E assim como os setores progressistas da sociedade reproduzem o capitalismo e sua mentalidade, mesmo sendo uma suposta oposição, também o fazem na internet. As lutas políticas na sociedade, a divisão social, bem como os blocos sociais, as distintas concepções políticas, morais, etc., se manifestam na internet. A oposição moderada tem mais espaço, a oposição mais extremista tem menos espaço, os contestadores e os revolucionários são marginalizados e possuem pouquíssimo espaço. Nada de diferente do que ocorre

na sociedade em geral. Um outro elemento, que não poderemos desenvolver, são os efeitos psíquicos de todo esse processo, tal como solidão, evasão, insegurança, depressão, ou seja, formas variadas de insatisfação, o que gera novas contradições na internet e nas redes sociais virtuais.

Mas existe contestação e crítica revolucionária. A solidariedade (a autêntica, não a falsa dos filantropos burgueses ou dos populistas progressistas) também se manifesta, marginalmente, bem como outros valores e concepções. Os interesses antagônicos das classes sociais também se manifestam, embora marginalmente, mesmo porque as classes inferiores não possuem, imediatamente, uma percepção do processo de exploração, dominação, etc., isso só ocorre através da luta. E como isso aparece na internet? Através de alguns poucos sites, um número um pouco maior de blogs, grupos virtuais de debate, ações de organizações e indivíduos no interior das redes sociais virtuais e internet como um todo. Sem dúvida, outros elementos poderiam ser aqui explorados, mas esses são suficientes para mostrar que existem contradições e luta na internet e não apenas reprodução.

O último ponto que precisamos analisar, mesmo que brevemente, são as redes sociais virtuais, pois elas são uma manifestação específica no interior da internet. Por qual motivo precisam ser analisadas? Pelo fato de que elas foram importantes no desencadeamento de protestos em vários lugares do mundo, serem mais abertas a uma comunicação simétrica e por serem mais utilizadas para contestação e luta. As redes sociais virtuais emergem no interior da internet reproduzindo e ampliando as relações do que se convencionou denominar chat ou bate-papo. Os chats reúnem várias pessoas que conversam entre si, diretamente. Assim, se os sites, blogs, etc. permitem comentários, eles podem ou não ser publicados, podem ou não ter regras, etc. Os chats podem ter administrador, mas são mais livres e a forma de comunicação se dá via postagens dos participantes. Os grupos de e-mails são outra fonte de inspiração para as redes sociais. Um indivíduo criava um grupo (o que ocorria muito nas universidades) e debatiam via e-mail, sendo que os e-mails eram enviados para todos do grupo simultaneamente.

As redes sociais virtuais permitem esse mesmo processo de comunicação, de forma ampliada. Nelas é possível a conversa coletiva em um grupo (no antigo Orkut se chamava “comunidade” e no Facebook e WhatsApp se chamam grupo), e permitem as conversas interindividuais (no caso do Facebook, através do bate-papo via Messenger) e passaram a possibilitar, em alguns casos com o desenvolvimento posterior, a postagem de vídeos, textos, links, áudios, etc. Assim, se via e-mail havia a comunicação interindividual, a lista de discussão (grupo de e-mail) gera a comunicação grupal, assim como o chat. As redes sociais virtuais apontam prioritariamente para comunicação grupal, mantendo a interindividual e a global. A comunicação global na internet já ocorria via site e depois blogs, e nas redes sociais ocorrem através das postagens na timeline, ou “linha do tempo”, tal como no Facebook, ou no status, tal como no WhatsApp. Na comunicação global (o que é relativa, pois o indivíduo pode

restringir quem tem acesso, dependendo da rede social), todos que têm acesso ao perfil de um indivíduo podem acessar suas postagens. Assim, o usuário pode realizar postagens que significam comunicação interindividual, grupal ou global.

Os processos anteriormente aludidos também ocorrem nas redes sociais virtuais. As redes sociais virtuais são produtos sociais, são piramidais, são reprodutoras e são marcadas por contradições e lutas. As redes sociais não foram criadas pela população e sim por grandes empresas capitalistas que atuam na internet, desde o Orkut, passando pelo Facebook, até chegar ao WhatsApp, entre diversas outras. As pessoas leem notícias sobre a aquisição de uma por outra e o volume de dinheiro gasto nessas transações sem se atentar para isso. As redes sociais virtuais competem umas com as outras (surgindo as cópias e concorrentes semelhantes, algumas sem grandes chances). O caráter piramidal ocorre tanto no processo de quem controla as informações, as regras, etc., quanto em quem tem mais espaço, mais “curtidas”, mais influência, etc. O caráter reprodutor está presente não apenas porque os usuários trazem as marcas da sociabilidade capitalista e mentalidade burguesa consigo, mas também por causa do seu modo de funcionamento, da força do dinheiro (uma página no Facebook pode ser “impulsionada” por um indivíduo, grupo, instituição, desde que tenha dinheiro para pagar e assim aparecer para um grupo maior de usuários), etc.

As contradições e lutas emergem no seu interior por expressarem a insatisfação, os problemas, as disputas, que existem efetivamente na sociedade. Além disso, oposições emergem a partir da competição social que se reproduz no seu interior, que pode ser interindividual, eleitoral (em épocas de eleições, com defesas e críticas a candidatos), esférica (nas disputas no interior das esferas sociais, tal como a científica e artística), etc. E isso é reforçado pelas ideologias, doutrinas, concepções morais, religiosas, políticas, quando são conflitantes, gerando outros motivos para polêmicas nas redes sociais virtuais. Um dos elementos comuns nas redes sociais virtuais é a formação do que se denominou “bolhas”, ou seja, espaços virtuais nos quais convivem apenas os semelhantes e isso fornece a impressão de que é algo generalizado na sociedade, mas é apenas de um setor da sociedade.

As bolhas reproduzem a divisão social do trabalho existente na sociedade capitalista. Podemos dividir as redes sociais virtuais, embora isso seja mais adequado para redes como o Facebook, por classes sociais, blocos sociais, e suas subdivisões. Dentro da bolha das classes superiores, existem subdivisões por classes, concepção política, regiões culturais, etc. E no interior dessas bolhas, emergem consensos, dissidências, correntes de opinião, chavões, etc. Muitos reproduzem isso sem maior reflexão.

No entanto, é necessário compreender que as redes sociais virtuais são dominadas pelos blocos sociais e pela hegemonia regional em cada um deles. Os blocos sociais são expressões políticas, organizadas e conscientes, de classes sociais, sendo que o bloco dominante, conservador, expressa a classe dominante (burguesia); o bloco progressista expressa as classes auxiliares, especialmente os seus setores

autonomizados (burocracia e intelectualidade); o bloco revolucionário expressa o proletariado (VIANA, 2015b). As bolhas podem expressar a hegemonia regional de um ou outro bloco social, bem como a hegemonia regional de uma ou outra classe social.

Estes elementos introdutórios apenas oferecem um panorama geral da internet e seu objetivo foi fornecer uma análise preliminar para mostrar a sua complexidade e algumas de suas principais características, bem como contribuir para superar as representações cotidianas e concepções ingênuas a seu respeito, o que prejudicaria a compreensão da relação entre ela e os movimentos sociais.

MOVIMENTOS SOCIAIS, INTERNET, REDES SOCIAIS

Muitas vezes se confunde movimentos sociais com outros fenômenos, como manifestações, por exemplo, e, nesse caso, ocorre um processo de abordar manifestações e protestos e sua relação com as redes sociais virtuais (CASTELLS, 2013; GOHN, 2013), gerando um processo analítico distante do que tradicionalmente se define como movimento social. Assim, é necessário expor o conceito de movimentos sociais e analisar sua relação com a internet e seus recursos comunicativos.

Entendemos por movimentos sociais mobilizações de grupos sociais que produzem senso de pertencimento e objetivos gerados por insatisfação social (demandas, necessidades, interesses, etc.) com determinada situação social (VIANA, 2016a). Alguns dos movimentos sociais que mais se destacam são o feminino, negro, estudantil e o ecológico. Os movimentos sociais, portanto, se distinguem dos movimentos de classes sociais (VIANA, 2016b), das organizações mobilizadoras (VIANA, 2017a), entre outros fenômenos semelhantes ou relacionados. Também se distinguem de manifestações e protestos (COSTA, 2016). Para entender isso, é necessário enfatizar que se trata de movimentos de grupos sociais e que são os indivíduos ativistas destes que compõem os movimentos sociais. Os movimentos sociais, no entanto, não são homogêneos, possuem divisões e subdivisões (de classe, cultura, sexo, raça, tendências, organizações, concepções). É fundamental distinguir entre o movimento social e suas ramificações. O movimento feminino, por exemplo, é composto por diversas tendências (orientações políticas), concepções (ideologias, doutrinas), organizações, etc. O sufragismo não é “um” ou “o” movimento feminino e sim uma ramificação do mesmo, assim como o feminismo liberal de Betty Friedan e o feminismo existencialista de Simone de Beauvoir são ramificações do mesmo.

Sendo assim, alguns fenômenos abordados como “movimentos sociais” não constituem efetivamente movimentos sociais. A análise de fenômenos como os Indignados, Occupy Wall Street, entre outros (CASTELLS, 2013; GOHN, 2013) realiza uma confusão entre mobilização e movimentos sociais. Ao confundir fluxos de protestos e movimentos sociais, perde-se de vista a diferença entre o esporádico e conjuntural e o permanente e estrutural.

Assim, após expor o conceito de movimentos sociais, podemos focalizar a relação entre estes e a internet. A internet, como colocamos anteriormente, é um novo meio de comunicação que emerge e se desenvolve, aumentando cada vez mais o número de usuários e ganhando usos distintos com objetivos distintos. Qual é o uso da internet pelos movimentos sociais? Essa é uma questão importante, mas não é a única. Outras questões devem ser levantadas, tais como: qual é a influência da internet sobre os movimentos sociais? A complexidade e diferenciação interna da internet revela a complexidade dessa relação. Da mesma forma, a relação entre movimentos sociais e internet não pode ser isolada de outras relações, tais como a da internet e estado, classes sociais, blocos sociais, mercantilização, burocratização, etc.

O uso da internet pelos movimentos sociais é variado. A internet acaba sendo uma ferramenta de comunicação interna dos movimentos sociais e divulgação de suas demandas, ações, etc., para o público externo, tornando-se mais uma forma de atuação dos mesmos. Então podemos elencar os seguintes usos da internet pelos movimentos sociais: a) comunicação interna, na qual os membros de uma organização mobilizadora ou do conjunto do movimento social se comunicam; b) divulgação de suas reivindicações, no qual busca atingir a população ou setores dela divulgando suas demandas, ações, eventos, manifestações, etc.; c) manifestação de suas concepções (ideologias, doutrinas, representações etc.); d) busca de novas adesões, tentando conquistar mais adeptos e ativistas; e) busca de apoio de outros setores da sociedade, como patrocínio, participação em eventos e ações, etc. Esses usos variam de acordo com a ramificação do movimento social, pois existem organizações mobilizadoras, tendências, concepções, com maior força e capacidade de atuação do que outras.

Assim, o uso dos movimentos sociais na internet reproduz a situação piramidal, pois as organizações mobilizadoras com mais recursos, maior número de ativistas, etc., também possuem melhores condições de atuação e uso mais eficaz no mundo virtual. Assim, uma organização mobilizadora poderá ter site e blog, outra apenas blog. O blog, por sua vez, pode ser atualizado raramente ou cotidianamente. Isso depende dos recursos financeiros e humanos. Os recursos humanos podem compensar a falta de recursos financeiros, quando o ativismo é intenso por parte de alguns indivíduos. Por outro lado, as tendências hegemônicas tendem a ser mais eficazes e ter melhor recepção daqueles que atingem virtualmente. Desta forma, não é difícil perceber que as tendências conservadoras e reformistas são hegemônicas na internet e nas redes sociais virtuais. As redes sociais virtuais são outro espaço de atuação, mas com mais debate e polêmicas, e confronto de ideias, concepções, correntes de opinião, etc.

Os movimentos sociais também são atingidos pela internet, especialmente as redes sociais, como o Facebook, pois são apoiados, questionados e reformulados nesse espaço virtual. Na verdade, os ativistas são atingidos pela internet como um todo – assim como fora da internet são atingidos pelos meios oligopolistas de comunicação, instituições, etc. –, mas nos últimos tempos as redes sociais virtuais ganharam maior espaço, especialmente para os ativistas de movimentos sociais, militantes políticos,

entre outros, pois permitem uma participação e ação, tal como as elencadas acima. As correntes de opinião atingem os ativistas, bem como as ideologias e doutrinas hegemônicas na sociedade civil e na internet. No fundo, a internet reproduz o paradigma hegemônico, o subjetivismo, e o participacionismo na rede mundial de computadores e, o que é mais forte nas redes sociais virtuais, parece confirmar a concepção subjetivista. Muitos pensam que foram “empoderados”, se tornaram “protagonistas” (inclusive sem saber a origem dessa terminologia e seu significado político), que são expressão de sua própria “subjetividade”, confundindo participacionismo e práxis, espontaneidade e liberdade (VIANA, 2015c).

No caso das redes sociais virtuais, os ativistas dos movimentos sociais tendem a se inserir em bolhas que são ilusórias. As bolhas virtuais são ilusórias por que os indivíduos inseridos nelas, incluindo os ativistas, passam a acreditar que o que é hegemônico no seu interior é verdadeiro, quase consensual (o que é verdade na bolha, mas não fora dela, e existem outras bolhas, opostas e até antagônicas), o que reforça intolerância e incomunicação. Isso, por sua vez, não prejudica apenas os ativistas como indivíduos, mas como a sua organização mobilizadora e/ou o grupo social de base do seu movimento social. Os indivíduos ativistas são prejudicados por romperem relações pessoais, criarem expectativas irrealistas, gerarem insatisfação psíquica, entre outros processos. As organizações mobilizadoras são prejudicadas por perderem apoios, simpatizantes, capacidade de mobilização, ao lados dos problemas que atingem seus ativistas e que repercutem na organização.

De qualquer forma, é preciso reconhecer que o caráter piramidal e reprodutor da internet atinge os movimentos sociais, que também são atingidos pelo mundo real. Isso reforça a hegemonia burguesa, a reprodução do subjetivismo e a supremacia do conservadorismo e progressismo nos movimentos sociais. O subjetivismo e a recusa da teoria e da razão, que são produzidas e reproduzidas por diversas ideologias e concepções, reforçam essa situação de debilitamento crítico e político dos movimentos sociais. Isso é mais forte em suas tendências hegemônicas, mas atinge o movimento social como um todo. Nesse contexto, surge, por exemplo, o imaginário conveniente sobre “vivência” e “lugar de fala” (VIANA, 2017b), divulgado via blogs e redes sociais virtuais, entre outros espaços virtuais.

As divisões que perpassam a sociedade, especialmente as lutas de classes, também se reproduzem nos movimentos sociais, no mundo real e no mundo virtual. A internet reproduz e reforça isso. As redes sociais virtuais e bolhas virtuais acabam incentivando manifestações cada vez mais exóticas no seu interior e permitindo emergência de moralismos (conservador e progressista) e do imoralismo. O moralismo se expandiu e virou palco de disputas e polêmicas, ocupando muitas vezes mais espaço que a reflexão, a teoria (ou ideologia), projetos políticos, etc. O moralismo, por suas próprias características, acaba reforçando o conflito, a polêmica, a dissensão, e, por conseguinte, diminui a possibilidade de apoios e adesões de outros setores da sociedade, bem como fortalece a intolerância e incomunicação. Ao lado disso,

promove diversas subdivisões. A proliferação de subdivisões é um dos impactos desse processo, inclusive devido ao processo de difusão mais amplas de ideologias, doutrinas, concepções, mesmo que superficialmente apreendidas, mas que geram correntes de opinião que, com a força do coletivo e da pressão social, se tornam convicções, alterando as representações cotidianas de setores de determinado movimento social.

Isso, por sua vez, gera uma divisão dentro dos movimentos sociais entre aqueles que ficam apenas no nível da opinião e aqueles que ficam ao nível da convicção. Esse último caso é um gerador de conflitos, internos e externos, pois gera dogmatismos e processos identitários excludentes, gerando a recusa dos outros (grupos, setores, indivíduos discordantes, etc.). Isso também é reforçado pelos conflitos reais existentes na sociedade, as ações dos grupos e indivíduos e, principalmente, pela competição social e mentalidade competitiva que é dominante na sociedade moderna. Isso envolve um conjunto de questões políticas e culturais, sendo que a internet amplia esses processos e ainda, devido sua dinâmica própria, intensifica os conflitos internos e externos. Diversos outros elementos poderiam ser acrescentados nesse processo de influência da internet nos movimentos sociais, mas nos limitaremos a estes.

Por fim, é necessário entender que a internet e as redes sociais virtuais não estão isoladas das relações sociais reais, e, portanto, as reproduzem e reforçam. Porém, essas relações são marcadas por contradições, conflitos e lutas, que também se reproduzem no mundo virtual. Os indivíduos das classes inferiores tendem, muitas vezes, a recusar ou desconsiderar o que é hegemônico nos meios intelectualizados (maciçamente pertencente às classes superiores), bem como os setores mais politizados trazem novas contradições e isso tudo convive ao lado da competição social em suas múltiplas formas. É por isso que a sociedade é um local de disputas, tanto a competição (disputa dentro da sociedade para melhorar a posição no seu interior) quanto a luta (conflito de classes buscando conservar ou transformar a sociedade). E a internet reproduz esse mesmo processo e em ambos os casos predomina a classe dominante, seja sob a forma conservadora, seja sob a forma progressista, duas formas de reproduzir as relações sociais existentes. Os movimentos sociais são atingidos por esse processo e também o reproduz, tanto na sociedade em geral quanto na internet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internet reproduz a sociedade, incluindo suas contradições. Os movimentos sociais estão presentes tanto no mundo real quanto no mundo virtual. Assim, os movimentos sociais agem na internet, mas são muito mais afetados do que a afetam. No entanto, como há uma certa coincidência discursiva entre os setores hegemônicos dos movimentos sociais e o discurso hegemônico na internet e por isso eles aparecem como agentes livres, mas são muito mais determinados do que determinantes. No entanto, isso não abole a capacidade comunicativa da internet e a sua possibilidade de

contribuir com a divergência, crítica, mobilizações, ações, politização e transformação. Porém, a concretização disso depende das lutas reais na sociedade e nas condições reais e concretas da vida. As lutas existentes na sociedade podem se ampliar e assim o uso da internet pode sofrer alterações, os usuários podem se politizar e superar seus usos despolitizados, romper com as concepções hegemônicas, etc. Esse processo ocorreu em diversas mobilizações pelo mundo (CASTELLS, 2013) e no Brasil (2013), na chamada “Revolta Árabe” e outros processos. Também teve outros usos políticos (independente da perspectiva), tais como os realizados pelos EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) e MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), Movimento Antiglobalização e o seu uso alternativo como informação, tal como fez o CMI (Centro de Mídia Independente).

Assim, a internet é um espaço de lutas e os movimentos sociais, em suas variadas ramificações e tendências, o disputam. O bloco revolucionário também luta na internet, assim como os demais blocos, e isso ocorre na sociedade como um todo. Em épocas de radicalização das lutas, a internet pode deixar de ser hegemonicamente reprodutora e se transformar hegemonicamente transformadora. Esse é um processo de luta que só ela mesma pode definir.

Em síntese, a internet e as redes sociais virtuais são espaços de luta e os movimentos sociais também. Nesse entrelaçamento entre mundo real e mundo virtual e suas diversas lutas, se revela uma complexidade que não é compreensível imediatamente. Por isso, é necessário ir além da aparência e perceber as contradições e determinações que estão presentes nela. O presente texto buscou apresentar uma introdução ao processo analítico da internet e sua relação com os movimentos sociais, apontando para a necessidade de ir além da aparência, e, nesse sentido, cumpriu com o seu objetivo.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Lisandro. A Teoria do Regime de Acumulação Integral. In: MARQUES, Edmilson e MAIA, Lucas (orgs.). **Nildo Viana: Dialética e Contemporaneidade**. Lisboa: Chiado, 2018.

CARR, Nicolas. **O Google está nos deixando mais estúpidos?** Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2008/01/o-google-esta-nos-tornando-estupidos.html> acesso em 30/12/2018

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Movimentos Sociais na Era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

COSTA, Leon. Movimentos Sociais, Protestos e Manifestações Públicas. In: VIANA, Nildo (org.). **Movimentos Sociais: Questões Teóricas e Conceituais**. Goiânia: Edições Redelp, 2016.

ECO, Umberto. **A Conspiração dos Imbecis**. Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2008/01/a-conspiracao-dos-imbecis-umberto-eco.html> acesso em: 30/12/2018

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

MARTÍNEZ, S. L. et al. **Internet e Lucha Política**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.

MARX, Karl. **A Luta de Classes na França**. São Paulo: Global, 1986.

ORIO, Mateus. O Desenvolvimento Capitalista na Sucessão de Regimes de Acumulação. **Ciências Humanas**. Revista da Faculdade Estácio de Sá. Goiânia. Vol. 02, nº 09, Jan. 2014.

SLEVIN, James. **Internet e Sociedade**. Lisboa: Temas e Debates, 2002.

VIANA, Nildo. Blocos Sociais e Luta de Classes. **Revista Espaço Livre**, Vol. 10, n.º 10, jul./dez. 2015.

VIANA, Nildo. Espontaneidade e Liberdade. **Revista Posição**. Ano 02, vol. 02, num. 06, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rpo/article/view/2viana6/222> Acessado em: 06/06/2015.

VIANA, Nildo. Movimentos Sociais e Movimentos de Classes: Semelhanças e Diferenças. **Revista Espaço Livre**, v. 11, n. 22, 2016b.

VIANA, Nildo. Movimentos Sociais e Organizações Mobilizadoras. **Revista Espaço Livre**, vol. 12, num. 23, 2017. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/653/562> Acessado em: 14/10/2017a.

VIANA, Nildo. **Os Movimentos Sociais**. Curitiba: Prismas, 2016a.

VIANA, Nildo. **Os Valores na Sociedade Moderna**. Brasília: Thesaurus, 2007b.

VIANA, Nildo. **Universo Psíquico e Reprodução do Capital**. Ensaios Freudo-Marxistas. São Paulo: Escuta, 2008.

VIANA, Nildo. Vantagens Competitivas, Microrreformismo e Imaginário Conveniente. A Integração dos Movimentos Sociais no Capitalismo Contemporâneo. **Revista Espaço Livre**, vol. 12, num. 24, jul-dez. 2017b.

O TRABALHO NAS ECONOMIAS COLABORATIVAS: A PRECARIZAÇÃO E O DISCURSO DA GLAMOURIZAÇÃO

Carlos Roberto Santos Vieira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul –
UFRGS
Porto Alegre - RS

Elaine Di Diego Antunes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul –
UFRGS
Porto Alegre - RS

RESUMO: As alterações no mundo trabalho exigem das comunidades acadêmicas e campos empíricos novos olhares sobre o trabalho e suas relações com os diversos atores do processo laboral. Uma destas alterações é o surgimento das Economias Colaborativas que são caracterizadas pela sua forma *sui generis* de organização, trabalho e gestão. Sendo assim, o objetivo deste ensaio teórico é debater as novas configurações do trabalho nas Economias Colaborativas (EC), focando principalmente na dicotomia entre a glamorização e a precarização do trabalho que estes tipos emergentes de arranjos produtivos apresentam, tanto no campo teórico como no empírico. Os principais questionamentos deste trabalho apontam um primeiro arrazoado sobre a relação entre o trabalho e esta nova configuração econômica denominada Economia Colaborativa, principalmente quanto a seus impactos em questões como carreira,

remuneração, precarização, etc.

PALAVRAS-CHAVE: Economias Colaborativas – Relações de Trabalho – Precarização.

1 | CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVOS

As alterações históricas nas condições de trabalho no mundo, nas formas de produção coletiva e seus impactos na vida das pessoas vêm sendo amplamente discutidas por inúmeros autores a partir de diferentes pontos de inflexão teórica. Os objetos de discussão mais alinhados ao trabalho que será apresentado a seguir, podem ser (i) as condições de trabalho advinda das novas condições econômicas da Europa e da América Latina (DOMBOIS, 2000), (ii) as questões de deterioração generalizada da vida do trabalhador, denominado precarização (DRUCK, 2011; STANDING, 2013) e (iii) a epifania radical do fim dos empregos atribuída pelas modificações tecnológicas e sociais aceleradas após o final da II Guerra Mundial (RIFKIN, 2004). Em todos estes pontos de reflexão teórica, e em inúmeras outras perceptivas do assunto, as discussões sobre trabalho ocupam espaço significativo, seja no Direito, nas Ciências Sociais e principalmente na Administração.

Segundo Fischer (1987), as Relações de

Trabalho (RT) se apresentam um campo dinâmico de estudos. Desde o surgimento do modelo taylorista-fordista de produção até as flexibilizações típicas das ditas novas Economias. Assim, as RT exigem reflexões atualizadas sobre as construções teóricas que possam dar conta das questões que emergem a cada instante. Neste sentido, este trabalho tem como proposta de discussão das novas configurações do trabalho nas Economias Colaborativas (EC), focando principalmente na dicotomia entre a glamorização e a precarização do trabalho que estes tipos emergentes de arranjos produtivos apresentam tanto no campo teórico como no empírico.

Para conduzir este debate, primeiramente será realizada uma revisão de trabalhos sobre Economia Colaborativa (EC), seguida de sua definição aqui delimitada e finalmente a discussão entre glamorização e precarização percebidas no campo empírico onde ocorrem as RT. O argumento teórico central, apresentado nas discussões finais, indica um horizonte possível de avanço nas pesquisas para compreensão do trabalho e suas relações nas Economias Colaborativas.

Segundo Belk (2010), a colaboração sempre existiu. Desde as relações familiares, passando pelos rituais de dividir alimentos até as mais complexas formas de compartilhamentos de ativos pessoais ociosos observadas na atualidade, estes atos de compartilhar e colaborar sempre foram uma constante na tessitura social.

Para melhor entendimento das EC e Relações de Trabalho aqui discutidas, é preciso remeter à origem da prática colaborativa para buscar seu lugar no novo modelo de econômico neoliberal vigente. A colaboração, para além de sua origem ancestral, pode estar associada às mudanças fundamentais da recente economia brasileira e mundial, as forças de oferta e demanda nos mercados de consumo e trabalho, a avalanche de medidas liberais concretizadas nos programas de privatização, o abandono das políticas públicas voltadas para a proteção de mercados internos, o acento no controle da moeda e da inflação via elevação da taxa de juros e, finalmente, a flexibilização institucional do mercado de trabalho, implementaram uma profunda mudança na realidade das RT, principalmente no que diz respeito à desregulamentação geral do aparato jurídico e, com ênfase, pelo início das demissões em massa (COSTA, 2005).

Especificamente quanto às EC, bem como suas implicações com as RT e o desemprego, estas não têm um único conceito e nem mesmo uma prática com limites definidos ou unânimes, seja no ambiente gerencial ou acadêmico, e podem ser também um resultado do modelo de flexibilização financeira análoga ao empreendedorismo.

Ainda na busca de um termo que mais se adeque, no mesmo Portal Capes incluindo os mesmos parâmetros da pesquisa já apresentada, somente trocando a busca pelo termo “Economia Criativa” foram encontrados 92 artigos com mais diversos enfoques, desde formas organizadas de fomento artístico até as plataformas digitais de consumo e arrecadação virtual. Não obstante, a diversidade de abordagens, a partir da leitura dos resumos dos 92 trabalhos é possível inferir que, acompanhando (SANTOS; TEIXERIA; LUFT, 2014), as Economias Criativas têm características marcantes em

relação às demais indústrias tradicionais, tais como, a criatividade como elemento central e a valorização da arte pela arte.

Ao ir mais adiante nesta busca semântica, um dos conceitos que mais se aproxima da ideia de EC que este trabalho pretende se referir é o de Economia Solidária (ES), cuja temática tem despertado o interesse crescente da comunidade acadêmica nos últimos anos e vem ganhando relevância em um cenário de reconfiguração das relações entre Estado e mercado, em que desponta a ideia de um chamado “terceiro setor” e que também está intimamente relacionado à problemática da exclusão social (FRANÇA, 2001). Neste trabalho, o autor afirma que este tipo de troca humana é caracterizado por uma nova forma de solidariedade, em anteposição ao papel do Estado, da lógica do mercado e caráter comunitário. Segundo Laville (1997), as ES têm dois traços característicos principais que as resumem, são eles (i) a hibridação das economias que permite que subvenções, financiamentos, atividade comercial e trocas não monetárias, como doações segundo a lógica da dádiva, as quais convivem em uma mesma atividade solidária e (ii) a construção de oferta e demanda de forma conjunta com as necessidades locais.

Sob uma outra ótica, a Economia Solidária pode ser vista a partir de duas perspectivas. A primeira diz que esta prática é um retorno ao passado de trocas em uma busca desesperada da resolução de dilemas do presente que assolam o indivíduo e o impelem no caminho de uma espécie de neodomesticidade. A segunda visão, de viés liberal, identifica a ES como a possível construção de um “terceiro setor” que visa corrigir as lacunas do primeiro (Estado) e do segundo (mercado). Este papel paliativo das ES está em rápido desenvolvimento na França em função do possível caráter isomórfico das organizações e da influência do pensamento americano na interpretação deste fenômeno de solidariedade econômica. Mais especificamente, quanto ao isoformismo citado, este pode ocorrer na ES tendo em vista que para sobreviver ou crescer, estas organizações, antes solidárias, recorrem às leis do mercado, vendo-se, forçadas então a adotarem estruturas e sistemas similares, tornando as suas práticas idênticas entre si, num dado setor organizacional, no caso das empresas meramente comerciais e sem um único objetivo solidário (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

Na falta de um conceito acadêmico mais adequado, o presente trabalho terá como identificação de Economia Colaborativa uma **atitude coletiva e organizada de compartilhamento de conhecimento, experimentação de outras formas de relação com o contexto, otimização de espaços e principalmente pelo espírito relacional das pessoas que convivem e trabalham em espaços colaborativos**. Este conceito é muito semelhante aos de empresas sociais. conforme França (2001), cuja organização abarca atividades comerciais, mas com finalidades sociais, culturais ou artísticas. Na realidade, o conceito utilizado neste trabalho é o resultado de uma imbricação entre Economias convencionais, criativas e solidárias que têm na confiança e no compartilhamento seus pilares de conceituação e, a seguir discutidas, suas relações de trabalho.

Com o objetivo de trazer dados atualizados sobre os assuntos de EC mais especificamente, segundo relatório do *European Parliamentary Research Service - Taxing the value created in the collaborative economy*, publicado em fevereiro de 2018¹, a importância atual destes novos arranjos produtivos já é tão expressiva no continente europeu que países com a Bélgica, a França, o Reino Unido e a Itália estão propondo criar um ambiente regulatório, começando pela determinação de impostos sobre estas atividades.

Na América Latina, segundo relatório elaborado Instituto de Empresa de Madrid² em 2016, Brasil, México, Argentina e Peru lideram em número de iniciativas de Economia Colaborativa, concentrando 69% do total de respostas feitas na pesquisa que gerou o relato. O Brasil está no topo da lista com 32% das iniciativas. O relatório utiliza o conceito amplo de EC e coloca os serviços de transporte e acomodação como as principais iniciativas do setor. Especificamente, a forma de EC utilizada neste trabalho é entendida no relatório da América Latina como Educação, formação e Cultura, cuja dimensão é da ordem de 17% de todas as iniciativas.

Como eixo deste documento, em todas estas iniciativas, há trabalho e trabalhadores, sendo assim, nas EC há trabalho e, conseqüentemente, também há relações de trabalho nas suas mais diversas formas e imbricações. O campo empírico está demonstrando a necessidade de um olhar teórico sobre o fenômeno da colaboração e das RT. Tanto na cidade de Porto Alegre/RS - Brasil, como em países como França, Alemanha, Uruguai, Portugal e Espanha. Iniciativas colaborativas, como as aqui conceituadas, têm sido cada vez mais frequentes e, por isso, já estão exercendo influência prática e simbólica nas realidades do trabalho, como nos contratos formais e informais, na legislação, na família e na afetividade, por exemplo.

Em Porto Alegre/RS, o 4o Distrito, que compreende os bairros Humaitá, Farrapos, São João, Navegantes, São Geraldo e Floresta, mantém diversos projetos principalmente colaborativos como o TransLab que se relaciona com produtores da comunidade. Além deste, o Vila Flores promove iniciativas de EC, incluindo espaço *coworking*, atividades culturais e principalmente artísticas voltadas à comunidade. Já o Paralelo Vivo recebe os eventos da Zona de Desenvolvimento Sustentável. Nestes locais, dezenas de pessoas desenvolvem diariamente atividades laborativas e é possível observar uma postura altamente positiva por parte dos trabalhadores colaborativos em relação às iniciativas que fazem parte. Esta postura será denominada a seguir como glamourizada.

Em relação ao termo glamourização, escolhido para definir neste trabalho a percepção altamente positiva compartilhada por alguns trabalhadores colaborativos, foi inócua a procura por uma definição teórica já consolidada e que imprimisse legitimidade à utilização do termo. Sendo assim, este trabalho utilizará o termo glamourização **como o estado de espírito fortemente positivo e isento de crítica inicial quanto às reais condições de fazer parte de um projeto colaborativo.**

Dando continuidade à discussão, depois deste breve esclarecimento semântico,

em contrapartida, o trabalho nas EC, para além do caráter a ele atribuído de inovação, flexibilidade e autogestão por parte dos indivíduos, pode ser percebido como falácia da área do trabalho. Sobre esta percepção de discurso falacioso da atividade colaborativa, segundo Lima (2016), o projeto de trabalhar-por-conta-própria passou a ser associado à “liberdade” dos anos 90, com políticas específicas de apoio e a formalização de pequenas empresas. Tornou-se também política de Estado com os chamados “Arranjos Produtivos Locais” que buscam reduzir a informalidade e incentivar o empreendedorismo dos pequenos negócios, por meio de formação para construção de um “espírito empreendedor” e políticas de apoio como incentivos fiscais diversos, simplificação e redução de impostos.

Entretanto, embora afirmem preferir o trabalho autônomo, esses indivíduos se ressentem dos “direitos” do assalariamento, uma segurança mais virtual do que real a que nunca tiveram acesso. Estas alterações ocorridas nos anos 90, muito mais conseguiram reduzir os custos de produção, do que efetivamente criaram um ambiente benéfico às pessoas, o que constituiu, segundo Lima (2016), um exemplo da falácia relativa a um novo tipo de trabalho que já nasce precarizado.

A respeito do trabalho precarizado, Standing (2013) define o sujeito-vítima. Segundo o autor, o precariado é uma pessoa que tem relações de confiança mínima com o capital e o Estado, o que a torna completamente diferente do assalariado ou do proletário. A condição do precariado é única em termos de classe, apresentando uma condição de truncado, tendo em vista que sua renda social, conceituada pelo autor como as mais diversas formas de renda disponíveis (salário, família, governo etc.) e que não tem qualquer estabilidade ou relação contratual com alguma fonte pagadora regular. Esta autonomia e “espírito de liberdade” são perceptíveis no ambiente empírico de algumas EC e por isso são foco de atenção deste trabalho.

A partir destes conceitos teóricos, uma das questões que aqui se impõe é busca pela percepção cultural dos participantes das EC sobre sua própria precarização. Será que estes trabalhadores se dão conta de sua própria precarização ou ainda consideram preferencialmente a positividade, ora denominada de *glamour* frente à atividade das EC? Com ou sem esta criticidade, seria possível uma luta para melhorias de condições de trabalho nas EC?

O presente trabalho lança ideias para o debate de algumas consequências desta deterioração de relações a partir destas mudanças. Sendo assim, o objetivo do presente texto é fazer uma discussão teórica que relacione RT, precarização e o discurso glamourizado das Economias Colaborativas. Com este estudo inicial pode ser possível começar um debate que busque compreender o trabalho nos ambientes colaborativos e tentar evidenciar nestas novas RT um discurso ideológico de valorização de uma situação de trabalho dita mais livre e distante do emprego formal que pode estar se mostrando precarizada sobre diversos aspectos.

A partir destas reflexões, é possível perceber o discurso da colaboração como uma forma de liberdade, melhoria econômica ou até mesmo síntese do futuro do

trabalho. No entanto, pode ser que este mesmo discurso se apresente como uma forma de encobrir toda uma gama de precarizações impostas pelo modelo de flexibilização financeira altamente rentável para os donos do capital, mas que em muitos casos, a colaboração se constitua como fonte de redução de direitos e aumento dos riscos ao indivíduo. Após este breve panorama dos temas aqui elaborados teoricamente, a questão que finalmente se coloca para futuras pesquisas e que até o momento foram discutidas teoricamente é: como compreender as RT nestas EC de forma que se elucide as percepções contraditórias de glamourização e precarização? Sendo assim, supõe-se que poderia ser este campo precarizado no que tange às RT, no entanto percebido pelos sujeitos como glamouroso no que diz respeito à cultura destas organizações? Fica assim proposta uma pergunta, dentre tantas possíveis, apresentadas neste trabalho.

Nesta perspectiva, o presente artigo, explora a literatura sobre o tema Trabalho e suas Relações, aborda os conceitos Economias Colaborativas, trabalho e possíveis novas abordagens da relação entre estes dois temas de estudo. Sendo assim, buscase reflexões críticas, sobre os mais diversos pontos de vistas, sobre os impactos das EC nas relações de trabalho, o discurso de colaboração, as precarizações e as percepções de *glamour por parte de trabalhadores da EC*.

As RT aqui discutidas têm relação com as condições e as práticas de trabalho observadas pelos colaborativos no ambiente colaborativo. Por exemplo, como se dão as questões de remuneração, hierarquia, garantias de direitos sociais, previdência ou relações sindicais? Como em um ambiente colaborativo, como nas iniciativas do 4o Distrito em Porto Alegre – RS, com ampla participação coletiva e trocas constantes de conhecimento e afetos, se dão RT de forma a não tornar o trabalho de colaborar uma atividade precária, sem os mínimos parâmetros de estabilidade?

Sendo assim, tendo em vista o objetivo deste trabalho, que foi fazer um primeiro arrazoado teórico que relacione RT, precarização e o discurso glamouroso das Economias Colaborativas, é proposta aqui, não uma conclusão ou um debate central de ideias, mas sim um início de discussão cujos encontros de ideias e reflexões possam elucidar mais alguns elementos para compreender relações de trabalho, precarização e as novas formas e relações de trabalho no futuro.

REFERÊNCIAS

BELK, R. W. **Sharing**. Journal of Consumer Research, v. 36, n. 5, p. 715-734, 2010.

COSTA, Márcia da Silva. **O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 111-131, outubro. 2005.

DE FARIA, José Henrique; KREMER, Antônio. **Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação**. Revista Eletrônica de Administração, [S.l.], v. 10, n. 5, jul. 2013.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais.** Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

DOMBOIS, Rainer; PRIES, Ludger. **Relaciones laborales entre mercado y estado: sendas de transformación América Latina.** Venezuela, Nueva Sociedad. 2000.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Cad. CRH, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 37-57, 2011.

FISCHER, R. M. **“Pondo os pingos nos is” sobre as relações de trabalho e políticas de administração de recursos humanos.** In: FLEURY, M. T. L., FISCHER, R. M. Processo e relações do trabalho no Brasil. São Paulo: Atlas, 1987.

FRANÇA FILHO, G. C. **A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional.** Revista Sociedade & Estado. Brasília, Departamento de Sociologia - UnB, v.14, n.1-2, p.243-75, jan./dez. 2001

LAVILLE, Jean-Louis. **Mudança social e teoria da economia solidária. Uma perspectiva maussiana.** Sociologias, Porto Alegre, v. 16, n. 36, p. 60-73, Aug. 2014.

LIMA, Thales Batista de; COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho informal: uma revisão sistemática da literatura brasileira na área de Administração entre 2004 e 2013.** Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 310-324, June 2016.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo.** São Paulo: M.Books do Brasil, 2004.

SANTOS, de Almeida; TEIXEIRA, Rivanda Meira; LUFT, Maria Conceição Melo Silva. **Mapeando a Produção Científica sobre Economias Criativas em Periódico Nacionais e Internacionais de 2000 a 2013.** Revista Pensamento Contemporâneo em Administração.8 (4): 23-47, 2014.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS EM UMA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DE CERTEAU

Franciely Chropacz

Universidade Positivo, Curitiba-Paraná

Yára Lúcia Mazziotti Bulgacov

Universidade Positivo, Curitiba-Paraná

RESUMO: Esse resumo expandido tem a finalidade de apresentar, sob o olhar da obra de Michel de Certeau, uma associação de catadores de materiais recicláveis, a qual está localizada no Município de Pinhais-PR. Pela ótica daquele autor, quer se analisar a organização sob a perspectiva das práticas sociais, caracterizando as “práticas comuns”, as maneiras de fazer, bem como as criações anônimas e suas relações com a gestão da associação, cuja finalidade será compreender os sentidos construídos pelos associados na gestão das práticas. Os achados de pesquisa trataram da linguagem, ações e finalidade. Todo esse conjunto de informações cria um “estilo”, que é uma característica particular de se comportar e de alcançar um “fim”. Utilizou-se da pesquisa qualitativa, que foi apoiada com visitas, conversas informais, observações, gravações, fotografias e realização do mesmo trabalho com os catadores.

PALAVRAS-CHAVE: catadores, organização, associação, Certeau.

ABSTRACT: This expanded summary has

the purpose of presenting, under the view of the work of Michel de Certeau, an association of collectors of recyclable materials, which is located in the Municipality of Pinhais-PR. From the point of view of the author, he wants to analyze the organization from the perspective of social practices, characterizing the “common practices”, the ways of doing, as well as the anonymous creations and their relations with the management of the association, whose purpose will be to understand the constructed senses management. The research findings dealt with language, actions and purpose. This whole set of information creates a “style,” which is a particular characteristic of behaving and reaching an “end.” It used the qualitative research, which was supported with visits, informal conversations, observations, recordings, photographs and the same work performed with the collectors.

KEYWORDS: collectors, organization, association, Certeau.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O campo desta pesquisa acadêmica é uma associação de catadores de materiais recicláveis, localizada no Município de Pinhais-PR. A organização foi constituída no formato de associação, permitindo que os atores, que

realizam a atividade laboral naquele lugar, também possam contribuir para a gestão desse empreendimento. Ela foi criada há mais de oito anos e é a única a operar, nesse formato, naquele Município. Atualmente, lá trabalham trinta associados os quais realizam diversas tarefas para a separação e posterior venda dos materiais recicláveis. Diante dos elementos que a individualizam e devido ao interesse da pesquisadora nesse campo de pesquisa, essa organização foi escolhida com a finalidade de revelar as ocorrências organizacionais que ocorrem naquele lugar e que transformam o catador em gestor de suas práticas.

OBJETIVOS

Tem-se como objetivo geral analisar a organização sob a perspectiva das práticas sociais. Os objetivos específicos são: caracterizar as “práticas comuns”, as maneiras de fazer, as criações anônimas e suas relações com a gestão da associação, bem como, apreender os sentidos construídos pelos associados na gestão das práticas.

METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa qualitativa visando analisar os dizeres e os fazeres dos catadores mostrando as práticas organizacionais cotidianas desta associação. Realizaram-se diversas visitas ao campo com a intenção de realizar observações, gravações, fotografias, entrevistas abertas, conversas informais e separação de materiais recicláveis com os catadores, com a finalidade de apreender com os associados os sentidos, os dizeres e os fazeres construídos na prática do associativismo. Todas essas ações tiveram a intenção de revelar a dinâmica do lugar, bem como se desenvolvem as práticas organizacionais com a finalidade de retratar, pormenorizadamente, os detalhes que o cotidiano frequentado pelos catadores pode proporcionar aos estudos científicos.

RESULTADOS

A obra de Certeau inspirou a análise dos resultados, os quais foram estruturados em três grupos: os dizeres, os fazeres e as táticas. Essa disposição foi desenvolvida para destacar os dados encontrados no campo, no sentido de revelar diversas possibilidades de práticas organizacionais em poucas linhas de argumentação. Compreende-se que a observação e descrição das falas e dos agires, assim como o conhecimento das adaptações cotidianas realizadas revelam como é a associação dos catadores e de qual maneira eles se tornam gestores das próprias práticas.

A forma de falar encontrada no campo revela as práticas cotidianas, os acordos entre os atores, que são as regras praticadas naquele lugar e as lógicas aplicadas

diante das circunstâncias concretas (CERTEAU, 2014, p. 78). A forma de falar dá personalidade a quem fala e a organização, visto que as palavras têm trajetória (CERTEAU, 2014, p. 68) e geram resultados concretos que podem ser captados no pedido de auxílio para realizar uma atividade, avisando sobre o funcionamento de um equipamento, chamando para o almoço, informando qual o destino de um material ou a chegada de um caminhão com recicláveis.

São exemplos de falas que traduzem um significado singular para aquele agrupamento: “nós nunca para, se não faz uma coisa, vai fazer outra”; “não tem prazo, mas tem pressa”; “pega o outro aí Maicon, fica morgando fio”; “trabalhar é com a mão e não com a boca” são confirmações do *modus operandi* dessa organização. O falar na associação de catadores, impõe um ritmo de trabalho, relembra ao associado como deve ser o seu comportamento naquele lugar. No entanto, a atenção à linguagem de uma organização não revela somente termos específicos daquele lugar, mas também como aquela organização funciona. “Se não produz, não ganha” indica a cultura do lugar, porque essas práticas têm “significado para aquele que as realiza” (CERTEAU, 2014, p. 142): é necessário trabalhar sempre, sozinho ou em conjunto, mas produzir para garantir seus rendimentos e o do grupo. Aquela fala igualmente revela a velocidade que é própria daquele lugar: não há perda de tempo.

A forma de falar permite compreender como os atores se comportam, como as rotinas são criadas, como o trabalho é estruturado de forma lógica para alcançar um objetivo. A fala constrói uma realidade ao mesmo tempo que permite que o ator se manifestar sobre ela e como ele a recebe e a interpreta: “aqui ganho o meu dinheirinho e faço o bem para o mundo inteiro”, “isso não é lixo, é dinheiro”. A fala completa transmite orgulho pela atividade desenvolvida. As explicações sobre o uso dos equipamentos são detalhadas revelando que os atores compreendem a dinâmica das várias atividades que são desenvolvidas na associação.

Estar sempre tralhando é uma prática feita e respeitada por todos. É uma ocorrência cotidiana que indica como se trabalha naquele lugar. Certeau destaca os pequenos detalhes que formam o dia a dia: “a *everyday life*, a vida cotidiana” (CERTEAU, 2014, p. 62). O ritmo de trabalho é um produto organizacional daquela instituição, assim como a adaptação aos agentes externos conforme os caminhões da coleta seletiva encaminham produtos para a reciclagem (que são as “maneiras de fazer”). Os materiais que chegam pelos caminhões da coleta seletiva são separados de forma diversa daqueles que são trazidos pelo veículo da associação. Os comportamentos dos atores externos à associação afetam os fazeres internos (CERTEAU, 2014, p. 41).

As “maneiras de fazer” constroem processos organizativos. Elas são formas de realizar determinadas atividades sociais que ocorrem o cotidiano de trabalho do catador, com a finalidade de operacionalizar a atividade e seus atos de gestão. As “maneiras de fazer” podem ser replicações de práticas que já eram realizadas anteriormente, mas, também, há àquelas que são criadas conforme as necessidades inerentes da organização estudada.

As maneiras de fazer formam um “sistema” que se organiza para um “fim” (CERTEAU, 2014, p. 131): os atores formam os seus fardos da mesma maneira, embora estejam em lugares diferentes dentro do barracão. O novato foi ensinado e replicou o mesmo comportamento do veterano, percebe-se a atuação do acultramento: aquele que ingressou no dia anterior já estava trabalhando como um veterano naquela atividade. O acultramento revela que a organização possui um patrimônio (CERTEAU, 2014, p. 120), que é um hábito repassado entre os atores e por eles assimilados. Nessa fase não há nem improviso ou liberdade no agir, há a existência de um procedimento já experimentado anteriormente que é replicado: “Noutras palavras, deve haver uma lógica dessas práticas. Isto significa voltar ao problema, já antigo, do que é uma arte ou “maneira de fazer”.” (CERTEAU, 2014, p. 41).

As “maneiras de falar” e as “maneiras de fazer” permitem conhecer a utilização das táticas conforme as ações vão acontecendo. As táticas são ocorrências decorrentes das “astúcias” do praticante (CERTEAU, 2014, p. 37). Elas possuem lógica e seu conhecimento revela que o praticante aproveita-se de uma oportunidade para alcançar um resultado mais efetivo. Sua revelação complementa o que é feito na organização, retirando da invisibilidade circunstâncias que aproximam o praticante da organização, vez que demonstra como esse se aproveita das oportunidades ao seu redor. A tática é uma maneira própria de falar ou fazer, aproximando-se de uma “arte” ativa (CERTEAU, 2014, p. 49), coerente com o ambiente e com o ator que a realiza.

O processo de incorporação da esteira rompeu com o hábito anterior de separar materiais em mesas. Com a alteração de algumas práticas cotidianas há a criação de outras, tece-se uma nova teoria (CERTEAU, 2014, p. 163), impondo diversa cultura. A esteira, com sua velocidade constante, exigiu que os atores utilizassem artefatos para conseguir rever o material que passava na sua frente. Os artefatos não eram nada mais que pedaços de outros recicláveis que pudessem rebater os recicláveis contra o fluxo da esteira, permitindo uma revisão do material mais acurada. Não houve gratuidade nesse arranjo, ele ocorre para aperfeiçoar a separação dos materiais, portanto nasceu em decorrência de uma necessidade que precisava ser sanada, demonstrando que as engenhosidades (CERTEAU, 2014, p. 40) organizacionais nasceram de uma deficiência que precisava ser sanada.

A coordenadora do grupo fora chamada de “aquela jacutinga”, em um contexto que remetia o exercício da liderança. Certeau sustenta que há uma lógica na realização das práticas (2014, p.41), é uma “maneira de fazer” que se sujeita a alguma regra decorrente de uma “maneira de pensar” combinada de “uma arte de utilizar” (CERTEAU, 2014, p.41). Dessa forma, a língua pode ser vista como um demonstrador da conjuntura no qual ela está inserida. É um estilo próprio que mantém a identidade do grupo, protegendo-os, individualizando-os e alcançando determinada finalidade.

As estratégias e as táticas (CERTEAU, 2014, p. 93) são “maneiras de pensar as práticas cotidianas” (CERTEAU, 2014, p. 97). O cumprimento de requisitos formais por parte da (por exemplo, a emissão de notas fiscais eletrônicas pela associação),

que poderia ter sido dispensado para que se potencializasse a atividade produtiva, mostrou-se uma ação eficaz para a atração de lucros. O material trazido pelo caminhão da associação traz, além do que será reciclado, outros materiais que precisam ser descartados: “onde pega o bom, tem que pegar o ruim também”. Consta-se que há uma espécie de cortesia entre as organizações: a associação acaba recebendo e se desfazendo daquilo que a outra instituição não fez, como uma regra de boa conduta empresarial para que continue estabelecendo parcerias e ampliando sua rede para recebimento de recicláveis.

As práticas reveladas não são detalhes menores dentro das organizações, pois são ocorrências diárias que sustentam essa corporação e lhe permitem caracterizá-la. Podem ser comparadas a pilares invisíveis que interessam ao “historiador do cotidiano” (CERTEAU, 2014, p. 31), vez que indicam procedimentos que foram adotados perante situações que ocorriam, com o intuito de estabelecer parâmetros organizacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial.

CONCLUSÕES

“Os relatos de que se compõe esta obra pretendem narrar práticas comuns” (CERTEAU, 2014, p. 35), decorrentes das atividades realizadas em uma associação de catadores de materiais recicláveis. Esse campo foi escolhido para demonstrar que as organizações ocorrem de diversas formas e a observação das práticas organizacionais, diretamente no ambiente que ocorrem, revela detalhes do cotidiano até então desconhecidos.

Esse resumo expandido reproduziu alguns dos achados encontrados no campo. Essas práticas indicam que na sua realização há sentidos próprios que são dados pelo catador na realização da sua atividade, como o material que precisa ser revisado na esteira e por isso é relançado por meio de um artefato. Essas perspectivas foram captadas diretamente dos associados, observando-se o contexto da sua ocorrência e qual era a finalidade obtida. Dessa forma, o estar no campo, com o catador, proporciona a aproximação necessária para captar detalhes organizacionais, que são relevantes para a compreensão da essência daquele lugar.

Quando se conhece as “artes de fazer” (CERTEAU, 2014, p. 81), pode-se compreender como se procedeu a sua instituição, realização e o porquê da sua ocorrência. Os detalhes da prática cotidiana, igualmente revelam a cultura organizacional daquela instituição, porque são várias ações que precisam ser efetivadas para que a associação possa obter sucesso financeiro para ser repartido entre os associados.

Narrar e ver, mesmo que de forma fragmentada (CERTEAU, 2014, p. 133), como são feitas as práticas, permite que elas revelem como os indivíduos as proceduralizaram. As “maneiras de fazer” constroem processos organizativos que levam os catadores a adaptarem e criarem práticas organizacionais para a melhor

realização da sua atividade. A maneira como são feitas, e como os profissionais se organizam diariamente, demonstra que o catador vai adaptando seu trabalho conforme os eventos vão surgindo, tornando suas ações mais efetivas constantemente.

Os achados de pesquisa gravitam em torno de três situações: linguagem, ações e finalidade. Procurou-se ouvir o que se fala, como se fala, quando se fala, quais os reflexos que os dizeres produzem, como os agentes atuam nesse lugar, quais são os fazeres produzidos e por qual motivo agem. Dessa forma, a linguagem reflete um conjunto de informações que são compreendidas e replicadas por aqueles que estão inseridos naquele ambiente, de igual maneira que indicam o clima daquela organização, o ritmo de trabalho e como o comportamento dos atores é influenciado por ela.

O que se fala e como se fala cria um “estilo”, uma característica particular, refletindo nas maneiras de produzir, de se comportar e de alcançar um “fim”. As “maneiras de fazer” são comportamentos adotados pelos atores. A observação da forma de proceder indica que os processos foram adotados diante de situações reais, com o intuito de estabelecer parâmetros organizacionais efetivos e ordenados, cujo sentido precisou ser compreendido para ser revelado.

As ocorrências naquele lugar permitem compreender que, ao mesmo tempo em que realiza sua atividade, o catador efetiva uma espécie de gestão do seu ofício, bem como da tarefa desenvolvida pelo outro colega: “pega o outro aí Maicon, fica morgando fio”. Fazer-se gestor da própria atividade, criar operacionalizações para melhor efetivá-la, aproveitando-se das oportunidades estabelecidas pelo seu cotidiano, promovem o catador a outra categoria de trabalhador, na qual ele tem poder e controle sobre as tarefas que realiza e do negócio que participa. O sucesso na realização das atividades da associação não é uma tarefa solitária, tampouco hierarquizada, mas planejada no sentido de estar distribuída entre todos integrantes da associação, não há como ser um associado inerte nesse cotidiano no qual ele está inserido.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014.

PROJOVEM URBANO: UM PROGRAMA INOVADOR PARA A JUVENTUDE?

Vanessa Batista Mascarenhas

Universidade Estadual de Feira de Santana
(UEFS)
Feira de Santana – Bahia

RESUMO: O ProJovem Urbano é um programa do governo federal que visa a inclusão social de jovens de 18 a 29 anos por meio da formação básica, qualificação profissional e participação cidadã. Implantado em 2005 o ProJovem foi componente estratégico da Política Nacional de Juventude do Governo Federal de Luiz Inácio da Silva (Lula), que buscava uma política nacional inovadora para a juventude. Mas será que realmente o ProJovem Urbano se constitui um programa inovador para a juventude? Para apreciação dessa questão foi utilizada a metodologia qualitativa na análise dos documentos *Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano* (2008), *Manual do Educador: orientações gerais* do ProJovem Urbano (2012) e *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na aula inaugural do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem* (2005), a partir das discussões de Ghiraldelli Jr. (2001), Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), Haddad e Di Pierro (2000) e Araújo (2014). Concluiu-se que o ProJovem Urbano é um programa inovador apenas sob a perspectiva que faz parte de uma

Política Nacional de Juventude, algo recente na história brasileira já que não se pode considerar inovadora a proposta integrada de formação, a abordagem pedagógica, e o público alvo, pois estiveram presentes em outras ações de governo ao longo da história do país. Além disso deve-se considerar que essa proposta de inclusão social vêm seguindo os direcionamentos internacionais para a constituição da política de juventude no Brasil com bases em ideais neoliberais. **PALAVRAS-CHAVE:** ProJovem Urbano, inovador, inclusão social.

ABSTRACT: Summary: the ProJovem Urbano is a federal government program aimed at the social inclusion of young people from 18 to 29 years through basic training, professional qualification and citizen participation. In 2005 the ProJovem was strategic component of National Youth Policy of the Federal Government of Luiz Inácio da Silva (Lula), who sought an innovative national youth policy. But is it really the ProJovem Urbano is an innovative program for youth? For consideration of this issue was used qualitative methodology in the analysis of Integrated educational project documents the ProJovem Urbano (2008), educator's Manual: General guidelines the ProJovem Urbano (2012) and Speech of the President of the Republic, Luiz Inácio Lula da Silva, in the inaugural class of the National

Youth inclusion Programme – ProJovem (2005), from the discussions of Ghiraldelli, Jr. (2001), Shiroma, Moraes and Evangelist (2011), Haddad and Di Pierro (2000) and Aguilar (2014). It was concluded that the ProJovem Urbano is an innovative program only from the perspective that is part of a National Youth Policy, something recent in Brazilian history since you can't consider innovative integrated training proposal, the approach pedagogically, and the target audience, as were present in other proposals of Government throughout the history of the country. In addition it must be considered that this proposal for a social inclusion following the directions for the establishment of international youth policy in Brazil with bases in liberal ideals.

KEYWORDS: ProJovem Urbano, innovative, social inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

Implantado em 2005 o ProJovem foi componente estratégico da Política Nacional de Juventude do Governo Federal de Luiz Inácio da Silva (Lula), que buscava uma política nacional inovadora para a juventude. O Programa assumiu ao mesmo tempo um caráter emergencial e experimental, já que visa a reintegração do jovem a vida escolar e uma nova proposta curricular de ensino, através da integração da formação geral, qualificação profissional e engajamento social do jovem (BRASIL, 2005). Foi implantado simultaneamente ao programa a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CNJ).

O ProJovem inicialmente teve como público alvo jovens entre 18 e 24 anos que tinham o Ensino Fundamental I completo, mas que ainda não tinham concluído o Ensino Fundamental II. Buscou atender jovens que não estavam matriculados em escolas e que não possuíam vínculos formais de trabalho, concedeu um auxílio financeiro mensal no valor de cem reais aos jovens participantes e aos jovens egressos no programa que foram privados de liberdade o ProJovem estendeu suas ações ao sistema prisional. A gestão do ProJovem ocorria de forma compartilhada, desenvolvido por iniciativa do Governo Federal, foi inicialmente coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e integrado ao Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2005). O programa foi executado inicialmente por prefeituras de algumas capitais, mas também puderam integrar-se ao mesmo, os governos estaduais, universidades, organizações não governamentais, igrejas, centro educacionais de tecnologias, etc.

Contudo, ao final do ano de 2007, com as devidas considerações da primeira implantação do ProJovem, algumas modificações julgaram-se necessárias.

Em 10 de junho de 2008, a Medida Provisória nº 411/2007 foi convertida na Lei nº 11.692/2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, e determina, em seu artigo 2º: “O ProJovem, destinado a jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, será desenvolvido por meio das seguintes modalidades: I – ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; II – ProJovem Urbano; III – ProJovem

Campo – Saberes da Terra e IV – Projovem Trabalhador”. A citada Lei estabelece, ainda, em seu artigo 12: “O ProJovem Urbano atenderá a jovens com 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos que saibam ler e escrever e não tenham concluído o Ensino Fundamental. (BRASIL, 2008b, p.3)

Dessa forma, o programa amplia a faixa etária e diminui os pré-requisitos para o ingresso, sendo apenas a leitura e escrita os requisitos mínimos para o seu acesso. Isso possibilitará, segundo as diretrizes do programa, uma maior participação dos jovens afastados do ambiente escolar. Em 2011 o programa passou de política geral, gerenciado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, para ser coordenado exclusivamente pelo Ministério da Educação (MEC).

Finalmente, deve-se destacar que após ser criado sob a gestão da Secretaria Nacional de Juventude, órgão vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República, o programa será absorvido pelo Ministério da Educação a partir do segundo semestre de 2011 com o objetivo de fortalecer o sistema educacional e ganhar escala. (SCHIMITH, 2011, p.17).

Assim, com a transferência da coordenação do programa pretendeu-se ampliar a abrangência, aperfeiçoar a execução e superar dificuldades, como a evasão significativa em algumas regiões, assegurando aos jovens da cidade, segundo os objetivos do programa, um maior acesso à educação e mais uma opção na oferta de Educação de Jovens e Adultos.

O ProJovem com a sua finalidade de reinserção do jovem a escola, ao mundo do trabalho, propiciando o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania (BRASIL, 2008) se fundamenta na LDB, art. 1º que afirma que “a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social”. Logo, em seu Projeto Político Integrado apresenta uma proposta de currículo integrado que propõe novas expectativas para o campo da EJA. Neste, traz a percepção de currículo como algo que se faz ao longo do tempo, a partir de um processo que envolve escolhas, conflitos e acordos que se dão em determinados contextos.

Segundo as diretrizes do ProJovem Urbano, o currículo integrado fundamenta-se em três pilares:

Formação básica para elevação da escolaridade ao nível da 8ª série do ensino fundamental; Qualificação Profissional para o mundo do trabalho, incluído qualificação inicial em um arco de ocupações; e a Participação Cidadã, envolvendo uma experiência de ação social cidadã.(BRASIL,2008a,p.16)

Estes pilares são integrados a partir de eixos estruturantes comuns que orientam o desenvolvimento de cada componente curricular com conteúdos próprios, que abordam aspectos comuns. Os eixos relacionam aspectos da juventude com a cultura, a cidade, o trabalho, a comunicação, a tecnologia e a cidadania. A qualificação profissional inicial é desenvolvida a partir de formação técnica geral, arcos ocupacionais (por exemplo, alimentação, gráfica, danos e reparos, que buscam qualificar o aluno a desenvolver atividades de ajudantes de cozinha, ajudantes de gráfica e ajudantes de pintor e eletricista) e projeto de orientação profissional. A participação cidadã desenvolve junto

aos demais componentes um plano de ação comunitária.

O ProJovem foi considerado uma oportunidade de melhoria na vida dos jovens, que ainda eram vistos sob uma perspectiva negativa, como um problema social. O programa foi concebido como uma intervenção de caráter emergencial, destinado a atender jovens que estavam afastados dos estudos e possuía uma condição social vulnerável, com baixa renda, alto índice de gravidez precoce, drogas, violência, etc. Assumiu também caráter experimental ao basear-se em paradigmas modernos de formação integrada, no caso, articulação entre formação básica a nível fundamental, qualificação profissional e ações de participação cidadã.

Logo, a melhoria na vida dos jovens ocorreria pela adesão de uma política considerada inovadora para a juventude. Mas será que realmente o ProJovem Urbano se constitui um programa inovador para a juventude? Para apreciação dessa questão foi utilizada a metodologia qualitativa na análise dos documentos *Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano (2008)*, *Manual do Educador: orientações gerais do ProJovem Urbano (2012)* e *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na aula inaugural do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem (2005)*, a partir das discussões de Ghiraldelli Jr. (2001), Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), Haddad e Di Pierro (2000) e Araújo (2014).

2 | O PROJovem URBANO E SEU SUPOSTO CARÁTER INOVADOR

O ProJovem, como já anunciado, é um dos tripés da Política Nacional de Juventude, desenvolvida a partir de 2005. Em 2007, o programa passou por uma mudança por meio da criação do ProJovem Integrado, o qual passou a compreender segmentos populacionais ou sub-categorias do universo juvenil, a saber: ProJovem Campo, ProJovem Adolescente, ProJovem Trabalhador e ProJovem Urbano. Este segmento do ProJovem Urbano foi o único que manteve as mesmas características do programa em sua matriz inicial: “por se tratar de uma reformulação do Programa ProJovem, os objetivos, fundamentos legais, princípios orientadores e estratégia curricular do ProJovem Urbano permanecem os mesmos” (BRASIL, 2008a). Este programa foi carro chefe da Política Nacional de Juventude no governo de Lula, que em seu discurso na aula inaugural do programa ressaltou:

quando o companheiro Luiz Dulci trouxe à minha mesa a idéia da criação do ProJovem, para dar oportunidade a meninas e meninos deste país que estavam entre 18 e 24 anos de idade, que tinham feito o ensino fundamental, mas que por qualquer razão tinham parado de estudar, eu achei que a idéia era uma idéia genial, porque não tem nada mais genial do que, de repente, você ter a idéia de que é possível dar oportunidade a quem não teve oportunidade e despertar a esperança em quem já tinha perdido a esperança. Muitas vezes, se colocando numa situação de ficar no fio da navalha, entre uma cidadania sadia e cair na marginalidade, na criminalidade, e quem sabe, jogar fora um ser humano que nasce para ser bom e que, muitas vezes, a falta de oportunidade o transforma num marginal, numa pessoa sem referência e numa pessoa perseguida pelo restante da sociedade. (SILVA, 2005, p.2-3)

O ProJovem, como observado no discurso, era considerado uma oportunidade de melhoria na vida dos jovens, que ainda eram vistos sob uma perspectiva negativa, como um problema social.

Em seus documentos, o ProJovem é apresentado como um programa inovador a partir dos seguintes aspectos:

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem é inovador em vários aspectos: faz parte de uma política nacional para a juventude, tendo sido implantado no contexto de criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude; a proposta de gestão compartilhada, em todos os níveis de implementação, busca estratégias para a articulação das políticas públicas de juventude; o projeto pedagógico integrado apóia-se em paradigmas contemporâneos, enfatizando a relação entre sujeito e objeto na construção do conhecimento e a participação/cooperação na atividade política e social; a implementação é alvo de um processo contínuo, amplo e sistemático de monitoramento e avaliação, cujos resultados evidenciam a pertinência e a efetividade do Programa, oferecendo subsídios importantes para o desenvolvimento do ProJovem Urbano (BRASIL, 2008a, p.19).

Assim, o programa do ponto de vista oficial é considerado inovador por fazer parte de uma política nacional para a juventude, em sua estrutura com a gestão compartilhada e monitoramento. Isso é considerado ponto positivo em relação a propostas fragmentadas para a juventude de programas do governo anterior com gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Contudo, os paradigmas de aprendizagem contemporâneos, baseados na relação sujeito e objeto e a ideia de participação/cooperação na atividade política e social são práticas questionáveis diante de um contexto sócio-educacional de exclusão da maioria dos jovens brasileiros.

Outra característica oficialmente considerada inovadora do programa foi a sua estrutura com aulas de informática, professor orientador específico para cada turma, para auxiliar com intervenções nas dificuldades apresentadas pelos alunos, e uma sala de acolhimento para atender os filhos pequenos dos jovens estudantes no momento da aula. Além disso, o Secretário Geral na Presidência da República, Gilberto Carvalho, em uma nota para a imprensa ressalta que “o grande mérito do ProJovem Urbano foi o desenvolvimento de uma abordagem pedagógica inédita, com conteúdos voltados para as especificidades das vivências e sonhos dos jovens que interromperam precocemente sua trajetória escolar” (BRASIL, 2011). Assim, a parte pedagógica do programa se desenvolveria por meio de unidades formativas compostas por eixos estruturantes que envolveriam temáticas consideradas significativas para a vida dos jovens.

A proposta de uma qualificação profissional com base numa formação técnica-geral e formação específica num arco de ocupações (gráfica, alimentação, danos e reparos, entre outros.) também é apresentada nos documentos como uma proposta inovadora, pois a organização dar-se por arcos compostos por quatro ocupações que abrangem o planejamento, a produção e a comercialização de bens e serviços, de modo que o jovem se prepara para ser empregado, mas também pequeno empresário

ou sócio de cooperativa. Contudo, essa articulação entre trabalho e educação já estava prevista desde as formulações das organizações internacionais, a partir da perspectiva de investimento em capital humano.

Observa-se que entre as características do programa consideradas inovadoras em seus documentos de formulação, como a abordagem pedagógica voltada para as vivências dos alunos e uma qualificação profissional para os jovens, não se constituem em algo inédito no país. Dentre outros, o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, do governo FHC já abordava estas temáticas. O referido programa teve como objetivo

preparar o jovem para a atuação intergerencial, procurando capacitá-lo para o mercado de trabalho e também para atuar em suas comunidades na área de saúde, cultura, meio ambiente, cidadania, esporte e turismo (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.27).

E ainda, propôs estimular o papel de protagonista social dos jovens; percepção e planejamento do seu próprio futuro; atuação de modo cooperativo para a transformação da comunidade em que vive; reinserção no sistema educacional e reversão dos indicadores sociais. Além disso, durante o período de capacitação para a atuação na comunidade o jovem receberia um auxílio-financeiro mensal para este fim. Nota-se dessa forma, uma grande semelhança com as características do ProJovem Urbano.

Além disso, a abordagem pedagógica considerada inédita, com conteúdo voltados para as especificidades e vivências dos jovens estão de acordo com as diretrizes da Escola Nova, que ganhou impulso no Brasil a partir de década de 1930, com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Nesta perspectiva o ensino deveria ser desenvolvido segundo os interesses das crianças, numa didática que levasse em conta a atividade dos discípulos, a realidade do ambiente, desenvolvendo o espírito de cooperação, solidariedade social, revelando as tendências e aptidões dos alunos (Ghiraldelli Jr., 2001). E ainda, os intelectuais e educadores dessa escola defendiam uma educação moderna, voltada para o perfil de cidadania, adequado ao processo de trabalho industrial.

Também, não se pode considerar inovadora a integração da educação básica, formação para o trabalho e para o exercício da cidadania, pilares do programa, pois estiveram presentes em algumas propostas de governo ao longo da história do país. Características dessa proposta de formação do ProJovem Urbano se encontraram presentes na ditadura do Estado Novo com ensino pré-vocacional e profissional para as classes menos favorecidas (1937); na reforma Capanema com o ensino profissionalizante para as classes populares (1942); no populismo de Getúlio Vargas com a qualificação mínima do segmento popular para o projeto de desenvolvimento nacional (a partir da dec.1940); no governo de Juscelino Kubitschek (JK) com uma educação para o desenvolvimento incentivando o ensino técnico-profissionalizante (1956-1961); e principalmente na ditadura militar (1964-1985) com a ampliação da oferta do ensino fundamental para garantir formação e qualificação mínima dos setores

da classe trabalhadora e participação comunitária.

Nos documentos do ProJovem Urbano é relatado como objetivo do programa a inclusão social dos jovens. Essa inclusão ocorreria pela reinserção do jovem na escola, qualificação profissional que possibilitasse a ampliação das oportunidades de trabalho e mais capacitação, identificação e elaboração de planos de ação comunitária e inclusão digital por meio de aulas de informática (BRASIL,2008). E ainda, a ideia de proporcionar melhora da auto-estima desses jovens, recuperação do tempo perdido, e a extensão do programa a jovens que matriculados foram parar em unidades prisionais são considerados pontos positivos do programa em relação ao discurso de combate à exclusão social, devido a escassez de políticas para esse segmento da população nas últimas décadas.

Contudo, esse objetivo de inclusão social dos jovens por meio da educação, trabalho e cidadania, também não é algo novo no Brasil. No início da república foi difundido pelos intelectuais da época a ideia de que os problemas do país só poderiam ser resolvidos com a extensão da escola básica ao povo. Na década de 1970, o governo da ditadura militar desenvolveu ações para as **áreas mais pobres do país, a partir da perspectiva de que a educação era responsável pela superação da desigualdade regional e de concentração de renda do país. Foi nesse período também que foi difundida a ideia** de que os “serviços educacionais para os jovens e adultos das camadas populares era a nova chance individual de ascensão social” (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.118).

Em relação ao público atendido pelo programa, este possui um perfil de jovem geralmente feminino, pardo ou negro, caracterizado por uma trajetória escolar acidentada. Possui baixa renda, baixa ou nenhuma escolarização e oportunidades precárias na inserção no mercado de trabalho. Geralmente as jovens são casadas ou com união estável, com filhos, que muitas vezes foram a causa do rompimento dos estudos. Já os jovens em sua maioria eram solteiros e entraram precocemente e de forma precária no mercado de trabalho e passando longos períodos desempregados. (SALGADO, 2012, p.16). Esse público do ProJovem Urbano, também não é novo, pois já foi público de outros programas desenvolvidos no Brasil a partir da década de 1990 como o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e os Centros de Juventude.

Assim, tendo como público alvo jovens de baixa renda, o programa é ofertado em escolas municipais em bairros periféricos das cidades. A estes jovens é apresentada uma proposta educacional considerada diferenciada da escola regular, com conteúdos disseminados em temas que envolvem o cotidiano dos jovens, como: cidade, trabalho, comunicação, cultura e cidadania. Além disso, a oferta de uma bolsa mensal no valor de cem reais e a possibilidade de conclusão do ensino fundamental em 18 meses, tornou o programa ainda mais atrativo para estes jovens. Mas isso não se constitui em algo inovador, já que a proposta diferenciada de educação para jovens e adultos, e conclusão dos estudos em menos tempo já era algo presente em programas como

Supletivo e na LDB de 1996, com a flexibilização da forma de ensino e possibilidade de aceleração dos estudos na educação básica.

Assim, o ProJovem é um programa inovador apenas sob a perspectiva que faz parte de uma Política Nacional de Juventude, algo recente na história brasileira. Araújo (2014) ressalta essa perspectiva, afirmando que

a Política Nacional de Juventude, implementada na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi inovadora ao criar o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens –Projovem, momento no qual a política pública para a juventude passou a apresentar novo entendimento sobre seu papel em relação a juventude. Nesse sentido, o Estado passa a reconhecer que esse segmento fazia jus a ações do poder público visando não mais solucionar problemas causados por eles, mas sim, construir novas perspectivas e possibilidades voltadas para as áreas sociais visando resgatar e corrigir um débito histórico em relação aos mesmos (p.13).

Dessa forma, o objetivo de inclusão social dos jovens do ProJovem Urbano, enquanto proposta oficial em um novo contexto, possibilita um avanço na história da juventude brasileira, que por muitos anos esteve abarcada pelas políticas públicas de uma forma generalizada. Assim como a mudança da perspectiva de jovens como segmento perigoso da população, para a perspectiva dos jovens como sujeito de direitos, que representou um avanço para esta categoria social. Mas não pode-se considerar o Projovem uma ação inovadora de resgate e correção de um débito histórico para com os jovens, pois as características do programa inferem uma nova roupagem para ações e programas já desenvolvidos ao longo da história brasileira que não mudaram a lógica de exclusão desses jovens.

Deve-se considerar ainda que essa proposta de inclusão social apresentada pelo programa vem seguindo os direcionamentos internacionais para a constituição da política de juventude em países subdesenvolvidos como o Brasil. Esses direcionamentos tem como base ideais neoliberais de coesão social, buscando tornar o país mais seguro e atrativo para os investimentos estrangeiros, por meio de uma suposta diminuição da pobreza com o acesso a programas que envolvem “segundas oportunidades”, o que torna essa proposta de inclusão social questionável.

Esses direcionamentos foram propostos por agentes como Banco Mundial, Organização da Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dentre outros. A partir da década de 1990, esses organismos disseminaram um modelo de desenvolvimento social que presumia a articulação entre redução da pobreza e investimento em capital humano, tendo como estratégia a criação de programas para a população mais pobre. Assim, a educação básica, incluindo a educação para a juventude, teve atenção especial a partir de então, pois foi considerada por esses organismos o meio de erradicação da pobreza e redução de comportamentos de risco.

Assim, a juventude tornou-se uma das principais pautas da agenda desses organismos internacionais e isso é percebido por meio de fóruns, conferências e

assembleias realizadas pelos mesmos culminado na elaboração de documentos sobre políticas para a juventude como: o *Programa de Ação Mundial para os Jovens até o ano 2000 e Anos Subsequentes* (1995); *Plano de Ação de Braga sobre a Juventude* (1998); *Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas Relativos à Juventude* (1998), desenvolvidos pela ONU. Pesquisa *Juventude, Violência e Cidadania* (1997) coordenada pela UNESCO. Encontro *Vozes Jovens – um olhar das Organizações e Movimentos de Juventude sobre o Brasil do século XXI* (2004) organizado pelo Banco Mundial e elaboração de um documento denominado “Estratégia de Assistência ao País” (CAS, Country Assistance Strategy), que orientou os empréstimos do Banco Mundial para o Brasil no período de 2004-2007. Souza e Arcaro (2008, p.255) ao analisarem este último documento enfatizam que

a inclusão social da juventude, principalmente por meio da educação e trabalho, foi considerada, pela CAS 2004-2007, essencial para o objetivo de maior equidade. Além de reduzir a pobreza e a desigualdade, o aumento das oportunidades de educação e trabalho para os jovens contribuiria para melhorar a segurança, bem como criar um ambiente atrativo para negócios. Desemprego Juvenil e violência, por outro lado, foram considerados como riscos para a estabilidade, o crescimento e o progresso social.

Dessa forma, as políticas consideradas inclusivas figuram nesse contexto como instrumentos que supostamente promoverão a autonomia e a participação dos jovens, tendo como horizonte a coesão social necessária para tornar o país mais seguro e atrativo para os negócios, já que o desemprego e a violência geram instabilidade no país.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que o ProJovem Urbano é um programa inovador apenas sob a perspectiva que faz parte de uma Política Nacional de Juventude, algo recente na história brasileira. Essa política modifica o discurso oficial que envolve a concepção negativa do jovem como um problema social para a perspectiva do jovem como sujeito de direitos, um avanço para essa categoria social.

Contudo, as características do programa não podem ser consideradas inovadoras **já que** a integração da educação básica, formação para o trabalho e para o exercício da cidadania, pilares do programa, e o público alvo, estiveram presentes em outras propostas de governo ao longo da história do país como no ensino pré-vocacional e profissional do Estado Novo (1937), na Reforma Capanema (1942), no populismo de Getúlio Vargas (a partir de 1940), no ensino técnico-profissionalizante no governo JK (1956 – 1961), na ditadura militar (1964-1985) com qualificação mínima da classe trabalhadora e ações comunitárias, e em alguns programas criados a partir da década de 1990 como o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e os Centros de Juventude. E ainda, a abordagem pedagógica considerada inédita, com conteúdos voltados para as especificidades e vivências dos jovens estão de acordo

com as diretrizes da Escola Nova, que ganhou impulso no Brasil a partir de década de 1930.

Infere-se dessa forma, que o ProJovem Urbano apresenta uma nova roupagem para propostas antigas relacionadas a educação, trabalho e cidadania, e que tem como público alvo um segmento social cuja necessidade de correção de um débito histórico já foi diagnosticada, mas que permanece em estado de exclusão social ao longo da história brasileira.

Além disso, deve-se considerar que essa proposta de inclusão social dos jovens vem seguindo os direcionamentos internacionais para a constituição da política de juventude no Brasil com bases em ideais neoliberais de coesão social, suposta diminuição da pobreza e na intenção de tornar o país mais seguro e atrativo para os investimentos estrangeiros, o que torna essa proposta de inclusão social questionável e não inovadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; NASCIMENTO, Natalia Ilka Moraes. Políticas Públicas de Juventude: dilemas entre avanços e descontinuidades. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**. Vol. IV, n. 7. Belo Horizonte: Ed UEMG, jan-jun. 2011. p. 99-126

ARAUJO, Alexandre Viana. **Política pública para a juventude**: analisando o processo de construção no Brasil. In: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2014, Porto - Portugal. IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2014. Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT3/GT3_Coimunicacao/AlexandreVianaAraujo_GT3_integral.pdf. Acesso: 04 de mar. de 2015.

BRASIL. Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. **Projeto do Programa ProJovem**. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/projovem.pdf>. Acesso em: 20. mar. 2010.

_____. **Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2008a.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Secretaria-Geral da Presidência da República / Secretaria Nacional da Juventude / Coordenação Nacional do Projovem Urbano. **Relatório**. Distrito Federal, 2008. Parecer CNE/CEB n. 18/2008d.

_____. Nota à imprensa: Projovem Urbano será incorporado pelo Ministério da Educação. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8403-projovem-urbano-nota-300611-pdf&Itemid=30192. Acesso: 16 de janeiro de 2015.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. In: **Revista brasileira de educação**, maio-ago, número 014, São Paulo, 2000, pp. 108-130. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782000000200007&script=sci_arttext. Acesso: 15 de fevereiro de 2015.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa (org.). **Manual do Educador**: orientações gerais. Organização. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012.

SCHMIDT, Benício Vieira. et al. **ProJovem: Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos – Estudo de Caso**. 2011. UNFPA, p.5-20.

SHIROMA, E; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Luíz Inácio da. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na aula inaugural do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem):discurso [20 de julho de 2005]. Recife: **Biblioteca da Presidência da República** Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/20-07-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-aula-inaugural-do-programa-nacional-de-inclusao-de-jovens-projovem>. Acesso: 03 de mar. de 2015.

SPOSITO, Pontes Marília, CARRANO, Paulo. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. n.24. p.16-39, set/dez 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03>. Acesso: 27 de fev. de 2015.

SOUZA, Regina Magalhaes de; ARCARO, Nicolau Tadeu. O Banco Mundial e o Investimento na Juventude Brasileira. **Revista Psicologia Política**, vol.8, n.16, 2008. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=143>. Acesso: 25 de fev. de 2015.

SENTIMENTOS E SENSações: O MARKETING DE EXPERIÊNCIA COMO ALIADO NA FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES

Guilherme Juliani de Carvalho

Univerisidade Paulista – UNIP
São Paulo - SP

Briza Gabriela Moreira Martins

Universidade Fumec
Belo Horizonte - MG

FEELINGS: MARKETING EXPERIENCE AS ALLY IN CUSTOMER LOYALTY

ABSTRACT: This article presents an analysis of the brand relationship actions that arouse feelings in their customers. At work, we discussed what is considered marketing experience and takes the actions of this nature compared to traditional marketing. In this paper, author's views of two different fields - marketing and communications - and therefore the vision of marketing experience is explored as marketing practice and how to practice communication. Is also presented as an event set up as an action experience and how it can contribute to the achievement and maintenance of customers, based on the Session event Mercantil do Brazil Film.

KEYWORDS: Marketing, Experiences, Events, Feelings, Mercantil Brazil, Movie Session

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise de ações de relacionamento da marca que despertam sentimentos e sensações nos seus clientes. No trabalho, é discutido o que é considerado marketing de experiência e toma as ações desta natureza em comparação com o marketing tradicional. Neste trabalho, há visões de autores de dois campos diferentes – de marketing e de comunicação – e, por isso, a visão de marketing de experiência é explorada como prática de marketing e como prática de comunicação. Além disso, também é apresentado como um evento se configura como uma ação de experiências e como pode contribuir para a conquista e manutenção dos clientes, tomando como base o evento Sessão Mercantil do Brasil de Cinema.

PALAVRAS-CHAVE: Marketing, Experiências, Eventos, Sentimentos, Mercantil do Brasil, Sessão de Cinema

1 | INTRODUÇÃO

No cenário atual das organizações, é possível perceber que está crescendo o número de médias e grandes empresas que estão investindo no relacionamento com o cliente como forma de fidelização e consolidação da marca, lançando mão de estratégias, chamadas

neste trabalho, de marketing de experiência. O que é possível perceber é que hoje, cada vez mais, profissionais da área de comunicação estão criando sensações e experiências para os seus clientes, trabalhando essas ações paralelamente às ações de comunicação focadas apenas em divulgar características e benefícios dos produtos e serviços. O movimento está indo além das campanhas publicitárias de mídia e vislumbrando campanhas que proporcionam emoções e sensações aos clientes.

Os consumidores estão ficando mais exigentes, no relacionamento com as marcas. O que eles querem são produtos, comunicação e campanhas de marketing que estimulem os sentidos e que mexam com as emoções e com a cabeça. Querem produtos, comunicação e campanhas que eles consigam incorporar no seu estilo de vida. Querem obter uma experiência.

A lógica das experiências não está relacionada apenas às marcas de produtos dos setores de alimento, têxtil e de transportes. Hoje, é possível identificar ações de relacionamento com o cliente, por meio de experiências, dentro do setor de produtos financeiros, ou seja, os bancos já perceberam que além de taxas competitivas, solidez e tradição, é necessário oferecer algo mais para o cliente. O que ele quer? Como é a vida deste cliente? O que o encanta? Sim, é possível o setor financeiro proporcionar experiências aos seus clientes. Acima de tudo, é necessário.

Com base nestas percepções iniciais, o objetivo geral deste trabalho é: analisar as estratégias de marketing de experiência como forma de diferenciação e fortalecimento da marca. Já como objetivos específicos será explorado o conceito de marketing de experiência no âmbito das práticas de marketing, com o objetivo de fidelizar o cliente, e no âmbito da comunicação, onde a figura do profissional de relações públicas assume um papel importante e decisivo na organização de eventos que despertam sentimentos e que configuram como uma experiência ao cliente.

Como metodologia, para exemplificar as ações de relacionamento com o cliente no mercado financeiro será analisado o evento Sessão de Cinema do Banco Mercantil do Brasil. Neste trabalho, a estratégia adotada pelo banco será totalmente descrita e serão analisadas as sessões que aconteceram em 2011 – ano em que o Banco mais realizou o evento. Além de caracterizar o evento, o trabalho irá trazer dados da de pesquisa com clientes que participaram de alguma Sessão de Cinema, afim de mostrar em que medida o Banco atingiu seu objetivo e utilizou corretamente a estratégia de promover uma experiência aos seus clientes.

A estrutura do artigo contempla conceitos de marketing tradicional, marketing de experiência e evento corporativo, além de um estudo de caso da Sessão de Cinema do Banco Mercantil. Com isso, esta pesquisa pretende responder à seguinte **pergunta**: “A utilização de estratégias de marketing de experiência fidelizam mais o cliente, em comparação às estratégias do marketing tradicional?”

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Para a realização deste trabalho, será feito um levantamento de informações sobre marketing de experiência, sobretudo nos materiais produzidos por Bernd Schmitt, a fim de caracterizar o marketing de experiência, mostrar seus efeitos, vantagens e desvantagens.

2.1 Marketing Tradicional

Conquistar ou fidelizar? O que é hoje perseguido por grande maioria das organizações? É nesta *seara* que se encontram os desafios dos profissionais de marketing e de comunicação. O objetivo do que aqui é chamado de marketing tradicional e do marketing de experiência é, sem dúvidas, contribuir de alguma forma para a consolidação de uma determinada marca, mas a forma de atingir este objetivo está passando por uma reformulação. Para Schmitt (2003), “o marketing tradicional foi desenvolvido para a era industrial e não para a da informação, das marcas e da revolução nas comunicações” (2003, p. 28). No que se refere aos princípios e conceitos do marketing tradicional, ele pontua que “são usados para criar novos produtos, planejar linhas e marcas de produtos, desenvolver comunicações e responder à concorrência.” (SCHMITT, 2003, p. 29).

Como mencionado na introdução deste artigo, as ações advindas do marketing tradicional pretendem enfatizar características e benefícios de produtos e serviços. Somado a isto, para Kotler (1999), o marketing tradicional, ou marketing de Neanderthal, como o autor classifica, busca “enfatizar a conquista de clientes, e não manutenção dos mesmos, vender o produto em vez de tentar compreender e atender às reais necessidades dos clientes” (KOTLER, 1999, p. 26). Com essas características apontadas já se torna possível perceber a diferença no tratamento dos clientes, como eles são percebidos pelas organizações adeptas apenas das estratégias tradicionais de marketing e pelas organizações que vão além, que buscam compreender as necessidades dos clientes e planejar suas ações com foco na fidelização dos mesmos.

2.2 Marketing de Experiência

Sentir o cliente e fazer com que ele sinta a marca talvez possa ser um dos objetivos desta nova tendência de marketing, de relacionamento com o cliente. Em oposição ao marketing tradicional, o marketing experimental tem foco nas experiências do consumidor. Para Schmitt (2003), “As experiências são resultados do encontro e da vivência de situações. São estímulos criados para os sentidos, para os sentimentos e para a mente. As experiências também ligam a empresa e a marca com o estilo de vida do consumidor, fazendo com que as atitudes e a ocasião da compra.” (SCHMITT, 2003, p. 38)

O que se nota é que realmente é preciso ir além. Os consumidores estão em

busca de algo mais, querem que a relação que possuem com as organizações sejam marcadas por sensações de pertencimento, por experiências que agucem os seus sentidos. “Os consumidores querem ser estimulados, divertidos, instruídos e desafiados.” (SCHMITT, 2003, p. 47). O que o marketing tradicional pode gerar para a empresa já é conhecido, uma vez que as estratégias são voltadas para o cumprimento de metas, busca do lucro, conquista de novos clientes, com foco nas ações da concorrência.

Já o marketing de experiências traz efeitos diferentes. Segundo Andrés, Caetano e Rasquilha (2005), o marketing de experiência consegue propiciar uma relação forte com a marca, uma vez que as experiências normalmente são vividas em momentos de lazer e são associadas à vivência de momentos únicos, ou seja, o consumidor certamente se lembrará da marca que proporcionou determinada sensação ou experiência e é nisso que as marcas vão ganhando valor e se diferenciando das demais. Ainda segundo Andrés, Caetano e Rasquilha (2005), o marketing de experiência é capaz de criar uma imagem e identidade de marca, induzir comportamentos de experimentação, comportamentos de comprar com o objetivo de ganhar comportamentos de fidelização.

Diante de tantos benefícios apontados por essa nova tendência de marketing, a dúvida de quem vencerá a batalha, tomando espaço nas estratégias de comunicação e marketing das organizações parece não mais existir. Entretanto, não é possível dizer o que é certo e o que é errado, quem é melhor e quem é pior, quem vende ou quem perde, é necessário entender cada organização e suas peculiaridades e saber que é possível conciliar as estratégias tradicionais e de experiência em prol do sucesso da marca, seja para conquistar e, posteriormente fidelizar. O esforço deve se concentrar nos profissionais da área, que devem estar preparados para inovar, conhecer e atender às expectativas dos seus públicos de relacionamento.

É importante ressaltar que há dois momentos diferentes quando o marketing de experiência é discutido. Há o âmbito do marketing, em que as ações, conforme mencionado anteriormente, são pensadas para fidelizar o cliente e desenvolver um diferencial competitivo de mercado, destacando a empresa não apenas pelos seus produtos e serviços, mas pela relação que cria com os seus clientes e potenciais clientes. Andrés Caetano e Rasquilha (2005) defendem a ideia de que no âmbito do marketing, além de fidelizar é possível transformar uma marca em declínio em uma marca de sucesso, fazer uma diferenciação eficaz face a concorrência, tornando a marca difícil de ser imitada.

No âmbito da comunicação, as experiências surgem como desafios para os profissionais da área, é o momento em que a figura do relações públicas da empresa assume um papel importante, caminhando lado a lado com a área de marketing para pensar na organização de cada ação, principalmente quando a experiência será criada por meio de um evento. É uma relação paralela, em que o profissional de comunicação trabalha em como atingir os objetivos pensados pelos profissionais de marketing – impactar positivamente e fidelizar por meio de uma experiência. E neste

questo a criatividade é quem manda para definir corretamente essas estratégias, sendo uma delas os eventos institucionais com foco em proporcionar experiência aos clientes.

2.3 O evento como uma experiência

Um modo de proporcionar uma experiência que mexe com os sentidos dos clientes é a organização de eventos institucionais. Entretanto, por possuir um conceito abrangente, se torna necessário especificar neste artigo o que será considerado de evento empresarial. Meirelles (1999) define esse tipo de estratégia como um instrumento institucional e de promoção que é utilizado na comunicação dirigida, com a finalidade de criar conceito e estabelecer a imagem de organizações, produtos, serviços, ideias e pessoas, por meio de um acontecimento previamente planejado, que acontece em um único espaço de tempo com a aproximação entre os participantes, quer seja física, quer seja por meio de recursos de tecnologia.

A estratégia de organização de eventos empresariais é uma estratégia que, se bem planejada, pode aproximar a marca ao seu consumidor e criar uma relação marcada por boas lembranças. Schmitt (2003), diz que os eventos são uma forma de “criar uma ligação emocional e de memória com os consumidores, no local onde eles vivem, trabalham e se divertem” (SCHMITT, 2003, p. 99).

Os eventos empresariais voltados aos clientes da organização podem despertar um sentimento de exclusividade, pertencimento e importância, contribuindo para o fortalecimento da marca e para a potencialização do relacionamento do cliente. É uma forma eficaz de atingir o consumidor diretamente, despertar sensações. Schmitt (2003) acredita que os eventos especiais costumam ser mais eficazes e menos caros do que a propaganda veiculada pela mídia. “Portanto, para complementar a propaganda pela mídia, cada vez mais os profissionais de marketing estão recorrendo ao marketing de eventos para gerar impactos” (SCHMITT, 2003, p.99)

Em consonância com Schmitt, Giácomo (1997), considera que o evento é um instrumento de comunicação e um dos elementos mais poderosos na estratégia de comunicação de uma marca. Tendo em vista esta importância, é essencial estabelecer os impactos que um evento bem planejado e bem sucedido é capaz de gerar, como forma de comprovar a sua eficácia. Como mencionado anteriormente, os eventos de sucesso podem trazer resultados positivos para além da esfera comercial e de vendas, são capazes de estreitar o relacionamento entre empresa e seus públicos de interesse, prospectar novos clientes e fidelizar os já existentes.

Dando continuidade aos objetivos pretendidos quando uma marca organiza um evento, Dias (1996), cita a promoção de um acontecimento favorável à imagem de uma empresa e seu produto perante os públicos de interesse e, conseqüentemente, a venda de uma boa imagem. É um meio de despertar nos consumidores o interesse pela marca, para que eles sejam capazes de tomar decisões de preferência baseados

nas experiências vivenciadas e proporcionadas por uma determinada organização.

Neste sentido, Kunsch (1986) afirma que “a importância da realização de um evento, está, sobretudo, no aproveitamento do instante, do ambiente ou da presença de pessoas, pois dessa atitude resulta a impressão final”. Frente aos benefícios advindos de um bom evento, diversas empresas já estão inserindo esta estratégia nos planejamentos estratégicos anuais como forma de relacionamento com o cliente. É o caso do Banco Mercantil do Brasil com o evento Sessão Mercantil do Brasil de Cinema que será explorado em seguida.

3 | METODOLOGIA

Neste artigo, o evento Sessão Mercantil do Brasil de Cinema será descrito como forma de exemplificar as estratégias de marketing experimental adotadas pela empresa e serão analisados, brevemente, os resultados das pesquisas de satisfação com os clientes que participaram das sessões em 2011, tendo em vista que os dados de 2012 não foram fechados até o momento de conclusão deste artigo (ver quadro 1). Essa análise será positiva no sentido de mostrar em que medida o Banco atingiu seu objetivo e utilizou corretamente a estratégia de promover uma experiência aos seus clientes.

Quanto ao método	Quanto à abordagem	Técnicas de Coleta de Dados	Técnica de tratamento de dados
Levantamento bibliográfico Estudo de Caso: O evento Sessão de Cinema do Banco Mercantil do Brasil	Qualitativa	Levantamento documental Observação Estatística	Análise de dados

Quadro 1: Aspectos metodológicos

3.1 Da organização pesquisada

O Banco Mercantil do Brasil se caracteriza por ser uma empresa de médio porte com atuação no setor financeiro e com administração familiar. Fundado na década de 40, na cidade de Curvelo, Minas Gerais, o Mercantil do Brasil sempre se fundamentou na tradição de segurança e solidez. Por ter uma estrutura de administração familiar e ser de médio porte, essa instituição se coloca no mercado como seguidora de tendências, dado o conservadorismo da família. A história desta empresa, que em 2018 completa 75 anos, começou com um outro nome: Banco Mercantil de Minas

Gerais. Na década de 60, o Banco adquiriu os bancos Santa Cruz e Metrôpole, ambos no Rio de Janeiro, fazendo o número de agências crescer de quatro para 52. Acompanhando o acelerado desenvolvimento do país do início dos anos 70, mais dois bancos foram incorporados: o Industrial de Campina Grande e o Mercantil do Brasil, cujo nome passou então a ser utilizado pela instituição. Essas importantes mudanças proporcionaram ao Banco iniciar a década de 80 com aproximadamente 100 agências.

Em 1999, o Mercantil do Brasil revitalizou sua marca e suas agências, consolidando uma imagem moderna perante os clientes e o mercado. Assim, a valorização e o fortalecimento da instituição, em conjunto com a prestação de serviços adequada ao perfil dos usuários, enfatizaram-se como os objetivos que direcionam o foco do Banco. Para a celebração dos 75 anos da empresa, está sendo criada pela Gerência de Marketing Corporativo e Relacionamento, em parceria com áreas estratégicas da empresa, um reposicionamento da marca, com foco no diferencial competitivo de mercado assumido pelo banco: qualidade no atendimento.

Como mencionado anteriormente, por ter uma administração familiar conservadora, o Mercantil do Brasil não se porta no mercado como um banco de taxas competitivas e produtos e serviços inovadores. É uma empresa seguidora de tendências, com foco no atendimento de qualidade, assim como está descrito na missão da empresa: “Gerar soluções financeiras, com excelência e diferencial no relacionamento, remuneração adequada ao capital societário, recompensa justa ao capital humano e atuação socioambiental responsável”. Na proposta de valor da empresa, o relacionamento também se faz presente, conforme pode ser percebido: “Prestar soluções financeiras com simplicidade, eficácia e diferencial no relacionamento”.

Como parte da marca está a mensagem-chave “Compromisso com você”. Dentro deste conceito, a Gerência de Marketing Corporativo e Relacionamento desenhou as seguintes atitudes chaves que fazem parte do conceito – compromisso com você: seriedade: firmar conduta ética e relação de confiança com o cliente; agilidade: dar retorno ao cliente em tempo hábil; assertividade: atender ao cliente de modo simples e eficaz; conhecer seu cliente: entender e atender as necessidades do cliente, com os produtos MB.

Hoje o Mercantil do Brasil atua com foco em Minas Gerais e São Paulo, com aproximadamente 230 Pontos de Atendimento, seguindo uma trajetória marcada pela constante busca de um relacionamento diferenciado com os seus clientes. A sede da empresa é no centro de Belo Horizonte.

4 | ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

4.1 O Mercantil do Brasil e o evento Sessão de Cinema

Desde 2008, o Banco Mercantil do Brasil realiza o evento Sessão Mercantil do Brasil de Cinema como uma forma de contribuir para o alcance de um dos objetivos

do mapa estratégico da empresa: promover um relacionamento diferenciado e apoiar a fidelização junto a correntistas, além de contribuir para o fortalecimento da imagem institucional da organização. Esse objetivo do mapa estratégico foi desenhado tomando como base toda a história e posicionamento mercadológico do Banco, conforme descrito anteriormente, e, o evento Sessão Mercantil do Brasil de Cinema é uma ação prática que os profissionais da área de marketing e de comunicação da empresa encontraram para reforçar o relacionamento diferenciado com os clientes.

Essa ação tem o objetivo fidelizar os clientes do Mercantil do Brasil, convidando-os para uma sessão de cinema exclusiva, exibindo filmes com protagonistas consagrados, logo após a estreia em território nacional. Neste sentido, a Sessão Mercantil do Brasil de Cinema se configura como uma estratégia de marketing de experiências, uma vez que proporciona uma experiência no âmbito do lazer, aos clientes convidados. O Banco tomou essa decisão após realizar uma pesquisa com correntistas pessoa física de Minas Gerais e São Paulo e constatar que mais de 60% gostariam de receber um convite para uma sessão de cinema exclusiva.

Diante destes dados, a Sessão Mercantil do Brasil de Cinema foi incluída no planejamento estratégico anual da Gerência de Marketing Corporativo e Relacionamento. Embora o Banco tenha atuação nas regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste, este evento só é realizado em Belo Horizonte, local onde se concentra o maior número de correntistas, além de ser a sede do Banco. Entretanto, a empresa já estuda possibilidades de expandir o evento para outras localidades, principalmente no interior de São Paulo, onde está ocorrendo a expansão da rede de agências.

Os clientes selecionados para participar deste evento fazem parte de uma base importante para o Banco, são, em grande maioria, investidores. Dentro da Empresa, há uma área chamada Gerência de Inteligência de Clientes que é a responsável por estudar a base de clientes e selecionar aqueles que serão convidados. Todo o trabalho é feito em parceria entre essa gerência e a Gerência de Marketing Corporativo e Relacionamento com o objetivo de garantir um evento de qualidade para os clientes selecionados.

Após este trabalho, a base para cada sessão realizada é selecionada com, aproximadamente 100 correntistas com acompanhantes. O próximo passo é o envio de um convite personalizado para a residência do cliente informando sobre a Sessão Mercantil do Brasil de Cinema e contendo um código de confirmação de presença; a confirmação é realizada por meio de um hotsite criado na época do evento, exclusivamente para este objetivo. O Mercantil do Brasil realiza algumas atividades complementares à exibição exclusiva do filme. Dentro deste projeto é prevista as seguintes ações: distribuição de combo contendo pipoca e refrigerante para todos os convidados presentes, decoração da entrada do cinema de acordo com a temática do filme, oferecimento de um coquetel, uma hora antes do filme, também no *hall* de entrada do cinema.

Uma etapa importante deste evento é o início da sessão, momento onde um

mestre de cerimônias faz uma apresentação institucional do Banco, contribuindo para o reforço da marca, e realiza o sorteio de brindes entre os convidados presentes. Todo o evento possui a logomarca do Mercantil do Brasil para reforçar a marca perante aos clientes e perante o público em geral que transita pelo o estabelecimento e, indiretamente, têm contato com o evento. Cahen (1990) acredita que o importante é ressaltar que, seja qual foi o exemplo e o evento, deve ser estabelecido um 'estilo' próprio – sempre reconhecível e, naturalmente, sempre elegante e eficaz, na medida em que é nestes eventos que são transmitidas as 'mensagens preferenciais', são abertos os canais de comunicação e é mostrada, da melhor forma possível, a 'cara' da empresa.

Ciente desta premissa afirmada por Cahen (1990), o Banco Mercantil do Brasil se esforça todos os anos para conferir uma identidade visual ao evento única e atraente. Além de perceber que esta ação de marketing de experiência se torna necessária para estreitar o relacionamento com os seus melhores clientes, o Banco também tem uma resposta positiva dos eventos já realizados. Os investimentos realizados e a inclusão desse evento no planejamento estratégico anual, como uma ação fixa e não apenas pontual, foi compensado pelos resultados das pesquisas realizadas após cada sessão de cinema especial, realizada nos últimos anos. Para todos os filmes exibidos, foram realizadas pesquisas com os participantes os convidados que não participaram do evento.

4.2 Da amostra

Entre os participantes, foram avaliados aspectos como recall da empresa que enviou o convite, avaliação do filme, avaliação da organização, local, data, buffet do evento, satisfação geral com o evento, importância atribuída a este tipo de ação de relacionamento, interesse em receber outros convites para eventos da mesma natureza. Já entre os não participantes, foram avaliados aspectos como motivo do não comparecimento e se houve repasse do convite para terceiros. Todas as quatro pesquisas realizadas utilizaram o método de amostragem, uma vez que nem todos os clientes tiveram interesse ou disponibilidade em responder.

4.3 Dos dados da pesquisa

Abaixo estão descritos alguns dos principais resultados, com divulgação autorizada pelo Banco Mercantil do Brasil, que podem contribuir para comprovar a importância das ações de marketing de experiência:

- 74% dos convidados possuíam mais de cinco anos de relacionamento com o Banco e 2% tinham até seis meses de relacionamento.
- 97% dos convidados responderam positivamente ao recall e se lembraram do nome a empresa que enviou o convite para a Sessão de Cinema.
- 82% dos clientes convidados que não compareceram repassaram o convite para outras pessoas.

- O principal motivo alegado para o não comparecimento ao evento foi viagem; 28% alegaram estar viajando na data do evento; o motivo com menor percentual foi o interesse do filme, em que 2% não acharam o filme exibido interessante.
- A satisfação média com o evento foi de 94% e, neste quesito foram avaliados os seguintes aspectos: organização geral do evento, qualidade de atendimento (recepção), ambientação do local de entrada, antecedência do envio do convite, local escolhido (Shopping Boulevard), combo com pipoca e refrigerante, facilidade para confirmação de presença, horário da sessão (21h), qualidade do buffet servido na recepção, filme escolhido e dia da semana (quinta-feira).
- 89% consideraram este tipo de evento com alta importância, tomando como base o relacionamento com o Mercantil do Brasil
- 44% disseram já ter recebido convites semelhantes de outras empresas.

As pesquisas realizadas permitiu ao Banco saber que 99% dos clientes sentiram que o convite transmitiu a mensagem de que ele é um cliente especial e 100% gostaram do convite oferecido pelo Mercantil do Brasil. Os dados obtidos contribuíram para a Gerência de Marketing Corporativo e Relacionamento continuar apostando nas ações de marketing de experiência e aprimorar os eventos dos próximos anos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relacionamento com os clientes é um aspecto que está ganhando espaço dentro das organizações e deve ser constantemente trabalhado, uma vez que as equipes das áreas de comunicação, em parceria com as equipes de marketing, estão desenhando ações cada vez mais elaboradas rumo a conquista e fidelização do cliente. Hoje, além de preço e qualidade, o cliente quer se sentir especial, saber que é importante para a marca e, por isso, valorizado. A partir das análises presentes neste artigo, tornou-se possível perceber que a marca, além de um nome, um símbolo, um desenho ou a combinação desses elementos, é identificada pelos consumidores por ações na esfera do intangível, ou seja, nos sentimentos e experiências proporcionados pelas marcas.

Os esforços devem se concentrar na oferta de produtos e serviços de qualidade, mas também no relacionamento com os públicos de interesse. E, assim como foi mencionado neste artigo, as ações de marketing de experiência que mexem com os sentimentos e sensações dos clientes se configuram como uma estratégia eficaz na corrida pela fidelização e pela consolidação de uma boa imagem da marca. O que merece atenção é a organização destas ações, porque, assim como uma boa ação, seja ela um evento ou não, é capaz de gerar sensações e experiências incríveis que serão lembradas pelos clientes, uma ação mal planejada pode gerar um efeito contrário, uma vez que o público-alvo também registrará na memória e péssima experiência que teve e irá associá-la à marca que proporcionou. Neste sentido, a especialização dos profissionais de comunicação e marketing deve ser buscada em

níveis de excelência, para que possam contribuir para as estratégias da empresa, no que tange ao relacionamento com os públicos de interesse.

Embora as ações de experiência estejam ganhando espaço dentro das empresas, principalmente as mais preocupadas em fidelizar o cliente e se destacar com um diferencial de mercado além do preço e qualidade, muitas ainda se configuram como uma ação pontual. Mas este não é o caso que foi apresentado neste artigo como exemplo de ação de experiência. O evento Sessão Mercantil do Brasil de Cinema se tornou uma ação fixa, presente no planejamento estratégico anual da Gerência de Marketing e Relacionamento do Banco Mercantil do Brasil, após os resultados de pesquisas mostrarem os resultados positivos alcançados. Relatos de gerentes comerciais, que trabalham na rede de agências do banco, também comprovam que os clientes convidados se sentiram especiais e gratos pela experiência proporcionada.

REFERÊNCIAS

ANDRÉS, Andreia. CAETANO, Joaquim. RAQUILHA, Luis. **Gestão de Experience Marketing**. Lisboa. Ed. Quimera, 2005

CAHEN, Roger. Tudo o que seus gurus não lhe contaram sobre comunicação empresarial. São Paulo: Best Seller, 1990.

CLANCY, Kevin. KRIEG, Peter. **Marketing muito além do feeling**. São Paulo: Campus, 2007.

DIAS, Vavá D'Arriaga. **Eventos**:colaboração em aspectos da comunicação visual. Porto Alegre: Intermediário, 1996

GIÁCOMO, Cristina. **Tudo acaba em festa**: evento líder de opinião, motivação e público. São Paulo: Scritta, 1997.

GIANFORTE, Greg. **Eight to Great** – Oito passos para proporcionar uma experiência excepcional ao cliente. Campinas – SP: Sibra, 2011

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 1986.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. McLUHAN, Marshal. **Organização de evento**: procedimentos e técnicas. São Paulo: Cultrix, 1964.

SCHMITT, Bernd H. **Gestão da Experiência com o Cliente**: revolução no relacionamento com os consumidores. São Paulo: Bookman, 2003

TRABALHO PENOSO EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL: (DES)CONSTRUINDO CONCEITOS

Magda Cibele Moraes Santos Silva

Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL - e advogada, especialista em Direito e Magistratura, no Programa de Pós-Graduação em Direito da Escola dos Magistrados da Bahia e Universidade Federal da Bahia - UFBA
email: magcib@gmail.com
Salvador-BA

RESUMO: No contínuo processo de construção e consolidação do direito à saúde do trabalhador foram deixadas algumas lacunas, dentre elas a noção do trabalho penoso. Em tempos em que os silêncios legislativos e lacunas estratégicas no sistema de proteção do direito à saúde do trabalhador no Brasil contrapõem-se aos avanços dos mecanismos de exploração do trabalho pelo capital, a busca de um conceito ganha relevância como mecanismo de concretização de tão importante direito no tempo presente. No intento de suprir a omissão legal deste direito social, o presente trabalho, traz a lume o quadro de precarização social no Brasil, ao tempo em que fazendo uso dos métodos e instrumentos hermenêuticos e normativos do nosso ordenamento jurídico, à luz das mudanças ocorridas no cenário econômico, político e social brasileiro, busca elucidar os contornos conceituais da atividade penosa no

direito contemporâneo.

PALAVRAS – CHAVE: Trabalho Penoso. Precarização Social. Conceito. Hermenêutica Jurídica

ABSTRACT: In the continuous process of construction and consolidation of the worker's right to health, some gaps have been left, among them the notion of hard work. At a time when the legislative silences and strategic gaps in the system of protection of the right to health of workers in Brazil are in opposition to the advances of labor exploitation mechanisms by capital, the search for a concept gains relevance as a mechanism for accomplishing such an important right in the present tense. In the attempt to overcome the legal omission of this social right, the present work brings to light the framework of social precarization in Brazil, while making use of the hermeneutic and normative methods and instruments of our legal system, in the light of the changes that occurred in the Brazilian economic, political and social scenario, seeks to elucidate the conceptual contours of the painful activity in contemporary law.

KEYWORDS: hard work; social precarization; concept; legal hermeneutics

1 | INTRODUÇÃO

Não obstante os marcos regulatórios conquistados no mundo desde o final do século XIX tenham possibilitado a criação da agenda do trabalho decente (OIT, 2006), do conceito universal e progressista de saúde (Constituição da OMS, 1946) e da aquisição de direitos humanos pautados na inserção no mercado de trabalho, o que se verifica nas últimas décadas é um franco processo de flexibilização, desregulamentação e invisibilização desses direitos, fenômeno que se realiza associado ao adoecimento de relevante contingente de trabalhadores.

Reflexo do hegemônico e intenso processo de degradação do trabalhador instituído pela reestruturação produtiva do capital, os desgastes mental, físico e emocional tornaram-se constantes indissociáveis da ideia de trabalho, como também do não trabalho, na forma como mercado de trabalho se apresenta na atualidade. Os avanços tecnológicos e científicos, promessas de humanização do trabalho, tornaram-se variantes essenciais a crescente supressão dos postos de trabalho, intensificação do modo de produção de valor, flexibilização do controle e prorrogação das jornadas, esmaecimento dos limites espaciais do trabalho e não trabalho. As metamorfoses que atingem o mundo do trabalho são multifacetadas por fenômenos que se manifestam, não raro, conjuntamente, tais como: *karoshi* (CHEHAB, 2013), trabalho excessivo (ROSSO, 2014), intensificação e aceleração dos ritmos do trabalho (HARVEY, 1992), degradação sobre as instâncias coletivas nos ambientes de trabalho (SENNET, 2006), competitividade interna e externa e instrumentalização do medo como impulso de produção, devido ao incremento do desemprego e ampliação do exército de reserva (BOURDIEU, 1998), desgaste mental e transtornos mentais no trabalho precarizado (DRUCK; FRANCO e SELIGMANN-SILVA, 2010), redução do tempo de reprodução do trabalho, entre outros, tornaram-se fenômenos que avançam sobre o núcleo estruturado do mercado de trabalho e fundamentam quase a totalidade dos postos de trabalho do núcleo desestruturado, expondo a classe trabalhadora a uma precarização social (CASTEL, 1998), que a expõe a agentes químicos, ergonômicos, físicos, biológicos, organizacionais e psíquicos. Ultrapassando os limites da vida familiar e social dos indivíduos, o trabalho ganha centralidade capaz de tornar sua precarização, um problema social, e os adoecimentos, questão de saúde pública.

Por essas razões torna-se necessário abordarmos tema antigo, no que tange à sua existência, mas atual no que diz respeito à ideia de proteção através da previsão de normas preventivas e retributivas. Todo esse esforço converge para a realização deste dia, não muito distante, em que a classe trabalhadora do nosso país alcançará os tão fundamentais direitos sociais ao alimento, à saúde, à educação, ao lazer, sem ser necessário indignizar-se pelo trabalho exercido. Enquanto isso não acontece é necessário trazeremos à lembrança o quadro-síntese evolutivo do trabalho penoso no mundo e, no Brasil, demonstrando através dos relatos históricos as ressignificações das relações de trabalho, a conquista de direitos à saúde do trabalhador, a transição do

ocultismo ao reconhecimento do trabalho penoso pelo ordenamento jurídico à luz do perene processo de construção e reconstrução dos direitos humanos e as alternativas viáveis a realização do direito à saúde do trabalhador.

2 | A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO À SAÚDE DO TRABALHADOR E O SURGIMENTO DO FENÔMENO DA PRECARIZAÇÃO: IMPLICAÇÕES NO SISTEMA DE PROTEÇÃO EM FACE DO TRABALHO DESENVOLVIDO EM CONDIÇÕES PENOSAS

Neste trânsito, nada estável entre o antigo regime à modernidade, se deu toda uma rede de transformações as quais resultaram essencialmente na (re)invenção do trabalho, invenção de um mercado de trabalho, dos direitos humanos sociais, do Estado Social. Note-se, contudo, que *pari passu* com o desenrolar histórico das relações trabalhistas e surgimento de direitos humanos, foi sendo erigido um sistema normativo e institucional, de proteção à saúde do trabalhador, o qual tem atualmente como uma de suas premissas a resignificação do termo trabalho e dissociação da ideia de penosidade, antes vista como fator inseparável. Relataremos sucintamente no quadro síntese abaixo as mudanças nas relações do trabalho, processo de aquisição de direitos sociais e atual estágio da garantia à proteção em face do trabalho penoso no Brasil:

Período Histórico	Avanços no arcabouço protetivo da saúde do trabalhador	Principais Referências
Da Antiguidade Oriental ao Início da Era das Revoluções (4.000 a.C a 1760 d.C)	Da antiguidade oriental a era das revoluções o sistema de relações de trabalho passou da servidão coletiva, sistema escravocrata, sistema de produção feudal ao início do capitalismo, com preponderância do sistema manufatureiro. O iluminismo e seu humanismo, além de fomentar a derrocada do Antigo Regime, através da instauração da era das revoluções, evoca o surgimento de diversas ciências, dentre elas a medicina do trabalho. Neste período inexistiam normas jurídicas protetivas da saúde do trabalhador.	Publicação do livro “As doenças dos trabalhadores” de autoria do médico italiano Bernardino Ramazzini, considerado o pai da Medicina Laboral (1700 - Itália)

<p>Era das Revoluções a Período entre Guerras (1760 a 1945)</p>	<p>O trabalho assalariado passa a ser a principal fonte de riqueza. Êxodo rural intenso. Surgimento da “classe operária”, constituída por integrantes de todas as faixas etárias, inseridas em um novo ritmo de trabalho degradante. Com o descobrimento da máquina a vapor e desenvolvimento tecnológico há intensificação na produção. Incremento do número de mortes e acidentes. Vigência do liberalismo econômico com intervenção estatal. Surgimento da OIT, das primeiras leis de proteção à saúde integral do trabalhador, do MTE e JT, no Brasil.</p>	<p>Lei de Saúde e Moral dos Aprendizizes (1802 - Inglaterra); Lei da Fábrica – Factory Act (1833 – Inglaterra); Encíclica, “De Rerum Novarum” (1891 – Papa Leão XIII); Lei de Seguro de Acidentes de Trabalho (1919); Constituição da OIT e Convenções nº 1 a 6 (1919); Lei de criação do MTE (1930); Criação da JT (1934); Constituição Federal de 1934 e 1937; Decreto regulador de acidentes de trabalho (1934-Brasil); Declaração Universal dos Direitos Humanos (1944)</p>
<p>Pós- Guerra à Ditadura Militar no Brasil (1945 a 1980)</p>	<p>Origem de novos modelos de produção em série como taylorismo e fordismo, fomentaram a uma nova divisão social do trabalho, com introdução dos movimentos repetitivos e alienação do trabalhador em face do domínio de técnicas de produção .Após a 2ª grande guerra mundial surge um concepção humanista que propiciou a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1946. Neste período, a reconstrução dos países envolvidos nos conflitos internacionais exigiu a realização de trabalho em condições que tornaram inevitáveis o crescimento dos acidentes e doenças ocupacionais. Neste contexto, a medicina do trabalho, cedeu espaço a saúde ocupacional.</p>	<p>Constituição da ONU (1945); Constituição da OMS (1946); Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); CLT (1943 – Brasil); Criação da FUNDACENTRO (1966); Programa Internacional para o Melhoramento das Condições e do Meio Ambiente de Trabalho (1970); Ratificação da Convenção nº 148 da OIT – proteção dos trabalhadores contra riscos no meio ambiente do trabalho(1977); Obrigatoriedade de corpo multidisciplinar no SESMT (1978); NR da Ergonomia (1978); Criação do DIESAT (1980)</p>
<p>Redemocratização do Brasil aos dias atuais (a partir de 1980)</p>	<p>Surgimento do toyotismo e deflagração do processo de reestruturação produtiva, com enxugamento do quadro de trabalhadores e intensificação na prestação dos serviços . As pretensões depositadas na atuação multidisciplinar preventiva não se efetivaram, sendo constantes os altos índices de acidentes de trabalho, razão pela qual o trabalhador através de reivindicações iniciaram movimentos onde indicavam as mudanças que priorizavam o exercício do trabalho digno, em ambiente seguro e saudável. A CF/88 elevou a saúde a direito fundamental do trabalhador e previu o direito ao adicional a trabalhadores que desenvolvessem atividades de caráter penoso. Ampliação do conceito de saúde, demonstrando a necessidade de humanizar o trabalho.</p>	<p>Constituição Federal de 1988; A OIT institui o Ratificação das Convenções 155, 161 e 166 da OIT – sobre segurança e saúde do trabalhador; Lei Orgânica da Saúde (1990); Leis de custeio e benefício previdenciário (1991); Convenção nº 187 da OIT, “Plano de ação global sobre a saúde dos trabalhadores 2008-2017” da OMS; Declaração de Seul (2008)</p>

FONTE: Elaboração própria

Não obstante tais conquistas no plano da proteção à saúde dos trabalhadores, as quais se deram na Era de Ouro do capitalismo no Brasil (era Vargas a 1988), o que se verifica na atualidade é um amplo fenômeno de precarização social, resultante da nova divisão social do trabalho, alternativa a competição intercapitalista promovida pela

mundialização do capital. Por trata-se de fenômeno multidimensional, a precarização social se realiza em diversos aspectos da relação do trabalho: precarização dos vínculos de trabalho e das relações contratuais, precarização da organização e das condições de trabalho; precarização da saúde dos trabalhadores; fragilização do reconhecimento social, da valorização simbólica e do processo de construção das identidades individual/coletiva e precarização da natureza da representação e organização coletiva sindical (DRUCK, FRANCO, SELIGMANN, 2010).

Enquanto a precarização dos vínculos/contratos de trabalho comportam o processo de desconstrução dos direitos sociais, direta ou indiretamente relacionados ao trabalho, a precarização da organização/condições de trabalho e da saúde do trabalhador, resultam na operação científica de novas metas, ritmos, intensidades e regimes de trabalho, os quais ao colidirem com o biorritmo dos indivíduos tem causado adoecimento em massa. No âmbito de análise do sistema de proteção da saúde do trabalhador em face das condições penosas de trabalho, nota-se que a precarização social tem uma incidência direta.

Quanto a precarização do vínculos e contratos de trabalho, nota-se que apesar dos evidentes avanços jurídico-institucionais demonstrados na tabela acima, alguns direitos sociais não foram efetivamente implementados. O direito ao adicional para os exercentes de atividades penosas, norma de eficácia limitada, foi objeto de previsões legislativas pontuais, não havendo em nosso ordenamento uma lei abrangente que garanta a efetividade desse direito, ao contrário, a legislação antes vigente sobre o tema fora desconstruída no pós 1980. Em 1989, a Lei nº 7.850 considerou a atividade de telefonista como penosa para fins de concessão de aposentadoria especial, sendo a mesma revogada em 1997. Em nosso ordenamento atualmente as únicas normas que tratam de forma direta ou reflexa sobre o trabalho penoso são a lei federal dos servidores públicos civis da União (Lei 8112/90) e os Decretos Estaduais nº 4.307/94 e nº 39.032/97 os quais regulamentam a concessão do adicional de penosidade no âmbito da Administração Pública Estadual Catarinense e Mineira.

Em contracenso ao desleixo das autoridades do nosso país, os dados sobre acidentes de trabalho revelam um incremento agressivo quanto ao número de mortes e vitimização da classe trabalhadora formal por doenças de ordem ocupacional, revelando o alto grau de precarização da saúde dos trabalhadores. Em 2009 foram registrados 723.452 acidentes e doenças do trabalho, entre os trabalhadores assegurados pela Previdência Social, sendo que 17.693 envolvem doenças relacionadas ao trabalho e houvera 2.496 óbitos. No Brasil, segundo dados do Ministério da Previdência Social, em 2009 registrou-se uma média de 43 trabalhadores/dia que não retornaram ao trabalho devido à morte ou invalidez.

Desse número é cada vez mais crescente o número de doenças de natureza mental, principal consequência da atividade penosa, conforme declaração da professora do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (Unb), Anadergh Barbosa-Branco após análise de dados do Instituto Nacional de Seguridade

Social (INSS) em 2004: “dentre os auxílios-doença concedidos em 2004, 9,8% foram doenças mentais. Esse contingente é apenas a ponta do iceberg” (CUNHA, 2009, p. 36). Em face de tal constatação, a busca de um conceito sobre trabalho penoso une-se ao esforço de proteção integral do direito à saúde do trabalhador.

3 | CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE TRABALHO PENOSO

Da breve análise sobre a evolução histórica a respeito do instituto do adicional de penosidade nota-se que em nenhuma das legislações vigentes trouxeram um conceito a respeito do adicional de penosidade. Inexiste também lei infraconstitucional que trate de ambiente de trabalho penoso. Por tais razões, necessário o estabelecimento do diálogo entre o direito e a ciência na busca de um conceito claro do que seja trabalho penoso.

3.1 Aplicação do Método Autêntico

Segundo Maximiliano (2002) apenas o interprete autêntico é revestido do poder de criar normas jurídicas. Nesta senda, importa-nos prescrutar o que o Legislador Constituinte entendia por trabalho penoso, quando nos idos de 1988, elegeu o adicional de penosidade como direito social fundamental. Nesse sentido, Maria Auxiliadora da Silva (2005) nos informa que o adicional de atividades penosas teve origem nos trabalhos da Comissão de Sistematização (Projeto de setembro de 1987). Segundo a autora, não obstante as tentativas de supressão do termo “penosa”, sob justificativa da subjetividade conceitual, o relator da comissão, à época o Deputado Ubiratan Spinelli, rechaçou tal intento por entender que, apesar de difícil conceituação, a manutenção era indispensável na medida em que contemplava as atividades desgastantes (SILVA, 2005, p. 5).

No projeto de constituição, levado à aprovação da Assembléia Nacional Constituinte, o adicional de penosidade não foi contemplado sendo integrado posteriormente, nas votações finais, pelo Deputado Nelson Aguiar, através de requerimento nº 2.214, com a seguinte justificativa: “na Subcomissão da Família, Menor e Idosos, que presidimos, ouvimos um dramático depoimento da Secretária do Menor de São Paulo, Alda Marcantônio, que, em documento, nos fez um apelo no sentido de que providenciássemos uma forma constitucional de colocar o trabalhador brasileiro, principalmente à criança, ao abrigo de uma proteção legal, a fim de evitar que estivessem eles expostos a ação de trabalhos perigosos e penosos” (SILVA, 2005, p. 5).

O relato exposto demonstra-nos que, diferentemente do que ocorrera com os demais dispositivos constitucionais, a inserção do adicional de atividades penosas deveu-se a fato *sui generis*, estando portanto, alheio à justificação jurídica da Comissão de Sistematização do Projeto da Constituição. Não podemos desconsiderar, contudo,

as motivações expostas para a inserção do termo: proteção especial do trabalhador em face das atividades desgastantes e proteção do trabalho infantil.

Desse modo, numa interpretação pura e simplesmente autêntica, o trabalho penoso poderia ser definido como atividade essencialmente desgastante, da qual seria exemplo o trabalho infantil, a profissão de telefonista e os serviços prestados em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida justifiquem.

Muito embora a interpretação da lei através da utilização do método autêntico seja importante na busca de um conceito, impõe-se trazer a lembrança o caráter democrático do processo interpretativo, bem como a separação dos poderes, visto que a norma não se erige da simples previsão legal, mas do próprio processo exegético, o qual está disposto à interferência de toda uma sociedade (GRAU, 2002), razão pela qual persistiremos no estabelecimento dos contornos conceituais através da aplicação dos demais métodos exegéticos.

3.2 Aplicação do Método Literal/Gramatical/Filológico

Num primeiro contato com o texto constitucional (art. 7º, XXIII) verifica-se que a Constituição delimita a interpretação ao termo “atividade penosa”. No que tange ao termo “penoso”, subsiste as seguintes impressões: “que causa pena ou sofrimento”; “que incomoda”; “que produz dor”; “difícil, complicado”, “fatigante”, “ardoroso”, “molesto” (HOLANDA, 1986).

Importa ressaltar, ainda, que a interpretação gramatical também deve ser situada no tempo e espaço, tal como nos sugere Maximiliano (2002). Nesse sentido, convém esclarecer, com respaldo na literatura de Rodrigo Carelli (2010) que houveram transformações no significado do trabalho na contemporaneidade, sendo o mesmo desatrelado da idéia de subordinação jurídica para abarcar todas as mais variadas categorias que vão do estagiário ao free-lancer. Desse modo, da conjuntura de ambas as palavras denota-se que o referido direito social poderá alcançar qualquer forma de trabalho (inclusive o voluntário e demais formas típicas e atípicas) desde que promova necessariamente no trabalhador o sentimento de pena, sofrimento, dor, fadiga, desgaste.

A interpretação gramatical também suscita um questionamento: considerando que a previsão constitucional menciona apenas “atividade penosa”, seria possível a caracterização do ambiente como penoso ensejar a tipificação do trabalho como penoso? Estas são questões que ficam, sendo necessárias a busca de outros métodos que totalizem o conceito almejado.

3.3 APLICAÇÃO DO MÉTODO HISTÓRICO

Maximiliano (2002), citando Jellinek, nos traz a lembrança de que o “legislador é filho de seu tempo; fala a linguagem do seu século, devendo assim ser encarado e compreendido” (op. cit. 113). Assim, como visto, a história do trabalho penoso nos remete a da existência das primeiras civilizações, entrelaça-se com a própria origem

etimológica do vocábulo “trabalho”, porém a idéia de construção de um sistema protetivo é recente, inicia-se com o surgimento da concepção do direito à saúde do trabalhador, o qual, conforme visto, passou por importantes mudanças desde a sua criação nos idos de 1700 por Ramazini.

O impulso inicial das medidas higienistas deram-se com a proibição do trabalho noturno para os menores e limitação de jornada diária e semanal de trabalho (1833 – Lei da Fábrica - Inglaterra). Em 1891, o Papa Leão XIII, de forma quase intuitiva, traçava os pilares de caracterização do trabalho penoso, fornecendo-nos as possíveis soluções: limitação da jornada, proporcionalidade entre o repouso e a qualidade de trabalho, determinação do exercício de atividade baseado na condição singular do trabalhador.

A criação da OIT (1919), da ONU (1945) e da OMS (1946) e seus conseqüências (convenções, declarações e demais instrumentos) inaugurou o surgimento de uma nova era dos direitos, na qual a concepção de saúde a ser tutelada transborda a esfera eminentemente física. A OMS (1946) em sua constituição já estabelecia um conceito mais abrangente, positivo e progressivo de saúde (“completo bem estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doença ou enfermidade”) e universalista (“direito fundamental de todo ser humano”). A nova visão de saúde, entendida agora sob a perspectiva positiva, também passa a ser direito trabalhista, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e previsão da Convenção nº 155 da OIT de 1981, ratificada no Brasil através do Decreto nº 1.254/94.

Convém ressaltar, contudo, que o desenrolar histórico do sistema protetivo do trabalho penoso no Brasil tem nos trazido definições não consentâneas com tais postulados. A antiga Lei Orgânica de Previdência Social (Lei nº 3.807/60), regulamentada pelo Decreto nº 48.959-A/60, e demais previsões existentes nos trouxeram e trazem exemplificações de trabalho penoso pautados tão somente na idéia de mal estar físico (caso dos serviços de mineração prestados em subsolo, serviços que demandam excessivo esforço físico em relação a condições normais de trabalho ou que exigem posição viciosa do organismo, entre outros).

A aplicação do método histórico na conceituação do trabalho penoso impõe-nos a observância da evolução histórica do instituto no Brasil e a resignificação do conceito de saúde pelos organismos internacionais. Em tempos de busca de uma qualidade de vida no trabalho, precisamos repensar as categorias profissionais e suas singularidades e efeitos nas dimensões da vida do trabalhador, sem tal esforço não poderemos construir um conceito de trabalho penoso que revele a efetiva proteção das três dimensões abraçadas pela nova concepção de saúde: bem-estar físico, mental e social do trabalhador.

3.4 Aplicação do método sistemático

Sabe-se que uma norma não é construída de forma isolada. Ela constitui parte de um todo, integra um sistema jurídico e hierárquico de regras, princípios e atos

normativos nacionais, internacionais e universais que atuando em conjunto realizam os direitos. Dessa forma, cumpre analisarmos o arcabouço normativo nacional à luz do sistema hierárquico vigente.

O dispositivo que garante a proteção em face do trabalho penoso tem previsão no art. 7º, XXII e XXIII da CF/1988, no núcleo dos direitos fundamentais de um Estado Democrático de Direito. Integrante da terceira fase dos direitos humanos, os direitos sociais tem força normativa e eficácia imediata, sofrendo interferência dos demais direitos humanos especialmente os relativos à saúde do trabalhador, os princípios constitucionais e trabalhistas.

Primeiramente, cumpre ressaltar que a construção do conceito não poderá estar desatrelada da sua razão de ser: o primado da dignidade humana e perspectiva da proteção integral da saúde do trabalhador. Por isso, são valiosos os comentários até então tecidos, neste capítulo e no anterior, sobre o processo de criação e evolução dos direitos humanos e do direito à saúde do trabalhador, bem como a vedação do retrocesso social destas normas.

Do mesmo modo o preenchimento da lacuna normativa através da aplicação do método sistemático deverá ser orientada pelo princípio da proteção e os subprincípios do *in dubio pro operário*, aplicação da norma mais favorável e da condição mais benéfica. Isto sem desconsiderar que a penosidade encontra-se delimitada pelos conceitos legais de insalubridade e periculosidade. Nessa perspectiva, poderíamos afirmar com certa convicção, que o bem jurídico saúde é resguardado nos seus diferentes aspectos quando previstos os três adicionais.

Carente de conceito, o trabalho penoso encontrar-se-ia no vácuo que a caracterização do trabalho perigoso e insalubre ensejam. Tendo o nosso ordenamento se ocupado da delimitação das atividades insalubres (art. 209, CLT), a qual encontra-se restringida aos agentes nocivos físico, químico e biológico (Decreto-lei nº 229/67- NR 15 da Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978) bem como das atividades perigosas (art. 193, CLT), com regulamentação do MTE (NR 16 da Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978 – Atividades e Operações Perigosas, Portaria nº 3.393/87 e 518/03), notamos que em nenhum dos institutos foram contempladas as atividades que por sua própria natureza sejam desgastantes ou induzam a um quadro de fadiga, tampouco há referência à afetação da saúde psíquica e social do trabalhador (OLIVEIRA, 2011)

Não obstante isso, importa ressaltar que nosso ordenamento jurídico já dispõe de dispositivos que relevam o caráter desgastante para certas atividades, concedendo-lhe repercussão jurídica. A Consolidação das Leis do Trabalho, no Capítulo V (“Da Segurança e da Medicina do Trabalho”), seção XIV (“Da Prevenção da Fadiga”) estabelece: o limite de 60Kg para remoção individual de peso, com ressalva do trabalhador menor e a mulher; assentos que assegurem a postura correta ao trabalhador que exerça suas atividades sentado e disponibilidade de assentos para os trabalhos executados em pé. Do mesmo modo o Anexo II, Lista B do Decreto nº 3.048/99 prevê dentre os agentes etiológicos ou fatores de risco de natureza ocupacional o “ritmo de trabalho

penoso”, possibilitando-nos, em pesquisa mais detida, a identificação de atividades que tenham correlação com o elenco das seguintes doenças ocupacionais: transtornos neuróticos especificados (CID F48.8), síndrome de burn-out (CID Z73.0), dorsalgia (CID M54), cervicalgia (CID M54.2), ciática (CID M 54.3), lumbago com ciática (CID 54.3); sinovites e tenossinovites (CID M 65), dedo em gatilho (CID M65.3), tenossinovite do estilóide radial (de quervain) (CID M65.4); outras sinovites e tenossinovite (CID M65.8); sinovites e tenossinovites, não especificadas (CID M65.9); transtornos dos tecidos moles relacionados com o uso, o uso excessivo e a pressão, de origem ocupacional (CID M70); sinovite crepitante crônica da mão e do punho (CID M70.0); bursite da mão (CID M70.1); bursite de olecrano (CID M70.2); outras bursites do cotovelo (CID M 70.3); outras bursites pré-rotulianas (CID M70.4); transtorno não especificado dos tecidos moles, relacionados com o uso, o uso excessivo e a pressão (CID M70.9); outras bursites do joelho (CID M70.5); outros transtornos dos tecidos moles relacionados com o uso, o uso excessivo e a pressão (CID M70.8); lesões do ombro (CID M75.-); capsulite adesiva do ombro (ombro congelado, periartrite do ombro) (CID M75.0); síndrome do manguito rotatório ou síndrome do supraespinhoso (CID M75.1); tendinite bicipital (CID M75.2); tendinite calcificante do ombro (CID M75.3); bursite do ombro (CID M75.5); outras lesões do ombro (M75.8); lesões do ombro, não especificadas (M75.9).

A única lei vigente no Brasil que reconhece expressamente o direito ao adicional de penosidade é a Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, desde que os servidores encontrem-se em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento ainda não publicado.

Há também dois decretos estaduais, dos estados de Santa Catarina e Minas Gerais que regulamentam a concessão do adicional de atividades penosas. O Decreto nº 4.307/94 do Estado de Santa Catarina conceitua atividades penosas “o trabalho árduo, difícil, molesto, trabalhoso, incômodo, doloroso, rude e que exige a atenção constante e vigilância acima do comum” [...]

Imprescindível também, trazer à colação o texto da Recomendação nº. 95, de 1952, da OIT, a qual ao tratar da proteção das mulheres no período da maternidade, considera penosas para as grávidas ou amamentantes o trabalho noturno, com prestação de horas extraordinárias, emprego de força ou carregamento de peso, entre outros. Alice Monteiro de Barros (2009) entende que tal recomendação poderá ser aplicada analogicamente ao menor.

Todo o rol de atos normativos revela-nos que devemos sim buscar um conceito fundado em critérios gerais e objetivos orientados pelos referidos institutos, mas que uma concepção moderna e universal não poderá exigir um olhar voltado para o indivíduo-trabalhador. Assim, considerando as peculiaridades do trabalho e trabalhador uma determinada atividade poderá ser penoso para a mulher e não para o homem, bem como para um adolescente, sem o ser para um adulto, para um deficiente ou grávida, não sendo considerado como tal para os demais. Ainda haverá trabalho que

será penoso para qualquer pessoa.

3.5 Aplicação do Método Doutrinário

3.5.1 Método Doutrinário Propriamente Dito

A interpretação da norma através do método doutrinário propriamente dito ensinará o conhecimento da *communis opinio doctorum*. Abaixo, elencamos duas grandes estudiosas do tema e as contribuições que nos apresentam.

Cristhiani Marques (2007), no bojo do seu importante livro “A proteção do trabalho penoso”, discorre sobre os contornos conceituais do instituto ressaltando sua relação intrínseca com o desgaste, o sofrimento, as ações repetitivas sem pausas para descanso, a exaustão, o incômodo, a dor, a concentração excessiva e à imutabilidade das tarefas desempenhadas. A brilhante autora, com base em estudos da psicologia e medicina do trabalho, também reconhece as inafastáveis consequências desse labor com o aniquilamento do interesse, a condução do trabalhador ao exaurimento de suas energias, a extinção do prazer entre a vida laboral e as atividades a serem executadas, que pode ser revelado por dois grandes sintomas: insatisfação e ansiedade. Alerta ainda que tais fatores e suas inevitáveis consequências encontram-se presentes tanto em atividades físicas, quanto intelectuais, pouco importando o grau ou reconhecimento social da atividade profissional exercida.

Leny Sato (1994), estudiosa do tema, em seu artigo “Conceito de trabalho penoso” elenca quais atividades poderiam caracterizar um trabalho como tal, concedendo-nos importante norte para levantamento das atividades genuinamente penosas: a) esforço físico intenso - posturas incomodas, viciosas e fatigantes; b) esforços repetitivos; c) alternância de horários de sono e vigília ou de alimentação; d) utilização de equipamentos de proteção individual que impeçam o pleno exercício de funções fisiológicas, como tato, audição, respiração, visão, atenção, que leve à sobrecarga física e mental; e) excessiva atenção ou concentração; f) contato com o público que acarrete desgaste psíquico; g) atendimento direto de pessoas em atividades de primeiros socorros, tratamentos e reabilitação que acarretem desgaste psíquico e físico; h) trabalho direto com pessoas em atividades de atenção, desenvolvimento e educação que acarretem desgaste psíquico e físico; i) confinamento e isolamento; j) contato direto com substâncias, objetos ou situações repugnantes e cadáveres humanos e animais; l) trabalho direto na captura e sacrifício de animais.

A concepção doutrinária vem orientando a jurisprudência pátria no contingenciamento das atividades essencialmente penosas.

3.5.2 Aplicação Do Método Jurisprudencial

A importância dos Tribunais no processo de realização do Direito é instrumental, na medida em que possibilita a aplicação da norma abstrata à realidade fática

subsumida (hipótese de incidência), e substancial, por ser também criativa. Nesse sentido Nast (apud MAXIMILIANO, 2002) delimita ao menos três funções nítidas da Jurisprudência: “ uma função um tanto automática de aplicar a lei; uma função de adaptação, consistente em pôr a lei em harmonia com as idéias contemporâneas e as necessidades modernas; e uma função criadora, destinada a preencher as lacunas da lei”.

O processo de conformação de um conceito da trabalho penoso, portanto, não estará indene as influências e o papel da jurisprudência na interpretação do direito, muito embora em países adeptos da *civil law*, a jurisprudência esteja relegada a fonte indireta ou mediata desta ciência. Com base nestes postulados, a aplicação do método jurisprudencial pelo STF e TST resultou categorização das seguintes atividades como oriundas do desempenho de trabalho penoso na contemporaneidade: agente penitenciário (STF, MI 4172 / DF - Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Julgamento: 14/03/2013), professor (STF, AR 1938 / PB – PARAÍBA, Min. Rel. Carmen Lúcia, julg. 01/02/2012), trabalhadores no cultivo de cana de açúcar (TST, 6ª T PROCESSO Nº TST-RR-88-67.2010.5.15.0156, Min. Rel. Aloysio Correa Veiga), trabalho prestado em sem concessão habitual da integralidade do intervalo intrajornada (TST, PROCESSO Nº TST-AIRR-832-62.2010.5.09.0016, Min. Rel. Walmir Oliveira da Costa), telefonistas (TST, PROCESSO Nº TST-RR-75500-47.2008.5.18.0008, 3º T, Min. Pres. Alberto Luiz de Fontan Pereira), trabalho prestado movimentos repetitivos e grande esforço (TST, PROCESSO Nº TST-AIRR-47500-19.2008.5.05.0131, Min. Rel. Kátia Magalhães Arruda), trabalho prestado habitualmente em prorrogação de jornada noturna (TST, PROCESSO Nº TST-AIRR-56600-90.2005.5.02.0032, TST, Min. Rel. Pedro Paulo Manus), trabalhador rural (TST, PROCESSO Nº TST-AIRR-3638-70.2010.5.15.0156TST, Min. Rel. Kátia Magalhães Arruda), trabalho em sobrejornada (TST, PROCESSO Nº TST-AIRR-2617-05.2010.5.02.0000, Min. Rel. Kátia Magalhães Arruda), trabalhador em frigoríficos (TST, PROCESSO Nº TST-AIRR-417-19.2012.5.18.0191, Min. Rel. Maria Laura ranço de Lima DE Faria), estivador (TST, PROCESSO Nº TST-AIRR-33400-17.2007.5.02.0442, Desemb. Rel. Maria das Graças S.D.Laranjeira), trabalho com carregamento de peso além das forças físicas o trabalhador (TST, PROCESSO Nº TST-AIRR-190300-43.2009.5.23.0096, Min. Rel. Alexandre Agra Belmonte), vigilante (TST, PROCESSO Nº TST-AIRR-9700-59.2009.5.17.0010, Min. Rel. Marcio Eurico Vitral Amaro) e trabalhos desenvolvidos em turno ininterrupto de revezamento (TST, PROCESSO Nº TST-AIRR-145740-97.2006.5.04.0662, Min. Rel. Augusto Cesar Leite de Carvalho), entre outros.

Com o estudo do conceito do trabalho penoso através da interpretação dos métodos autêntico, doutrinário, literal, sistemático e histórico, podemos vislumbrar um conceito real do tema, especialmente sob o aspecto das categorias funcionais ou forma da prestação dos serviços.

CONCLUSÃO

Os retrocessos sociais promoveram a desconstrução de referenciais sobre trabalho penoso no período da reestruturação produtiva. Embora o direito ao adicional pelo desempenho de atividades penosas tenha sido erigido a condição de direito fundamental, a inexistência de um conceito ou referencial sobre trabalho penoso revela lacuna indesejada em tempos de precarização social a nível global. Todo um sistema contraditório de valores e práticas se revelam neste campo de lutas simbólicas. Ao tempo em que a precarização constitui-se enquanto fenômeno desconstrutor do conceito de trabalho penoso, quando analisado os efeitos sobre os direitos até então conquistados, compõe-se também como elemento construtor desse mesmo conceito por preencher de sentido, com uma nova patogenia do trabalho, as novas dimensões da noção de saúde (mental e social) que ao serem violadas no novo processo de trabalho tem gerado adoecimento em massa da classe trabalhadora.

Como informado alhures, a omissão legislativa nunca poderá servir como justificativa a não garantia de direitos fundamentais, pois existente todo o arsenal necessário à interpretação da norma e realização do direito. Com o alicerce do fenômeno da precarização do trabalho, atrelado ao uso dos instrumentos hermenêuticos é possível determinar como penosas todas as atividades que em virtude de sua natureza, modo de execução, ambiente de trabalho ou características do trabalhador conduzam-no a um desgaste/fadiga no seu bem estar físico, psíquico ou social, conceito este que ao caminhar com a ressignificação positiva do conceito de saúde, traz à lume a imprescindibilidade do estudo do fenômeno da precarização do trabalho enquanto elemento constituinte da noção de trabalho penoso.

REFERÊNCIAS

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 5a Ed. São Paulo: Ltr, 2009.p. 564

BOSKOVIC, Alessandra Barichello. O Adicional de Penosidade: um vazio jurídico. In: **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI** realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 20/03/201

_____.Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acessado em 19/04/2013

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **Formas Atípicas de Trabalho**. 2ª Ed. Ed. LTr, 2010, p. 15 -17.

CUNHA, Sandra. **Transtornos Mentais do Trabalho**. Revista CIPA nº 352 , ano XXX, março de 2009. P. 36 <http://www.cipanet.com.br/revistacipa/revistas/354/>. Visitado em 14/04/2013

DRUCK, G.; FRANCO, T. e SELIGMANN-SILVA, E. **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado**. Rev. bras. Saúde ocup.,

São Paulo, 35 (122): 229-248, 2010

GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito**. 2ª Ed. Ed. Malheiros, 2002.

HOLANDA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ª Ed. Rev. e Amp. Ed. Nova Fronteira S.A., RJ. 1986

JUNIOR, Vicente de Paula. **Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador**. *Revista Faculdade Mineira de Direito*. Belo Horizonte, v. 4, nº 7 e 8, p. 222-250, 1º e 2º semestre de 2001.

MARQUES, Cristiani. **A proteção do trabalho penoso**. Ed. LTr, Rio de Janeiro, 2007, 208 p

MENDES, Réne e FÁVERO, Manildo. **Programa Integrado da Medicina do Trabalho: uma proposta para as escolas de medicina no Brasil**. *Revista Educ. Med. Salud*, V. 19, nº 4, 1985

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do Direito**. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 2002.

OIT. **Constituição da Organização Internacional do Trabalho**. Aprovada em 1946. Disponível em >
http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf. Acessado em 15/02/2013

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador**. 6ª Ed. Rev. e atual. – São Paulo. LTr, 2011

OMS. **Constituição da Organização Mundial de Saúde**. Publicada e 1946. Disponível em:
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html> . Acesso em 20/03/2013

PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direito ao Trabalho e a Proteção dos Direitos Sociais nos Planos Internacional e Constitucional**. *Direitos Humanos e direito do trabalho*. Coord. Flávia Piovesan; Luciana Paula Vaz de Carvalho. SP., Ed. Atlas, 2010

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Perspectivas do trabalho e do direito na sociedade contemporânea**. *Revista LTr*, São Paulo, V. 75, nº 01, jan. 2010

SARLET, Ingo. Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988**. 2ª Ed., rev. Amp. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

_____. **Proibição do Retrocesso, Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Sociais: manifestação de um constitucionalismo dirigente possível**. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*, nº 15, set/out/Nov, 2008. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-15-SETEMBRO-2008-INGO%20SARLET.pdf>. Acesso em 8 de agosto de 2010.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: UFRJ-Cortez, 1994.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 5ªed. Rio de Janeiro: Record 2001.

SILVA, Maria Auxiliadora da. **Adicional de Atividades Penosas**. Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados. Set/2005.

SILVA, Moacyr Mota. **Atividade penosa: uma figura sob a ótica da Justiça do Trabalho**. *Revista LTr*, SP, V. 54, nº 10, out. 1990

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica**. Ed. Saraiva. São Paulo, 2010.

STRECK, Lênio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito**. Ed. Livraria do Advogado. Porto Alegre, 1999.

STUCHI, Victor Hugo Nazário. **O Trabalho Penoso e a Dignidade da Pessoa Humana. Direitos Humanos e direito do trabalho**. Coord. Flávia Piovesan; Luciana Paula Vaz de Carvalho. S.P., Ed. Atlas, 2010

<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>

<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/>

<http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=39>. Visitado em 14/04/2013

TUTELA DO ANIMAL DOMÉSTICO: UMA BREVE RETROSPECÇÃO DO PERÍODO PRÉ-HISTÓRICO DA HUMANIDADE AOS DIAS ATUAIS NO ÂMBITO DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS BRASILEIRAS DE 1824 A 1988

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes

Centro Universitário Internacional (UNINTER)

Escola Superior de Gestão Pública, Política,
Jurídica e Segurança

Polo – São José dos Campos – SP

RESUMO: Objetiva-se discutir neste breve introito retrospectivo de revisão de literatura e de normatizações constitucionais pátrias a tutela do animal doméstico. Esta síntese reflexiva sobre a tutela do animal doméstico se apresenta quanto à forma de abordagem do assunto, como qualitativo, no que tange a modalidade investigativa como básico, do ponto de vista de seus objetivos, como descritivo, com relação aos procedimentos técnicos, qualifica-se como documental e bibliográfico. Conclui-se que os delineamentos, os limites, bem como os avanços na conquista da tutela animal e conseqüentemente do animal doméstico demonstram o quanto o reconhecimento de tal questão é socialmente construído. Além disso, a expansão, a solidificação e o desenvolvimento contínuo também da vida humana e da sociedade implicam necessariamente na preservação e na ampliação de acesso um direito fundamental nominalmente reconhecido pela Constituição Federal de 1988 como direito ao ambiente ecologicamente equilibrado no qual se insere evidentemente a fauna, ou seja, os

animais domésticos, domesticados, silvestres e exóticos.

PALAVRAS-CHAVE: Animal Doméstico. Tutela. Período Pré-Histórico. Constituições Federais. Brasil.

GUARDIANSHIP OF DOMESTIC ANIMALS:
A BRIEF RETROSPECTIVE OF THE
PREHISTORIC PERIOD OF HUMANITY TO
THE PRESENT DAY UNDER THE BRAZILIAN
FEDERAL CONSTITUTIONS FROM 1824 TO
1988

ABSTRACT: The objective of this brief retrospective review of literature and constitutional norms is to discuss the protection of domestic animals. This reflexive synthesis about the guardianship of the domestic animal presents itself as to the approach of the subject, as qualitative, in what refers to the research modality as basic, from the point of view of its objectives, as descriptive, with respect to the procedures technicians, qualifies as documentary and bibliographical. It is concluded that the delineations, the limits, as well as the advances in the conquest of the animal guardianship and consequently of the domestic animal demonstrate how much the recognition of such question is socially

constructed. In addition, the expansion, solidification and continuous development of human life and society necessarily imply the preservation and expansion of access to a fundamental right nominally recognized by the Federal Constitution of 1988 as a right to an environmentally balanced environment in which the animal, domesticated, wild and exotic animals.

KEYWORDS: Domestic Animals. Guardianship. Prehistoric Period. Federal Constitutions. Brasil.

1 | INTRODUÇÃO

Apresenta-se neste artigo, primeiramente uma breve retrospectiva do período pré-histórico da humanidade aos dias atuais referente a tutela do animal doméstico. Em seguida, verifica-se a presença ou ausência do fator protetivo no âmbito da diversas Constituições Federais que ocuparam o cenário nacional brasileiro dos seus primórdios à contemporaneidade.

Diante do exposto considera-se, portanto, a relevância do estudo para a área do conhecimento escolhida uma vez que a existência de um arcabouço legislativo voltado à temática da defesa e proteção dos animais exige uma: (a) contínua fiscalização para que seus dispositivos sejam efetivamente aplicados e (b) permanente averiguação das tensões e/ou possibilidades advindas da efetivação ou não de tais dispositivos frente às situações decorrentes de ações e/ou omissões antrópicas tais como maus-tratos, abandono e/ou negligências para com os animais.

Um segundo motivo atribuidor de relevância ao estudo para a área do conhecimento escolhido situa-se na eventual possibilidade de o mesmo poder contribuir no adensamento da literatura já existente a respeito da importância da promoção da tutela dos animais, particularmente do doméstico em todo o território nacional brasileiro.

Entende-se por animais domésticos “[...] aqueles de convívio do ser humano, dele dependentes, e que não repelem o jugo humano [...]” (SÃO PAULO, 2005, p. 1). Portanto, na direção de tal conceituação é preciso levar em consideração três importantes aspectos.

Primeiro, que o animal considerado como “doméstico” é “dependente” do ser humano o que justifica uma especial atenção por parte deste ser humano para com ele principalmente com aquele animal doméstico que reside no ambiente urbano.

Segundo que existem outras espécies de animais além do doméstico quais sejam os: domesticados, silvestres e exóticos os quais não se configuram como tão dependentes (os domesticados) ou nada dependentes (os silvestres e exóticos) da espécie humana.

A definição conceitual de animal doméstico, domesticado, silvestre e exótico adotada neste trabalho advém da Lei do Estado de São Paulo nº 11.977 de 2005. No artigo 1º, parágrafo único lê-se:

Consideram-se animais: 1. silvestres, aqueles encontrados livres na natureza, pertencentes às espécies nativas, migratórias, aquáticas ou terrestres, que tenham o ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras ou em cativeiro sob a competente autorização federal; 2. exóticos, aqueles não originários da fauna brasileira; 3. domésticos, aqueles de convívio do ser humano, dele dependentes, e que não repelem o jugo humano; 4. domesticados, aqueles de populações ou espécies advindas da seleção artificial imposta pelo homem, a qual alterou características presentes nas espécies silvestres originais [...] (SÃO PAULO, 2005, p. 1).

E, terceiro que ao se levar em consideração tal conceituação emergente da legislação estadual acrescida de um arcabouço legislativo federal voltado à temática da tutela animal independentemente da espécie – doméstico, domesticado, silvestre e exótico –, justifica-se uma reflexão mais aprofundada em torno da possibilidade de implementação de políticas públicas voltadas à defesa e proteção dos animais nos municípios brasileiros, principalmente naqueles municípios em que os índices apontam para elevadas situações de maus tratos, negligência e/ou abandono.

O animal doméstico, assim como todas as demais espécies, é portador de sensações como de desconforto físico ou mental. Além disso, sente fome e sede. Trata-se de um ser senciente, ou seja, dotado da capacidade de sentir prazer e dor, e vulnerável, cuja sobrevivência depende dos seus tutores. Portanto, toda e qualquer situação que cause ao animal doméstico desconforto físico (ferimentos diversos consequente da fragilidade de sua situação de saúde, de fraturas sofridas e/ou de agressões que lhe foram imputadas decorrentes de contatos com outros animais ou com seres humanos) e/ou desconforto mental (abandono) deve ser objeto de atenção, tendo em vista que a ação ou omissão humana traz consequências para a vida do animal, particularmente da espécie doméstica.

De acordo com os autores Muraro e Alves o animal doméstico (2014, p. 5): “É muito carinhoso e fiel, possuindo uma característica peculiar, qual seja, a gratidão. O seu habitat natural é ao lado do seu dono, sendo protegido de todas as formas.”

Situações de maus-tratos voltados especialmente aos animais domésticos a serem combatidos por meio de uma maior eficácia e efetividade na fiscalização e aplicação das normatizações podem ser classificados como: abandonar, espancar, golpear, mutilar e envenenar; manter preso permanentemente em correntes; manter em locais pequenos e anti-higiênicos; não abrigar do sol, da chuva e do frio; deixar sem ventilação ou luz solar; não dar água e comida diariamente; negar assistência veterinária ao animal doente ou ferido; obrigar a trabalho excessivo ou superior a sua força; utilizar animal em shows que possam lhe causar pânico ou estresse; promover violência como rinhas de galo, ferra-do-boi etc. (BRASIL, 2016, p. 2).

Na sociedade brasileira, ao se refletir sobre a tutela do animal doméstico no âmbito constitucional, compreende-se que apesar dos limites inerentes a alguns momentos históricos específicos o que culminou na completa inexistência de dispositivos que tratassem do assunto nas seis primeiras Constituições Federais (BRASIL, 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967) houve não obstante um caminhar na

direção do reconhecimento e fortalecimento da necessidade de se defender e proteger a espécie animal como verificado na última e contemporânea Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Este estudo se apresenta quanto à forma de abordagem do assunto, como qualitativo; no que tange a modalidade investigativa como básico; do ponto de vista de seus objetivos, como descritivo; com relação aos procedimentos técnicos, qualifica-se como documental e bibliográfico; no que diz respeito aos instrumentos de coleta de dados caracteriza-se pela (i) seleção e leitura das normatizações constitucionais, (ii) organização das informações coletadas, e (iii) análise e discussão das informações de cunho documental; em se tratando da corrente epistemológica adotada pauta-se no construtivismo; no tocante a perspectiva teórica priorizada tem-se a investigação crítica (PEROVANO, 2016); e por fim no que concerne ao referencial analítico para análise e interpretação das normatizações utiliza-se da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Introito retrospectivo da tutela animal

No período pré-histórico da humanidade, os animais eram considerados e tratados como mercadorias. Ao final de sua vida útil, ou seja, de sua serventia utilitarista para o homem os animais eram descartados. Ressalta-se, portanto que o foco da atenção humana não se voltava à vida do animal, mas sim nos interesses pessoais, mercantilistas e práticos do homem (MURARO; ALVES, 2014).

Os autores Muraro e Alves (2014, p. 6) destacam que: “No início da relação entre seres humanos e animais, havia somente relação de trabalho entre eles, ou seja, a única finalidade que o animal possuía era satisfazer os interesses do seu dono, ficando à disposição, a qualquer momento, e sobre o seu domínio.”

Não obstante esse passado remoto de completo descaso para com a causa animal, gradativamente o pensamento humano foi se alterando no sentido da valoração do animal. Fato este que ainda se encontra em processo de desenvolvimento. Neste sentido, destacam-se dois episódios. O primeiro deles diz respeito ao “registro da ligação afetiva entre um ser humano e um animal [o qual] data de 12 mil anos, comprovado pelos fósseis de uma senhora, de aproximadamente sessenta anos de idade, abraçada a um filhote de lobo encontrados em terras de Israel.” (CAMPOS NETO, 2005, p. 249).

O segundo episódio é datado de 150 mil anos e nele descreve-se o fato de que: “os lobos seguiam um bando de nômades que saíam de suas cavernas para a caça, dando início a determinada convivência que se estreitou há cerca de 10 mil anos, quando o cão, descendente, passou a ser protegido, isto é, entrando em suas

cavernas, tornando-se, na História da Humanidade, amigos fiéis.” (CAMPOS NETO, 2005, p. 249).

Na evolução desse processo valorativo do animal por parte do homem, tem-se a informação de que um dos documentos mais longínquos referente à mudança de paradigma no que tange à causa animal alude à Bíblia Católica (BÍBLIA, 1998).

Particularmente no que se refere à questão protetiva foram encontrados quatro registros e todos eles elencados no primeiro testamento. A seguir destacam-se três citações no Livro denominado Gênesis e uma citação no Livro chamado Provérbios (BÍBLIA, 1998).

A primeira delas anuncia que após a criação da espécie animal Deus se volta para ela e a abençoa conforme se pode ler nas seguintes afirmações: “Deus disse: Pululem as águas de uma multidão de seres vivos e voem aves sobre a terra [...]. E Deus viu que isso era bom. E Deus *os abençoou* [...]” (BÍBLIA GÊNESIS 1:20-22, 1998, p. 49, grifo nosso).

A segunda citação evidencia a aliança que Deus faz com todos os seres vivos da terra independente de ser humano ou ser animal. Eis o registro: “Disse [...] Deus a Noé e a seus filhos [...] *vou fazer uma aliança [...] com todos os seres vivos [...] as aves, os animais domésticos, todos os animais selvagens* [...] desde todos aqueles que saíram da arca até todo animal da terra.” (BÍBLIA GÊNESIS 9:8-10, 1998, p. 56, grifo nosso).

Por fim, a terceira citação do Gênesis reforça a questão da aliança estabelecida entre Deus e os animais estabelecendo um sinal concreto para isso, qual seja, a presença do arco-íris sobre as nuvens. Portanto, na sequência lê-se que toda vez que o arco-íris estiver nas nuvens, Deus olhará para ele e se lembrará da aliança eterna que fez com todos os seres vivos de todas as espécies que habitam na terra: “Eis o sinal da aliança que eu faço [...] com todos os seres vivos [...] ponho o meu arco nas nuvens [...] e me lembrarei da aliança que fiz convosco e com todo ser vivo de toda espécie. [...] Este é o sinal da aliança que faço entre mim e todas as criaturas que estão na terra”. (BÍBLIA GÊNESIS 9:12-17, 1998, p. 56).

Como se pode depreender desta leitura contextualizada no âmbito dos escritos católicos, os textos evidenciam que os animais além de serem desejados, foram também criados por Deus e abençoados por Ele. E a simples presença desses animais na terra, nas águas e no ar envolveu a Deus de um sentimento positivo ao ponto de afirmar que “isso era bom”. E ainda, se não bastasse a “criação”, a “benção” o sentimento “positivo” que tais criaturas despertam no seu Criador, Ele faz questão de também estabelecer com os mesmos uma aliança, ou seja, um relacionamento. E a palavra relacionamento implica em continuidade, continuidade na defesa de que todos os seres vivos sejam eles humanos ou animais possuem idêntico direito à existência. Portanto quando o assunto é a causa animal expressões e palavras como “desejo de criação”, “benção”, “júbilo pela simples existência” e “aliança” se evidenciam neste Livro considerado como sagrado pelos adeptos do catolicismo.

Em se tratando ainda do primeiro testamento tem-se agora uma citação do Livro

Provérbios. Nesse Livro situa-se o fato de que a pessoa qualificada como justa tem consideração pela vida dos seus animais conforme se pode verificar *in verbis*: “O justo cuida das necessidades de seu gado, mas cruéis são as entranhas do ímpio.” (BÍBLIA PROVÉRBIOS 12:10, 1998, p. 791). A leitura desta frase bíblica evidencia uma correlação significativa entre duas realidades que se coadunam: de um lado aquilo que se considera como justo enquanto qualidade emergente de uma personalidade humana e por outro lado o desejo de proteger o animal não humano.

Portanto o que emerge desta citação é que todos os seres sencientes merecem amor, carinho, respeito e proteção. É interessante destacar ainda que um traço de personalidade caracterizado como cruel não apresenta o mesmo sentimento de empatia pela vida do animal não humano. É o que afirma o escrito supracitado: um dos registros mais remotos que se tem conhecimento a respeito da preservação da fauna terrestre.

Outro documento igualmente longínquo referente à causa animal se refere aos papiros do Livro dos Mortos dos egípcios. Nas páginas desse Livro são descritos comportamentos respeitosos dos egípcios não somente para com os animais, mas também para com as demais realidades que dizem respeito à natureza como a água e o solo. A proteção dos animais e a conservação da água e do solo eram tidas pelos egípcios como forma de agradar ao grande Deus, para eles denominado de Osíris (LEVAI, 1998). Eis alguns exemplos dos escritos nos papiros egípcios citados pelo autor Laerte Fernando Levai (1998, p. 13): “Não matei os animais [...] Não sujei a água [...] Não usurpei a terra [...] Nunca apanhei com redes os pássaros [...] Sou puro, ó Grande Osíris. Sou puro. Sou puro” (PAPIROS EGÍPCIOS, *s/a*, *apud* LEVAI, 1998, p. 13).

Na esteira dos defensores da causa animal têm-se também os escritos e as ações de alguns pensadores que marcaram presença na história da humanidade. Dentre eles cita-se, por exemplo, Siddhartha Gautama, popularmente conhecido como Buda foi um príncipe de uma região no sul do atual Nepal. Ele, após renunciar ao trono, voltou-se à busca da erradicação das causas do sofrimento humano, bem como de todos os seres sencientes existentes no planeta terra (CAMPOS NETO, 2005). Buda assumiu uma postura diversa à morte de qualquer ser vivo fosse ele “bicho ou gente” (LEVAI, 1998, p. 4). O primeiro Mandamento Budista enuncia justamente o respeito que se deve adotar perante a vida. Nas palavras do mestre indiano citadas pelo autor Laerte Fernando Levai (1998, p. 14) lê-se: “Tende piedade de todas as criaturas vivas e dessa forma o fogo de vossa vida se extinguirá e mergulhareis numa abençoada eternidade de paz [...] Não matarás nenhuma criatura vivente.” (BUDA, *s/a*, *apud* LEVAI, 1998, p. 14).

Pitágoras atuava como matemático e astrônomo na ilha de Samos onde viveu. Esse filósofo grego, assim como Aristóteles, se debruçou sobre a causa animal (CAMPOS NETO, 2005). Pitágoras era vegetariano e se posicionava como contrário a todo e qualquer utilização de animais para alimentação ou sacrifício religioso (SANTANA,

2006). Nas palavras dele, citadas pelo autor Laerte Fernando Levai (1998, p. 14) lê-se: “Quem semeia a morte não pode colher o amor; enquanto o homem continuar a ser o destruidor impiedoso dos animais não terá nem saúde, nem alegria, nem tranquilidade de espírito.” (PITÁGORAS, s/a, *apud* LEVAI, 1998, p. 14).

Sócrates outro filósofo também grego viveu numa época em que se instalava o conflito entre a moral e a ética ocasionando o surgimento do antropocentrismo. Tratava-se de um período no qual o ser humano sentia-se superior e por isso proprietário dos demais seres vivos existentes na terra por uma única razão: “somente ele tinha o poder do pensamento e da fala.” (MURARO; ALVES, 2014, p. 6).

Não obstante, Sócrates fazer parte desse período histórico e sua célebre afirmação “Conhece-te a ti mesmo” ter sido o marco inicial para a consolidação do antropocentrismo, ele se recusava a alimentar-se de carne. Em defesa do hábito alimentar que possui (vegetarianismo), Sócrates afirmava que nos animais ele via a si mesmo e também os considerava como indivíduos. Suas afirmações, citadas pelos autores Muraro e Alves (2014, p. 6-7) evocavam o seguinte: “ Não requereria este hábito de comer animais que abatêssemos animais que reconhecemos como indivíduos, em cujos olhos vemos a nós mesmos refletidos, poucas horas antes de nossa refeição [...]”

Aristóteles um filósofo também grego e que se dedicou de forma meticulosa no estudo dos animais redigindo uma classificação das espécies. Este trabalho catalográfico tem sua relevância na medida em que atribuiu a Aristóteles o título de precursor da ciência voltada ao reino animal, denominada zoologia (LEVAI, 1998; CAMPOS NETO, 2005). A “ideia aristotélica [era a] de que o universo opera de acordo com um plano divino, e que os seres são criados em benefício uns dos outros.” (SANTANA, 2006, p. 18).

Partindo-se agora de uma ordem cronológica crescente, após a instituição do calendário cristão, ou seja, após o nascimento de Cristo têm-se também algumas pessoas que merecem destaque quando o assunto é proteção e defesa dos animais.

Francisco de Assis, considerado como santo pela Igreja Católica, foi um árduo defensor dos animais, bem como de tudo o que existe na natureza. É de autoria desse santo italiano o escrito “Cântico das Criaturas” em que sob a forma de um hino declara seu amor por todos os seres da terra que possuem vida. São Francisco é reconhecido como santo padroeiro dos animais. E, na data de sua morte, quatro de outubro, é comemorado o dia da Ecologia e o Dia Universal dos Animais (LEVAI, 1998; CAMPOS NETO, 2005). Francisco de Assis fundou a Ordem dos Frades Menores e é considerado como o maior inspirador da contemporânea definição ambientalista dos animais como criaturas de Deus e por isso dignas de respeito por parte do ser humano (CAMPOS NETO, 2005).

A vida de São Francisco está repleta de acontecimentos que evidenciam o seu amor pelos animais, “seja quando liberta um coelho capturado em uma armadilha, devolve à água peixes que se encontravam presos em uma rede de pesca, pede mel

para dar às abelhas no inverno ou amansa um lobo assassino e o transforma num animal doméstico no povoado de Gubbio.” (SANTANA, 2006, p. 19).

Roque de Montpellier, canonizado pela Igreja Católica, é reconhecido como São Roque. Seu amor pelos felinos era grande e durante sua vida conviveu com dezenas deles. Ele é reconhecido como protetor espiritual dos animais, principalmente dos cães domésticos e selvagens (CAMPOS NETO, 2005).

Leonardo Da Vinci, italiano, pintor, escultor, biólogo e matemático que se destacou na época da renascença, assumiu uma preciosa postura em prol dos animais a qual enriqueceu os estudos até então realizados no âmbito da proteção de todos os seres sencientes. Suas observações criteriosas, particularmente dos mamíferos e insetos trouxeram reflexos positivos para a compreensão da vida dos animais. São de Leonardo as palavras: “Virá o dia em que a matança de um animal será considerada crime tanto quanto o assassinato de um homem.” (DA VINCI, *s/a*, *apud* LEVAI, 1998, p. 14). Leonardo Da Vinci “foi o primeiro cientista da Idade Moderna que estudou com minúcias os mamíferos, contribuindo demasiadamente à Medicina Veterinária.” (CAMPOS NETO, 2005, p. 248).

O padre Antônio Vieira, nascido em Portugal transferiu-se para o Brasil onde permaneceu até a sua morte, também se apresentava como defensor dos animais. É de sua autoria o escrito de um antológico tratado sobre o jumento intitulado “O Jumento, Nosso Irmão”. Esse missionário vem, portanto a somar-se a todos aqueles que se empenham na defesa da causa animal (LEVAI, 1998, p. 15).

Immanuel Kant, filósofo prussiano, igualmente mostra uma preocupação de ordem moral e ética valorativa no que diz respeito à causa animal. Nas palavras dele, citadas pela autora Elaine Cristine Franco (2016, p. 8) lê-se: “Podemos julgar o coração de um homem pela forma como ele trata os animais.” (KANT, *s/a*, *apud* FRANCO, 2016, p. 8).

Jeremy Benthan filósofo e jurista londrino defendia que os animais eram dotados da capacidade de sentir prazer e dor. E, justamente pelo fato dos animais experimentarem tais sensações caberia ao ser humano o dever de reduzir o sofrimento imposto ao animal consequente de sua ação ou omissão. Para Jeremy, portanto, qualquer ação humana capaz de minimizar tal sofrimento animal seria considerada como válida e eficiente (MURARO; ALVES, 2014, 2014, p.7).

Henry Salt, artista, diplomata e egiptólogo britânico se declarava também a favor dos animais. São suas as afirmações de que se os seres humanos têm direitos, os animais igualmente os possuem, na medida em que se reconhece o direito como “um sentido de justiça que marca as fronteiras onde a aquiescência acaba e a resistência começa; uma demanda pela liberdade de viver sua própria vida, à necessidade de respeitar a igual liberdade das outras pessoas.” (SALT, 1980 *apud* SANTANA, 2006, p. 117).

Paralelamente ao surgimento do período iluminista na França, muitos pensadores adeptos desta corrente filosófica da época começaram a criticar a forma como os

animais eram tratados até então, qual seja como meros objetos (MURARO; ALVES, 2014, p.7).

Diante disso, os estudos voltados às realidades da natureza começaram a adotar perspectivas científicas e neste contexto o aporte teórico consolidado pelos alemães Friedrich Wilhelm Heinrich Alexander von Humboldt e Ernst Heinrich Philipp August Haeckel contribuiu proficuamente. Inclusive Haeckel é considerado como pai da ecologia moderna. (LEVAI, 1998; CAMPOS NETO, 2005).

Na esteira dessa evolução da perspectiva científica dos estudos da natureza, o naturalista inglês Charles Darwin também colaborou. Darwin após a visita realizada nas Ilhas Galápagos no ano de 1835, formulou a Teoria da Evolução das Espécies, um detalhado estudo dos seres vivos em função do ambiente em que vivem (LEVAI, 1998; CAMPOS NETO, 2005).

Abraham Lincoln, político norte-americano, também reconhece os animais como merecedores de atenção e de direitos que privilegiem sua existência e bem-estar. Suas palavras, citadas pela autora Elaine Cristine Franco (2016, p. 8) são as seguintes: “Não me interessa nenhuma religião cujos princípios não melhoram nem tomam em consideração as condições dos animais.” (LINCOLN, *s/a*, *apud* FRANCO, 2016, p. 8).

Mohandas Karamchand Gandhi, conhecido como Mahatma Ghandi, um líder indiano pacifista e advogado evocava a piedade para com todos os animais. Para ele esses seres indefesos, vítimas da violência e crueldade humanas, não têm condições para resistir (LEVAI, 1998). Os ensinamentos hindus defendem que para se viver “feliz, com saúde e amor” faz-se necessário o respeito pelos animais (CAMPOS NETO, 2005, p. 247).

Albert Schweitzer teólogo, organista, filósofo e médico, nasceu em Kaysersberg, França, na época, parte do Império Alemão. O prêmio Nobel da Paz do ano de 1945 foi dedicado a ele. São suas palavras as que seguem: “Quando o homem aprender a respeitar até o menor ser da criação, seja animal ou vegetal, ninguém precisará ensiná-lo a amar seu semelhante.” (PENSADOR, 2018, s/p).

Albert Einstein, um físico alemão, também trouxe contribuições à causa animal. Suas reflexões em torno das similitudes entre os animais e os seres humanos rendeu sua defesa na convicção de que tanto um quanto o outro possuíam os mesmos direitos e de forma igualitária. Einstein era adepto do vegetarianismo, afirmando não ter coragem de comer carne porque não conseguia diferenciar a carne humana da carne animal (MURARO; ALVES, 2014, p. 8). “[...] se as abelhas desaparecerem da face da terra a humanidade terá apenas mais quatro anos de existência, sem abelhas não há polinização, não há reprodução da flora, sem flora não há animais, sem animais não haverá raça humana.” (EINSTEIN, *s/a*, *apud* MURARO; ALVES, 2014, p. 8).

Pablo Picasso, pintor espanhol, é autor da seguinte declaração: “No dia em que o homem compreender ser filho da Natureza, irmão dos bichos da terra, dos pássaros do céu e dos peixes do mar, neste dia ele compreenderá sua própria insignificância. Será mais humano, mais simples e solidário.” (PICASSO, *s/a*, *apud* CAMPOS NETO,

2005, p. 245).

Hans Kelsen jurista e filósofo tcheco também se mostrava sensível à causa animal na medida em que não se melindrava ao defender seus pensamentos a respeito da compreensão que possuía de que os animais também são sujeitos de direitos. E isso porque Kelsen entendia que a relação jurídica não acontecia entre o sujeito de dever e o sujeito de direito, “mas entre o próprio dever jurídico e o direito reflexo de um dever jurídico, posto que a relação jurídica é sempre uma relação entre normas: uma norma que obriga o devedor, e outra que faculta ao seu titular o poder de exigí-lo.” (KELSEN, 1987, apud SANTANA, 2006, p. 117).

No contexto do cinema e da televisão, alguns personagens também se destacam na defesa da causa animal. Jacques-Yves Cousteau, oficial da marinha francesa, documentarista, cineasta, oceanógrafo é um deles. Cousteau navegou pelos mares do planeta terra produzindo diversas reportagens sobre a fauna e a flora aquática que ficaram mundialmente conhecidas como séries educativas de televisão (LEVAI, 1998; CAMPOS NETO, 2005).

Outra personagem que emerge deste contexto e na defesa da causa animal é a atriz Brigitte Bardot a qual instituiu uma Fundação Internacional de Amparo aos Animais, localizada na França (LEVAI, 1998; CAMPOS NETO, 2005).

Valerie Jane Morris Goodall, primatóloga, etóloga e antropóloga britânica, também se destaca na causa animal. Essa cientista coordena pesquisas no Congo e em Gombe, na Tânzania referente à vida social e familiar dos chimpanzés. Os resultados das pesquisas realizadas no decorrer de 40 anos contribuíram para o avanço dos conhecimentos atinentes à aprendizagem social, ao raciocínio e a cultura dos chimpanzés selvagens. Ocupa ainda a função de mensageira da paz das Nações Unidas. Sua atuação em prol dos animais é reconhecida internacionalmente tendo inclusive recebido vários prêmios acadêmicos (CAMPOS NETO, 2005).

Enfatizam-se também as pesquisas científicas da primatologista Jessica Tombs na preservação de chimpanzés e de Diane Doran voltadas à preservação de gorilas. Destaca-se ainda a jornalista e naturalista Lyndal Davies que percorre o planeta terra, incluindo a região da Amazônia, a procura de animais em extinção e/ou fora das florestas e habitats naturais decorrentes do tráfico de animais. Com o auxílio de sua equipe de trabalho Lyndal Davies consegue recuperar dezenas de chimpanzés por ano conforme se pode verificar em 2003, em Istambul (CAMPOS NETO, 2005).

O tráfico dos chimpanzés é realizado, desde 1966, de forma acirrada e sua intervenção tem facilitado no rastreamento de ações e rotas escolhidas por infratores e caçadores ilegais de animais, principalmente dos que atuam na África e Europa. Lyndal Davies e sua equipe têm atingido resultados positivos com o trabalho que desenvolvem. Além disso, atuam também no monitoramento e preservação do coala, na Austrália (CAMPOS NETO, 2005).

David Favre professor da Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Michigan também se posiciona a favor da causa animal. Ele defende os direitos

dos animais partindo da compreensão de que esses seres sencientes devem ser considerados uma categoria especial de propriedade. Para Favre os animais não são nem humanos e nem objetos inanimados e justamente por isso os direitos a eles reservados devem estar além dos institutos jurídicos, à primeira vista inconciliáveis, da propriedade e da pessoa jurídica, e atribuir aos animais um status jurídico parecido com ao dos escravos do início do século XIX nos EUA, que não obstante estarem desprovidos da titularidade dos direitos subjetivos, eram destinatários de uma proteção jurídica especial (FAVRE, 1983 *apud* SANTANA, 2006).

Partindo desse entendimento de Favre, o tutor do animal permanece como detentor do seu direito sobre tal animal, porém repassa ao próprio animal o título equitativo daquela propriedade, gerando desse modo uma nova e limitada forma de propriedade animal: a autopropriedade equitativa. E, nessa perspectiva tutor detém uma posição similar “a de um guardião dos interesses dos animais, representando-os judicial ou extrajudicialmente.” (FAVRE, 1983, p. 2 *apud* SANTANA, 2006, p. 133-134).

No que se refere às Legislações, considera-se relevante ressaltar que a Legislação Protetiva dos Animais é originária de países estrangeiros e somente a posteriori foi consolidada no Brasil. “No Reino Unido, ao iniciar o século XX, surgiu a Lei de proteção aos animais, começando a se concretizar as garantias dos animais.” (MURARO; ALVES, 2014, p. 8).

Acrescenta-se também o fato de que a demarcação protetiva manifestou-se após edição da Declaração Universal dos Direitos dos Animais (MURARO; ALVES, 2014). Essa Declaração foi proclamada no dia 27 de janeiro de 1978 na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) pela Liga Francesa de Direito Animal (LFDA). (SANTANA, 2006).

A Declaração firmada por quase unanimidade dos países do mundo, incluindo o Brasil, apresenta alguns princípios básicos que se pode considerar, sob o aspecto moral, como uma Carta Magna dos Animais (UNESCO, 1978). A

Declaração Universal dos Direitos dos Animais apresenta a seguinte redação:

Artigo 1º Todos os animais nascem iguais diante da vida e têm o mesmo direito à existência. Artigo 2º. A) *Cada animal tem direito ao respeito.* B) *O homem, enquanto espécie humana, não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais ou explorá-los, violando esse direito.* Ele tem o dever de colocar a sua consciência a serviço dos outros animais. C) *Cada animal tem o direito à consideração, à cura e à proteção do homem.* Artigo 3º. A) *Nenhum animal será submetido a maltrato e atos cruéis.* B) Se a morte de um animal é necessária, deve ser instantânea, sem dor nem angústia. Artigo 4º. A) *Cada animal que pertence a uma espécie selvagem tem o direito de viver livre no seu ambiente natural terrestre, aéreo e aquático e tem o direito de reproduzir-se.* B) A privação de liberdade, ainda que para fins educativos, é contrária a esse direito. Artigo 5º. A) *Cada animal pertencente a uma espécie, que vive habitualmente no ambiente do homem, tem o direito de viver e crescer segundo o ritmo e as condições de vida e de liberdade que são próprias de sua espécie.* B) Toda modificação imposta pelo homem para fins mercantis é contrária a esse direito. Artigo 6º. A) *Cada animal que o homem escolher para companheiro tem direito a uma duração de vida conforme sua natural longevidade.* B) *O abandono de um animal é um ato cruel e degradante.* Artigo 7º. A) *Cada animal que trabalha tem o direito a uma razoável limitação do tempo e intensidade do trabalho, a uma*

alimentação adequada e ao repouso. Artigo 8º. A) A experimentação animal, que implica em sofrimento físico, é incompatível com os direitos do animal, quer seja uma experiência médica, científica, comercial ou qualquer outra. B) As técnicas substitutivas devem ser utilizadas e desenvolvidas. Artigo 9º. No caso do animal ser criado para servir de alimentação, deve ser nutrido, alojado, transportado e morto sem que para ele resulte ansiedade ou dor. Artigo 10º Nenhum animal deve ser usado para divertimento do homem. A exibição de animais e os espetáculos que utilizam animais são incompatíveis com a dignidade do animal. Artigo 11º O ato que leva à morte de um animal sem necessidade é um biocídio, ou seja, um delito contra a vida. Artigo 12º. A) Cada animal que leva à morte um grande número de animais selvagens é um genocídio, ou seja, um delito contra a espécie. B) O aniquilamento e a destruição do meio ambiente natural levam ao genocídio. Artigo 13º. A) O animal morto deve ser tratado com respeito. B) As cenas de violência de que os animais são vítimas devem ser proibidas no cinema e na televisão, [bem como nas redes sociais] a menos que tenham por fim mostrar um atentado aos direitos do animal. Artigo 14º. A) As associações de proteção e salvaguarda dos animais devem ser representadas em nível de governo. B) Os direitos do animal devem ser defendidos por leis, como os direitos do homem. (UNESCO, 1978, p. 1-2, grifo nosso).

Ainda no que diz respeito à tutela animal no contexto mundial, outros cinco fatos merecem destaque. Primeiro fato: o crescimento do movimento em defesa dos animais após a década de 1970 com a criação de associações voltadas à discussão dos direitos dos animais como, por exemplo. Dentre elas cita-se (i) a fundação no ano de 1978 dos “Advogados pelos Direitos dos Animais” na Califórnia posteriormente reconhecida em 1984 como “Fundo de Defesa dos Animais” e a (ii) criação da *People for the Ethical Treatment of Animals* (PETA) voltada à conscientização do sofrimento animal (SILVA, 2013, p. 38).

Esta primeira fase por direitos para os animais trouxe como consequência a “Marcha pelos Animais” em Washington no ano de 1990 e o “Fundo de Defesa dos Animais rapidamente se transformou em uma organização nacional voltada para o ativismo judicial em prol dos animais.” (SILVA, 2013, p. 39).

A segunda fase por direitos para os animais ocorreu com a publicação do periódico idealizado por Henry Mark denominado *Animal Rights Law repórter*. Henry enquanto advogado em Nova York e militante por direitos para os animais, conseguiu por intermédio dessa publicação agregar advogados e estudantes de direito interessados na tutela animal os quais ofertando-lhe recursos financeiros e publicidade contribuíram para o desenvolvimento e crescimento dessa segunda fase por direitos para os animais (SILVA, 2013).

Segundo fato, no ano de 1989 “numa conferência realizada na Alemanha, foi aprovada a Proclamação dos Direitos dos Animais, que, diferentemente da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, reivindica a total abolição da exploração institucionalizada dos animais.” (SANTANA, 2006, p. 112). Ressalta-se a relevância dos artigos 1º e 2º dessa Proclamação dos Direitos dos Animais os quais evidenciam o seguinte: “Art. 1. O mais elementar princípio de justiça exige que semelhantes sejam tratados igualmente e desiguais sejam tratados de forma desigual. Todas as criaturas vivas devem ser tratadas de forma igual, em respeito aos aspectos em que são iguais.” (PROCLAMAÇÃO..., 1989, p. 1).

Proclamação dos Direitos dos Animais. Art. 1º O mais elementar princípio de justiça exige que semelhantes sejam tratados igualmente e desiguais sejam tratados de forma desigual. *Todas as criaturas vivas devem ser tratadas de forma igual*, em respeito aos aspectos em que são iguais. Art. 2º Considerando que *os animais, exatamente como as pessoas, esforçam-se por proteger suas vidas e as de suas espécies, e que demonstram interesse em viver, eles também têm direito à vida. Isto posto, não podem ser classificados como objetos ou semoventes, juridicamente*. Art. 3º Considerando que *os animais são iguais aos homens em sua capacidade de sofrer, sentir dor, interesse e gratificação, estas capacidades precisam ser respeitadas*. Art. 4º Considerando que *os animais são capazes de experimentar a ansiedade e o sofrimento, eles não devem ser maltratados ou amedrontados. O direito à proteção dos homens é um direito fundamental dos animais*. Art. 5º *As diferenças existentes entre homens e animais, relativamente à inteligência e capacidade de falar, não justificam a desconsideração à grande similaridade de suas funções vitais básicas*. Art. 6º *A classificação dos animais em animais de companhia, de caça e de trabalho, de acordo com os interesses e preferências humanas, gerando diferentes categorias de direitos, precisa ser eliminada, sob pena de infringir os princípios de justiça estabelecidos no Artigo II*. Art. 7º As espécies animais resultantes da evolução têm o direito de existir como tal, isto é, elas não podem ser exterminadas ou manipuladas geneticamente. Art. 8º *Toda espécie animal que vive em estado selvagem tem o direito de viver em espaço apropriado. Os animais só podem ser mortos em legítima defesa e, em nenhuma circunstância, por esporte ou exploração comercial*. Art. 9º Os animais que vivem em estado selvagem devem ser rigorosamente protegidos contra a interferência da sociedade e da civilização humana. Art. 10º A custódia deve se restringir ao máximo, já que não oferece aos animais a possibilidade de viver em um ambiente adequado às suas espécies e está ligada à crueldade. Art. 11º A produção e venda de animais e seus produtos para (aparente) satisfação das necessidades humanas como companhia, prestígio, luxúria, precisam ser interrompidas. Art. 12º *Todo animal tem o direito de agir segundo o padrão de conduta de sua espécie e seu próprio ritmo de vida. Seu ambiente precisa ser adaptado de tal maneira que ele possa satisfazer suas necessidades de alimentação, movimentação, motivação e vida social*. Art. 13º Os animais não devem ser mortos para consumo. Sua criação, acomodação, alimentação e demais cuidados não devem submetê-los ao stress, sofrimento ou injúria. O transporte não deve lhes causar nenhum sofrimento ou ansiedade. Art. 14º A experimentação animal é a extrema expressão da violência contra os animais e uma parte da ciência que se baseia em um modelo de violência, que infringe os direitos tanto dos homens como dos animais. Art. 15º *A exibição de animais para divertimento ou fins pseudoinstrutivos não é compatível com a dignidade do animal como ser vivo sensível. Devem ser proibidas por constituírem uma exaltação da violência, as lutas entre animais ou entre homens e animais*. Art. 16º *A concretização dos direitos fundamentais dos animais deve ser considerada um objetivo nacional, nas Constituições das Nações. É um dever dos governos promover o cumprimento desses direitos em nível nacional e internacional*. Art. 17º *Para o fim de promover e fiscalizar o cumprimento dos direitos fundamentais dos animais deverão ser designadas pessoas a quem serão conferidas mandatos e poderes legais para tal. Às entidades de proteção aos animais e à natureza deverão ser delegados poderes para instaurar processos legais em defesa dos animais*. (PROCLAMAÇÃO..., 1989, p. 1-2, grifo nosso).

E o artigo 2º por sua vez apresenta a seguinte redação: “Considerando que os animais, exatamente como as pessoas, esforçam-se por proteger suas vidas e as de suas espécies, e que demonstram interesse em viver, eles também têm direito à vida. Isto posto, não podem ser classificados como objetos ou semoventes, juridicamente.” (PROCLAMAÇÃO..., 1989, p. 1).

Embora, essas declarações de direitos se configurem como (i) conclusões ou resoluções proclamadas em conferências internacionais por instâncias que não

possuem personalidade jurídica e (ii) seus princípios e regras sejam destinados aos Estados participantes como simples responsabilidade política, considera a relevância delas no âmbito da tutela animal uma vez que por diversas vezes são mencionadas pelos tribunais nacionais (SANTANA, 2006).

Não obstante ao fato dessas declarações, tecnicamente, se configurarem com simples recomendações desprovidas, de força vinculante, as mesmas não dependem de declarações em constituições, leis ou tratados internacionais porque dizem respeito à dignidade do animal enquanto ser senciente e, portanto passíveis de serem colocadas em prática independentemente dos poderes oficiais sob a forma de indicativos de comportamentos a serem assumidos ou até mesmo como deslegitimadoras de orientações que lhes sejam antagônicas (SANTANA, 2006).

Ainda no que diz respeito à tutela animal no contexto mundial, um terceiro fato que merece destaque é que no ano de 1997 a União Europeia assinou em Amsterdam um Protocolo Protetivo e Bem-estarista Animal. No acordo existente entre os países da União Europeia foi acrescentado, por conseguinte mais um compromisso após o reconhecimento de que os animais são seres sencientes, possuindo sensibilidade e capacidade de experimentar o sofrimento e que, portanto, deveriam ser respeitados em prol de seu bem-estar. A assinatura desse Protocolo adensou, desse modo, a doutrina ética de Jeremy Benthan (MURARO; ALVES, 2014).

O quarto fato digno de reconhecimento no contexto mundial se refere à legislação francesa. Naquele país os crimes contra os animais foram extintos do capítulo destinado aos crimes contra o patrimônio, para inseri-los num capítulo à parte nominalmente tratado como “Outros Crimes”. E um quinto fato é retratado na Alemanha em 2002 mediante aprovação de uma Emenda Constitucional para inclusão da tutela animal entre as responsabilidades vitais do Estado (SANTANA, 2006, p. 156).

2.2 A tutela animal no contexto das normatizações constitucionais federais brasileiras

A Constituição Política do Império do Brasil de 1824, trata-se da primeira carta constitucional brasileira. O texto normativo foi produzido por intermédio de um conselho convocado pelo então imperador da época Dom Pedro I justamente para este fim, caracterizando-se, portanto por uma constituição outorgada (BRASIL, 1824). Nesta Constituição, nenhuma referência é realizada ao meio ambiente, muito menos a fauna e menos ainda a espécie animal doméstica.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, composta por 91 artigos acrescidos de oito das disposições transitórias é considerada como a mais sintética de todas as Constituições da República (BRASIL, 1891) e nela também não foi encontrada nenhuma referência ao meio ambiente, muito menos a fauna e menos ainda a espécie animal doméstica.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, trata-se da

terceira constituição da história do Brasil, porém enquanto republicana é a segunda. Implementada no final do governo provisório de Getúlio Vargas (1930-34) com o objetivo de legitimar sua presidência e minimizar inquietações populares. Configura-se como a Constituição de menor período de vigência, entretanto de maior reflexo positivo para a posteridade no que diz respeito ao: (i) sufrágio universal; (ii) fortalecimento do poder judiciário; e (iii) instituição de liberdades básicas e direitos trabalhistas (BRASIL, 1934). Não obstante avanços apresentados nesta Constituição, nenhuma referência é realizada ao meio ambiente, muito menos a fauna e menos ainda a espécie animal doméstica.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937 é reconhecida como “Polaca” porque continha leis de inspiração fascista assim como a Constituição Polonesa de 1935, tendo sido outorgada pelo presidente Getúlio Vargas. Na mesma data de sua promulgação (10 de novembro de 1937) foi instituída também a ditadura do Estado Novo. Constitui-se como a quarta Constituição do Brasil e a terceira da república a apresentar um texto normativo pretensamente democrático (BRASIL, 1937). Nela, nenhuma referência é realizada ao meio ambiente, muito menos a fauna e menos ainda a espécie animal doméstica.

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 foi promulgada. Os membros da Assembleia Constituinte, convocados por Eurico Gaspar Dutra, na época Presidente da República, promulgou após a derrocada do Estado Novo em 1945, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias no dia 18 de setembro de 1946, consolidando as liberdades instituídas na Constituição de 1934 e acrescentando novos direitos. Trata-se da quinta constituição brasileira, a quarta republicana e terceira de conteúdo republicano-democrático (BRASIL, 1946). Nesta Constituição também nenhuma referência é realizada ao meio ambiente, muito menos a fauna e menos ainda a espécie animal doméstica.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 se apresenta como a sexta Constituição brasileira e quinta no contexto da república, além de se configurar como segunda e última constituição republicana caracterizada como autoritária. Sua elaboração ocorreu sob vigilância dos militares que ocupavam o poder na ocasião. O texto constitucional: (i) voltava-se à ratificação do regime deflagrado pelo Golpe de 1964; (ii) afastava-se do aspecto democrático; (iii) centrava-se no âmbito autocrático focando o poder no executivo; (iv) normatizava a ditadura militar no cenário nacional; (v) apresentava-se como o mais coercitivo de todos os textos constitucionais; (vi) consentia a supressão de partidos políticos; e (vii) acresceu-se de muitas emendas, decretos-lei e atos institucionais sendo que estes se afiguraram como o texto da Emenda Constitucional elaborada em 1969 (BRASIL 1967, 1969). Nesta Constituição, bem como na Emenda Constitucional de 1969 também nenhuma referência é realizada ao meio ambiente, muito menos a fauna e menos ainda a espécie animal doméstica.

É importante ressaltar que a não positivação da temática tutela animal nas Constituições anteriores a de 1988 não significa completa ausência do assunto no

âmbito infraconstitucional brasileiro uma vez que algumas normatizações neste sentido já existiam como, por exemplo, a Lei nº 4.717 de 1965 que regulamenta a Ação Popular, a Lei nº 6.938 de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e a Lei 7.347 de 1985 que disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente (BRASIL, 1965, 1981, 1985).

À primeira vista pode-se pensar que a Lei infraconstitucional nº 4.717 de 1965, a qual não evidencia em seu texto normativo nenhuma expressão do tipo “meio ambiente”, “proteção do meio ambiente”, “tutela animal” e menos ainda “tutela do animal doméstico”, não tenha nada a contribuir com o adensamento da reflexão sobre o tema tratado neste artigo (BRASIL, 1965).

Entretanto, considera-se pertinente sua citação porque esta Lei regulamentadora da Ação Popular pode ser interpretada como protetiva do meio ambiente na medida em que no *caput* de seu artigo 1º trata da anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público, entendendo que uma das diversas dimensões deste patrimônio público se refere justamente ao meio ambiente. Além disso, a pertinência desta Lei no trato das questões ambientais é evidenciada na Constituição Federal de 1988 ao considerá-la como um dos diversos e importantes instrumentos jurídicos de tutela das liberdades públicas e de defesa ambiental (BRASIL, 1965, 1988).

A concretização da garantia de acesso ao direito fundamental previsto no artigo 225 da Constituição Federal qual seja de que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida [...]” (BRASIL, 1988, s/p.) pode se dar, por exemplo, por meio de um mecanismo jurídico denominado Ação Popular. E nesse sentido, o inciso LXXIII do artigo 5º da Constituição Federal é bastante enfático ao dispor que: “Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, *ao meio ambiente* e ao patrimônio histórico e cultural [...]” (BRASIL, 1988, s/p. grifo nosso).

Portanto, a Ação Popular, regulamentada pela Lei infraconstitucional nº 4.717 de 1965, apresenta-se como um importante instrumento legal do qual o cidadão pode fazer uso para propor anulação de um ato omissivo ou comissivo prejudicial ao animal doméstico residente no contexto urbano, por exemplo. (BRASIL, 1965).

No que tange à Lei infraconstitucional nº 6.938 de 1981 se verifica, por exemplo, a presença da tutela animal. A princípio tal constatação pode ser percebida no artigo 3º o qual apresenta a seguinte redação: “Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, *abriga e rege a vida em todas as suas formas* [...]” (BRASIL, 1981, s/p., grifo nosso). Portanto, considerar que o meio ambiente abriga a vida significa compreender que o meio ambiente também abriga a espécie animal e por consequência, tutelá-lo é sinônimo de tutela animal. E nesse mesmo artigo, no inciso III reforça-se tal proteção animal quando se reconhece como “[...] poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta

ou indiretamente: [...] c) afetem desfavoravelmente a *biota* [entendida como conjunto de todos os seres vivos de uma região, portanto não somente o ser humano, *mas também o animal*]. Na sequência, o artigo 15º informa que: “O poluidor que expuser a perigo a incolumidade [...] *animal* [...] ou estiver tornado mais grave situação de perigo existente, fica sujeito à pena de reclusão [...] e multa [...]”. Por fim, no parágrafo 1º deste mesmo artigo lê-se que: “a pena é aumentada até o dobro se: I- resultar: a) dano irreversível à fauna [...]” (BRASIL, 1981, s/p., grifo nosso).

Com relação à Lei 7.347/1985, embora essa normatização federal infraconstitucional não foque exclusivamente da tutela animal e particularmente do animal doméstico, mas sim do meio ambiente como um todo, ela merece destaque, assim como foi realizado com a Lei regulamentadora da Ação Popular supracitada, justamente porque, não obstante ser essencialmente instrumental, apresenta um rol normativo de procedimentos processuais toda vez que houver lesão ou ameaça de lesão ao meio ambiente (BRASIL, 1985).

Denominada de Ação Civil Pública, apesar de tratar também de lesão ou ameaça de lesão ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, essa Lei é importante no sentido de ser um instrumento de defesa, dentre outros, também do meio ambiente (BRASIL, 1985).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 corresponde ao contemporâneo Texto Normativo brasileiro e apresenta-se como a: (i) sétima Carta Magna nacional; (ii) sexta da república federativa; e (iii) última a alicerçar a trajetória de um regime autoritário – a Ditadura Militar de 1964 a 1985 – para um regime democrático, caracterizado como Nova República iniciada em 1985 e permanecendo até a atualidade. Esta Constituição foi: (a) promulgada, ou seja, contou com a participação ativa da totalidade da sociedade em sua elaboração; e (b) produzida por uma Assembleia Constituinte composta por 559 parlamentares de distintas ideologias políticas, portanto dogmática. Trata-se de um documento (i) formal e escrito – uma estrutura delineada por regras; e (ii) analítico e rígido – texto pormenorizado e alterado somente por emendas constitucionais. Esta Constituição é também denominada de “*Constituição Cidadã*” e recebeu este cognome por se tratar de um texto muito completo no que se refere às garantias individuais: Esta Carta Magna nacional: (a) restabelece a inviolabilidade de (i) direitos, (ii) garantias fundamentais e (iii) liberdades básicas; (b) consagra uma grande quantidade de disposições progressistas, dos quais destacam-se a: (i) vedação completa do ato de tortura, (ii) criminalização do racismo, (iii) igualdade de gêneros; (c) institui direitos sociais para a totalidade da sociedade como por exemplo: (i) educação, (ii) saúde, (iii) alimentação, (iv) trabalho, (v) moradia, (vi) transporte, (vii) lazer, (viii) segurança, (ix) previdência social, (x) proteção à maternidade e à infância, e (xi) assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Nesta Constituição, ao contrário das seis anteriores, é possível encontrar referência: (a) ao meio ambiente considerado como mais um dos direitos fundamentais elencados no texto normativo nacional ao positivar que: “Todos têm direito ao ambiente

ecologicamente equilibrado”; (b) à fauna nacional de forma geral não se restringindo apenas a espécie animal doméstica; (c) à proteção desta fauna mediante proibição de práticas potencialmente perigosas (i) às funções ecológicas dos animais, (ii) à continuidade de sua existência (extinção de espécies), (iii) e à manutenção de sua integridade física e mental (proibição da submissão dos animais a crueldade); (d) e à previsão de imposição de sanções civis, penais e administrativas às pessoas físicas ou jurídicas que por ação ou omissão submeterem os animais a situações lesivas (BRASIL, 1988).

Na Constituição Federal de 1988 merece destaque no que se refere à temática da Tutela Animal o que se encontra positivado no capítulo VI que trata do meio ambiente em seu artigo 225 acompanhado pelos seus diversos parágrafos e incisos. No artigo 225 lê-se: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, *impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo* para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, s/p., grifo nosso). No parágrafo 1º, inciso I destaca-se a responsabilidade do Poder Público no que se refere a assegurar a efetividade desse direito mediante preservação e restauração dos processos ecológicos vitais, bem como por meio do provimento do manejo ecológico das espécies e neste sentido entende-se espécies como todo ser vivo existente no planeta e, portanto, também o animal.

Outro inciso do mesmo artigo e mesmo parágrafo que merece destaque neste estudo referente Tutela Animal é o de nº VII o qual apresenta a seguinte redação: “[...] proteger a *fauna* e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou *submetam os animais a crueldade.*” (BRASIL, 1988, s/p., grifo nosso). Neste inciso a questão da proteção animal é evidenciada de forma direta, clara e transparente e não deixa margem de dúvidas sobre a relevância da Tutela Animal e conseqüentemente da tutela do animal doméstico também no âmbito constitucional.

Ainda com relação ao artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII é relevante evidenciar que o legislador, não obstante autorizar a tutela de direitos individuais, o que já era realizado, passou a admitir também a tutela de direitos coletivos, e isso justamente porque se compreendeu e se assimilou a existência de uma terceira espécie de bem: o bem ambiental. Portanto, os direitos ambientais se configuram como direitos difusos quais sejam direitos de natureza indivisível, que pertence a todos, ao mesmo tempo, porém ninguém em particular o possui (BRASIL, 1988). E tal realidade abriu caminhos para se conceber por consequência a tutela animal visto que o meio ambiente é compreendido, dentre outras definições complementares como aquele contexto que abriga e rege a vida em todas as suas formas (BRASIL, 1981).

Por fim, o parágrafo 3º do mesmo artigo evidencia as conseqüências penais, administrativas e civis atreladas ao comportamento ativo ou omissivo, tanto por parte da pessoa física ou jurídica, no que se refere ao descumprimento da tutela animal

prevista constitucionalmente conforme se pode verificar a seguir: “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.” (BRASIL, 1988, s/p.).

A partir da positivação da temática Tutela Animal no âmbito constitucional (BRASIL, 1988), verificou-se a instauração de um processo que paulatinamente contribuiu para: (i) a amplificação – na ambiência societária brasileira – de espaços para reflexão sobre a relevância de se conceber a espécie animal como digna de defesa e proteção; bem como para (ii) implementação no plano infraconstitucional de novas e contínuas normatizações que tratam da temática como, por exemplo, as Leis Federais nº 7.802/89, 9.433/97, 9.605/98, 12.651/2012, 13.426/2017, o Decreto Federal nº 6.514/2008, a Lei Federal Complementar nº 140/2011 e o Projeto de Lei Federal nº 4.564/2016 que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados Federais (BRASIL, 1989, 1997, 1998, 2008, 2011, 2012, 2016, 2017).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o atual estágio defensivo e protetivo em que se encontra a espécie animal na conjuntura nacional brasileira é consequência da evolução normativa tanto no plano constitucional como infraconstitucional.

Os delineamentos, os limites, bem como os avanços na conquista da tutela animal e consequentemente do animal doméstico demonstram o quanto o reconhecimento de tal questão é socialmente construído. Além disso, a expansão, a solidificação e o desenvolvimento contínuo também da vida humana e da sociedade implicam necessariamente na preservação e na ampliação de acesso um direito fundamental nominalmente reconhecido pela Constituição Federal de 1988 como direito ao ambiente ecologicamente equilibrado no qual se insere evidentemente a fauna, ou seja, os animais domésticos, domesticados, silvestres e exóticos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: Novo e Velho Testamento. Tradução pelo Centro Bíblico Católico. 13. ed. São Paulo/SP: Editora Ave Maria, 1998. 1671 p. ISBN -.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**: outorgada em 25 de março de 1824. Rio de Janeiro, RJ, 1824.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Rio de Janeiro, RJ, 1891.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, RJ, 1934.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: outorgada em 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, RJ, 1937.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro, RJ, 1946.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 4.717**, 29 de junho de 1965. Dispõe sobre a regulação da Ação Popular. Brasília, DF, 1965.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**: autoproclamada como promulgada em 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF, 1967.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Federal 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, Brasília, DF, 1981.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 7.347**, 24 de julho de 1985. Dispõe sobre o disciplinamento da Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Brasília, DF, 1985.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 7.802**, 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Brasília, DF, 1989.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Federal 9.433**, de 08 de janeiro de 1997. Dispõe sobre a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal, e altera o artigo 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, Brasília, DF, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 9.605**, 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Lei 6.514**, 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Complementar 140**, de 08 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a fixação de normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do Caput e do Parágrafo Único do Artigo 23 da Constituição Federal, para a Cooperação Entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas Ações Administrativas Decorrentes do Exercício da Competência Comum Relativas a Proteção das Paisagens Naturais Notáveis, a Proteção do Meio Ambiente, ao Combate a Poluição em Qualquer de Suas Formas e a Preservação das Florestas, da Fauna e da Flora; e Altera a Lei 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 12.651**, 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei PL 4.564/2016**. Dispõe sobre a conduta de maus-tratos praticada contra os animais e estabelece punição. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2078280>>. Acesso em: 17 nov. 2018. Texto Original.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei 13.426, 30 de março de 2017. Dispõe sobre a Política de Controle da Natalidade de Cães e Gatos e dá outras providências. Brasília, DF, 2017.

CAMPOS NETO, A. A. M. de. **O Direito dos Animais**. 2005. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67625/70235>. Acesso em: 21 nov. 2018.

FRANCO, E. C. A violência e a tortura de animais revela desvio de personalidade. **Revista Jusbrasil**, Salvador/BA, v. -, n. -, p. 1-9, ago. 2016. Disponível em: <https://elainefrancoadv.jusbrasil.com.br/artigos/394009666/a-violencia-e-a-tortura-de-animais-revela-desvio-de-personalidade?ref=topic_feed>. Acesso em: 21 nov. 2018.

LEVAI, L. F. **Direitos dos Animais: o direito deles e o nosso direito sobre eles**. 1ª ed. Campos do Jordão/SP: Mantiqueira, 1998.

MURARO, C. C.; ALVES, D.N. Maus tratos de cães e gatos em ambiente urbano, defesa e proteção aos animais. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande/RS, v. 17, n. 122, p. 1-51, mar. 2014.

PENSADOR. **Biografia de Albert Schweitzer**. Disponível em: <https://www.pensador.com/autor/albert_schweitzer/biografia/>. Acesso em: 21 nov. 2018.

PROCLAMAÇÃO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS. 1989. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/direitosanimais21/anexo2.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2018

PEROVANO, D. G. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2016.

SANTANA, H. J. de. **Abolicionismo Animal**. 2006. 281f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito/Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa de São Paulo. **Lei Estadual nº 11.977**, de 25 de agosto de 2005. Dispõe sobre a instituição do Código de Proteção aos Animais do Estado e dá outras providências. São Paulo, SP, 2005.

SILVA, T. T. de A. **Direito Animal e Ensino Jurídico: Formação e Autonomia de um Saber Pós-Humanista**. 2013. 192f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito/Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direito Animal, Meio Ambiente e Pós-Modernidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2013.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. Bruxelas/Bélgica. Representação da UNESCO na Bélgica. 1978. Disponível em: <<http://www.urca.br/ceua/arquivos/Os%20direitos%20dos%20animais%20UNESCO.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SOBRE O ORGANIZADOR

PROF. DR. WILLIAN DOUGLAS GUILHERME Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”.
E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-295-1



9 788572 472951